UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE - PPGEDUC

MARIA CRISTINA ELYOTE MARQUES SANTOS

SOU COTISTA, E AGORA? Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi

SALVADOR
2009

MARIA CRISTINA ELYOTE MARQUES SANTOS

SOU COTISTA, E AGORA? Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi

Monografia entregue como requisito parcial à conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, sob a orientação da profa. Dra. Nadia Hage Fialho.

SALVADOR
2009

FICHA CATALOGRÁFICA – Biblioteca Central da UNEB
Bibliotecária : Jacira Almeida Mendes – CRB : 5/592

Santos, Maria Cristina Elyote Marques
Sou cotista, e agora?: uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi / Maria Cristina Elyote Marques Santos . – Salvador, 2009.
Xf.

Orientadora: Nadia Hage Fialho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2009.

Contém referências, anexos e apêndices.

1. Programa de ação afirmativa - Brasil. 2. Negros - Educação (Superior) - Brasil. 3. Direito à educação - Brasil. 4. Discriminação racial - Brasil.
I. Fialho, Nadia Hage. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 379.260981

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

PPGEduC

FOLHA DE APROVAÇÃO

"SOU COTISTA, E AGORA? UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NUMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI"

Maria Cristina Elyote Marques Santos

Dissertação submetida à Comissão Examinadora pelo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade e por Professores convidados de outras instituições como parte de requisitos necessários a obtenção do grau de mestre.

Profa. Dra. Nadia Hage Fialho
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Profa. Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação.
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

Profa. Dra. Veleida Anahi da Silva
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Doutorado em Ciências da Educação.
Universidade de Paris 8.

Salvador 2009

A Deus, todo louvor toda honra e toda glória, a quem eu atribuo todo o meu sucesso.

Aos meus pais, que Deus separou como meus orientadores, na vida.

Aos irmãos, com quem compartilho tudo já alcançado nessa vida.

Aos meus sobrinhos, queridos desde sempre.

Ao meu esposo, grande presente que Deus me deu.

AGRADECIMENTOS

Num trabalho dessa natureza, várias são as pessoas que de alguma forma contribuíram com a sua concretização: com sua paciência pela falta causada por nossa ausência; com seu trabalho pessoal lendo, criticando, sugerindo; com sua colaboração em viabilizar o acesso aos títulos necessários ao aprofundamento da temática; com seu trabalho em aprimorar os aspectos metodológicos/estatísticos.

Assim, devo agradecimentos:

A meus familiares e amigos pela saudade que em muitos momentos sei que causei, em virtude das ausências que um curso de Mestrado, às vezes, nos obriga.

Ao meu esposo, companheiro de todas as horas, que entendeu minhas queixas, silêncios e isolamentos, em detrimento de estar ao seu lado.

Aos colegas professores e funcionários do Departamento de Ciências Exatas e da Terra – Campus I pela concessão do afastamento, ainda que parcial, sem o qual ficaria bem mais difícil concluir esse curso. Também, aos meus alunos que suportaram a minha eventual falta de paciência acarretada em alguns momentos pelos movimentos necessários ao desenvolvimento desse texto monográfico.

Aos funcionários da Uneb, aos quais vou evitar nomear para não correr o risco de esquecer ou errar algum nome, pelo seu atendimento sempre atencioso.

À Dra. Nadia Hage Fialho, orientadora e amiga, que apesar do seu tão escasso tempo muito se doou para a qualidade desse trabalho.

À Estatística Fátima Brandão que com seus conhecimentos técnicos nos deu orientações para melhorar a qualidade da pesquisa de campo, vital para uma dissertação de mestrado.

À amiga Ósia Matos que contribuiu com esse trabalho, aprimorando-o do ponto de vista da normalização.

Com a sabedoria se edifica a casa, e com a inteligência ela se firma; e pelo conhecimento se encherão as câmaras de todas as substâncias preciosas e deleitáveis
(PROVÉRBIOS, 24: 3-4)

RESUMO

A implantação de políticas inclusivas como a cotas para ingresso no sistema de ensino superior no Brasil, que começaram a ser instituídas desde 2003, ainda nos parece merecer algum destaque. Assim, ações afirmativas para a educação superior têm gerado polêmica e sido tema de debates em muitos segmentos da sociedade tendo em vista que atingiram a fatia da população brasileira que normalmente tivera, até então, pouca possibilidade de acesso a esse nível de ensino. No ano de 2003, as universidades públicas estaduais (Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)) despontaram no cenário brasileiro como pioneiras nessas políticas, ao tempo em que se comprometeram a implantar programas de apoio e acompanhamento a esses estudantes. Esse estudo discute a implementação de políticas afirmativas no ensino superior, no tocante ao processo de permanência e sucesso do afro-descendente, em particular na Uneb e na Uerj, com o objetivo de identificar se o modelo multicampi das referidas universidades tem viabilizado/impedido aos estudantes cotistas, ingressos no período 2003 a 2006, as condições de permanência e sucesso. Desenvolvido como um estudo exploratório teve como base pesquisa documental em ambas as instituições e pesquisa de campo na Uneb referente aos estudantes cotistas, ingressos nos anos de 2003 a 2006. O desenvolvimento dos seus capítulos discute conceitos como universidade, universidade multicampi, política, políticas públicas, políticas afirmativas, direitos, privilégios. Além disso, apresenta perfil do cotista na Uneb e na Uerj, e, compara, ainda que superficialmente, tais programas de acesso. Detecta que no período considerado para a pesquisa, enquanto a Uerj implantou o Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar), a Uneb não lançou nenhum programa institucional de apoio e acompanhamento acadêmico dos cotistas, conforme previsto na Resolução Uneb/Consu nº 196/2002, tendo apenas alguns programas/projetos de restrita abrangência em convênio com órgãos federais e instituições não-governamentais. Conclui que, embora o modelo *muticampi* de Universidade possibilite o acesso a um número considerável de estudantes afro-descendentes tanto no Estado da Bahia como no Rio de Janeiro, no caso da Uneb esse aspecto não tem sido o suficiente para garantir a permanência e o seu sucesso, pois as deficiências são graves visto que as ações voltadas a favorecer a permanência e o sucesso dos cotistas, na Uneb, têm se mostrado de restrita abrangência, pois não atendem às reais necessidades desses universitários, conforme indicam os resultados da pesquisa de campo.

Palavras – chave: universidade multicampi, políticas afirmativas, educação superior, cotas, Universidade do Estado da Bahia.

ABSTRACT

The implantation of inclusive politics as the quotas for ingression in the system of superior education in Brazil, that had started to be instituted since 2003, still seems to deserve some prominence. Thus, affirmative actions for superior education have generated controversy and been subject of debates in many segments of the society because they had reached the slice of the Brazilian population that normally has, until then, little possibility of access to this level of education. On the year of 2003, public universities (Universidade do Estado da Bahia (Uneb) and Universidade do Estado do of Rio de Janeiro (Uerj)) appeared in the Brazilian scene as pioneers in these politics, to the time when they compromised to implant programs of support and assistance to these students. This study argues the implementation of affirmative politics in superior education, in regards to the process of permanence and success of the afro-descendant, in particular in the Uneb and the Uerj, with the objective to identify if the model multicampi of the related universities has made possible/difficult to the quotas students, ingressed from 2003 to 2006, the conditions of permanence and success. Developed as a exploratory study it had as base documentary searches in both institutions and field research at Uneb with quotas ingressing students, during the years of 2003 to 2006. The development of its chapters argues concepts as public university, multicampi university, politics, public politics, affirmative politics, legal rights and privileges. Moreover, it presents the profile of quotas ingressed students in Uneb and in Uerj, and compares, despite superficially, such programs of access. It detects that in the considered period for the research, while the Uerj implanted the Program of Academic Initiation (Proiniciar), the Uneb did not launch any institucional program of support and academic assistance for quota students, as foreseen in Uneb/Consu Resolution nº 196/2002, having only some not-governmental programs/projects of restricted reach range in accord with federal agencies and institutions. It concludes that, even so the muticampi model of University makes possible the access to a considerable number of afro-descendants students in the State of the Bahia as in Rio De Janeiro, in the case of the Uneb this aspect has in such a way not been sufficient to guarantee the permanence and its success, therefore there are serious deficiencies since the actions in favor of the permanence and success of Uneb's students have shown of restricted range, therefore do not take care of real necessities of these colleges student, as indicates the results of field research.

Key-Words: multicampi university, affirmative politics, superior education, quotas, Universidade do Estado da Bahia.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	As vinte universidades mais antigas do mundo que ainda estão em funcionamento	36
Quadro 2	A educação brasileira: alguns marcos importantes de 1500 – 2004	41
Gráfico 1	Os dez cursos mais procurados – Brasil – 2004	49
Quadro 3	Entrada de africanos no Brasil, períodos de 1500 a 1855	75
Quadro 4	Instituições de Ensino Superior e seus respectivos critérios para reserva de vagas e/ou ações afirmativas 2003 – 2007	98
Quadro 5	As universidades estaduais públicas do Estado da Bahia	114
Gráfico 2	Desempenho de cotistas e não-cotistas *Campi* I e II – 2003.1	124
Gráfico 3	Desempenho dos cotistas e não-cotistas – *Campi* III a X - 2003.1	125
Gráfico 4	Evolução do percentual de inscritos (cotistas e não-cotistas) no vestibular da Uneb 2003 – 2006	127
Gráfico 5	Matrículas por ano de ingresso e Departamentos do *Campus* I no período 2003 – 2006 (primeira matrícula)	138
Quadro 6	Os *Campi* regionais da Uerj	151
Quadro 7	Conceitos no exame de qualificação no processo vestibular da Uerj	154
Quadro 8	Resumo comparativo dos programas de cotas na Uneb e na Uerj	161
Quadro 9	Departamentos da Uneb e seus cursos	APÊNDICE E
Quadro 10	Localização das unidades universitárias do estado da Bahia, por região geoeconômica (2008)	APÊNDICE F
Quadro 11	TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A UNIVERSIDADE – 2003 a 2008	APÊNDICE G

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Técnica – Bahia
CEFET-RN	Centro Federal de Educação Técnica - Rio Grande do Norte
CEFET-SE	Centro Federal de Educação Técnica – Sergipe
CETEBA	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia
CFE	Conselho Federal de Educação
COPEVE	Comissão Permanente de Vestibular
CONSU	Conselho Superior Universitário
CONSULTEC	Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos Ltda
CPM	Colégio da Polícia Militar
DA	Diretório Acadêmico
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESCS	Escola Superior de Ciência da Saúde – DF
FAEEBA	Faculdade de Educação do Estado da Bahia
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro
FAMERP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto
FAMESF	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FATECSP	Faculdade de Tecnologia de São Paulo
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG	Organização Não-Governamental
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICIN	Programa de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEL	Programa de Pós-graduação em Estudo em Linguagens
PPGQA	Programa de Pós-graduação em Química Aplicada
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROINICIAR	Programa de Iniciação Acadêmica
PROTEGE	Programa de
SADE	Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio
SBPC	Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento das Ciências
SGC	Secretaria Geral de Cursos
SR-1	Sub-Reitoria de Graduação
UEA	Universidade Estadual de Amazonas
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERJ	Universidade do Estaduo do Rio de Janeiro

UESB	Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UEZO	Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFP	Universidade Federal
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNEX	Associação dos ex-alunos da Uneb
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNI-FACEF	Centro Universitário de Franca
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UPE	Universidade de Pernambuco
USJ	Centro Universitário de São José
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento das IES por Região – Brasil 1990 – 2006	43
Tabela 2	Unidade da Federação/Categoria Administrativa 2000-2002	44
Tabela 3	Os dez maiores cursos por número de matrículas e concluintes Brasil 2004	44
Tabela 4	Os dez maiores cursos por número de matrículas e concluintes Brasil 2006	45
Tabela 5	Painel evolutivo do número de instituições de ensino superior 2000 -2007	48
Tabela 6	Distribuição dos estudantes segundo a cor UFRJ, UFPR, UFMA, UFba, UNB e Usp – 2001	58
Tabela 7	Características educacionais da população jovem segundo cor do indivíduo	59
Tabela 8	Taxa de sucesso (relação aprovados/candidatos) no vestibular de 2000 por cor do candidato, segundo o nível socioeconômico	61
Tabela 9	Evolução percentual da distribuição da população brasileiira segundo a cor (1872 – 2000)	74
Tabela 10	Evolução da população brasileira segundo a cor – 1872/1991	74
Tabela 11	Imigração no Brasil, por nacionalidade – períodos decenais 1884 – 1893 a 1924 - 1933	75
Tabela 12	Ensino superior – matrículas nas universidades estaduais, Bahia – 2006	113
Tabela 13	Evolução da oferta de cursos regulares de graduação e pós-graduação nas universidades estaduais da Bahia, 1995 -2005	117
Tabela 14	Panorama dos cursos de graduação e de pós-graduação (2008)	118
Tabela 15	Evolução do número de inscritos candidatos ao vestibular da Uneb 2003 – 2006	126
Tabela 16	Síntese de desempenho dos candidatos no processo vestibular dos anos de 2003 – 2006	127
Tabela 17	Cotistas *versus* não-cotistas distribuídos por curso – 2003 a 2009	129
Tabela 18	Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2003	130
Tabela 19	Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2003	130
Tabela 20	Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2004	131
Tabela 21	Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2004	131
Tabela 22	Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2005	132
Tabela 23	Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2005	132
Tabela 24	Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2006	133
Tabela 25	Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2006	133
Tabela 26	Origem do candidato ao vestibular da Uneb 2004 –	135

	2006	
Tabela 27	Ano de ingresso, freqüência absoluta e percentual – *Campus* I – Salvador 2003 – 2006	137
Tabela 28	Matrículas por ano de ingresso e Departamentos (primeira matrícula) 2003 – 2006	138
Tabela 29	Desempenho e percentual de alunos sem aproveitamento distribuídos por *Campus* - 2003	140
Tabela 30	Média de desempenho de optantes e não-optantes por Departamento/*Campus*/Município – 2003	141
Tabela 31	Média de desempenho e quantitativo de alunos cotistas e não-cotistas sem aproveitamento por Departamentos e cursos – 2003	142
Tabela 32	Alunos cotistas matriculados por curso de *Campus* III 2005.2 – 2006.2	168
Tabela 33	Percentual de matriculados por curso do *Campus* I 2003 – 2006	171
Tabela 34	Quantitativo de cotistas matriculados por curso do *Campus* I da Uneb 2003 – 2006	172
Tabela 35	Quantitativo de cotistas inscritos por curso do DCH – I 2003 – 2006	174
Tabela 36	Quantitativo de cotistas matriculados por curso DCH – I 2003 – 2006	174
Tabela 37	Quantitativo de cotistas inscritos por curso DCET – I 2003 – 2006	175
Tabela 38	Quantitativo de cotistas matriculados por curso DCET – I 2003 – 2006	176
Tabela 39	Quantitativo de cotistas inscritos por curso DCV – I 2003 – 2006	177
Tabela 40	Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DCV – I 2003 – 2006	177
Tabela 41	Quantitativo de cotistas inscritos por curso do DEDC – I 2003 – 2006	178
Tabela 42	Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DEDC – I 2003 – 2006	179
Tabela 43	Cidade de residência dos cotistas	180
Tabela 44	Quantitativo de cotistas por gênero – *Campus* III 2007	180
Tabela 45	Semestre no qual se encontra matriculado - 2007	181
Tabela 46	Turno do curso que freqüenta	182
Tabela 47	Curso que freqüenta	182
Tabela 48	Escolas/instituições de ensino médio de origem dos estudantes cotistas	183
Tabela 49	Participação em programa/projeto na Uneb – 2007	185
Tabela 50	Manutenção das condições socioeconômicas básicas à vida estudantil	186
Tabela 51	Meios de transporte utilizados pelos cotistas para ir à Uneb – 2007	187
Tabela 52	Gasto diário com alimentação na Uneb	188
Tabela 53	Gasto médio/mensal com aquisição de livros	189
Tabela 54	Aquisição de livros usados	189
Tabela 55	Freqüência à biblioteca da Uneb	189

Tabela 56	Gasto médio/mensal com cópia reprográfica	190
Tabela 57	Local em que usa o computador	191
Tabela 58	Acesso à internet e computador	191
Tabela 59	Tipo de acesso à internet em casa	192
Tabela 60	Itens essenciais para facilitar a permanência do cotista na Uneb	193
Tabela 61	Participa de programa/projeto na Uneb	198
Tabela 62	Curso *versus* gênero do cotista	199
Tabela 63	Outras despesas decorrentes de ser estudante universitário *versus* gênero do respondente	199
Tabela 64	Distribuição dos cotistas por gênero	202
Tabela 65	Idade em dezembro de 2008	203
Tabela 66	Cidade em que reside atualmente	203
Tabela 67	Participação na renda familiar	204
Tabela 68	Curso do ensino médio que estudou	205
Tabela 69	Ano de conclusão do ensino médio	205
Tabela 70	Você foi reprovado em alguma série do ensino médio?	206
Tabela 71	Motivo de ter feito “cursinho” pré-vestibular	206
Tabela 72	Motivo de não ter feito “cursinho” pré-vestibular	207
Tabela 73	Experiência em outro vestibular	208
Tabela 74	Principal motivo por ter escolhido a Uneb	209
Tabela 75	Semestre no qual se encontra matriculado	209
Tabela 76	Turno que freqüenta o curso	210
Tabela 77	Curso que freqüenta	211
Tabela 78	O que você espera obter num curso superior?	212
Tabela 79	Quantidade média de livros que lê por ano, excetuando os escolares	213
Tabela 80	Tipos de livros que lê, além de textos didáticos e informativos	213
Tabela 81	Quantos/quais transportes utilizam para ir à Uneb	214
Tabela 82	Gasto diário com alimentação na Uneb	215
Tabela 83	Freqüência à biblioteca da Uneb	215
Tabela 84	Outras despesas decorrentes de estar cursando uma universidade	216
Tabela 85	Sobre acesso à internet e computador	216
Tabela 86	O ambiente da Uneb dificulta ou mesmo impede que os cotistas se adaptem à vida acadêmica?	217
Tabela 87	Você sente dificuldade em acompanhar o curso?	220
Tabela 88	Encontrou um ambiente amigável	219
Tabela 89	Desejo de mudar de curso	222
Tabela 90	Curso para o qual deseja mudar	222
Tabela 91	Percepção da finalização do curso	223
Tabela 92	Participa de programa/projeto na Uneb	224
Tabela 93	Itens essenciais para facilitar a permanência do cotista na Uneb	226
Tabela 94	Expectativa de finalização do curso no qual está matriculado	229
Tabela 95	Textos didáticos e informativos mais lidos *versus* curso no qual está matriculado	230

Tabela 96	Quantidade de livros lidos por ano e curso no qual está matriculado	231
Tabela 97	Participação na renda familiar *versus* gênero do respondente	232
Tabela 98	Participação na renda familiar *versus* a idade em dezembro de 2008	232
Tabela 99	Idade até dezembro de 2008 *versus* curso no qual está matriculado	233
Tabela 100	Dificuldade em se adaptar à vida acadêmica *versus* curso no qual está matriculado	234
Tabela 101	Desejo de mudar de curso *versus* curso no qual está matriculado	235
Tabela 102	Município no qual reside *versus* o curso no qual está matriculado	235
Tabela 103	Acesso à internet *versus* curso no qual está matriculado	236
Tabela 104	Percepção de expectativa negativa *versus* curso no qual está matriculado	237
Tabela 105	Freqüência à biblioteca *versus* curso no qual está matriculado	238
Tabela 106	Percepção de ambiente amigável *versus* curso no qual está matriculado	239
Tabela 107	Terminará o curso no prazo regular *versus* curso no qual está matriculado	240
Tabela 108	Evolução da quantidade de Instituições de Educação Superior por unidade da federação – 1995 a 2006	APÊNDICE A
Tabela 109	População escrava no Brasil no Século XIX, segundo as regiões – 1864/1887	APÊNDICE B

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 17

2. **DA UNIVERSIDADE** 28

2.1 MODELOS E CONCEPÇÕES 28

2.2 A UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA: surgimento e conflitos 36

2.3 A COMPOSIÇÃO ETNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE: mitos e revelações 57

2.4 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA DISCUSSÃO E IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS À EDUCAÇÃO SUPERIOR 64

3. **O SISTEMA DE COTAS PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**: uma análise do acesso e da permanência dos cotistas 67

3.1. UM PANORAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO DE DE 2003 A 2007 70

3.1.1. **Políticas afirmativas à educação superior**: direito ou privilégio? 80

3.1.2. **Políticas afirmativas à educação superior**: panorama evolutivo do acesso 93

3.2 DISCUTINDO A PERMANÊNCIA 98

3.3 POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ações redentoras? 101

4. **O SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA** 106

4.1. A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: breve história 106

4.1.1. **A universidade *multicampi* e o desenvolvimento regional** 119

4.1.2 **A Uneb como instrumento de regionalização e democratização do acesso ao ensino superior**: articulação com as políticas de ação afirmativa 116

4.1.3 **O processo de Implantação do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia** 119

4.1.4 **Discussões e discursos** 120

4.1.5 **Desempenho dos cotistas**: uma primeira impressão 122

4.2 A PERMANÊNCIA E O SUCESSO DOS COTISTAS NA UNEB: breve análise de desempenho 137

4.3 PROGRAMAS DE APOIO DA UNEB: algumas considerações 146

5. **A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**: um pouco da sua experiência 150

5.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS COTAS NA UERJ 152

5.1.1 **O modelo de vestibular da Uerj** 153

5.1.2 **Cotas na Uerj**: controvérsias 156

5.1.3 **O Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar)** 157
5.1.4 **A Uerj, a Uneb e as cotas**: semelhanças e diferenças 160
6. **PESQUISA DE CAMPO** 162
6.1. DA METODOLOGIA 163
6.2. UNIVERSO E AMOSTRA 166
6.3. ÁREA GEOGRÁFICA 167
6.4. ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES 167
6.4.1 **O *Campus* III – Juazeiro - Departamento de Ciências Humanas e o Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais**: caracterização 168
6.4.2 **O *Campus* I – Salvador** 171
6.4.2.1 O Departamento de Ciências Humanas (DCH – I) 173
6.4.2.2 O Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET – I) 175
6.4.2.3 O Departamento de Ciências da Vida (DCV - I) 176
6.4.2.4 O Departamento de Educação (DEDC – I) 178
6.4.3 **A Pesquisa de campo**: *Campus* III 179
6.4.3.1 O cruzamento das questões: o *Campus* III 197
6.4.4 **A pesquisa de campo**: *Campus* I 200
6.4.4.1 O cruzamento das questões: o *Campus* I 229
7. **CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES** 241
REFERÊNCIAS 249
APÊNDICES
ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

As políticas afirmativas são políticas ou ações reparadoras que pretendem restabelecer a igualdade de direitos e oportunidades (GOMES; SILVA, 2001). Elas têm sido discutidas e têm provocado controvérsias desde o início do século XX quando foram implantadas em diversos países no mundo, sendo observadas as primeiras, mundialmente, como fruto das idéias revolucionárias, francesa e americana. As políticas afirmativas surgem a partir do princípio da igualdade formal ou como privilégios, a partir dos quais seriam criados espaços (nichos) reservados à concessão de desigualdades artificiais para alguns. Ambas as situações são embasadas no postulado da neutralidade estatal que norteia o Estado liberal burguês.

Em verdade, somos todos iguais de direito, mas desiguais de fato. Assim, quando tratamos de desigualdades artificiais devemos pensar em toda e qualquer vantagem que se concede a uma classe social, grupo humano ou raça que já possuidora de bens econômicos, bens materiais e tantos privilégios mais teria somados outros tais como: acesso a bons serviços públicos de educação, transportes públicos de qualidade, vias públicas com excelente estado de conservação, esgotamento sanitário eficiente, entre outros.

Desta forma, a temática da permanência dos afro-descendentes[1] ingressos no ensino superior por meio de cotas se mostra atual, consistente, pertinente por se tratar de um tema ainda pouco entendido e aceito pela comunidade acadêmica e até mesmo pela sociedade e sendo, as políticas afirmativas, um tema razoavelmente antigo, enquanto prática social (ver Lei do Boi, ou seja, Lei nº. 5.465/68 que oferecia privilégios aos filhos ou agricultores, proprietários ou não de terras, metade das vagas dos cursos superiores de Agricultura e Veterinária nas universidades públicas brasileiras), e ao mesmo tempo pouco discutido pela nação brasileira, do ponto de vista teórico vale a pena trazê-lo à tona sob diversos aspectos, quer sejam aspectos

[1] A literatura apresenta o termo com várias grafias (afro-descendente; afro-descendente; afro descendente), porém utilizaremos a mesma grafia encontrada na Resolução 196/2002 da Universidade do Estado da Bahia.

jurídicos, quer sejam aspectos acadêmicos e tantos outros que possam existir. Assim, este trabalho se propôs a discutir ações afirmativas no âmbito universitário, a partir da análise das condições de permanência do afro-descendente ingresso pelo sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, universidades *multicampi*, o que embora a mídia brasileira já tenha discutido muito, há pouca produção em termos literários e acadêmicos.

O presente trabalho intitulado "SOU COTISTA, E AGORA? Uma análise das condições de permanência[2] numa universidade multicampi" discute a implementação de políticas afirmativas no ensino superior, no tocante ao processo de permanência do afro-descendente, em particular na Universidade do Estado da Bahia e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar se as referidas universidades, pioneiras na implantação de tais medidas, têm viabilizado aos estudantes cotistas, ingressos no período 2003 a 2006, condições de permanência. No entanto, percebemos que trabalhar com o tema da permanência do afro-descendente cotista do ensino superior a partir da discussão do modelo *multicampi* é repensar toda a estrutura da Universidade, sua autonomia para instituir seus processos, sem deixar de refletir acerca das suas condições de auto-gestão e sobrevivência. Além disso, é preciso deixar claro que não se pretende fazer apologia à existência das cotas ou manifesto contrário a essas políticas focalizadas em um grupo racial ou classe, mas sim discutir o que de fato as universidades têm feito para garantir o que haviam prometido como política de apoio aos cotistas ingressos a partir de 2003 em seus cursos de graduação.

Assim, essas são algumas das questões que este trabalho procurou responder a partir da temática da política de cotas e discussão do acesso democratizante ao ensino superior pela implantação de programas de ingresso diferenciado a uma universidade, conforme tratam Mattos (2006); Santos, B.S. (2005); César (2000; 2003); Gomes, J. B. (2003) e Zanitelli (2004); Silva, C. da (2003); Teixeira (2003); Guimarães (2003a); Queiroz (2004); Vieira Filho (2004); Moehlecke (2002); Munanga (2003); Bernardino e Galdino (2004); Santos, H. (2003), Santos, M. (2002); Silva, G. M. D. da (2008); Santos, R. V. (2007); Kamel (2006), Kaufmann (2007) e tantos outros autores.

[2] Neste trabalho os termos permanência e sucesso são usados indistintamente.

É claro que quem pretende contribuir com o fazer ciência deve partir de perguntas que norteiem seu trabalho, pois a pergunta de partida é de vital importância para um trabalho científico bem iniciado e exitoso. Para Quivy; Campenhoudt (1998) a pergunta de partida ou problema de pesquisa deve ter as qualidades da clareza (precisão e concisão), as qualidades da exeqüibilidade (dar ao trabalho um caráter realista) e as qualidades da pertinência "ser uma verdadeira pergunta; abordar o estudo do que existe, basear o estudo da mudança no funcionamento; e ter uma intenção de compreensão dos fenômenos estudados" (QUIVY; CAMPENHOUDT, p. 44).

1.1 O PROBLEMA

Estudiosos têm apontado que o desenvolvimento socioeconômico e territorial de uma nação pressupõe uma educação de qualidade para toda a população. Como exemplo, tem-se que as políticas afirmativas, entre elas a política de cotas nas universidades para afro-descentes, são resultado de ações voltadas, entre outros objetivos, para a consecução desse fim, na medida em que objetivam possibilitar igualdade de oportunidades a uma maior parte da população. No entanto, sabendo que o êxito das políticas de cotas não se restringe apenas ao acesso como também a permanência e ao sucesso, e tendo em vista que os documentos de implantação das cotas previam a criação de programas de apoio aos alunos optantes pelas cotas, pergunta-se: de que maneira o modelo *multicampi* destas universidades interfere (prejudica ou facilita) nas condições de permanência para o afro-descendente optante das cotas? Além de outras perguntas norteadoras, procurou-se responder: 1) Que programas são esses? 2) Em que medida se pode garantir a efetividade dos programas de acesso ao ensino superior por meio das cotas, sem que sejam adotadas medidas de apoio à permanência/sucesso do aluno optante numa universidade *multicampi*? 3) Qual o grau de abrangência desses programas? 4) Que medidas são essas, baseando-se nas cotas da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)? 5) Quais

reflexos são percebidos ao serem implementados programas/projetos/ações de apoio à permanência e sucesso do cotista nessas Universidades?

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, nos últimos seis anos (2003 a 2008), o tema das cotas para afro descendentes e de outras minorias no ingresso ao ensino superior tem sido pauta de debates no meio acadêmico. No caminho dessa discussão, percebe-se que a polêmica em torno da implantação do sistema de cotas para afro-descendentes nas universidades tem sido permeada por argumentos que se firmam basicamente em dez pilares, a seguir listados, conforme o Programa Políticas da Cor da Uerj discute:

1) As cotas são inconstitucionais, pois tratam desigualmente os que a constituição diz que são iguais;

2) As cotas ferem o princípio do mérito acadêmico;

3) As cotas constituem uma medida inócua, pois o cerne do problema é a baixa qualidade do ensino público no país;

4) As cotas trazem para o interior das universidades estudantes que farão baixar o nível acadêmico das nossas IES;

5) A sociedade brasileira é contra as cotas;

6) As cotas não podem incluir critérios raciais ou étnicos, pois somos uma sociedade de alto grau de miscigenação, impossibilitando distinguir quem é negro ou branco no país;

7) As cotas vão favorecer aos negros e discriminar ainda mais aos brancos pobres;

8) As cotas transformarão a nossa sociedade em uma sociedade racista;

9) As cotas são inúteis porque o problema não é o acesso, senão a permanência;

10) As cotas estigmatizam o negro como incompetentes e não merecedores do lugar que ocupam nas universidades.

Esses argumentos contrários às cotas serão de alguma maneira discutidos e vislumbrados na pesquisa de campo e estudos teóricos acerca da temática das cotas e suas nuances transversais, tais como: direito, igualdade formal, igualdade de fato, privilégio, mérito, racismo, discriminação entre tantas outras.

Após a Conferência de Durban, em 2001, essas discussões se instalaram e se ampliaram no ambiente acadêmico, em meio a um clima de debates, reflexões, controvérsias e antagonismos que abordavam raça, racismo, discriminação, direito, justiça, intolerância, privilégios, cultura, ações afirmativas, cotas, e tantos outros.

O debate em torno do tema das cotas para ingresso à universidade pública se tornou marcante, principalmente nas universidades, tendo em vista que já em final de 2002, estava definido o processo do ingresso por meio do vestibular para o ano de 2003 que contemplava esses aspectos.

O tema que envolve a discussão sobre a universidade pública e o sistema de cotas para afro-descendentes nos parece pertinente, em face da sua atualidade e convergência para temáticas mais amplas como: gestão, educação, desenvolvimento sustentável e contemporaneidade.

A idéia de estudar de que maneira o modelo *multicampi* interfere nas condições de permanência do afro-descendente surgiu com o fato de muito recentemente ter sido implantado o sistema de cotas em duas instituições, públicas, multicampi (Uneb e Uerj) com o primeiro ingresso em 2003, possibilitando a realização de um estudo, ainda que de caráter exploratório, e permitir aprofundar reflexões e tecer algumas considerações, que poderão subsidiar novas pesquisas e futuros estudos comparativos. Além disso, a minha experiência acadêmica e profissional propiciou a vivência e o contato direto com a temática desta dissertação: trabalhei, no período 2003 - 2006, na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Uneb

e desde então tenho a oportunidade de acompanhar de perto o desenrolar de etapas do sistema de cotas nas Universidades, o que me tem proporcionado participar de debates, mesas redondas, dentro e fora do Estado da Bahia sobre o assunto e verificar que tal processo, até hoje, gera polêmica e tem suscitado muito questionamento por diversos atores; na Uerj, a minha experiência tem ocorrido como pesquisadora interessada em observar o fato tendo como base essa universidade em conjunto com a Uneb.

Esse trabalho é fruto de observações e reflexões feitas, a partir dos processos de ingresso aos cursos por meio das cotas para afro-descendentes; procurando referenciá-lo em duas, das primeiras, universidades brasileiras a implantar um sistema dessa natureza, além de incorporar leituras sobre a temática.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as condições de permanência e sucesso[3] do afro-descendente optante das cotas na universidade *multicampi* Uneb.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o sistema de cotas para ingresso de afro-descendentes numa universidade pública multicampi como política afirmativa;
- Fornecer elementos para subsidiar estudos comparativos sobre os processos de implantação do sistema de cotas para afro-descendentes na Uneb e na Uerj;

[3] Neste trabalho os termos permanência e sucesso são usados indistintamente.

- Identificar a existência de medidas que possibilitem a permanência do aluno optante na universidade multicampi Uneb;
- Traçar o perfil acadêmico do estudante cotista da Uneb, ingresso no período de 2003 a 2007, com o intuito de verificar a sua condição de permanência;
- Apontar os fatores condicionantes da permanência do cotista na Uneb, a partir do ponto de vista do próprio cotista.

1.4 METODOLOGIA

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.83) “é o próprio estudo que estrutura a investigação, não as idéias preconcebidas ou um plano prévio detalhado”. No entanto, traçaremos aqui a metodologia do estudo desenvolvido, com o fito de fornecer “os parâmetros, as ferramentas e uma orientação geral para os passos seguintes” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 83) que foram tomados no decorrer da investigação.

O trabalho se caracteriza como um estudo exploratório, ancorado nos aspectos quantitativos e nos aspectos qualitativos do objeto estudado. Com relação aos aspectos quantitativos destaquem-se número de programas de apoio, freqüência às aulas e atividades, desempenho escolar; freqüência à biblioteca; gastos com alimentação, transporte e cópias reprográficas, gastos com compra de livros, número de livros lidos por ano. Considerando os aspectos qualitativos do estudo em questão citem-se a condição de ser cotista ou não ser cotista; aprovação e/ou reprovação nas disciplinas matriculadas.

Assim, são aqui apresentadas as categorias conceituais com as quais trabalharemos para consecução dos objetivos elencados nesse trabalho com o intuito de qualificar o objeto em estudo: implementação de políticas afirmativas no ensino superior, no tocante ao processo de permanência do afro-descendente, com o objetivo de identificar se a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade do

Estado do Rio de Janeiro têm viabilizado condições de permanência aos estudantes cotistas, ingressos no período 2003 a 2006. O período foi definido até 2006, tendo em vista ter sido publicada[4] no Diário Oficial do Estado da Bahia a Resolução Uneb/Consu nº 468/2007, a qual reformula o sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências além de revogar a Resolução Uneb/Consu nº 196/2002.

Preliminarmente, considere-se que a comparação ora prevista e tratada neste estudo deu-se entre os programas de acesso da Uneb e Uerj, em questão, no sentido de obter um foco para avaliar aspectos quotidianos às duas realidades que foram relevantes para a aferição dos programas de permanência aos cotistas na Uneb.

Consideramos como variáveis qualitativas, as seguintes categorias conceituais: (1) ser cotista; (2) não ser cotista; e, (3) as condições de permanência e sucesso para os optantes às cotas da Uneb.

São aqui considerados cotistas todos os alunos ingressos que optaram por concorrer no quantitativo referente ao sistema de cotas da universidade em questão, no período de 2003 a 2006; os demais ingressos no mesmo período são aqui considerados como não cotistas.

As condições de permanência e sucesso são abordadas a partir das seguintes condicionantes: freqüência às aulas/atividades; desempenho escolar; acesso à biblioteca, acesso a programas institucionais (bolsas de iniciação científica, bolsa de monitoria, bolsa de extensão) e o acesso a programas de apoio aos cotistas e tempo provável de conclusão.

Para medir o sucesso dos cotistas serão consideradas as variáveis: estar semestralizado (comparação entre disciplina matriculada e cursada com aprovação/semestre acadêmico); tempo provável de conclusão; nível de empregabilidade (medido a partir de indicadores tais como: estar estagiando/trabalhando na área, ter habilidades na área de informática, uso das novas tecnologias de informação e comunicação).

[4] Publicada no D.O.E. de 16-08-2007, pág. 14.

Como suporte ao estudo em questão buscou-se estabelecer um panorama histórico-geográfico dos programas de cotas às universidades brasileiras, com o objetivo de revelar seu quadro evolutivo que englobasse o período 2003 – 2007 de maneira a apresentar indícios que nos levem a estabelecer a abrangência já observada por essas ações nas instituições de ensino superior.

Destaquemos que foi empreendida pesquisa documental com o intuito de conhecer os programas de cotas e a estrutura organizacional das duas instituições, além de pesquisa bibliográfica.

A pesquisa de campo foi feita por aplicação de questionários no *Campus* III - Juazeiro e no *Campus* I – Salvador. Foi utilizada uma amostra aleatória entre os estudantes cotistas dos departamentos desses *Campi* com o intuito de atender aos objetivos listados no projeto.

1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Esse trabalho é apresentado em 7 (sete) Capítulos. O Capítulo 1, intitulado INTRODUÇÃO, procura dar uma visão geral da proposta de investigação, trazendo o problema, a justificativa, metodologia e este item que apresenta a organização adotada para a distribuição do tema estudado.

O Capítulo 2, cujo título é DA UNIVERSIDADE, apresentado em quatro seções e subseções, com o intuito de proporcionar ao leitor uma abordagem histórica em nível mundial e nacional do surgimento da instituição universitária, seu desenvolvimento e problemática a partir das idéias de alguns estudiosos com suas concepções e visões acerca da universidade, sua evolução, modelos, reorganização e transformações.

O Capítulo 3, nomeado O SISTEMA DE COTAS PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: uma análise do acesso e da permanência dos cotistas está dividido

em cinco seções e subseções que tratam de forma encadeada e inter-relacionada à temática das políticas afirmativas no ensino superior, em particular as cotas para ingresso às universidades públicas brasileiras, por meio de quadro evolutivo dessas ações, procurando pôr em realce as ações afirmativas no âmbito acadêmico no que diz respeito ao acesso, à permanência e ao sucesso dos cotistas, a partir de um panorama histórico-geográfico dos programas de cotas às universidades brasileiras, revelando seu quadro evolutivo, abrangendo o período 2003 - 2006, de maneira a mostrar a abrangência alcançada por essas ações no ensino superior brasileiro desde então.

O Capítulo 4, intitulado O SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, está dividido em oito seções e subseções e tem como objetivo apresentar a breve história da Uneb como instituição *multicampi* frente ao desenvolvimento regional do Estado da Bahia, bem como o processo de implantação do sistema de cotas para essa universidade pública estadual, ressaltando o desempenho dos cotistas no processo vestibular, preferências por curso no período em comparação com os não-cotistas, e apresenta programas na Uneb, lançados no período desse estudo.

No Capítulo 5, cujo nome é A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: um pouco da sua experiência, se encontra, distribuído em cinco seções e subseções, um sucinto relato da Uerj, suas características institucionais, do ponto de vista estrutural e acadêmico, além de uma breve comparação entre os processos de acesso da Uerj e da Uneb.

O Capítulo 6 apresenta, distribuída em quatorze seções e subseções, a PESQUISA DE CAMPO, seu universo, amostra, área geográfica de abrangência, análise e interpretação das observações feitas em campo de pesquisa.

No sétimo e último Capítulo tem-se as CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES a que chegamos com este trabalho, bem como sugestões relativas às políticas afirmativas para a educação superior, em especial à Universidade do Estado da Bahia, além de levantar questionamentos que poderão servir para aprofundamento da temática e/ou outras investigações.

Os ANEXOS e APÊNDICES trazem informações e documentos que, pelo interesse direto ou complementar com a temática, possam auxiliar e melhor ilustrar as reflexões aqui realizadas.

As REFERÊNCIAS relacionam, em ordem alfabética, as obras e documentos efetivamente citados no corpo do trabalho, quer provenientes de meio impresso ou de mídia digital ou capturados via a rede mundial de computadores.

2 DA UNIVERSIDADE

> A vida humana não é o transcorrer monótono de sua rotina quotidiana, a vida humana é, sobretudo, a sublime inquietação de conhecer e de fazer. É essa inquietação de compreender e de aplicar, que encontrou afinal a sua casa. A casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar é a Universidade (TEIXEIRA, 1997, p. 123 - 124).

> “Uma educação sem esperança não é educação” (FREIRE, 1986, p. 30).

2.1 MODELOS E CONCEPÇÕES

Iniciamos o presente capítulo conceituando universidade, procurando ressaltar características e aspectos (históricos, acadêmicos, estruturais, pedagógicos entre outros), por entender a necessidade de destacar as categorias escolhidas, que consideramos relevante no nosso objeto de estudo, conforme nos diz Chinoy (1967, p. 35) o “conceito é um termo geral, que se refere a todos os membros de determinada classe de objetos, acontecimentos, pessoas, relações, processos, idéias”. Ou seja, o conceito deve ser um termo tal que destaca o objeto conceituado de todos os outros que não se enquadram no padrão escolhido. Além disso, temos em mente que ”[...] os conceitos são derivados ou criados pela abstração de aspectos ou características dos fenômenos da complexidade total da realidade” (CHINOY, 1967, p. 37). No que tange à instituição universitária nos ressalta essa necessidade por ser complexa, múltipla, diversa e coerente com o seu próprio tempo.

Para conceituar a instituição universitária com a qual desejamos trabalhar lançamos mão de estudiosos que têm pesquisado, dissecado e analisado essa instituição milenar, a exemplo de Boaventura (1983, 1984), Buarque (1994), Catani e Oliveira (2002), Chauí (2001, 2003), Cunha (1983, 2007a, 2007b), Fialho (2005), Peixoto (2005), Queiroz (2004), Ristoff (1999), Santos, B. S. (2003, 2005), Serpa (1992), Teixeira (1958, 1962, 1997), Trigueiro (1999), Trindade (1998), Verger e Charles (1996), os quais são apenas alguns nomes com suas concepções e visões acerca da universidade, sua evolução, modelos, reorganização, inter relações com a sociedade e "metamorfoses".

Além de considerar as concepções desses estudiosos acerca da idéia geral do que seja universidade, enquanto instituição que cria, renova e difunde conhecimento científico há que se considerar mais especificamente, também, a universidade pública, a qual será caracterizada como um bem que, mantido pelo Estado, inclui a todos e que não deve excluir ninguém; como um bem que pode ser "usado" por algum indivíduo sem que se proíba a oportunidade a outro enquanto desfrute do seu uso; ou seja, é um bem que é ao mesmo tempo acessível e comum a todos. Ao mesmo tempo entenda-se a universidade pública, como um bem público, por ser provida pelo Estado, a quem está vedada a exclusão de quem quer que seja: por questões raciais, religiosas, de gênero, socioeconômicas, políticas e/ou de língua ou nacionalidade, ainda que os processos de acesso contenham critérios ou reúnam méritos pessoais, mínimos exigidos, implicando assim o ingresso somente aos que obtiverem êxito nos processos de admissão.

Assim também entenderemos a Educação Superior Pública como um bem público, na medida em que é suportada pelo Estado ainda que requeira, em alguns momentos, fontes diversificadas de financiamento. Essa forma de pensar a universidade pública e a educação superior pública se harmoniza com as idéias de Arendt (2007), a qual defende uma noção de esfera pública como o lugar gerador da vida política, em contraposição à idéia liberal de espaço agregador de indivíduos interessados que passam a experimentar uma forma radical de existência privada, o que retira completamente a dimensão política do espaço público.

Assim, a essência do bem público corresponde a direitos universalizados e a do bem privado à "[...] mercantilização do acesso ao que deveriam ser direitos:

educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer, cultura" (SADER, 2003, p. 3).

Em oposição ao entendimento de universidade pública será tratada a universidade privada, o bem privado e o espaço privado de existência e convivência.

Neste trabalho, a instituição universitária significa ora o sistema de ensino superior, em seu sentido mais amplo, ora, no sentido mais restrito, o próprio estabelecimento com sua estrutura física, estrutura organizacional, seu conjunto de normas, regulamentos, além da sua função integrada de ensino, pesquisa e extensão, pois conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996 Art. 52º):

> Art. 52º As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
> I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
> II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
> III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
> Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber (BRASIL, 1996, Art. 52).

Assim, o texto legal nos traz uma universidade que, ao se pretender plural, se preocupa com a formação de profissionais para o mercado de trabalho, ao tempo em que cuida da pesquisa, da extensão, além de dominar e cultivar o saber do homem pela produção científica, procurando abordar temas que estejam em destaque no momento. Essa universidade deve primar pela existência, formação e manutenção de um corpo docente numeroso de mestres e doutores, sendo que um terço desse quadro deve estar em regime de tempo integral. Assim, o legislador espera que as universidades cumpram, na atualidade, a função social de formar profissionais qualificados (segundo a necessidade do mercado de trabalho) e cidadãos ativos; além de proporcionar a produção do saber e cultivar o pensamento crítico nas diversas áreas do conhecimento científico, tecnológico e cultural.

Esse entendimento é reforçado por Trigueiro (1999, p. 31), o qual concebe a universidade como uma estrutura institucional,

> [...] [que] compreende uma coletividade – na qual se inserem docentes-cientistas, discentes e técnico-administrativos – com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicações, e se engaja em atividades que estão relacionadas com um conjunto de objetivos bem definidos. Como organização multifinalista, a universidade realiza, principalmente, o ensino, a pesquisa e a extensão, em suas mais diferentes formas e especificidades, como a pesquisa básica, a tecnológica, a aplicada, o ensino à distância e o presencial, cursos de extensão, consultorias em projetos e parcerias com outras organizações (TRIGUEIRO, 1999, p. 31).

A despeito do que determina o texto legal, em se tratando da universidade pública, o que se percebe é

> a persistência de problemas que interferem no desempenho da instituição, notadamente quanto à sua capacidade de gestão ou de cumprimento das suas finalidades estatutárias e que se relacionam, por exemplo, com o orçamento e o repasse financeiro; o apoio à pesquisa (básica e aplicada) e à iniciação científica; o perfil acadêmico; o dimensionamento do quadro docente e a sua titulação; a valorização do servidor técnico-administrativo; os salários; as condições de trabalho; o modelo gerencial; a informatização e a modernização acadêmico-administrativa, entre muitos outros (FIALHO, 2005, p.16).

Fialho (2005) ressalta que essa situação vivida especialmente pela universidade pública brasileira é observada muito em virtude da inexistência ou precariedade de políticas que dêem suporte à educação superior, tornando inviável a própria gestão universitária e a garantia de atendimento ao que determina o texto legal, tornando falha a consecução de uma educação de qualidade. Na realidade, o que se observa no contexto histórico brasileiro é uma sucessão de atos, leis, decretos que torna a universidade brasileira um ser inconstante em “metamorfose” permanente.

O “padrão” atual brasileiro de universidade decorre de um processo histórico que vem se modificando desde o seu surgimento. Segundo Verger e Charles (1996) desde sua criação na história da humanidade, a universidade tem passado por diversos modelos e concepções. Segundo Serpa (1992)

> a primeira intervenção realizada pela Igreja transformou a Universidade, que se constituía em uma corporação urbana de estudiosos, em uma instituição de ensino, hierarquizada com as categorias professor e aluno (SERPA, 1992, p. 48).

Assim, desde que deixou de ser uma escola da alta Idade Média e veio a ser intitulada e formalizada como universidade, tem vivenciado vários momentos e modelos que, com certeza, refletem o cenário sócio-político vigente. No entanto, há uma característica que a acompanha desde sempre: o fato de ser uma instituição eminentemente fruto do pensamento liberal e imersa num contexto que engloba a luta pela igualdade econômica (centro do pensamento socialista), em contraposição à luta pela igualdade política (centro do pensamento liberal) Palmeira (1995).

O início da formação das universidades nos primeiros momentos de sua existência na história da humanidade nem sempre ocorreu num ritmo constante. No entanto, algumas características nesse processo de formação podem ser apontadas como sendo comuns às primeiras instituições que, para Verger e Charle (1996) são: 1) a sua comunidade universitária, cuja principal característica é a dependência associativa, pois "mestres e/ou estudantes reuniram-se para constituir uma 'universidade' juramentada" (p. 19); 2) a relação da universidade e os poderes instituídos, que ora era exercido a partir do poder eclesiástico, ora se dava por meio do rei, o que veio desde então ser um limitante à autonomia universitária; 3) os primeiros conflitos que já se apresentavam em função da disputa pelo poder interno, e/ou das ingerências dos poderes externos provenientes das ações papais ou dos reis; 4) mobilidade geográfica e social: a qual, apesar de não poder ser supervalorizada (a mobilidade dos estudantes e mestres), era grande, intensificando-se mais no período da alta Idade Média, em virtude de não haver uma barreira formal que se opusesse à livre circulação das pessoas e da validade dos diplomas; além disso, percebe-se que naquele período havia um grande número de "estudantes e dos graduados [...] [provenientes] das 'classes médias', sobretudo urbanas" (VERGER; CHARLES, 1996, p.28).

O surgimento das universidades marcou a definitiva "distinção profunda das funções da escola em relação às demais funções da sociedade" (TEIXEIRA, 1997, p. 121). Essa instituição

> [...] retirava da Igreja e do Estado funções anteriormente exercidas por esses dois poderes. [E] [...] a disciplina que as regulou foi uma condição para o exercício vigoroso de sua função. A carta ou estatuto de direitos e privilégios, concedidos às novas instituições pelos monarcas ou pelo Papa, foi o primeiro reconhecimento da autonomia essencial que vieram desenvolvendo, daí por diante, as

> universidades, até que se puseram em pé de igualdade com as grandes instituições fundamentais da humanidade: a Família, a Igreja e o Estado (TEIXEIRA, 1997, p. 122).

Trindade (1998) divide a história da universidade em quatro períodos: 1) do século XII até o Renascimento; 2) do século XV ao século XVI; 3) do século XVII ao século XVIII; e, 4) do século XIX aos dias atuais. No desenrolar desses quatro períodos, vê-se, segundo o autor, que a universidade surge em plena Idade Média como uma instituição tradicional, cujas idéias advêm de Paris e Bolonha, protegida pela Igreja romana.

Em consonância com o seu momento histórico, social e cultural, nos séculos XV e XVI a Universidade

> [...] renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, que floresce nas repúblicas urbanas italianas e se estende para os principais países da Europa do centro e do norte e sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma (TRINDADE, 1998, p. 2).

O autor ressalta que os séculos XVII e XVIII imprimem um diferencial à universidade, pois é o período da história da humanidade assinalado por várias descobertas científicas em vários campos do saber, tais como a Química, a Física, a Matemática, a Astronomia, a Biologia, a Medicina, e assim pela crescente

> [...] valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosas e o início da Revolução Industrial inglesa, [de forma que] a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX (TRINDADE, 1998, p. 2).

Esses modelos se firmam no que Trindade considera como o quarto e último período. Seus desdobramentos são percebidos nos “nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo que se configurem as principais variantes padrões das universidades atuais” (TRINDADE, 1998, p. 2). O que comprova que a humanidade vive em uma “sublime inquietação de conhecer e de realizar [...] [que se aninha em perfeição numa] [...] casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar [que] é a Universidade”, conforme entende o grande educador baiano Anísio Teixeira (1997, p.124).

No entanto, a expansão característica da instituição universitária em seus primórdios, não aconteceu de forma generalizada e organizada, pois o mundo foi

sendo “civilizado” aos poucos e as nações surgem no contexto histórico de forma vagarosa e desordenada e com isso as suas instituições vão se insurgindo no cenário de maneira paulatina.

A partir da observação do conteúdo do Quadro 1, a seguir, é possível compreender que, enquanto a universidade se expandia em várias partes do mundo e se desdobrava, ainda que lentamente, em uma verdadeira “malha” de universidades, nas Américas, ela (universidade) ainda não havia chegado, pois os registros apontam que as primeiras universidades latino-americanas foram fundadas a partir do Século XVI em “São Domingos (1538), [em] Lima (1551) e [no] México” (VERGER; CHARLES, 1996, p.42).

Ord.	Ano	Universidade	País/Cidade	Observações
1	859	Karueein	Marrocos/Fez	Funciona em um mosteiro.
2	988	Al-Azhar	Egito	Funciona em uma mesquita islâmica.
3	1088	Bolonha	Itália	Multicampi com sedes em Bolonha, Ravenna, Forlì e Cesena. http://www.unibo.it
4	1096	Oxford	Inglaterra	Primeira universidade do mundo inglês. http://www.ox.ac.uk
5	1170	Paris	França	Foi fundada a partir da escola da catedral de Notre-Dame. http://www.univ-paris1.fr
6	1175	Modena	Itália	Possui dois campi nas províncias de Modena e Rainha Emília. http://www.unimore.it
7	1208-1241	Valladolid	Espanha	Fundada entre 1208 e 1241 pelo Rei Alfonso VIII, contava com a proteção real e do Papa. Não há estudos seguros da data de fundação da Universidad de Valladolid, apenas que iniciou suas ações em final do Século XIII.
8	1209	Cambridge	Inglaterra	http://www.cam.ac.uk
9	1218	Salamanca	Espanha	Fundada pelo Rei Alfonso IX de Leon. http://www.usal.es
10	1220	Montpelier	França	Foi iniciada com um curso de Medicina. http://www.univ-montp2.fr
11	1222	Pádua	Itália	http://www.unipd.it/
12	1224	Nápoles	Itália	Fundada por Frederico II, iniciou seus trabalhos pelo curso de Direito. http://www.unina.it
13	1229	Toulouse	França	Foi iniciada com um curso de Direito. http://www.univ-tlse1.fr
14	1233	Al Mustansiriya	Iraque	Sua sede é na cidade de Bagdá
15	1240	Siena	Itália	Foi iniciada com os cursos de Direito, Gramática e de Medicina. http://www.unisi.it/
16	1280	Lisboa	Portugal	Fundada como Universidade Portuguesa pelo Papa Nicolas IV. http://www.ul.pt
17	1290	Coimbra	Portugal	Criação do Estudo Geral Português, com a assinatura do documento “Scientiae thesaurus mirabilis”, por D. Dinis (1 de Março), confirmado pela bula “De statu regni Portugaliae” do papa Nicolau IV (9 de Agosto), com as Faculdades de Artes, Direito Canónico (Cânones), Direito Civil (Leis) e Medicina. A Universidade começa a funcionar em Lisboa.

				http://www.ci.uc.pt
18	1300	Lérida	Espanha	http://www.udl.cat/udl/presentacio.html
19	1303	Avingnon	França	http://www.univ-avignon.fr
20	1308	Perúsia	Itália	http://www.unipg.it/centenario/
Quadro 1. As vinte universidades mais antigas do mundo que ainda estão em funcionamento				

Fonte: Criado pela autora a partir de Verger e Charles (1996) além de conteúdo dos sites acima.

O Quadro 1, anterior, com modelos diversos de universidade distribuídos em tantos países diferentes, confirma as idéias de Teixeira (1997) acerca da necessidade que os povos têm da existência dessa instituição para serem autênticos em sua própria forma de ser; confirma o pensamento de Belloni (1992) ao conceber a universidade como um ser mutante por sua própria essência, pois cada instituição é característica do povo a que atende; e, nos faz pensar nas palavras de Romano (1992), quando este trata essa instituição como legítima representante de desejos da sociedade na qual surgiu. Visualizando o referido Quadro 1 e observando a velocidade com que, em seis séculos, vinte universidades se formaram e que hoje os países nos quais elas são sediadas representam alto nível de desenvolvimento social e econômico, é fácil entender as idéias desses estudiosos. Para Teixeira (1997, p. 122),

> A Universidade é, pois, na sociedade moderna, uma instituição característica e indispensável, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm também não têm existência autônoma, vivendo, tão-somente, como um reflexo dos demais.
> Com efeito, a história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história da sua cultura, e a história da sua cultura é, hoje, a história das suas universidades (TEIXEIRA, 1997, p 122).

Belloni (1992) defende que não existe um conceito único de Universidade, o qual varia ao longo do tempo e dos lugares nos quais se desenvolveram:

> A instituição denominada Universidade em épocas e regiões diversas, com modos de produção, níveis de desenvolvimento social e econômico distintos, padrões culturais profundamente diferentes é, também ela, em verdade, muito diferente: não tem correspondido a um modelo único e tem se ajustado, ao longo do tempo, à realidade contextual (BELLONI, 1992, p. 71).

Assim, tendo em vista que a instituição universitária tem correspondido ao tempo e lugar no qual está inserida, para Romano (1992) ela (universidade) não deve ser um espaço oco no qual nada se produz, sendo apenas caixa de repetição de interesses partidários, e seu compromisso é, em essência, universal e

eminentemente ético ao servir de ponto irradiador das mais legítimas aspirações da sociedade.

Ou seja,

> A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou de artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades (TEIXEIRA, 1997, p. 123).

Ao pensar na instituição universitária, Teixeira lhe incumbe um sentido de ser exclusivo o qual não se imagina delegar a qualquer outra instituição – Estado, Família, Igreja ou até mesmo a escola. A ela (universidade) não se pode incumbir a função apenas de difundir conhecimento, de conservar a experiência humana, preparar profissionais para o mercado, mas tudo isso e ainda gerar conhecimento científico que melhore a qualidade da vida humana, pois é a universidade "[...] a casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar" (TEIXEIRA, 1997, p. 124).

2.2 A UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA: surgimento e conflitos

O contexto no qual universidades iam sendo formadas de maneira quase "natural", em sua maioria no seio do continente europeu, não se apresentou de maneira semelhante em países como Brasil, México, Estados Unidos e tantos outros que foram colonizados por nações européias, em pleno continente latino americano, como já afirmamos. Cada um desses países tem uma história de surgimento e desenvolvimento com particularidades que a torna peculiar em muitos detalhes, em especial com relação à história da formação, desenvolvimento e amadurecimento do sistema educacional.

No Brasil, os primeiros cursos de ensino superior foram iniciados com a chegada da família Real Portuguesa em 1808, que funda o primeiro curso de Cirurgia na cidade de Salvador e a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro com o propósito de atender os filhos dos portugueses que tinham sido obrigados a abandonar Portugal em virtude do embargo econômico imposto por Napoleão ao continente europeu. No entanto, apenas no ano de 1912 é que surgiu a primeira universidade no Brasil sob nome de Universidade do Paraná, mas que não sobreviveu por motivos políticos, sendo desmembrada em faculdades para evitar o fechamento, tendo ressurgido como Universidade Federal do Paraná, em 1950.

Há muitos argumentos e contra-argumentos que tentam explicar esse "nascimento" tão extemporâneo desse nível de educação no Brasil. Há os que afirmem ter sido interesse de Portugal que aqui não se formasse um grupo pensante que pudesse ser contrário ao Rei de Portugal e apressasse as lutas pela independência; há os que argumentem que Portugal não tinha um número de docentes e universidades que possibilitassem a migração de alguns desses para o Brasil, sem prejudicar o Império lusitano europeu. Há também os que atribuem à própria formação do povo brasileiro, conforme assegura Serpa (1992) que "os portugueses, em face de não encontrarem sociedades desenvolvidas, puderam realizar uma colonização extensiva e rural" [provocando no Brasil, em especial, o] "nascimento tardio" da universidade (SERPA, 1992, p.49). Ou seja, o processo de implantação de cursos de ensino superior no Brasil foi decorrente de vontade meramente governamental, não havendo nenhum movimento vitorioso decorrente de intelectuais brasileiros: a Corte Portuguesa necessitou, desejou e assim foi feito.

É essa a maneira costumeira que a universidade tem surgido no Brasil, meramente para atender a uma minoria populacional privilegiada e satisfazer às suas próprias necessidades. Desta forma, a esperada popularização da educação não se concretizou em tantos anos de República, nem mesmo a educação em nível básico e fundamental, ainda que se diga que a educação deva ser para todos como é publicado como prioridade no sítio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Essa prioridade tem sido também perseguida como ideal democrático por alguns intelectuais brasileiros, em especial por Anísio Teixeira, o qual sempre expressou sua maneira de entender a educação em diversos momentos como um bem que deva ser amplamente democratizado. Ele

se declarava “[...] contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância” (TEIXEIRA, 1958).

Para Teixeira (1989), o fato de o ensino superior haver surgido, no Brasil, apenas no início do século XIX – 1808[5] – resulta de uma tradição local antiuniversitária, alimentada pelo retardamento ou pobreza intelectual vigente no País. Assim, o que se viu foi a identificação

> [...] [da] universidade com as formas obsoletas da cultura medieval [, oferecendo] resistência à idéia de universidade [...] não havendo o Brasil criado a universidade, mas apenas escolas profissionais superiores, [e] deixou de ter o órgão matriz da cultura nacional [...] Esse foi o resultado mais grave: deixamos de criar as condições para se formar a cultura comum nacional, perdendo-se todo o século XIX. [...]. Como explicar-se, não haver repercutido no Brasil esse movimento pela recuperação da universidade, persistindo a primeira reação contra a universidade medieval? [...] Ora, em 1882, isto representava, dentro da atmosfera daquela época, a reprodução de uma posição do século XVIII, que vinha sendo radicalmente revista no século XIX. Registra-se um retardamento da informação nacional. [Enquanto que] em 1882, tanto na Europa como na América a universidade moderna já era uma realidade [...]. A República [brasileira] continuou a tradição da resistência. [...] Como aceitar que se tenha perdido todo o século XIX e cerca de um terço do século XX para somente ser possível em 1934 e 35 as primeiras universidades brasileiras com [o surgimento d] a Universidade do distrito Federal e a Universidade de São Paulo?" (TEIXEIRA, 1989, p. 67- 89).

Essa instituição universitária, que, no Brasil, indiscutivelmente nasceu de uma forma quase inesperada e asseguradamente tardia, vem passando por diversas reformas que perfazem mais de um século de República. A exemplo, podemos citar o Estatuto das Universidades Brasileiras, decreto nº 19.851/1931; a Lei da Reforma Universitária nº 5.540/1968; além de um conjunto de ações governamentais na década de 1990[6], principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado nacional, dentro ainda

[5] A universidade brasileira não foi criada em 1808 – mas, o ensino superior. A Universidade foi criada em 1912, como já foi dito antes, com a Universidade do Paraná mas, os estudiosos brasileiros só consideram propriamente universidade a USP de 1934 (porque é a primeira a inserir a pesquisa de forma integrada como se preconizava na Alemanha de Humboldt).

[6] Sucateamento das universidades públicas federais pelos cortes de verbas, a não abertura de concurso público para docentes e corpo técnico-administrativo (problema verificado tanto na esfera federal quanto na estadual), continuidade da expansão do ensino superior privado e até mesmo incentivo público para isso com incentivos fiscais oferecidos a empresários do ensino superior, aumento das fundações privadas no interior das universidades públicas e inexistência de política de assistência estudantil.

dos marcos da dependência cultural, aos quais Portugal estava preso" (CUNHA: 2007b, p.62).

A configuração da universidade em cada momento, espaço social ou cultural se diferencia e se "metamorfoseia" como uma instituição cujos valores, tradições e modelos refletem seu momento e o pensamento dominante. É por isso que ter em mente diversos fatos históricos que, de alguma forma, foram modelando a educação brasileira é importante, ainda que de forma sintética como se apresenta no Quadro 2, a seguir.

Ano	Fato
1500	"Descobrimento"[7] do Brasil.
1549	Chegada dos jesuítas com o governador-geral Tomé de Souza.
1550	Fundação do primeiro colégio dos jesuítas na Bahia
1553	Criação do curso de Humanidades.
1572	Criação dos cursos de Artes e Teologia no colégio dos jesuítas da Bahia
1759	O ensino saiu da égide dos jesuítas que foram expulsos do Brasil, dando lugar a outros currículos, outros métodos de ensino, gerando uma nova estrutura para a educação escolar além de provocar uma desarticulação do sistema educacional escolar.
1808	Chegada da Família Real Portuguesa, em Salvador, e instituição do primeiro curso superior em cirurgia médica, decisão régia de 18 de fevereiro do referido ano.
1810	Ensino de Engenharia na Academia Real Militar (construção, mineração e química), a qual deu origem à Escola Politécnica em 1874.
1820	Em 1820 o povo português mostra-se descontente com a demora do retorno da Família Real e inicia a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto, o que apressa o retorno de D. João VI a Portugal.
1822	Independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I no dia 7 de setembro, às margens do rio Ipiranga, em São Paulo.
1824	Constituição do Império. O Art. 179 desta Lei Magna dizia a "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos".
1854	O Decreto 1331A, de 17 de fevereiro, reforma o ensino primário e secundário, exigindo professores credenciados e a volta da fiscalização oficial; cria a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária. É criada uma escola normal na Paraíba.
1889	Proclamação da República em 15 de novembro.
1891	Primeira constituição republicana brasileira.
1911	Surge a Lei Orgânica de Rivadávia Correia, estabelecendo o ensino livre e retirando do Estado o poder de interferência no setor educacional.
1915	A Lei do Ministro Carlos Maximiliano oficializa de novo o ensino.
1920	Instituído o movimento Escola Nova, pelas mãos de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho.
1922	Semana de Arte Moderna.
1925	Reforma da educação por Anísio Teixeira, na Bahia, através da Lei 1.846.
1930	Posse de Getúlio Vargas no governo provisório. Criação do Ministério da Educação e Saúde.
1931	Estatuto das Universidades Brasileiras. Decreto nº 19.851.
1934	Promulgação da segunda Constituição republicana brasileira.
1935	Criação da Universidade do Distrito Federal, por Anísio Teixeira. A qual foi dissolvida pelo Governo Vargas, em 1939.
1937	Criação da Universidade do Brasil por lei oriunda do Poder Legislativo em 5 de julho de 1937, ainda antes do Estado Novo. Dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada na década de 1920 como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade.

[7] Esse fato gera muita controvérsia no meio acadêmico.

	Quarta constituição da história brasileira, no mesmo dia em que era implantado no país o Estado Novo.
1938	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).
1939	o Instituto Monitor inicia suas atividades --esta é a instituição mais antiga em funcionamento no país a oferecer educação não-presencial.
1945	Término da Era Vargas.
1948	Criação da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento das Ciências (SBPC).
1951	Com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país" foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741.
1961	Depois de treze anos de discussões é promulgada a Lei 4.024, que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O presidente João Goulart ainda vetou 25 artigos que posteriormente receberam aprovação pelo Congresso. Surgem os Centros Populares de Cultura - CPC, intimamente ligados à União Nacional dos Estudantes - UNE, e o Movimento de Educação de Base - MEB, ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e ao governo da União.
1962	É criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este substitui o Conselho Nacional de Educação. São criados também os Conselhos Estaduais de Educação.
1964	Golpe de Estado – instituído, em março-abril, o período ditatorial no Brasil, deixou o país mergulhado em um período de perseguição política de toda natureza: A Universidade de Brasília - UnB é invadida por tropas militares; ficam na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes - UNE e cria os Diretórios Acadêmicos - DAs, restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes - DCE, no âmbito da universidade. Além disso cite-se a assinatura do Acordo Ministério da Educação e Cultura - MEC/*United States Agency International for Development - USAID* para Aperfeiçoamento do Ensino Primário. Visava a contratação de 6 assessores americanos por dois anos. Esse longo momento histórico veio a ser derrubado com o movimento “Diretas Já”, no ano de 1984.
1968	Promulgação da Lei nº. 5.540 da Reforma universitária.
1971	É promulgada a Lei nº 5.692 que regulamenta o ensino de primeiro e segundo graus. Entre outras determinações amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutina o antigo primário com o ginasial, suprimindo o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante.
1976	Cria-se o Sistema Nacional de Teleducação.
1988	Promulgação da terceira Constituição republicana brasileira – “Constituição Cidadã”.
1995	O Governo Federal envia ao Congresso uma emenda constitucional que propõe a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor – FUNDEF o qual foi instituído no ano de 1996. Através da Lei 9131 é criado o Exame Nacional de Cursos - ENC.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Também chamada Lei Darcy Ribeiro.
1998	É instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, para ser aplicado aos alunos concluintes e aos egressos deste nível de ensino.
1999	Criação e implementação do projeto Geração XXI, no Estado de São Paulo com 21 jovens negros(as), para acompanhá-los do final da 8ª. série ao último ano da graduação.
2003	Primeiros vestibulares às universidades públicas estaduais com ingresso diferenciado pelo sistema de cotas na Uneb, Uerj e Uenf.
2004	Primeiro vestibular a uma universidade pública federal pelo sistema de cotas: Universidade de Brasília.

Quadro 2: A educação brasileira: alguns marcos importantes de 1500 - 2004

Fonte: Criado pela autora a partir de Cunha (2007a, 2007b).

O conteúdo do Quadro 2, anterior, nos permite inferir que a educação formal demorou a ser instituída no nosso país até pela maneira como foi povoado, colonizado pelos portugueses, e que a educação só teve algum destaque a partir do

momento que havia um interesse pessoal do colonizador pelo seu surgimento e desenvolvimento. Além disso, é possível identificar que a educação com a qual lidamos no Brasil atual é fruto de diversas ações políticas, leis, decretos, assim como de toda uma conjuntura nacional e internacional, que culminou em reformas ou em deformações, ora influenciando-a diretamente ora indiretamente, mas que fazem a educação brasileira ter as características que tem hoje.

Em se tratando de ensino superior, sabe-se que iniciou tardiamente (1808), foi "importado" por vontade dos governantes (Rei de Portugal) a partir de um modelo vigente na Europa, o qual em nada correspondia ao nosso país, apenas para atender à necessidade da aristocracia que acompanhava o Rei. No entanto, como já falamos, há pelo menos três momentos considerados como marcos iniciais, da universidade, no Brasil: 1912, 1920 (ambos incluídos no Quadro 2) e 1934 (TEIXEIRA, 1989, p. 67- 89). Porém, o que podemos afirmar é que, qual seja o parâmetro, a universidade chega muito tardiamente em solo brasileiro. Assim, se pode perceber que não há uma cultura nacional de implantação de universidade como uma necessidade da nação em se desenvolver e se tornar uma nação autônoma, soberana perante as outras nações.

Essa instituição universitária que nasceu por imposição governamental vem se modificando e há uma diversidade de "modelos" de Instituições de Ensino Superior que hoje se pode perceber no Brasil e também no mundo, o que reforça a idéia de Romano (1992) de que não há um consenso do que seja universidade. No entanto, para Goergen (2006, p.65), mesmo

> [...] [comparando] as instituições que se denominam universidades quanto à natureza, à organização, aos objetivos, às áreas de trabalho, aos interesses, às formas de financiamento, entre outros aspectos, certamente não [nos fará] [...] [chegar] a um mínimo denominador comum. [Há que se pensar também que quanto] à estrutura, à abrangência, à pesquisa, à experiência acadêmica, à estabilidade, ao corpo docente [nada imprime a ela (universidade) condições de receber um conceito rigoroso do que venha a ser essa instituição] (GOERGEN, 2006, p. 65).

Assim, cabe refletir sobre a Universidade, pensando nela como "parte integrante do paradigma da modernidade" (SANTOS, B. de S., 2003, p. 223) e que

> qualquer que seja o projeto de universidade para o Brasil, este deverá considerar, em primeiro lugar, o invariante histórico do

> patrimonialismo e, mais especificamente o invariante histórico da profissionalização do ensino superior (SERPA, 1992, p. 49).
> [...]
> Sendo de caráter urgente e relevante, para mudar do ponto de vista qualitativo os indicadores de avaliação institucional a superação desses dois níveis do problema (SERPA, 1992, p. 51).

Além de considerá-la sob o ponto de vista do acesso a partir do princípio de que o desenvolvimento sócio-econômico e territorial de uma nação pressupõe uma educação de qualidade para toda a população temos também que pensar na educação atual como sendo decorrente das transformações ocorridas no mundo durante o século XX, e com repercussão no Brasil.

Permeadas pelas lutas sociopolíticas desencadeadas a partir dessas mudanças,

> a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direito dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também [a ser vista como] uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela (CHAUÍ, 2003, p. 1).

O referido cenário nos faz pensar no contexto de lutas travadas entre a sociedade (representada, em muitos momentos, pelas universidades, órgãos de classe, e associações) e os governantes nos períodos em que prevaleceu o Estado ditatorial no Brasil como sendo um dos fatores geradores dos desdobramentos agora observados nas instituições nos diversos níveis educacionais que não são inclusivas na intensidade em que necessitariam e se dizem ser.

Apesar desse contexto a universidade nunca conseguiu vir a ser um espaço amplamente democrático, não obstante alguns esforços, principalmente no que diz respeito ao acesso. Como ratificação de tal fato, no caso brasileiro, tem-se que a distribuição dos estudantes universitários nas diversas áreas do conhecimento não está equitativamente representado, como é possível confirmar em dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em seus diversos censos do ensino superior, em particular o que apresentam a Tabela 1, a Tabela 2, a Tabela 3 e o Gráfico 1 a seguir, mesmo levando em consideração as inúmeras mudanças percebidas na educação superior desde a década de 1990.

Conforme anunciado a Tabela 1, a seguir, reúne dados do Inep resultantes dos Censos da Educação Superior dos anos descritos, a partir das informações que abrangem todas as instituições de ensino superior que tinham pelo menos um curso em funcionamento de 1990 até outubro de 2006. Assim pode-se ver que para o último ano em questão foram totalizadas 2.270 instituições, sendo 105 instituições a mais do que no ano anterior.

Tabela 1 - Crescimento das IES por Região - Brasil 1990 - 2006

Ano	Brasil	%	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
1990	918	-	26	111	564	147	70
1995	894	-3	31	92	561	120	90
2000	1180	17,9	46	157	667	176	134
2001	1391	17,7	61	211	742	215	162
2002	1637	13,6	83	256	840	260	198
2003	1859	8,3	101	304	938	306	210
2004	2013	70	118	334	1001	335	215
2005	2165	7,6	122	388	1051	370	234
2006	2270	4,9	135	412	1093	387	243
Total do período	14.327	137	723	2.265	7.457	2.316	1.556

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados do MEC/Inep/Deaes, disponíveis em www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/ e www.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolução_1990-1998.pdf

Além do que é apresentado na Tabela 1, os números encontrados no mesmo Censo revelam que das instituições de ensino superior existentes no Brasil, no ano de 2004, 11% são públicas e 89% são privadas. O crescimento médio da quantidade de instituições verificado naquele ano foi de 8,3%, bem inferior aos percentuais observados nos últimos três anos, 17,9%, 17,7% e 13,6%, respectivamente.

Segundo o Censo 2004 existiam 18.644 cursos de graduação presencial, incluídos os bacharelados, as licenciaturas e os cursos de formação de tecnólogos. Em relação a 2003 foram criados um total de 2.191 novos cursos no ano, representando um aumento de 13,3%.

É evidente, na mesma Tabela 1, que os anos de 2000, 2001 e 2002 apresentam o maior crescimento percentual de instituições de ensino superior no cenário brasileiro, ali retratado. Para uma melhor visão acerca dos dados concernentes a esses anos, considere-se a Tabela 2, a seguir, na qual os referidos números aparecem organizados por unidade da federação e categoria administrativa, tendo em vista a esfera pública e a privada de IES. Essa

reorganização das informações nos permite visualizar que houve um crescimento percentual maior nas IES privadas, qualquer que seja a região/unidade da federação considerada.

Tabela 2 - Unidade da Federação/Categoria Administrativa – 2000 - 2002

	Brasil			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
Ano	Mat.		%	Mat.	%	Mat.	%	Mat.	%	Mat.	%	Mat.	%
2000	Total	1180		46		157		667		176		134	
	Pública	176		11		44		72		34		15	
	Privada	1004		35		113		595		142		119	
2001	Total	1391	17,9	61	32,6	211	34,4	742	11,2	215	22,6	162	20,9
	Pública	183	4,0	12	9,1	46	4,5	75	4,2	33	-2,9	17	13,3
	Privada	1208	20,3	49	40	165	46,0	667	12,1	182	28,2	145	21,8
2002	Total	1637	17,7	83	36,1	256	21,3	840	13,2	260	20,9	198	22,2
	Pública	195	6,6	14	16,7	51	10,9	77	2,7	35	6,1	18	5,9
	Privada	1442	19,4	69	40,8	205	24,2	763	14,4	225	23,6	180	24,1

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados do MEC/Inep/Deaes, disponíveis em www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/ e www.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolução_1990-1998.pdf

A partir do que a pesquisa divulgou é apresentada, sinteticamente, na Tabela 3, a seguir, a lista dos dez cursos mais procurados e com mais profissionais concluintes no ano de 2004. Juntos, esses cursos correspondem ao número de 405.172 estudantes formados por essas áreas de um total de 626.617, ou seja, 64,7% das matrículas. Pode-se perceber que os dois primeiros cursos (Administração e Direito) são da área de humanas e significam 27,7%.

Tabela 3 - Os dez maiores cursos por número de matrículas e concluintes Brasil 2004

Cursos	Matrículas	%	Concluintes
Administração	620.718	14,9	83.659
Direito	533.317	12,8	67.238
Pedagogia	388.350	9,3	97.052
Engenharia	247.478	5,9	23.831>
Letras	194.319	4,7	37.507
Comunicação Social	189.644	4,6	26.816<
Ciências Contábeis	162.150	3,9	24.213
Educação Física	136.605	3,3	17.290

Enfermagem	120.851	2,9	13.965
Ciência da Computação	99.362	2,4	13.601
Total dos dez	2.692.794	64,7	405.172
Brasil	4.163.733	100	626.617

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados do MEC/Inep/Deaes – 2004. Disponível em www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/ e www.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolução_1990-1998.pdf

Na Tabela 4, a seguir, são apresentados alguns dados coletados pelo Inep em 2006, junto às Instituições de Ensino Superior, sobre os seus cursos e informações relativas à vida acadêmica dessas instituições. São informações sobre os dez cursos com o maior número de matriculados e de concluintes. Juntos, esses cursos correspondem a 67,42% das matrículas e o número de estudantes formados por essas áreas chegou a 395.738 de um total de 736.829, significando 67,21% do total dos que concluíram um dos 652 cursos existentes naquele ano.

Tabela 4 - Os dez maiores cursos por número de matrículas e respectivos números de concluintes - Brasil 2006

Cursos	Matrículas	%	Concluintes	%
Administração	654.109	13,99	98.186	13,33
Direito	589.351	12,60	79.181	10,75
Pedagogia	281.172	6,01	62.357	8,46
Ciências Contábeis	179.294	3,83	28.931	3,93
Enfermagem	177.413	3,79	23.762	3,22
Comunicação Social	173.534	3,71	27.591	3,74
Formação de Professor de Letras	139.678	2,99	28.553	3,87
Fisioterapia	105.868	2,26	15.930	2,16
Psicologia	101.512	2,17	16617	2,26
Formação de Professor de Educação Física	97.618	2,09	14.630	1,99
Total dos dez	2.499.549	67,42	395.738	67,21
Brasil	4.676.646	100	736.829	100

Fonte: Criado pela autora com base nos dados do MEC/Inep/Deaes – 2006. Disponível em www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/ e www.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolução_1990-1998.pdf

A comparação entre os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4, nos faz perceber que a lista dos dez maiores cursos por número de matrículas e respectivos números de concluintes apresenta algumas modificações. No ano de 2006 os cursos de Engenharia e Ciência da Computação nem figuram na lista citada, enquanto em 2004 ocupavam o quarto e o décimo lugares, respectivamente. Ao mesmo tempo, o Curso de Ciências Contábeis subiu de sétimo para o quarto lugar, na mesma listagem, seguido por Enfermagem que sai de nono lugar, em 2004, para quinto em

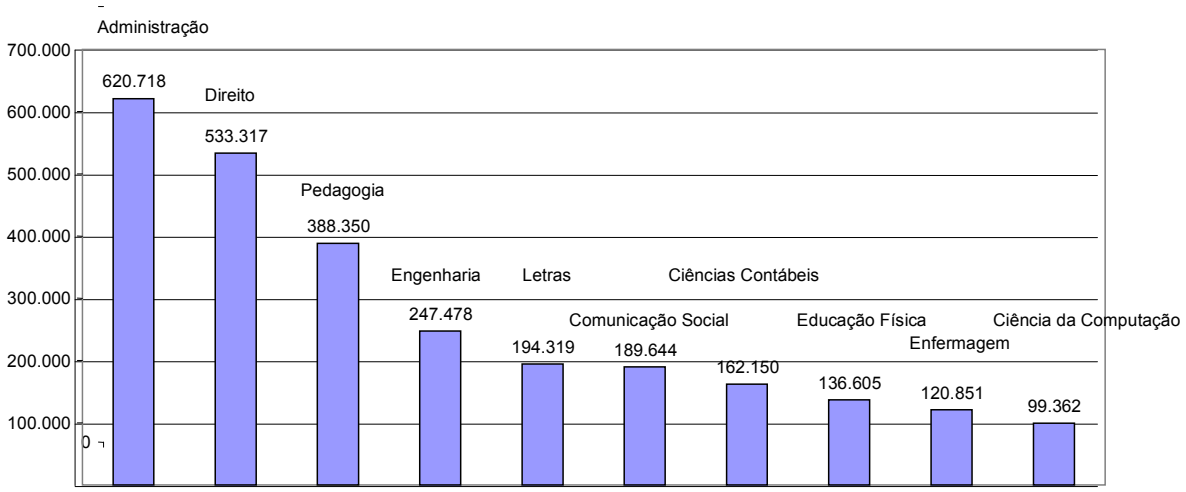
2006. Do ponto de vista relativo, o curso de Comunicação Social teve um decréscimo na sua procura, saindo de 4,6% para 3,71%, mas do ponto de vista absoluto o número de matrículas associada a esse curso o faz permanecer no sexto lugar do rol de cursos. Além de tudo isso, pode-se notar também que os cursos de Fisioterapia e Psicologia ocupam, respectivamente, o oitavo e o nono lugar, mas não figuravam na lista de 2004, conforme se pode ver, ainda nas Tabelas 3 e 4.

Vale ressaltar que em 2006, segundo o referido Censo, foram inscritos 4.763.165 (quatro milhões, setecentos e sessenta e três mil, cento e sessenta e cinco) candidatos para disputar 2.337.488 (dois milhões, trezentas e trinta e sete mil, quatrocentas e oitenta e oito) vagas em um curso superior, num total de 652 cursos, mas somente foram preenchidas 1.311.533 (um milhão, trezentas e onze mil, quinhentas e trinta e três) vagas, ficando 43,89% das vagas ociosas. Com isso, percebe-se que muitos ficaram fora do sistema de ensino superior, tendo em vista o total de inscritos *versus* o número de vagas que deixaram de ser preenchidas.

Essa constatação da exclusão do ingresso ao ensino superior, no Brasil, é mais evidente quando se pensa na quantidade de jovens que concluíram o ensino médio ao final do ano de 2005, os quais podem ser considerados teoricamente aptos a ingressar no nível educacional imediatamente superior. Vale destacar que segundo o Inep (2006), ao final de 2005 haviam concluído o ensino médio um total de 1.858.615 (um milhão oitocentos e cinqüenta e oito mil seiscentos e quinze) estudantes, isso sem contar com os que concluíram o ensino médio nos anos anteriores e que ainda não haviam ingressado numa IES. Os números e a conjuntura socioeducacional brasileira induzem a pensar que muitos dos estudantes não conseguem atingir o nível mínimo de preparo para prestar um concurso de ingresso a uma instituição de ensino superior, quer seja essa pública ou privada.

Para melhor visualização da demanda pelos cursos, no ano de 2004, anteriormente listados na Tabela 4, observe-se o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Os dez cursos mais procurados - Brasil 2004



Fonte: MEC/Inep/Deaes. Disponível em www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/

Observar a expansão no número de instituições privadas, e das matrículas nessas instituições, assim como a lenta, mas firme redução dos investimentos estatais nas universidades públicas, com relação ao PIB, fornece provas inequívocas de que a universidade e, por extensão, a educação superior estão passando por profundas mudanças. No Brasil, a multiplicação das instituições de ensino superior privadas foi extraordinária nos anos recentes de 2000 a 2007, elevando-se seu número a 102,39% do total, enquanto que as instituições públicas tiveram seu quantitativo elevado em apenas 41,48%, conforme se pode ver na Tabela 5, a seguir.

As matrículas em instituições privadas já beiram o absurdo dos 193,27% em relação às instituições públicas de ensino superior, conforme dados divulgados pelo Inep em Sinopse Estatística da Educação Superior 2007. Em contrapartida, mais de 90% da pesquisa produzida no país – mormente a básica –, mais de 80% dos mestres e 90% dos doutores titulados são frutos do investimento público e da atividade científico-acadêmica das universidades públicas (federais e estaduais, entre estas se destacando as estaduais paulistas).

Tabela 5 - Painel evolutivo do número de instituições de ensino superior 2000 - 2007

	Geral	Crescimento	Públicas	Crescimento	Privadas	Crescimento
2000	1.180	-	176	-	1.004	-
2001	1.391	17,88%	183	3,98%	1.208	20,32%
2002	1.637	17,69%	195	6,56%	1.442	19,37%
2003	1.859	13,56%	207	6,15%	1.652	14,56%
2004	2.013	8,28%	224	8,21%	1.789	8,29%
2005	2.165	7,55%	231	3,13%	1.934	8,11%
2006	2.270	4,85%	248	7,36%	2.022	4,55%
2007	2.281	0,48%	249	0,40%	2.032	0,49%
Total		93,31%		41,48%		102,39%

Fonte: Criada pela autora a partir dos dados do MEC/Inep/Deas, disponíveis em www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/

Esse panorama, rapidamente analisado, pode ser entendido como fruto das mudanças que o cenário da educação tem vivido no Brasil do século XXI. Para Peixoto (2005), as mudanças vivenciadas pela educação superior no Brasil na última década foram intensas e muito é reflexo do que já vinha sendo feito desde os anos de 1970 com a lei da Reforma Universitária editada em 1968, que pretendia implantar na esfera pública um modelo *humboldtiano*, o qual une ensino e pesquisa. Não sendo possível, na prática o que realmente aconteceu foi a forte e crescente expansão do sistema privado de ensino não universitário, que atingiu seu apogeu no final da década de 1970. No entanto, na realidade

> O Estado – no caso, a União – não chegou a reduzir o apoio às instituições federais – [todavia,] foi de proporções nunca vistas o volume de recursos orçamentários postos, de maneira indireta, à sua disposição para o desenvolvimento de ciência e tecnologia e a formação de pesquisadores –, mas também não cumpriu o papel que dele se esperava diante da forte expansão de demanda por ensino superior existente na sociedade brasileira (PEIXOTO, 2005, p. 180).

Para a autora, nos anos de 1990 se apresenta um tipo de reforma para a educação superior brasileira, como reflexo das

> [...] conseqüências das políticas de caráter neoliberal empreendidas para enfrentar as crises fiscal, do fordismo, do Estado de Bem - Estar Social e do enfrentamento da inserção no mundo globalizado [...]. [Além disso, o] Estímulo à diversificação de fontes de financiamento para as instituições de ensino superior públicas, diferenciação institucional, intensificação da expansão da rede privada, [que] alteraram as dimensões vigentes no sistema até os anos de 1960 (PEIXOTO, 2005, p. 180).

Esse contexto impôs às universidades públicas grandes mudanças. Em decorrência dessas mudanças, passaram a ser denominadas de: operacional,

empresarial/competitiva, heterônoma, denominações obtidas como conseqüência de procurar atender ao que o mercado estabelece (CHAUÍ, 1999). Todas essas denominações têm o significado baseado em ser uma universidade que se volta quase que exclusivamente a servir os ditos do mercado de trabalho. Em atendimento a essas imposições foram feitas alterações em seus currículos, programas e atividades de maneira a "garantir" a colocação profissional dos seus estudantes no mercado de trabalho, dissociando, em muitos casos, a docência da pesquisa de maneira quase irreversível.

Para Serpa (1992)

> A proposta de Universidade no Brasil, realizada na década de 20 desse século [XX], é concretizada na década de 30 em São Paulo e Rio de Janeiro, baseava-se em um centro de produção do conhecimento, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde todos os alunos deveriam entrar para obterem o certificado de bacharel. Uns continuariam seus estudos científicos, literários ou filosóficos e outros se encaminhariam para as escolas profissionais. A ordem generativa da formação da sociedade brasileira produziu um invariante, no caso da Universidade brasileira, ou seja, o predomínio da profissionalização. Na prática, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não se constituíram num centro de formação inicial de todos [os] estudantes, e tiveram que fazer o papel de formação profissional, o magistério, o qual deveria ser realizado em uma Faculdade de Educação, não criada no projeto da Universidade Brasileira na década de 30 (SERPA, 1992, p. 49).

Assim, a universidade vem passando por um processo de transformação, e ainda que em alguns períodos se apresente de forma lenta, tem sido muito intenso. De uma instituição que, no passado, tinha uma forte missão para desenvolver e aprimorar o conhecimento passou a ser a universidade funcional, entendendo-se como aquela em que o mercado de trabalho dita as regras e, mais recentemente, a "nova" universidade operacional que, deixando de ser uma instituição, e passa a se entender como uma organização, que se apresenta muitas vezes voltada para si mesma em estrutura de gestão e de determinação de seus contratos com as demais organizações.

Chauí entende a universidade como

> uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Essa autora reafirma o grau de aproximação e interligação entre a universidade e a sociedade. Esse pensamento reflete o que tantos outros autores afirmam decorrente de análises do processo evolutivo da instituição universitária no mundo. Claro que a universidade brasileira não se furtaria a tal aspecto de representar anseios e expectativas da sociedade na qual está inserida. Por isso, Chauí (2001, p. 35-36) observa de forma detalhada como a universidade brasileira reflete a sociedade na qual se insere em todas as suas idéias e práticas neoliberais, a saber:

> 1. Aceitação da idéia de avaliação universitária de forma dissociada da realidade [do ensino fundamental e básico como se deles estivesse desconectada];
> 2. Aceitação da avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, com total descaso pela docência, [seguindo um modelo norte-americano de hierarquização dos postos de trabalho dentro da universidade];
> 3. Aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da idéia de "linhas de pesquisa", critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, mas que não faz nenhum nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental;
> 4. Aceitação da idéia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas, com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo (CHAUÍ: 2001, p. 35-36).

A autora prossegue, dizendo que a ditadura militar brasileira[8], enquanto regime político autoritário, sob o pretexto de combate à subversão, aniquilou a escola pública de primeiro e segundo graus (hoje, ensino fundamental e básico) baseando-se na idéia de que educação é privilégio não um direito dos cidadãos, cassando os melhores professores, extinguindo a Escola Normal na formação dos professores do ensino fundamental, criando a licenciatura curta, alterando as matrizes curriculares dos cursos existentes, implantando cursos profissionalizantes que não condiziam com a realidade, estabelecendo uma política do livro "descartável" e dos testes de múltipla escolha, retirando recursos para manutenção e ampliação das escolas e, sobretudo, impondo de maneira escandalosa salários muito baixos aos professores.

[8] Período político que vai de 1964, com o golpe militar, até 1980, com o início do movimento "diretas já!"

Sabe-se que, no período iniciado no ano de 1964, no Brasil, pessoas foram perseguidas por suas idéias “subversivas” por defender que a educação fosse realmente para todos, além de pública e com qualidade. Como exemplo de tal afirmativa pode-se assegurar que um “estado de caos” se instalou nas universidades brasileiras com o Golpe de 1964: demissões de professores a todo o momento, as pessoas em geral se sentiam constantemente vigiadas, tantas pessoas “desapareceram” sem deixar qualquer vestígio ou sem explicação e o estado de instabilidade que permeava as relações era percebido, também, nas instituições universitárias. Com a instalação de tal cenário exatamente no espaço educacional cabe perguntar quais as pretensões que a classe dominante[9] tinha durante o período de 1964 a 1980, ao proporcionar um desmonte do patrimônio educacional brasileiro de alta qualidade, que deveria ser oferecido a todos, inclusive aos que estavam nas classes menos favorecidas da sociedade, tendo em vista que em outros países a educação já se destinava de maneira a atender a toda a população, a proporcionar ao seu povo um preparo adequado a que o país pudesse enfrentar de maneira competitiva aos novos paradigmas mundiais? A quem estaria reservada essa capacidade de tornar o país competitivo internacionalmente no Brasil de 1964?

A resposta talvez possa surgir quase que naturalmente da análise de que a escola do ensino fundamental (então chamada de escola de primeiro e segundo graus) se encontra, desde aquele período, reduzida à tarefa de alfabetizar e preparar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho. Sob esse cenário a reflexão sobre a educação ser ou não um direito de todos e dever do Estado é imediata. Afinal, que direito é esse? Ainda hoje, o que se garante como direito é de péssima qualidade, como muitos autores ressaltam em seus escritos, retratando o descaso com as classes menos favorecidas desse país, tratadas como se “coisa” fossem ou como se existissem apenas como “peça de engrenagem” para trabalhar no chão da fábrica e servir ao capital, fortalecendo ainda mais a relação estabelecida entre empregador e empregado que Marx ressalta em seus escritos como sendo “a mais valia”.

Ao tratar dos aspectos inerentes à educação em seus níveis básico e fundamental, Marilena Chauí (2001, p. 36-37) ressalta que a educação superior não

[9] Entenda-se os militares e a classe alta.

é objetivo dos “filhos das classes menos favorecidas” destacando o distanciamento desses da educação superior brasileira e afirma que, após destruir a escola pública e tantas outras ações assemelhadas, a classe dominante do Brasil relegou aos filhos das classes menos abastadas um estudo de qualidade duvidosa de tal maneira que

> [...] estariam ‘naturalmente’ destinados à entrada imediata no mercado de trabalho, [e que] não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das universidades públicas, pois não estão destinados a elas (CHAUÍ, 2001, p. 36-37).

É de caráter quase totalitário o entendimento dos estudiosos de que a educação brasileira de melhor qualidade vem servindo à classe dominante e que aos demais ficou o ensino nas escolas públicas, caracterizando uma discriminação planejada e velada que separa os mais bem preparados “para a vida, para o mundo do trabalho” dos demais, em escolas privadas e escolas públicas, respectivamente. A estes, quando conseguem chegar ao final do ciclo fundamental e básico seria “natural” seguir os estudos, porém por não estarem, em sua maioria, em condições para enfrentar a seleção para ingresso às universidades públicas, são muitas vezes forçados ou a abrir mão de uma formação universitária ou a ingressar numa universidade privada cujos cursos são quase sempre de baixa qualidade, em comparação com o que se oferece nas universidades públicas.

Chauí (2001, p. 46), tratando da universidade brasileira e seu “perfil” pós-reforma feita à sombra (e não à luz) do Ato Institucional nº. 5 e do Decreto nº. 477, argumenta que

> a universidade tem hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual. Se a universidade brasileira está em crise é simplesmente porque a reforma do ensino inverteu seu sentido e finalidade – **em lugar de criar elites dirigentes, está destinada a adestrar mão-de-obra dócil para um mercado sempre incerto** (grifo nosso). E ela própria ainda não se sente bem treinada para isto, donde sua “crise” (CHAUÍ, 2001, p. 46).

Como dissemos, a universidade é uma instituição fruto da trajetória pela qual passou (e passa) a humanidade, refletindo o seu tempo e a sua história. E sendo um

espaço político, como já foi dito anteriormente, quer tenha sido criada por vontade e/ou interesse dos governantes ou a partir da "força" mobilizadora de estudantes e professores Verger; Charles (1996) atendendo a interesses bem pontuais relativos a poucos, é necessário que se passe a perceber nela um espaço de reflexão em acordo com o sentido aristotélico de política: ciência que se desdobra da ética e tem por objeto a felicidade humana, ou ainda na idéia de que "a política baseia-se na pluralidade dos homens" (ARENDT, 2007, p.21). Assim, é importante pensar na universidade como uma instituição capaz de pretender assegurar uma vida feliz ao cidadão, no caso os atores que a compõem: discentes, técnicos e docentes, cada um em sua especificidade. Portanto, ela (universidade) deve organizar e regular o convívio dos diferentes e não dos iguais, o que é pressuposto inequívoco da instituição universitária enquanto espaço que se pretende social, igualitário e democrático.

Ela (universidade), segundo Buarque (1994), nasceu como fruto da transição do feudalismo ao capitalismo, na Europa. Para ele,

> a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja (BUARQUE, 1994, p.217).

Para Santos, B. de S. (2003, p. 188) citando Karl Jaspers, a missão da universidade é ser

> o lugar onde por concessão do Estado e da Sociedade uma determinada época pôde cultivar a mais lúcida consciência de si própria. Os seus membros congregam-se nela com o único objectivo de procurar, incondicionalmente, a verdade e apenas por amor à verdade.

Essa busca da verdade proporciona e consolida os três grandes objetivos da universidade,

> porque a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente, **a investigação é o principal objectivo da universidade**; porque o âmbito da verdade é muito maior que o da ciência, **a universidade deve ser um centro de cultura**, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, **a universidade ensina e mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral** (JASPERS apud SANTOS, B. de S., 2003, p. 188, grifo nosso).

Assim, segundo Santos, B. de S. (2003), os objetivos da Universidade entram em contradição e conflito gerando tensões internas e desencadeando três tipos de crise: de hegemonia (qual o conhecimento produzido?), da legitimidade (para quem o conhecimento é produzido?) e a institucional (a qual põe em cheque a autonomia e a especificidade organizacional da instituição).

Para esse autor, daquelas três crises, a mais ampla e que impacta diretamente a universidade é a crise de hegemonia, por ferir o conhecimento que produz e dissemina. Para ele, a crise de hegemonia da universidade é iniciada ainda na fase do capitalismo liberal momento em que se passa a exigir formas de conhecimento técnico, criando a idéia de universidade que se direciona para o atendimento das necessidades imediatas do mercado, perdendo ao mesmo tempo o foco nos três objetivos defendidos por Jaspers, acima.

A crise de hegemonia (em meio à qual a universidade já não “sabe” qual o conhecimento que deve produzir e difundir: o que atende ao mercado de trabalho ou o que atende à melhoria da qualidade da vida humana) leva à crise de legitimidade, pois começa a se (auto) enxergar a universidade, a educação superior e a alta cultura como privilégios das classes mais abastadas, sendo objetivo de questionamento a quem se destina o conhecimento ali produzido.

Sobre essas idéias confrontemos com o pensamento de que, segundo Chauí (2001), a universidade foi reformada

> para erradicar a possibilidade de contestação interna e externa e para atender às demandas de ascensão e prestígio sociais de uma classe média que apoiara o golpe de 64 e reclamava sua recompensa (CHAUÍ, 2001, p. 46).

Isso reforça a idéia de que a concepção de universidade brasileira, bem como a organização e o seu funcionamento, têm sido pautados numa educação promovida em meio a uma ideologia liberal, na qual se identifica e se forma uma aristocracia dominante; havendo um reforço da idéia de que existem alguns “escolhidos” pertencentes a uma classe de supremacia intelectual e humana; a oportunidade de participar das discussões e experiências num ambiente “especial”.

Acerca da implantação da Reforma Universitária vale destacar, conforme Chauí (2006) nos indica e Germano (1994) reforça, que

> [...] introduziu a estrutura departamental e extinguiu a cátedra; adotou o sistema de crédito por disciplina e periodicidade semestral; dividiu o curso de graduação em duas partes, um ciclo básico e um ciclo profissional; modificou o regime de trabalho dos professores com a introdução da dedicação exclusiva; estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam se organizar preferencialmente sob a forma de universidade; definiu as funções de ensino e pesquisa como indissolúveis no ensino superior (GERMANO,1994, p.145).

Além disso, o mesmo autor identifica dois aspectos caracterizando duas faces em uma só moeda: no que diz respeito à Reforma Universitária, se por um lado há que se considerar o seu caráter renovador ao instituir mudanças que modernizaram o ensino superior no país, por outro lado, tem-se o aspecto restaurador de tais políticas, apesar de todas as transformações acarretadas pela Reforma Universitária e talvez o mais corrosivo à sociedade brasileira, que até hoje amarga o fato de não ter proporcionado o acesso ao ensino superior público e gratuito às camadas menos favorecidas da população brasileira, mantendo a dualidade no ensino, o que se traduz em uma dicotomia. Na universidade pública estão os filhos dos ricos, enquanto na universidade privada estão estudando os menos abastados.

A despeito do exposto, o debate acerca da universidade pública brasileira e a educação superior, seus dilemas e aspectos relevantes continua e permeia vários espaços, sendo preocupação de vários atores. Assim,

> As Conferências Ibero-Americanas de Reitores de Universidades Públicas, iniciadas em 1999, em Santiago do Chile, têm dado significativa contribuição para o debate [acerca da universidade e a educação superior] na América Latina. No Acordo de Santiago, documento final do primeiro Encontro, os Reitores resgataram a definição de universidade pública: 'o público é o que pertence a todo o povo; universidade pública é a que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum' (KEMPF, 2003, p. 1).

Cabe a pesquisadores e estudiosos continuar a refletir sobre a universidade e sua inter-relação com a sociedade, no contexto da modernidade

> [...] o processo fundamental de nossa sociedade é a aliança/enfrentamento de interesses semelhantes/diferentes/contrários/antagônicos. Alguns já afirmados, tentando permanentemente se perpetuar, e a grande maioria tentando ser tomada em consideração.
> [...]
> Pelo que faz e pelo que deixa de fazer, a Universidade está sempre contribuindo para afirmação ou negação de interesses. Não estar consciente disso, já pode ser um serviço aos interesses que já estão afirmados.

> Que interesses deveria a Universidade ajudar a esclarecer e viabilizar? Que interesses, portanto, ajudar a afirmar ou perpetuar? (SALES, 1992, 7).

Portanto, nesse leve esboço da trajetória da universidade no espaço brasileiro é possível perceber as dificuldades que cercam e permeiam essa instituição, conforme ressalta Silva (2003, p. 1) de que há

> [...] sérios problemas e desafios; [a saber] as grandes diferenças regionais, a pressão por aumento de vagas, a contribuição para o desenvolvimento tecnológico e inovação, a necessidade de expansão e atualização da pesquisa, a elevação dos padrões de qualidade, os custos elevados e a conquista da autonomia didático-administrativa e financeira (SILVA, 2003, p. 1).

É fácil perceber que existe uma extensa lista de temas instigantes que podem ser abordados e que de alguma forma envolvem a universidade. No entanto, sem cogitar esgotá-los, raciocinemos a partir dos olhares até aqui trazidos sobre as políticas compensatórias ou ações afirmativas implementadas no âmbito e a partir da universidade e conforme nos adverte Boaventura de Sousa Santos (2005, p.11) de que o maior entrave à democratização à educação superior é o acesso e que

> Talvez seja mais correcto designar a área do acesso como acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir, não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundo de classes ou grupos sociais discriminados (SANTOS, B. de S., 2005, p.11).

Pensar na tríade acesso/permanência/sucesso no âmbito da universidade é também pensar nos aspectos étnico-raciais da composição da população universitária e de que maneira os estratos da sociedade se encontram contemplados no ambiente acadêmico universitário, pois esperamos que esse espaço espelhe a sociedade e desta forma tenha em seu seio representadas todas as classes e segmentos sociais, ao menos na mesma proporcionalidade.

2.3 A COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE: mitos e revelações

Várias são as vozes que se levantam para dizer que o Brasil é um país multiracial. Sua composição étnica, divulgada em censos populacionais, comprova o que se fala em meios acadêmicos e não-acadêmicos. No entanto, já é motivo de alerta há algum tempo que essa composição não se verifica nas instituições universitárias públicas brasileiras. Preocupados com esse panorama da composição étnico-racial na universidade brasileira citem-se autores tais como Guimarães (2003); Queiroz (2004); Silva (2004); e, Valente (2002).

Guimarães alerta que essa desigualdade gritante observada nas matrículas nas instituições de ensino superior no Brasil pode ser decorrente, em muitos casos, da preparação inadequada oferecida nos níveis educacionais anteriores a algumas classes e etnias de menor poder aquisitivo, e que

> [...] além de problemas de ordem socioeconômica, os 'negros' enfrentam também problemas relacionados com preparação insuficiente e pouca persistência ou motivação [...] as causas da pequena absorção dos 'negros' têm a ver com: (a. pobreza; (b. qualidade da escola pública; (c. preparação insuficiente; (d. pouca persistência (pouco apoio familiar e comunitário); (e. com a forma de seleção (o exame vestibular não dá oportunidade para que outras qualidades e potencialidades dos alunos sejam avaliadas) (GUIMARÃES, 2003, p. 12 – 13).

É relevante apresentar que as universidades não faziam censos raciais e até o ano 2000, "não havia em nenhuma universidade pública brasileira registro sobre a identidade racial ou de cor de seus alunos" (GUIMARÃES, 2003, p. 256). No entanto, a partir do ano 2001, o cenário começa a ser modificado e o autor sintetiza essas primeiras informações na Tabela 6, a seguir, cujos dados nos apontam (e confirmam) a questão de que as desigualdades de oportunidades com que convivem brancos e negros, no Brasil se fazem ver, marcadamente no sistema educacional, no qual há uma presença maior de população branca, sendo a Universidade Federal do Maranhão a instituição que apresenta um equilíbrio melhor entre brancos e negros, cujos percentuais são, respectivamente, iguais a 47 e 42,8 por cento. Entretanto, a

Universidade Federal do Paraná apresenta a maior diferença entre as duas categorias.

TABELA 6 - Distribuição dos estudantes segundo a cor UFRJ, UFPR, UFMA, Ufba, UNB e Usp – 2001

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UNB	USP
Branca	76,8	86,5	47	50,8	63,7	78,2
Negra	20,3	8,6	42,8	42,6	32,3	8,3
Amarela	1,6	4,1	5,9	3	2,9	13,0
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100
% de negros no Estado	44,63	20,27	73,36	74,95	47,98	27,4
Déficit	24,33	11,67	30,56	33,55	15,68	18,94

Fonte: Pesquisa Direta. Programa A Cor da Bahia /UFBA , I Censo Étnico-Racial da USP e IBGE Tabulações Avançadas, In Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/2003.

Tendo em vista a opinião de Chauí (2003) de que a Universidade é uma instituição social e, portanto, reflete a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, o que gera em seu interior pensamentos conflitantes, conforme a própria sociedade se apresenta, razão pela qual se ilustra a Universidade pública como promotora de

> uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 1).

É nesse contexto de inter-relação sociedade e Universidade traçado por Chauí que Guimarães (2003) considera que o fato mais marcante no Brasil pós 1964 é a "estagnação da rede de ensino público universitário, conjuntamente com a expansão do ensino privado em todos os níveis de educação". Este fato é considerado pelo autor como algo primordial que vai explicar, ainda que parcialmente, o baixo percentual da população negra nas Universidades em 1998. Esse autor considera que no citado período houve uma intensa baixa qualidade no ensino superior privado, ainda que estivesse em expansão, além de se perceber nitidamente, que "a rede pública e gratuita de ensino médio e elementar expandiu-se com baixa ´qualidade` ou mesmo, no mais das vezes, com certa precariedade" (GUIMARÃES, 2003, p. 251), o que faria com que a população negra estivesse fortemente relegada a uma educação de segunda classe. Ressalte-se que foram justamente

> [...] os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres que na concorrência pela melhor formação em escolas de 1º e de 2º graus eram vencidas pelas classes média e alta (GUIMARÃES, 2003, p. 251).

Sobre esse fato, Henriques (2001), pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em seu Relatório Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90, no item intitulado Educação: herança e horizontes da discriminação educacional, organiza nove indicadores acerca das condições escolares de jovens brancos e negros entre 7 e 25 anos de idade, conforme se apresenta na Tabela 7, a seguir.

> Esses indicadores se prestam a retratar parte da realidade escolar dos jovens brasileiros e servem como sensor indireto para a política educacional implementada nos últimos anos (BRASIL, 2001, p. 27).

O autor assevera que, a partir da tabela citada, observa-se que houve

> [...] ao longo do período 1992 e 1999, uma melhoria contínua de todos os indicadores para os jovens negros e brancos. Para a média do Brasil, destaca-se, sobretudo, a melhoria no acesso à escola expressa na redução do número de jovens de 7 a 13 anos e, ainda, dos de 14 a 17, que não freqüentam a escola. Também é relevante a queda na quantidade de jovens de 8 a 14 anos que não completaram a primeira série do ensino fundamental. Esses indicadores traduzem parcialmente o êxito das políticas de acesso universal e progressão continuada desenvolvidas nos últimos anos. Observe-se que em sete anos a proporção de jovens entre 7 e 13 anos de idade que não freqüentam a escola caiu para menos da metade do patamar inicial observado em 1992. Quando analisamos em separado o desempenho dos jovens brancos e dos jovens negros, ao longo de todo o período, observamos que o desempenho não é homogêneo entre as raças. A melhoria relativa entre os negros é mais intensa justamente nos grupos em que ocorre o melhor desempenho para a média do Brasil, isto é, nos grupos de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola, e de 8 a 14 anos que ainda não completaram a primeira série do ensino fundamental. Os jovens brancos obtiveram uma melhoria relativa mais intensa do que os negros entre os grupos de 11 a 17 anos que não completaram a quarta série do ensino fundamental, de 15 a 21 anos que não completaram a oitava série do ensino fundamental, e de 18 a 23 anos que não completaram o ensino secundário (BRASIL, 2001, p. 28).

Esse panorama se pode comprovar, na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Características Educacionais da População Jovem segundo Cor do Indivíduo

(Em %)

	Ano							Variação
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Relativa
Brasil								

Tabela 7 - Características Educacionais da População Jovem segundo Cor do Indivíduo

(Em %)

	Ano							Variação
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Relativa
Brasil								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	8,8	8,3	7,3	6,6	6,5	5,5	5,0	-42,8
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	12,0	10,1	8,7	7,7	6,1	4,6	3,6	-69,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	35,8	33,3	29,3	26,5	23,2	20,1	18,3	-48,9
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	79,1	77,0	75,0	73,6	72,7	70,1	68,4	-13,5
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª. série do ensino fundamental	22,4	21,3	19,1	17,7	16,4	13,8	11,2	-50,0
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª. série do ensino fundamental	41,9	40,9	37,1	34,7	33,1	31,0	27,4	-34,5
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª. série do ensino fundamental	70,2	68,9	66,2	63,0	61,6	57,3	53,4	-23,9
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	83,6	83,0	81,1	79,5	78,0	75,7	73,2	-12,5
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	95,0	94,8	94,1	94,1	93,8	93,2	92,9	-2,2
Brancos								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	4,5	4,1	3,7	3,3	3,1	2,7	2,6	-42,4
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	7,6	6,5	5,4	4,8	3,8	2,9	2,4	-68,0
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	31,0	29,2	25,3	22,6	19,0	17,1	15,6	-49,7
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	76,6	75,0	72,9	71,1	70,5	67,7	66,7	-12,9
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª. série do ensino fundamental	13,1	12,5	11,0	10,8	9,3	8,4	7,2	-45,5
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª. série do ensino fundamental	29,3	27,8	24,8	23,0	20,8	19,9	17,1	-41,6
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª. série do ensino fundamental	59,9	58,4	55,0	51,7	49,3	45,3	40,9	-31,7
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	77,2	76,1	73,5	71,6	69,2	66,6	63,1	-18,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	92,0	91,7	90,8	90,6	90,1	89,2	88,8	-3,5
Negros*								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	13,4	12,8	11,3	10,3	10,1	8,6	7,6	-43,3
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	16,4	13,7	11,8	10,7	8,3	6,2	4,8	-70,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	40,6	37,5	33,4	30,7	27,3	23,3	21,0	-48,2
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	81,9	79,4	77,6	76,6	75,3	72,9	70,4	-14,0
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª. série do ensino fundamental	31,6	30,0	27,2	24,7	23,3	19,1’	15,2	-52,0
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª. série do ensino fundamental	54,3	53,8	49,5	46,8	45,2	41,9	37,5	-30,9
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª. série do ensino fundamental	81,2	80,0	78,1	75,6	74,5	70,1	66,5	-18,1
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	90,9	90,8	89,8	88,6	87,7	86,2	84,4	-7,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	98,5	98,5	98,1	98,2	98,1	98,0	97,7	-0,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: * A população negra é composta por pardos e pretos.

Para discutir sobre a pequena absorção de jovens negros nas Universidades, nesse contexto de diferenças relevantes entre negros e brancos no cenário da educação brasileira, conforme nos alerta o Ipea, torna-se, muitas vezes, inevitável "passear" por um universo de constatações e revelações, por diversas vezes simplista e por tantas outras desconcertantes.

Guimarães (2003) trouxe a questão de que as Universidades não faziam censos raciais, não havendo em nenhuma Universidade pública brasileira registro sobre a identidade racial ou de cor de seus alunos. Além disso, nesse mesmo texto nos faz conhecer fatos intrigantes que apontam para a existência de um "racismo introjetado" na sociedade e que, segundo ele, comprovam o equívoco de análise de alguns que consideram o estudante negro (pardo e preto) de capacidade inferior aos demais grupos raciais. Esse autor, ainda discutindo a inserção do estudante negro nas universidades públicas brasileiras, incorpora dados levantados em 2002, conforme se pode ver na Tabela 8, a seguir, para dar destaque à forma como a classe social em combinação com a raça (cor da pele) tem determinado o desempenho no exame vestibular.

Tabela 8 - Taxa de sucesso (relação aprovados/candidatos) no vestibular 2000 por cor do candidato, segundo o nível sócio-econômico

Classe/Cor	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
A	8,1%	5,6%	8,5%	13,1%	7,6%	8,5%
B	7,4%	4,9%	6,4%	10,9%	5,6%	7,6%
C	5,5%	3,0%	3,9%	8,5%	6,1%	5,5%
D – E	4,2%	3,7%	2,2%	7,2%	2,0%	3,9%

Fonte: Fonte dos dados brutos: Fuvest (Guimarães et al., 2002). Apud Guimarães (2003), p. 257.

Na discussão dos dados apresentados na Tabela 8, Guimarães (2003) destaca que a influência da classe

> interfere no desempenho dos membros de todos os grupos de cor: quanto maior a classe socioeconômica do candidato, melhor o seu desempenho, maiores as chances de acesso. [Além dessas variáveis leva em consideração que a classe socioeconômica se apresenta em três outras variáveis, a saber:] [...] a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos: aqueles que não precisam trabalhar têm um desempenho melhor no vestibular; [...] o turno em que cursou a escola secundária [diferencia o desempenho no exame vestibular]: aqueles que estudaram no período diurno têm mais sucesso; [e] [...]a natureza do estabelecimento de 1º. e 2º. graus em que se estudou: aqueles que cursaram escolas públicas estaduais e municipais têm menos possibilidade de sucesso (GUIMARÃES et al, 2002 apud GUIMARÃES, 2003, p. 257-258).

É claro que a problemática esboçada por Guimarães na discussão acima é perpassada por problemas estruturais que a nossa sociedade apresenta, tais como a pobreza notoriamente negra e a precariedade do sistema escolar público, ao qual a população de baixa renda tem acesso.

O resultado de pesquisa de doutorado de Queiroz (2004) reforça essa percepção, pois apresenta um cenário preocupante da realidade do negro no sistema escolar básico percebido na realidade diária e nas pesquisas que têm sido desenvolvidas e que a fizeram indagar "quais as conseqüências desse quadro para o acesso do negro à universidade" (QUEIROZ, 2004, p. 143). Com a tentativa de responder a esta indagação, a autora empreendeu investigação a partir do ano de 1997. Iniciando pela Universidade Federal da Bahia examinou a participação dos negros naquela instituição, passando em seguida a verificar a situação nas universidades federais do Maranhão, do Rio de Janeiro, do Paraná e de Brasília, com o objetivo de estabelecer comparações entre as diversas realidades observadas.

Segundo a autora,

> [...] os resultados da pesquisa mostraram uma situação bastante similar entre as universidades investigadas, reforçando a hipótese de que essa é a realidade das demais universidades federais brasileiras. Assim, a pesquisa revelou que as universidades federais são um espaço de predomínio de estudantes brancos. Nas realidades investigadas, os brancos representavam sempre mais da metade dos estudantes presentes. A única exceção foi a Universidade Federal do Maranhão. Mas, mesmo aí, os brancos tinham a maior participação (QUEIROZ, 2004, p. 143 -144).

Essas realidades são trazidas, através dos dados, informações e análises feitas pela autora, de forma detalhada e minuciosamente deslindada.

Com o objetivo de apresentar resultados do estudo acerca da participação dos segmentos raciais no exame vestibular da Ufba, Queiroz (2004) nos oferece informações que,

> [...] reforçam as evidências da enorme seletividade racial presente na universidade brasileira, questionam um trivial argumento que vem sendo freqüentemente utilizado para combater a idéia de ações afirmativas para negros nas universidades públicas; para questionar o direito dos negros ao acesso à educação superior (QUEIROZ, 2004, p.148).

A autora nos apresenta e refuta os principais argumentos contrários à implementação das cotas, os quais se baseiam na questão do 'mérito' acadêmico de que a instituição de um sistema desta natureza faria ingressar uma leva de pessoas despreparadas, pondo em risco a qualidade do ensino universitário. Para contestar as críticas, a pesquisadora além de trazer à tona a informação de que todos os anos "a Ufba aprova um número de estudantes muito superior àquele que é classificado para freqüentar seus cursos", analisou:

> [...] os estudantes pretos e pardos, agregados na categoria negros, aprovados no vestibular para cursos considerados de alto prestígio; aqueles cursos que são justamente o alvo das mais acirradas disputas entre os candidatos no vestibular. Assim, não resta dúvida de que está tratando de estudantes de excepcional desempenho (QUEIROZ, 2004, p. 149).

Queiroz (2004) segue com a reflexão dos aspectos sociais, identitários, políticos e de auto-estima que compõem o cenário apresentado quando destaca que

> Esses estudantes, ao não poderem realizar o curso para o qual foram aprovados, perderam não apenas a oportunidade de se qualificar para os futuros enfrentamentos, mas deixaram também de cumprir o papel importante na sua comunidade, que é o de servir de referência para o seu grupo racial, totalmente carente dessas imagens valorizadas socialmente, isto é, aquelas que podem ter visibilidade em lugares, situações, posições sociais e importância no mundo intelectual, político, econômico, das artes. A existência dessas imagens é também uma forma importante de combate ao racismo, na medida em que elas não apenas contribuem para elevar a auto-estima da pessoa negra, como, sobretudo, para modificar o olhar do outro sobre ela. É a esse olhar da sociedade sobre o negro que o professor Marcelo Tragtenberg se refere como "o olhar branco" (QUEIROZ, 2004, p. 151).

Para a autora:

> Na história escolar da criança e do jovem negros a regra tem sido a realização do chamado "circuito vicioso". O processo de "violência simbólica" que a escola exerce sobre a criança negra é, também, responsável pela construção de um certo "destino". Aqui, também, não será difícil imaginar o horizonte desse trajeto: daquilo que se apresenta mais ou menos como um "fato inevitável". As análises sobre o fracasso escolar dos estudantes das escolas públicas têm demonstrado, exaustivamente, qual o destino que está reservado à criança e ao jovem negro no sistema escolar (QUEIROZ, 2004, p. 149).

Percebe-se, um engendrado processo de eliminação (que em alguns momentos é quase "invisível" em outros, "notório") que, segundo a autora, irá se

"refletir, entre outros aspectos na sua reduzida participação no ensino superior" (2004, p. 140).

2.4 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA DISCUSSÃO E IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para "fazer face à obstrução do acesso aos negros à universidade brasileira", Guimarães (2003, p. 259) explica o envolvimento dos Movimentos Sociais na luta pelo estabelecimento de uma política voltada a um tratamento mais igualitário, mesmo em meio a um cenário nada favorável. Segundo o autor, a ação de movimentos sociais em favor da causa anti-preconceito ao negro foi iniciada na década de 1920 e mesmo que suas bases de luta tenham se modificado, em 1978, foi criado, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial agora com um "olhar para fora". Um olhar que percebia não mais, apenas, no próprio negro, toda a sua problemática, mas sim na maneira em que a sociedade via esse mesmo ser enquanto componente dessa mesma sociedade. Começava-se a tentar derrubar o mito da democracia social e a tirar a "venda dos olhos", a despeito de toda dificuldade em fazer isso.

Siss; Oliveira (2007) afirmam que durante o

> [...] regime autoritário que se instalou entre nós tornou interditas, em 1969, a publicização de notícias sobre as relações raciais brasileiras e ao movimento negro nacional, considerando-as crime, ou atentado à doutrina de segurança nacional. Entretanto, nem o movimento negro nacional, nem os intelectuais afro-brasileiros se calaram; ao contrário, esses atores sociais potencializaram suas ações, não só nesse contexto histórico nacional, mas, também, para além dele.
> A década de oitenta do século passado foi importantíssima, pelos fatos políticos inéditos que nela ocorreram. São paradigmáticas, nesse sentido, as marchas contra "a farsa da abolição" e pelo fim das desigualdades raciais e sociais. Promovidas pelo Movimento Negro em 1988 elas tiveram lugar no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para além da participação de significativa parcela dos afro-brasileiros, essas mobilizações contaram com expressivo número de outros

> sujeitos sociais coletivos, como partidos políticos (PT, PDT, PC do B, PSB e outros), alguns membros de instituições religiosas (padres católicos, alguns pastores, mães e pais de santo) e de membros de sindicatos como o dos professores (SEPE), etc. Já a produção de análises acadêmicas e de pesquisas de vulto nessa década, elaboradas por pesquisadores Afro-brasileiros ou não e por intelectuais do Movimento Negro nacional, relativos à educação em geral e à educação de negros e mestiços em particular, passam por um crescimento significativo (SISS; OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Guimarães (2003) nos revela que a demanda e as resistências às ações afirmativas se deu num momento de forte participação, no final da década de 1990, quando o então Presidente, Fernando Henrique Cardoso, possibilitou mais espaço para a demanda por ações afirmativas, de maneira que estas se expressassem mais em seu próprio governo. É claro que não se pode deixar de considerar que a participação de Organizações Não-Governamentais (ONG) e outras instituições no período anterior ao governo de Fernando Henrique Cardoso, foi marcante no que diz respeito às ações afirmativas cuja data mais significativa, e marco das mobilizações, foi a festa do centenário da abolição da escravatura e dos 300 anos de Zumbi.

No Brasil, os movimentos negros vêm reivindicando, sob diversas formas, a igualdade racial e social, e desde os anos de 1920, já lutavam contra o "preconceito de cor". Destaquemos, entre as vitórias, as ações que visavam a defesa dos direitos civis dos negros[10]. Assim, aos poucos a idéia de que no Brasil se vivia numa democracia racial foi sendo derrubada[11], embora Fernandes (2003) nos advirta que ainda há um processo de discriminação e racismo velados, no qual se percebe uma peleja entre os fatos e os mitos numa relação de extraordinária desigualdade e relativismo. Para esse autor deve-se considerar que, "[...] os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito da democracia racial continua a preencher as funções de um retardador das mudanças estruturais" (FERNANDES, 2003, p. 4).

No Brasil, a partir do ano de 2001[12], as discussões em torno das ações afirmativas se intensificaram em virtude da participação do país, por meio do envio

[10] A Constituição Federal de 1988 considerou os preconceitos de raça ou cor em crime inafiançável e imprescritível.

[11] o país, que se vangloriava de não ter uma questão racial, era reiteradamente lembrado das suas 'desigualdades raciais', facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais [...] (GUIMARÃES, 2003, p. 252).

[12] Proclamado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, com o intuito de

de representantes dos organismos governamentais (Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República entre outros) e do Movimento Negro na Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, em Durban[13]. Desde então, vários segmentos da administração pública brasileira passaram a adotar cotas de empregos para negros, a exemplo dos Ministérios da Justiça e da Reforma Agrária. Infelizmente, pela resistência do Ministério da Educação em adotar medidas semelhantes, apenas no ano de 2002 é que, se cria o Programa Diversidade na Universidade[14], por meio da Medida Provisória nº 63, de 26 de agosto de 2002, ainda que no mesmo ano tenha sido decretado o Programa Nacional de Ações Afirmativas, por meio do Decreto nº 4.228 publicado em 13 de maio (BRASIL, 2002).

No entanto, a semente, que fora lançada, gerava idéias que se concretizaram, respectivamente, nos anos de 2001 e 2003, no Rio de Janeiro e na Bahia: a definição de cotas nas universidades estaduais. As cotas foram implementadas inicialmente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Estas, atualmente, não são as únicas experiências das ações afirmativas com implementação de cotas para o ensino superior: a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Estadual de Londrina (Uel), a Universidade Federal da Bahia (Ufba), são apenas alguns exemplos, recentes.

---

firmar os objetivos perseguidos em outras conferências de igual natureza há três décadas de luta contra o racismo e discriminação racial.

13Representou um momento de importância crucial nos esforços empreendidos pela comunidade internacional para combater o racismo, a discriminação racial e a intolerância em todo o mundo. Reuniu mais de 2500 representantes de 170 países, incluindo 16 Chefes de Estado, cerca de 4000 representantes de 450 organizações não governamentais (ONG) e mais de 1300 jornalistas, bem como representantes de organismos do sistema das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos e público em geral. No total, 18.810 pessoas de todo o mundo foram acreditadas para assistir aos trabalhos da Conferência (RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, 2001).

14Esta MP foi depois convertida na Lei 10.558/02, de 13 de novembro de 2002, cujo primeiro artigo trata que “Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros”.

3 **O SISTEMA DE COTAS PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**: uma análise do acesso e da permanência dos cotistas

> A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes [...] luta sem trégua [que no passado era entre] homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos (MARX; ENGELS, 2001, p. 23).
>
> A educação tanto é um fator de mobilidade – para os que a têm – quanto de exclusão – para os que não a têm (BRASIL, 2006, p. 132).

O termo ação afirmativa traz em si uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os contextos em que foi desenvolvido algum tipo de política desta natureza. Segundo Munanga (2006), as políticas de ação afirmativa, também chamada de políticas de discriminação positiva, de ação positiva ou políticas compensatórias têm como principal objetivo oferecer a grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens vivenciadas sob forma de racismo e outras discriminações, tendo sido implantadas em muitos países. Embora as políticas de ação afirmativa já pudessem ser vistas na Índia em 1948, o termo surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. E nesses, e em tantos outros, diferentes contextos[15]

> a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação (MOEHLECKE, 2006, p. 198).

As políticas afirmativas no Brasil, em especial as cotas ao ensino superior, continuam sendo uma temática pouco conhecida do ponto de vista teórico pelo brasileiro em geral, como já afirmamos, e, em muitos casos, o debate tem sido focado a partir de um olhar de discriminação, quer sob aspectos implícitos ou explícitos. Assim, entende-se que esta questão mereça ser sistematicamente

[15] A literatura nos informa da existência de ações afirmativas na União Soviética, na Malásia, no Canadá e na África do Sul.

revelada e desnudada para que o debate seja ampliado e se estabeleça em bases sólidas, alicerçadas no conhecimento do fato em si e entendimento dos motivos que impulsionaram tal processo.

O tema se mostra oportuno tendo em vista o fato de abordar o sistema educacional superior, que em diversos momentos mostrou ser o meio pelo qual os governos buscavam uma melhor competitividade para a sua nação frente os demais países, a exemplo da Alemanha, do Japão e tantos outros; além disso, conforme Gomes (2002; 2003), o sistema educacional brasileiro ter sido tradicionalmente discriminatório, de diversas maneiras, sempre reservou aos negros e pobres, em geral, uma educação de inferior qualidade, dedicando o essencial dos recursos materiais, humanos e financeiros voltados à educação de todos, a um pequeno contingente da população que detém o poder político, econômico e forma a hegemonia social no País.

Sendo uma temática razoavelmente antiga e ao mesmo tempo pouco discutida em solo brasileiro, vale a pena trazê-la à tona sob diversos aspectos, quer sejam jurídicos, acadêmicos, históricos ou geográficos, considerando pontos de vista contrários ou a favor da implantação de cotas para afro-descendentes na universidade pública brasileira e tantas outras nuances que possam existir. Esses e outros aspectos ainda devem ser amplamente debatidos.

Nesse tema que procura entrelaçar as políticas de ação afirmativa para afro-descendentes no contexto da universidade pública é preciso compreender as políticas implementadas no âmbito das universidades brasileiras para tal segmento populacional contextualizadas nos modelos de universidades que incorporaram aos seus processos de acesso, tais políticas. No entanto, iremos nos ater à referida problemática tendo em vista discuti-la a partir do panorama das universidades *multicampi* tendo em vista que as duas primeiras universidades nas quais foi implantado um sistema de acesso ao ensino superior são universidades públicas estaduais multicampi: Universidade do Estado da Bahia e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Faz-se necessário trazer à tona que, até o ano de 2007, o imbricamento que, une a universidade *multicampi* e o sistema de cotas à educação superior, e as

discussões sobre a permanência de cotistas, é uma abordagem, ainda não encontrada entre as dissertações e teses, cujos resumos se acham disponibilizados no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Dentre eles, identificamos seis teses de Doutorado, sendo uma da área de Antropologia das populações brasileiras (que estuda a Uerj e pretende documentar e analisar a recente introdução de leis de reserva de vagas para candidatos egressos de escolas públicas e cotas para "negros e pardos" nas universidades estaduais fluminenses), duas da área de Educação (sendo que uma delas estuda a política de cotas raciais na universidade pública brasileira como um desafio ético e a outra analisa o Enem como elemento democratizador do acesso ao ensino superior público), uma da área de Saúde Coletiva, que analisa políticas e práticas de inclusão da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho em Salvador), uma da área de Lingüística (analisa o discurso racista da imprensa) e uma da área da Teoria da Comunicação (analisa o discurso da mídia sobre cotas).

Além dessas pesquisas, devemos citar também as dissertações de Mestrado que eram até o ano de 2007 num total de quarenta trabalhos. Essas dissertações estão distribuídas em treze grandes áreas: Antropologia (uma), Ciência Política (duas), Ciências da Saúde (uma), Ciências Sociais Aplicadas (uma), Direito (treze), Economia (duas), Educação (sete), Letras (uma), Multidisciplinar (uma), Psicologia (uma), Políticas Públicas (uma), Serviço Social (cinco), Sociologia (quatro), conforme se pode observar no Quadro 11 (Apêndice G).

No entanto, a temática vem sendo ventilada em meio acadêmico-jurídico por vieses legais a respeito da discussão da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de tais medidas, como é o exemplo de César (2003), Joaquim Barbosa Gomes (2003) e Zanitelli (2005). Os aspectos experienciais/vivenciais das ações afirmativas no âmbito da universidade podem ser vistos em Cidinha da Silva (2003), Teixeira (2003), Guimarães (2003), Queiroz (2004) e Vieira Filho (2004). Entretanto, fazendo parte de debates, controvérsias e análises quanto à necessidade e pertinência de cotas enquanto ações reparadoras encontram-se as falas de Moehlecke (2002), de Munanga (2003), Siss (2003) e de Bernardino e Galdino (2004), além de Kaufmann (2007). O assunto também está presente na discussão e análise das condições sócio-raciais do Brasil, historicamente desenvolvidas em quinhentos anos,

encontradas em Hélio Santos (2003) e Milton Santos (2002); e ainda, na comparação entre ações afirmativas no Brasil e na África do Sul feita por Graziella Moraes Dias da Silva (2006); nas políticas raciais no Brasil contemporâneo tratadas por Ricardo Ventura Santos (2007); além de idéias contrárias ao sistema de cotas defendidas por Kamel (2006) e Kaufmann (2007).

Este capítulo se propõe a discutir ações afirmativas no âmbito acadêmico no que diz respeito ao acesso e à permanência dos cotistas, a partir de um panorama histórico-geográfico dos programas de cotas às universidades brasileiras. Esse panorama tem o intuito de revelar seu quadro evolutivo referente ao período 2003 – 2007, demonstrando a abrangência já alcançada por essas ações no ensino superior brasileiro durante este período. Essa discussão será iniciada por reflexões que buscam conceituar termos que consideramos pertinentes ao melhor entendimento da abordagem que se pretende dar nesse estudo, tais como política, políticas públicas, políticas afirmativas, e sistema de cotas à universidade brasileira, com a pretensão de preparar o leitor ao questionamento principal do trabalho ora proposto, que será abordado no Capítulo 4: de que maneira o modelo multicampi de universidade interfere nas condições de permanência do afro - descendente optante das cotas?

3.1 UM PANORAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO DE 2003 A 2007

Para tratar das ações afirmativas no ensino superior, conceituá-las e entender as motivações que levaram à sua implantação, entendemos ser necessário abordar, ainda que introdutoriamente, as questões intrínsecas aos que hoje tratamos como afro-descendentes nesse processo de acesso às universidades públicas brasileiras. Nesse sentido, abordaremos tais questões a partir da discussão em torno das relações sociais no Brasil, tendo em vista a formação social do povo brasileiro, a

escravidão e alguns aspectos que, de alguma forma, fazem das cotas ações reparadoras, mesmo em se tratando de um assunto atual, visto a partir de um objeto temporalmente distante como a escravidão no Brasil, mas que marcou significativamente as relações sociais.

O Brasil, desde o início de sua formação, firmou sua economia à custa do trabalho escravo com utilização maciça da mão de obra de índios e, após o esgotamento produtivo desse contingente, utilizou-se da força produtiva dos africanos. No sustento de tal situação, destaque-se a travessia que se deu dos navios tumbeiros[16], (iniciada em 1534, se estendeu até o ano de 1850), a qual trouxe cerca de 4 milhões de africanos por meio da força escravizadora para este solo, isto sem contar com os crioulos[17], de tal maneira que marcou significativamente as relações entre África, Europa e Américas para sempre. É, portanto, marcante a participação dos descendentes dos escravos africanos na formação sócio-cultural do povo brasileiro, assinalando a formação étnica do Brasil fundamentalmente associada às etnias africanas.

Entretanto, vale destacar que a escravidão é um fenômeno praticamente universal, tendo ocorrido em diversas épocas e partes do mundo, e na antiguidade foi muitas vezes originada de guerras onde sua conotação nem sempre era racial. Contudo, denotava um exercício de (re)afirmação da hegemonia entre os povos: uma relação de poder e dominação que se estabelecia entre o escravizador e o escravizado, na qual se misturam o poder político, o poder econômico e o poder ideológico, o que possibilita, ao serem considerados juntos:

> instituir e [...] manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores (BOBBIO, 1987, p. 83).

Para Weber (1999), poder é uma relação que significa toda e qualquer possibilidade de impor a vontade de um sobre outro(s) independente de resistências e do fundamento motivador dessa chance de imposição. Esse autor faz diferença entre poder, dominação e disciplina e considera que o

[16]Navios que faziam o tráfico dos escravos e nos quais morriam muitos deles.
[17]Nome que, segundo Hélio Santos (2003) se deu aos descendentes dos africanos, nascidos no Brasil.

> Poder significa toda probabilidade [ou possibilidade] de impor a própria vontade numa relação social [,ainda que não haja ordem expressa], mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dominação é a probabilidade [ou possibilidade] de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; [enquanto] disciplina é a probabilidade [ou possibilidade] de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas (WEBER, 1999, p. 33).

O que nos faz perceber que o poder é, em alguns momentos, mais difuso e genérico do que a força e do que a dominação e, portanto, em muitos casos mais difícil de ser identificado, pois pode ser sutil, "simbólico, [como] [...] uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder" (BOURDIEU, 2006, p.15).

Para a Unesco, não se pode deixar de ponderar que há aspectos relevantes, os quais precisam ser considerados quando se discute o tráfico de seres humanos, tendo em vista que:

> [...] o tráfico transatlântico de escravos se reveste de uma tripla singularidade na história da humanidade: sua duração – aproximadamente quatro séculos; a especificidade de suas vítimas – a criança, a mulher e o homem negros do continente africano; e sua legitimação intelectual – a depreciação cultural da África e dos Negros e a conseqüente construção da ideologia do racismo anti-Negro e sua organização jurídica nos "Códigos Negros", vergonhosos textos excluídos da memória jurídica e histórica (UNESCO, 2004).

Infelizmente o contexto aqui explicitado não se trata apenas de algo que começou e foi encerrado no passado recente do século XIX, mas que, em conotação atual, perdura em outras formas, a saber, o tráfico de mulheres dos países em desenvolvimento como o Brasil para servir à prostituição nos países europeus. Antes, os escravos africanos eram trazidos como mercadoria e chegaram ao Brasil desde o século XVI, sujeitos à conseqüente seleção que os tornava mão-de-obra mais qualificada: os de maior valor vinham para as terras brasileiras com a função de trabalhar nas propriedades rurais.

O comércio de negros africanos apesar de ter sua rentabilidade comparada, atualmente, apenas ao tráfico mundial de drogas, teve como base

> A crença por parte dos invasores europeus da inferioridade [intelectual] dos negros [a qual] legitimou e autorizou o rapto destes na África [e] [...] fez nascer um dos comércios mais sórdidos que a história já conheceu (SANTOS, H., 2003, p.65).

E, os que sobreviviam às terríveis condições dos navios nos quais eram trazidos (fome, calor, dor, medo, incerteza, mau cheiro, desconforto, cansaço, saudade, melancolia, entre outros) encontravam-se em melhores condições de sobrevivência física e tornavam-se de rentabilidade, então, muito lucrativas para a classe escravista. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houve no período de 1500 a 1855, uma entrada de 3.806.000 africanos escravizados e, de 1864 a 1887, 5.220.054 como se pode ver no Quadro 3 a seguir e Tabela 109, no Apêndice B,

Períodos	1500-1700	1701-1760	1761-1829	1830-1855
Quantidades	510.000	958.000	1.720.000	618.000

Quadro 3 - Entrada de africanos no Brasil, períodos de 1500 a 1855.
Fonte: IBGE, 2007.

Segundo Albuquerque (1981), em terras brasileiras, escravos africanos e descendentes trabalharam principalmente na produção de produtos à exportação (açúcar, algodão, café, extração de minério: ouro e prata); mas, foram utilizados, também, na confecção de artesanato, manufaturas, na prestação de serviços e em alguns lugares, na pecuária, fazendo com que fossem "a força de trabalho fundamental até a segunda metade do século XIX, quando se iniciou a transição do Escravismo para o Capitalismo [baseado no trabalho livre e assalariado]" (p. 39).

O Brasil foi a última nação americana a se livrar, formalmente, da escravidão, desse contexto vergonhoso de subjugação humana. Esse fato impactou diretamente a formação do povo brasileiro cuja população é marcadamente formada por negros, brancos, indígenas, amarelos como os japoneses e chineses. A miscigenação é característica marcante do povo brasileiro e desde o seu início, com a chegada dos portugueses e depois os escravos africanos, apresenta-se, nos censos demográficos, segundo três classificações para identificar os tipos raciais (brancos, pretos e pardos) na qual, portanto, já se incluíam os negros. Somente a partir de 1940 é que se inseriu a quarta classificação – a amarela – em função da vinda dos imigrantes japoneses e seus descendentes; e, por mais estranho que possa parecer, somente a partir de 1990, incluíram-se os indígenas. A identificação dos tipos raciais

segundo a classificação adotada nos censos demográficos relativa ao período de 1872 a 2000 é apresentada, nas Tabelas 9 e 10, a seguir.

O conteúdo da referida Tabela 9 e da Tabela 10, a seguir, merece o comentário de Hélio Santos (2003), o qual julga que há, nas relações sociais do povo brasileiro, uma forte presença da invisibilidade dos problemas raciais no Brasil e essa "deve ser interpretada aqui como um fato que não se nota, não se discute nem se deseja notar ou discutir" (SANTOS, H., 2003, p. 27). É assim destacada, uma bem sucedida tentativa de esconder, camuflar e escamotear a realidade racial brasileira para que se evite e impeça o desenvolvimento de políticas públicas para atender a questões inerentes e relativas às minorias, não quantitativas, mas sim, qualitativas, mesmo assim, desqualificadas enquanto representantes de classes/categorias sociais com pouca ou nenhuma acessibilidade a direitos e bens públicos: em especial, negros e índios.

Tabela 9 – Evolução percentual da distribuição da população brasileira segundo a cor (1872 - 2000)

Classificação	1872	1890	1940	1950	1960	1976	1980	1991	2000
Branca	38	44	63	61,7	61,0	56,4	54,2	51,6	53,7
Preta	20	15	15	11,0	8,7	8,4	5,9	5,0	6,2
Parda	42	41	21	26,5	29,5	31,3	38,9	42,4	38,5
Amarela	-	-	1	0,6	0,7	2,6	0,6	0,4	0,4
Indígena	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,4
Sem classificação	-	-	-	0,2	-	-	0,4	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	0,1	1,3	-	0,4	0,7

Fonte: Criado pela autora com base em Hélio Santos (2003) e dados disponibilizados pelo IBGE em http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html.

A classificação que ambas as Tabelas 9 e 10 apresentam, evidenciam um quantitativo substancial (relativo e absoluto, respectivamente) dentre os classificados como indivíduos de cor branca principalmente no período de 1940 a 1960, indicando ao mesmo tempo uma diminuição entre os indivíduos classificados como de cor preta e aumento dos que se classificam como de cor parda, para o referido período.

Tabela 10 - Evolução da população brasileira segundo a cor - 1872/1991

Cor	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991
Total	9.930.478	14.333.915	41.236.315	51.944.397	70.191.370	119.011.052	146.521.661
Brancos	3.787.289	6.302.198	26.171.778	32.027.661	42.838.639	64.540.467	75.704.927
Pretos	1.954.452	2.097.426	6.035.869	5.692.657	6.116.848	7.046.906	7.335.136
Pardos	4.188.737	5.934.291	8.744.365	13.786.742	20.706.431	46.233.531	62.316.064
Amarelos	...	...	242.320	329.082	482.848	672.251	630.656
Sem declaração	...	...	41.983	108.255	46.604	517.897	534.878

Fonte: REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p: 94. Disponível em http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html.

Pela simples leitura dos dados acima apresentados é possível conferir o "embranquecimento" do povo brasileiro no período esboçado e, nos anos de 1890 a 1940, exatamente 50 anos, um crescimento notável da população branca (de 44% para 63%), enquanto a população preta permaneceu no marco de 15% e a população parda decaiu em 20%. Soares do Bem (2006) destaca que, subjacente a essa configuração do povo brasileiro, foi um período de acentuada entrada de europeus no Brasil, atraídos com o intuito de "limpar" a raça brasileira, cuja distribuição por nacionalidade, se pode ver na Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 - Imigração no Brasil, por nacionalidade - períodos decenais 1884 -1893 a 1924 -1933

Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177
Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
Total	883668	852110	1006617	503981	717223

Fonte: Quadro -Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226. Criado pela autora a partir de dados disponíveis em http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html.

Para Hélio Santos (2003) essa "transfiguração" de pardos em brancos é resultado da criação do imaginário coletivo oriundo da idéia que as elites brasileiras têm de que vivendo nos trópicos, sonham com a Europa, desejam ter sua cor de pele e tentam copiar até mesmo seus hábitos. A exemplo disso pense-se no episódio de quando as mulheres da corte portuguesa chegaram no Brasil, em 1808, infestadas de piolhos adquiridos durante a viagem, de cabeças raspadas e turbantes para esconder a calva tiveram seu "modelo" copiado pelas brasileiras da mais alta sociedade provinciana.

Esse autor brasileiro dá o nome de "centopéia de duas cabeças" ao aspecto duplo que atinge o negro no Brasil: de um lado, temos a sociedade rotulando negativamente o negro, e por isso discriminando-o e impedindo mesmo o seu progresso. Por outro lado, temos o próprio negro com a introjecão de todas as imposturas criadas contra ele. Na primeira "cabeça", ou no primeiro aspecto, quando os estereótipos e preconceitos vindos da sociedade atingem o negro, este sofre

dificuldades para o seu desenvolvimento pleno por haver tantas barreiras externas ao seu crescimento.

Entretanto, na segunda “cabeça” ou segundo aspecto, momento em que o próprio negro crê nos estereótipos construídos sobre ele,

> estabelece-se um obstáculo difícil de ser superado [introjectado em sua percepção de si mesmo]. Um indivíduo não consegue desenvolver uma boa trajetória para a sua vida se não acreditar em seu próprio potencial. É importante saber que sem esse entendimento favorável a respeito de si mesmo, o destino da pessoa fica comprometido por antecipação. O nome dessa crença positiva é auto-estima elevada [...] (SANTOS, H. 2003, p. 31).

É importante, então, que se trabalhe a auto-estima desse indivíduo, cujo passado recente é de subjugação e de humilhação que, durante tantos séculos esteve quase sempre alijado de qualquer processo emancipatório que pode ser proporcionado por meio do acesso ao conhecimento formal, de qualidade, sistematizado, e que se pretende reparar com um conjunto de ações afirmativas ao ensino superior como as que o Brasil vem empreendendo a partir do final do século XX. Concluímos que “é fundamental para que o repertório cultural das pessoas possa se expandir” (SILVA, C. da, 2003, p. 67) e trabalhar nos “bens simbólicos e imateriais”, conforme trata Bordieu (2006), do povo negro e desta forma se colocar em igualdade de condições, frente às possíveis oportunidades que venham a surgir.

Em razão do contexto acima descrito, são verificadas durante o século XX algumas ações reparadoras, cujo intuito é intensificar o combate ao racismo e seus efeitos, quase sempre duradouros e de ordem psicológica, além de inserir de maneira intensificada mudanças culturais e de melhoria das inter-relações entre os socialmente desiguais. Essas ações não foram implantadas no seio da sociedade brasileira sem ações combativas, contrárias à sua implementação, principalmente, quando voltadas para a universidade pública, que no entendimento geral, é um espaço de formação de opinião relevante perante a sociedade como um todo. Trata-se de um espaço de produção de conhecimento, de disputa de poder e de formação das lideranças nacionais. Assim, uma grande polêmica, como já afirmamos antes, se formou em torno da inserção do afro-descendente ao ensino superior por meio de cotas.

Ali Kamel (2006) usa de toda a retórica jornalística que lhe é possível para convencer o leitor de suas idéias: de que não somos racistas e que a solução para o Brasil é investimento maciço em educação pública de qualidade, no lugar da implantação de políticas de cotas. Para isso, critica os dados estatísticos, a metodologia utilizada pelo IBGE, as idéias contidas nos livros de Fernando Henrique Cardoso (2000), Florestan Fernandes (2003) e tantos outros acerca do tema. Para Kamel (2006) os erros metodológicos cometidos pelo IBGE em seus relatórios sobre as diferenças sócio-raciais brasileiras, residem em considerarem negros e pardos uma só "coisa". Reitera suas idéias de que a educação é a chave de tudo, defendendo que a instituição das cotas no mundo tem sido um fiasco; ademais, faz comparações inadequadas entre países que vivem realidades distintas, sem apresentar na íntegra os programas lá vigentes para tentar rebater a pertinência da implantação de uma política de cotas reparadora nas instituições de ensino superior.

Para Kaufmann (2007) a inadequação da implantação de ações positivas a negros no Brasil por que

> ao tentar promover a resolução dos problemas brasileiros, grande parte da militância pró-ações afirmativas finge *desconhecer* a história do próprio país e acata, de forma passiva e subserviente, os métodos e mecanismos de resolução para a problemática racial pensados alhures [nos Estados Unidos] (KAUFMANN, 2007, p. 24).

Em seu trabalho, Kaufmann (2007, p. 25) analisa "a viabilidade da adoção de ações afirmativas no Brasil" por meio de

> um estudo comparativo sobre como se desenvolveram as relações raciais nos dois países, desde o início da colonização. [...] [Comparando os povos colonizadores do Brasil e dos Estados Unidos (Portugal e Inglaterra, respectivamente) a partir da] forma como se originou o povoamento, o motivo do emprego da mão-de-obra escrava negra, a existência ou não de miscigenação entre as raças, as causas da abolição, o modo pelo o qual se desenvolveram as relações raciais após a extinção do trabalho escravo, os movimentos negros formados após a extinção do trabalho escravo, os movimentos negros formados em cada um dos países, as organizações contrárias aos negros, a maneira como se estabeleceu o preconceito e a discriminação em cada uma das sociedades. [...] [Sendo então, observadas] as conseqüências originadas dos diferentes processos históricos, para, [...] [então, apresentar] as conclusões sobre a necessidade de medidas afirmativas para os negros no Brasil (KAUFMANN, 2007, p. 25).

Seu pensamento é que as políticas afirmativas não são necessárias no Brasil, como foram nos Estados Unidos da América ou não pelos mesmos motivos, tendo em vista que a forma como aquele país foi colonizado é muito diferente do que ocorreu por aqui e que o preconceito percebido aqui não gerou ódio racial coletivo nem tampouco ações legais do governo que fomentassem o preconceito e o racismo.

Essa falsa democracia racial que as idéias de Kaufmann e Kamel nos fazem imaginar é um paraíso no qual quase nenhum brasileiro vive ou viveu em nosso país. As relações sociais estabelecidas entre os negros com os demais tipos raciais, em nosso solo, têm sido marcadas pela estranha sombra do que foi a escravidão dos séculos XVI a XVIII: algo que se estabeleceu quase que naturalmente pela "necessidade" em possibilitar a Portugal a riqueza proveniente ora da exploração da cana-de-açúcar, ora do ciclo do ouro, ou ciclo do gado em nosso país e impôs a nações inteiras de africanos uma "diáspora" comparadamente mais avassaladora que a história já narrou.

As idéias desses dois autores são contrárias a muitos outros, que hoje advogam pelas cotas como ações afirmativas e reparadoras do sofrimento imposto aos negros e pardos no Brasil, como fez Munanga (2003, p. 1)

> As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderiam servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem cópia, aproveitar das experiências positivas e negativas vivenciadas por outros para inventar nossas próprias soluções, já que não contamos com receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais (MUNANGA, 2003, p. 1).

Hélio Santos (2003) nos mostra também, em contradição com as argumentações de Kamel, que a escravidão no Brasil deixou marcas profundas na relação entre brancos e negros. A relação entre senhores e escravos era permeada por uma violência sem par, caracterizando um "inventário macabro e absurdo". Santos repudia essa história que muitas vezes foi escamoteada por vários intelectuais, como por exemplo, Gilberto Freyre, os quais são, segundo esse autor, os grandes culpados pela propagação da idéia de que o país é uma democracia racial. Nessa relação entre desiguais, há dois pontos que Hélio Santos considera como importantes para explicar todo o contexto:

> a) a naturalidade com que essas coisas eram feitas. Rigorosamente, não se tratava de uma violência. Violência inominável a escravidão em si já o era. Temos aí uma exacerbação da violência; o que era encarado como rotina num sistema em que determinadas pessoas se assumiam como proprietárias de outras e
> b) a violência com que se lastreou a escravidão, para se manter por 350 anos, resultou numa nefasta cultura que legitima relações de opressão/sujeição que, infelizmente, nem todos notam (SANTOS, H., 2003, p.72).

Ou seja, é preciso pensar na escravidão como uma violência que não foi tão somente física, mas sim uma violência de características complexas que atingiu aspectos físicos, morais, psicológicos, sociais dos que a sofreram e cujos efeitos perduraram e podem ser sentidos até os dias atuais na medida em que mudou até mesmo a maneira como o escravizado passou a se perceber: um ser inferior e inferiorizado por boa parte da sociedade. É o que Bourdieu (2006) trata de violência simbólica, a qual muitas vezes é "gritante" do ponto de vista emocional, mas pouco palpável do ponto de vista físico.

Nesse ponto, é bom que se volte a pensar nas questões levantadas por Kamel, até para que se perceba em que aspectos se deve intensificar o esforço para explicar à sociedade sobre a necessidade da implementação de sistemas de cotas para o ensino superior, pois

> [...] certos grupos de indivíduos jamais conseguiram atingir padrões aceitáveis de igualdade material, de oportunidades, ou de ocupação de espaços públicos relevantes com base na simples premissa de que a lei não os discriminaria. Sistematicamente, seja em razão do gênero, da compleição física, do credo ou da etnia, dados empíricos demonstraram a utopia da isonomia jurídica como remédio para as desigualdades (SILVA, 2002, p.3).

É claro que como toda obra que trata de um tema polêmico e polemizador, os livros *"Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor",* de Ali Kamel (2006), e o livro Ações Afirmativas À Brasileira: necessidade ou mito, de Roberta Fragoso Menezes Kaufmann (2007), nos levam a um universo quase paralelo da questão, pois parece que os autores desconhecem toda a história de imposições ao negro em todos os setores da sociedade, apesar de discorrerem sobre a questão. Estas obras nos proporcionam questionamentos que têm um lado positivo: fazem-nos ver, de maneira comprovada, como os que sempre estiveram em situação privilegiada pensam sobre os menos favorecidos, suas

questões e problemas vividos no dia-a-dia. Eles têm um olhar simplista sobre as questões mais complexas que são a possibilidade de ascensão social num país em que a discriminação racial é tratada como algo inexistente, invisível. Talvez eles estejam certos se considerarmos o termo racismo mal empregado[18], mas é certo que há uma discriminação às vezes velada, às vezes direta, mas infelizmente presente em nosso dia-a-dia.

3.1.1 **Políticas afirmativas à educação superior**: direito ou privilégio?

> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
> (Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948, Art. 1º).

Iniciaremos a discussão de políticas afirmativas à educação superior como direito ou como privilégio, considerando, de antemão, as políticas públicas como sendo um conjunto de ações, atos legais e normativas outras, cujo objetivo seja regulamentar o uso do bem público, da coisa pública e/ou do espaço público, além de reconhecer as políticas públicas em suas três dimensões, conforme Frey (2000, p. 216) explicita (*polity*, *politics*, *policy*). Para ele, devemos adotar essas dimensões, diferenciando

> na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de polity para - denominar as instituições políticas [ou seja, essa dimensão se refere à ordem do sistema político, seu sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo], *politics* para os

[18] Citem-se aqui situações de discriminação sócio-racial entendidas equivocadamente como racismo. Por exemplo, quando um condomínio impede a utilização do elevador do tipo social pelos empregados do prédio, pessoas que estejam portando objetos que poderão prejudicar a integridade física de terceiros, pessoas em trajes de banho são casos de discriminação direta e que às vezes são ditos ou tratados como racismo.

> processos políticos [envolve o processo político, em muitos casos, conflituoso, pois impõe objetivos, conteúdos e decisões de distribuição] e, por fim, policy para os conteúdos da política [essa dimensão trata da configuração dos programas políticos, problemas técnicos e conteúdo material das decisões políticas] (FREY, 2000, p.216).

No desenrolar de suas idéias, esse autor nos revela que

> Essa diferenciação teórica de aspectos peculiares da política fornece categorias que podem se evidenciar proveitosas na estruturação de projetos de pesquisa. Todavia, não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente (FREY, 2000, p.217).

Ao mesmo tempo devemos pensar que na teoria política clássica, e até hoje em muitos momentos, entende-se o espaço público como o espaço do exercício pleno e responsável da liberdade das pessoas, de ação do cidadão de direito, no qual se exerce a capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns ao bem de todos, sob o princípio da deliberação; espaço que se opõe, portanto, ao espaço privado, o qual é regido pela dominação do poder. E enquanto, mais classicamente, para Aristóteles, política é a ciência cujo bem é a justiça, ou seja, o interesse comum e relaciona-se com o reconhecimento daquilo que é bom para todos, mais modernamente, para Rancière, "política é a reivindicação da parte dos que não têm parte" (RANCIÉRE *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 1). Para Rancière se faz política quando se reclama o que não é seu pelo sistema de direitos dominantes, e se cria um campo de contestação.

Assim, pensando no entrelaçamento das dimensões destacadas por Frey (2003) e na teoria política clássica, para começarmos uma análise sobre as políticas afirmativas de forma a concluir se é um direito ou um privilégio, consideramos necessário que sejam esclarecidos alguns conceitos que entendemos como básicos a esta temática. Seguindo essa idéia, neste trabalho adotaremos a perspectiva de alguns autores para Direito e Poder por entendermos que as relações sociais entre os indivíduos ocorrem sempre de maneira não igualitárias como afirma Touraine (1998) e que, na busca pela igualdade real, mesmo na diversidade, essas noções estão de alguma forma correlacionadas e intricadas.

O termo Direito "vem do latim popular *directu*, substituindo a expressão do latim clássico *jus*, que indicava as normas formuladas pelos homens destinadas ao

ordenamento da sociedade" (GUIMARÃES, 2004, p. 255) e pode ser entendido como "prerrogativa, que alguém possui, de exigir de outrem a prática ou abstenção de certos atos, ou o respeito a situações que lhe aproveitam" [...] [ou como] "faculdade concedida pela lei; poder legítimo" (FERREIRA, 1999, p. 687). Assim, podemos entender o Direito como concessão dada em lei ou norma para fazer, ou não, algo, sendo também compreendido simplesmente tal como uma espécie de garantia do exercício de um poder.

O poder, legalmente falando, é o "direito de ordenar, de fazer-se obedecer, pela força coercitiva da lei ou das atribuições de que se reveste o cargo de que está investido quem tem a faculdade de ordenar" (GUIMARÃES, 2004, p. 429). Assim, se estabelece uma relação de poder, a qual se firma entre lados especialmente desiguais, fazendo com que de um lado fiquem os que ordenam, e do outro se posicionem os que obedecem e que se alguém tem um direito é porque existe um outro alguém a quem corresponde a obrigação. Desta forma, segundo Carvalho (1998), se alguém é titular de um direito pressupõe que, ao menos em alguns casos, seja responsável "pela obrigação de garantir por sua vez a alguém o exercício do poder necessário a lhe garantir esse direito" (CARVALHO, 1998 p. 1).

E como Duverger (1981, p.11) enfatiza a "palavra 'poder' designa, ao mesmo tempo, o grupo dos governantes e a função que eles exercem". E ainda tem como elementos: o fato de ser um fenômeno biológico, pois é da natureza humana exercer algum tipo de poder sobre os demais; é um fenômeno de força, coação e coerção, tendo em vista que é sempre exercido do mais forte para o mais fraco, seja do ponto de vista físico, econômico, psicológico ou hierárquico; e, é um fenômeno exercido pela pressão social difusa, enquadramento coletivo e propaganda, baseado nas crenças pelo poder difundidas.

Segundo Machado Neto (1972), o Direito tem sua gênese explicada a partir dos cinco aspectos a seguir listados:

1. Teoria jusnaturalista – essa teoria considera que "o direito é imanente ao próprio homem" (p. 96);

2. Teoria contratualista – para essa teoria o direito emana do que se estabelece no contrato entre as partes ("foi o contrato social a razão

inicial da criação de uma ordem humana superposta à ordem natural das coisas" (p. 97));

3. Teoria teológica – essa teoria explica a origem do direito como algo decorrente das mãos do próprio Deus, enquanto criador. Ou seja, algo emanado da vontade de uma autoridade divina e sobrenatural;

4. Marxismo – para essa teoria, a explicação da origem do direito decorre "das iniciais transformações econômicas que deram origem à sociedade de classes" [ou seja,] "nasceu como regulamentação formal de um sistema de dominação de uma classe sobre outra" (p. 98); e,

5. Darwinismo social - ("o jogo das circunstâncias humanas nos termos bélicos de uma luta pela hegemonia, caracterizada pela sobrevivência dos mais fortes" (p. 98). É uma teoria que pode ser resumida em duas concepções: a da teoria da luta de raças e a da teoria da luta de grupos ou povos).

Essa mera classificação, apresentada por Machado Neto (1972), nos faz perceber que o Direito se reveste de diversos critérios para se fazer valer e tem sua gênese explicada em diversas origens, por isso complexa e abrangente.

Devido à estreita relação existente ente Direito e Justiça, pois o Direito surge como a garantia do exercício de um poder a ponto de sempre nos referirmos ao justo quando se aplica um direito, cabe refletir que a correta aplicação do Direito nos leva a pensar que isto se faz com justiça, ou seja, da forma correta e respeitosa, tendo em vista que Direito é o conjunto de normas tendentes a disciplinar as relações entre as pessoas, aplicando suas sanções quando as regras são desrespeitadas. Mas, para dar continuidade a esta análise sugere-se que se desconsidere toda a polêmica que envolve a origem histórica do Direito, tendo em vista não ser esse o foco deste trabalho, e que para classificar os direitos fundamentais esses sejam agrupados em gerações inspiradas no ideal revolucionário francês: liberdade, igualdade e fraternidade, como um recurso meramente metodológico.

As gerações do Direito foram evoluindo e tomando corpo de forma que já podem ser consideradas cinco, a saber:

1. Dos Direitos individuais ou naturais – São considerados Direitos outorgados pela própria essência do homem, emanando da sua condição natural de ser humano. Nesses estão incluídos: o Direito à vida, à segurança, o Direito de liberdade, de igualdade, de propriedade, de ir e vir, de expressão, de reunião e de associação;

2. Dos Direitos políticos – Não são direitos outorgados, mas conquistados pela pressão dos homens. Essa geração surgiu com a Revolução Francesa e com a aprovação, em 26 de agosto de 1789, da primeira Declaração dos Direitos do Homem. Nessa geração se incluem o direito de liberdade pessoal;

3. Dos Direitos econômicos e sociais – As gerações anteriores do Direito não impediram que o individualismo provocasse claramente uma disfunção: passou a traduzir os interesses de uma classe determinada – grandes proprietários de terra, homens jovens, pessoas de alto poder aquisitivo, deixando à margem um grupo de pessoas desiguais. Essa geração foi pensada para trazer amparo a mulheres, crianças e idosos que a Revolução Industrial tinha deixado em desamparo. Esse amadurecimento que exigia novos valores, tais como o bem-estar, a eqüidade real e não apenas formal, e o interesse na manutenção de uma igualdade que transcende a fronteira do Estado fizeram explodir essa geração de direitos, os quais incluem o Direito ao bem-estar, ao trabalho, à seguridade, à saúde, à educação, à amamentação, ao lazer, à vida cultural. No entanto ainda era uma preocupação com o ser individualizado;

4. Do Direito a um meio ambiente equilibrado – que inclui direitos de solidariedade e de fraternidade; e,

5. Do Direito de propriedade intelectual e biodiversidade – essa geração do Direito prevê a proteção à propriedade intelectual, propriedade industrial, direito autoral e à biodiversidade de um país, tendo em vista a ampla existência da biopirataria e seus malefícios, não apenas econômicos, à humanidade.

Ao mesmo tempo em que os agrupamos, ressaltemos que

> Enquanto os direitos de liberdade nascem contra o superpoder do Estado e, portanto, com o objetivo de limitar o poder –, os direitos sociais exigem, para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado (BRASIL, 2001, p. 12).

Assim, pensando no que já foi discutido neste capítulo acerca dos conceitos: política, políticas públicas, direito, poder, privilégio, se confirma a pertinência das políticas afirmativas, em especial as cotas, para a população brasileira afro-descendente no ingresso à universidade pública, vistas como ações reparadoras, a partir das quais as instituições sócio-políticas apresentam institutos jurídicos com o intuito de mudar a forma de regular as relações entre os diversos atores com a finalidade de implementar uma nova ordem social, possibilitando àqueles que estariam sendo alvo de discriminação uma nova perspectiva de melhoria de vida.

Vale ressaltar que os aspectos percebidos nas ações afirmativas, enquanto Direitos sociais, validadas como ações que podem reorganizar a sociedade, outorgando direitos a tantos quanto se encontrem alijados dos processos emancipatórios de melhoria da qualidade de vida, tais como: educação pública gratuita e de qualidade; saúde pública; seguridade social; lazer; cultura entre outros, faz com que se admitam as políticas afirmativas de cotas de ingresso à universidade pública como direitos e não privilégios, como se discutirá mais adiante.

No entanto, há no Brasil um racismo dissimulado pelo mito da democracia racial que prejudica o entendimento jurídico do problema (SILVA, 2003), mas como transitar de um sistema de relações sociais de discriminação velada para um estado de igualdade concreta, baseado na distribuição eqüitativa de direitos e obrigações, conforme preconiza o texto constitucional? Não se pretende aqui fazer apologia à concessão indiscriminada de privilégios ou ferir o pressuposto constitucional brasileiro de igualdade, pois as cotas para afro-descendentes são políticas afirmativas e não se consideram privilégios, pois estes são concessões feitas aos que se encontram em igualdade de direitos, resultando para alguns a oferta de algo mais.

No Brasil, já na primeira Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, se estabeleceu "[...] a República Federativa como forma de governo, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos seus Estados e por um tratamento igualitário da coisa pública" (CÉSAR, 2003, p. 23). Em seu artigo 72, quando faz a Declaração de Direitos, aquela Carta Magna estabeleceu que em sua essência o regime republicano não admite que o nascimento estabeleça privilégios, além de não reconhecer os títulos de nobreza, bem como extingue as ordens honorífica e suas regalias César (2003).

Tal princípio foi mantido nas diversas Cartas Constitucionais, outorgadas e promulgadas na história republicana brasileira e, apesar de haver sofrido sérios abalos no período da ditadura militar, voltou com o processo de redemocratização do país, a partir de 1984; com destaque ao movimento intitulado "Diretas Já", que culminou na primeira eleição direta para presidente, com o intuito de recuperar Direitos Políticos de votar, pós o Estado Ditatorial Brasileiro e, posteriormente, na promulgação da "Constituição Cidadã", em 05 de outubro de 1988. Esta última traz como valores e objetivos fundamentais, em seu artigo 5º, garantias à "[...] dignidade humana, o pluralismo, a erradicação de desigualdades e a construção de uma sociedade justa e solidária".

Ressalte-se que é possível notar, no texto constitucional de 1988, a promoção da igualdade, o que reforça uma tentativa do Estado em materializar a igualdade formal em igualdade material de oportunidade e tratamento que, apesar de tudo, é em essência, diferente da postura de não-discriminar, pois

> a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam [...]Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real (BARBOSA, 2007, p. 11).

No entanto, a propalada garantia constitucional do direito à igualdade para todos instituída pela Carta Magna de 1988 não impediu a desigualdade de acesso às oportunidades de participação efetiva no contexto da cidadania plena, prevista para todos os brasileiros, pois essa Constituição Federal, apesar de prever toda uma ampla igualdade não conseguiu eliminar a discriminação, sendo essa, para Ferreira (1999, p. 690) "[...] o ato ou efeito de discriminar" – e consiste em ato ou conduta

(comissiva ou omissiva) que viole direitos com base em critério arbitrário, independentemente da motivação que lhe deu causa, mostrando que a discriminação pode estar arraigada no tecido social de forma velada ou direta e pode ser com ou sem motivação tangível.

Fica claro que em meio a esse contexto,

> O conteúdo positivo do direito de igualdade comete ao Estado o dever de esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos se beneficiar da igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta. A isto dá-se o nome de ação afirmativa, compreendida como comportamento ativo do Estado, em contraposição à atitude negativa, passiva, limitada à mera intenção de não-discriminar (BRASIL, 2001, p. 12).

É preciso reforçar que na visão jurídica, as ações afirmativas não são imunidades, privilégios ou regalias de qualquer natureza, pois

> privilegiar significa tratar com regalias partes iguais que não precisariam de nenhum benefício do poder público, ou porque sempre os tiveram, ou porque têm amplas chances de os conseguirem sem uma proteção especial do Estado (CÉSAR, 2003, p. 25).

O que não é o caso dos afro-descendentes de baixo poder econômico como de fato o são os que se pretendem sejam alcançados pelas ações reparadoras tratadas neste trabalho.

Antes mesmo de caracterizar uma ação afirmativa para a educação, queremos deixar claro que este termo será atribuído a toda e qualquer ação que determine meios diferenciados de acesso à educação, quer sejam por reserva de vagas, por atribuição de pontuação acrescida à nota alcançada, ou outras formas, por grupos que se configurem como minoria, quer seja racial, de gênero, de condição física, como os portadores de necessidades especiais, entre outros critérios que possam surgir no decorrer desse texto.

Para se falar em políticas afirmativas para a educação superior pública é preciso considerar que o maior problema desse nível de educação, quase que no mundo todo, até a última década, foi o acesso, principalmente em seu aspecto democratizante, conforme Boaventura de Souza Santos (2005, p. 9) nos adverte:

> a maior frustração da última década foi que o objectivo de democratização do acesso não foi conseguido. Na maioria dos países os factores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuaram a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio (SANTOS, 2005, p. 9).

Ações afirmativas para a educação superior têm sido, sem dúvida, motivo de debate em toda sociedade tendo em vista que atingem a fatia da população brasileira que normalmente tem tido, até então, pouca possibilidade de acesso à universidade: os afro-descendentes. Tal fato é facilmente comprovado em dados obtidos, por exemplo, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o qual, em pesquisa sobre o assunto, mostra que até a década de 90 estes só conseguiam ocupar 2% das vagas daquele nível de ensino. Assim, a implantação de políticas afirmativas em solo brasileiro que atendam aos afro-descendentes desejos de ingressar numa universidade pública deve ser viabilizada por meio das cotas ao ensino superior, de maneira a reparar tal situação.

Conforme discutem Carneiro da Silva (2001), Gomes (2002), Moehlecke (2002), Cesar (2003), Cidinha da Silva (2003), Guimarães (2003), Teixeira (2003), Silvério e Silva (2003), Bernardino e Galdino (2004), Queiroz (2004), Vieira Filho (2004), Luiz Fernando Silva (2005), Zanitelli (2005), Graziela Silva (2006) que, as políticas afirmativas são ações reparadoras e pretendem restabelecer a igualdade de direitos e oportunidades. As primeiras ações reparadoras ou compensatórias instituídas mundialmente foram fruto das idéias revolucionárias francesa e americana, geradas a partir de um princípio da igualdade perante o qual o legislador julgava criar um espaço neutro, no qual as virtudes e as capacidades dos indivíduos poderiam ser desenvolvidas, em contraposição ao que se considera como privilégios, sendo estes espaços (nichos) reservados à concessão de desigualdades artificiais para alguns. Essas ações visa(va)m promover a implementação do princípio constitucional da igualdade formal.

A igualdade formal como categoria jurídica de primeira grandeza é garantida no texto constitucional brasileiro para o qual todos são iguais perante a lei, mas nem sempre é respeitada e considera iguais indivíduos que são sócio-cultural e economicamente diferentes, supondo a neutralidade do Estado, conforme preconiza o ideário liberal. Para este, a simples inclusão da igualdade formal entre os direitos fundamentais já a assegurava no sistema constitucional.

Com o desenvolvimento da ciência jurídica, verificou-se que esse pensamento não mais coadunava com a realidade e se buscou consolidar um sistema legal que, num caráter dinâmico, veja a igualdade entre os homens de maneira diferenciada como diferentes são os homens em suas condições de oportunidade e a implemente sempre que a igualdade formal não assegure a igualdade, conforme determina o texto legal magno. Assim, muitas ações reparadoras de ação positiva ou de discriminação negativa têm sido implementadas no Brasil, visando diminuir a desigualdade de oportunidades para sair do estado da igualdade formal para o estado da igualdade substancial ou material.

Com esse sentimento, o Estado brasileiro passou a (re)pensar sua posição no contexto internacional de maneira que a partir de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, num contexto de pressões internas e externas, procurou dar mais espaço para que a demanda por ações afirmativas se expressasse no governo, em conseqüência da exigência da comunidade internacional pelo melhor tratamento às desigualdades raciais, já demonstradas em estatísticas oficiais. Além disso, vale destacar que mobilizações em torno do centenário da Abolição da Escravatura e dos 300 anos de Zumbi, fizeram com que o tema das desigualdades raciais brasileiras passasse a ser discutido na imprensa de forma mais ampla. Porém, os movimentos sociais perceberam que não deveriam atacar a questão apenas do ponto de vista da discriminação e sua criminalização, mas em outras instâncias como as das ações afirmativas que poderiam vir a ser mais abrangentes e pontuais ao mesmo tempo.

Voltando um pouco no passado e analisando ações implementadas em políticas afirmativas no Brasil, percebe-se que, ainda que sejam marcos importantes, todos os dispositivos anteriores a Durban (2001) são ações pontuais, de restrita abrangência. São ações que não atingem à maioria e sim, alguns grupos: idosos, crianças, adolescentes, mulheres, deficientes, pequenas empresas, ou são de difícil implementação, mas que podem, a longo prazo, mudar a mentalidade escravocrata e/ou discriminatória ainda arraigada na cultura brasileira.

A Declaração de Durban (BRASIL, 2001, p. 95) entregue durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, destacou para a educação um papel fundamental em todos os níveis e em todas as idades como a chave para a mudança de atitudes e

comportamentos baseados no racismo, na discriminação racial, na xenofobia e na intolerância, bem como para a promoção da tolerância e do respeito à diversidade nas sociedades. No entanto, ainda que a longo prazo, entende-se que uma ação afirmativa que efetivamente traga uma mudança ao quadro sócio-econômico-político da nação brasileira deve passar pela educação, pois não é surpresa que a educação seja fundamental para o desenvolvimento de uma nação. “Sem a educação a soberania e a cidadania de um povo estão em jogo” (DEMO, 2001, p. 30).

O círculo vicioso da desigualdade social é explicado pela desigualdade racial, conforme nos adverte Hélio Santos (2003) e

> Se buscamos uma cidadania emancipada, capaz de projeto próprio de desenvolvimento, ou se buscamos garantir aos marginalizados condições equânimes de luta, o instrumento mais decisivo, hoje, é a habilidade de manejar e produzir conhecimento. Se educação se diz emancipatória, não poderá prescindir de lançar mãos deste meio (DEMO, 2000, p. 33).

Entretanto, segundo o Ipea (2002) é preciso reconhecer que a discriminação do negro, no que diz respeito ao acesso à educação superior, é decorrente de um processo maior que o aparta do acesso à política, à educação entre outros e que o círculo vicioso da discriminação (social, econômica e racial) tão bem discutido e revelado por Hélio Santos (2003) precisa ser rompido pela sociedade brasileira e todos os seus organismos e instituições, através de mecanismos que promovam, de forma assegurada legalmente, a inclusão sócio-política-econômica desses.

É nesse contexto que se faz necessária a implementação de uma série de políticas ou ações que precisam ser tomadas quando o princípio de igualdade de todos perante a lei se apresenta insuficiente para garanti-lo entre os cidadãos. Para César (2003, p.5), tais ações não se configuram como privilégios, pois como ela ratifica,

> [...] privilegiar significa tratar com regalias partes iguais que não precisariam de nenhum benefício do poder público, ou porque sempre os tiveram, ou porque têm amplas chances de os conseguirem sem uma proteção especial do Estado.

No entanto, não há seres iguais no universo e a alegada igualdade entre homens só é possível sob alguns critérios e em determinados contextos, apesar do direito positivo considerar todos iguais perante a lei. Assim, como

> [...] a promoção da integração racial com base em ações afirmativas é feita por meio de mecanismos legais, o critério de igualdade que incide sobre políticas de acesso a estabelecimentos de ensino superior por setores étnico-raciais socialmente discriminados é, única e exclusivamente, a igualdade jurídica (HECK, 2003 p. 276).

Dessa forma, vê-se que "a igualdade não é meramente afirmada como uma simples projeção retórica ou programática" (CÉSAR, 2003, p. 25). É o que se pode confirmar na art. 3º. da Constituição Federal Brasileira:

> Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - .....
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Portanto, conforme explica César (2003, p. 39), o "[...] debate que as cotas abrem depara[-se] com a grande dificuldade de caracterizar o racismo estrutural da sociedade brasileira". No entanto, complementa essa autora:

> [...] para os afro--brasileiros, a cor da pele, a desigualdade e a discriminação estrutural e direta demonstrados nos dados demográficos e socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são critérios objetivos que a lei reconhece [apontando para uma discriminação (ainda que) velada e latente na medida em que tais dados apontam os afro-brasileiros entre os com menor índice de escolaridade, menor ascensão social, maior contingente abaixo da linha de pobreza] (CÉSAR, 2003, p. 40).

As cotas para a população brasileira afro-descendente no ingresso à universidade pública têm sido utilizadas como ações reparadoras. Por meio dessas medidas, as instituições universitárias lançam mão de institutos jurídicos e de normas a fim de mudar a forma de regular as relações entre os diversos atores universitários com o intuito de implementar uma nova ordem social, possibilitando àqueles que estariam sendo alvo "natural" de discriminação uma nova perspectiva de melhoria de vida.

Entre as idéias-mestras por que se deve justificar a implementação de uma política de cotas de acesso à universidade, Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 9) distingue as seguintes:

> 1. nos países onde a discriminação no acesso à universidade [se] assenta, em boa parte, nos bloqueios ao nível do ensino básico e médio, a reforma progressista da universidade, por contraposição à

> proposta pelo Banco Mundial, deve dar incentivos à universidade para promover parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico com as escolas públicas; 2. a universidade pública deve permanecer gratuita e aos estudantes das classes trabalhadoras devem ser concedidas bolsas de manutenção e não empréstimos [, com o intuito de evitar o excessivo endividamento do estudante universitário, quando da adesão a algum sistema de financiamento pessoal para custeio do curso no qual esteja matriculado;] 3. nas sociedades multinacionais e pluri-culturais, onde o racismo, assumido ou velado, é um facto, as discriminações raciais ou étnicas devem ser confrontadas enquanto tal, com programas de acção afirmativa (cotas e outras medidas) que devem visar, não só o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo durante os primeiros anos nos quais são por vezes altas as taxas de abandono[, também no ensino superior;] [e,] 4. a avaliação crítica do acesso e, portanto, dos obstáculos ao acesso – como de resto a discussão das áreas de extensão e da ecologia dos saberes – deve incluir explicitamente o caráter colonial da universidade moderna [...] [, pois essa universidade que temos hoje, participou muitas vezes não somente] na exclusão das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade que estendeu aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos em nome da propriedade epistemológica concedida à ciência (SANTOS, B. de S, 2005, p.9).

Ainda tendo em conta as idéias de César (2003),

> Os programas de cotas para afro-descendentes implementados nos últimos [seis anos] [...], nas Universidades brasileiras, trazem consigo um debate ainda mais acirrado em toda a sociedade, pois foram, agora, implementados programas de cotas que podem efetivamente, ainda que em longo ou em médio prazo, proporcionar aos brasileiros que estiveram por cinco séculos fora de qualquer processo emancipador, ascenderem na pirâmide social brasileira, tendo em vista que agora seu alvo é a Universidade (CÉSAR, 2003, p. 42).

Essa ascensão, sugerida por César, na citação anterior, que a universidade possibilita aos que concluem um curso superior, é por vezes colocada em dúvida. No entanto, pesquisas mostram que profissionais com diploma universitário conseguem galgar melhores postos no mercado de trabalho em relação a pessoas que tenham apenas concluído o ensino médio.

Esses aspectos são observados por Silva (2003, p.3) a partir de um contexto obscuro do racismo, muitas vezes velado, quando nos afirma que

> o racismo antinegro existente no Brasil foi dissimulado pelo mito da democracia racial, acabando por inviabilizar também o entendimento jurídico do problema. No Brasil, o racismo desenvolveu-se de modo diferente que em outros lugares, como nos EUA e África do Sul, por exemplo. Está presente nas práticas sociais e nos discursos, mas

> sem ser reconhecido pelo sistema jurídico e sendo negado pelo discurso não racialista da nacionalidade (SILVA, 2003, p. 3).

Mas, como transitar de um sistema, de relações sociais altamente discriminatório para um Estado que busca a igualdade, baseado na distribuição mais eqüitativa de direitos? Como fazer isto, tendo em vista que as relações sociais entre os indivíduos conforme, Touraine (1998: p. 46), "[...] são sempre não igualitárias"[...]?

3.1.2 **Políticas afirmativas à educação superior**: panorama evolutivo do acesso

É bem certo que o contexto das políticas afirmativas à educação superior é de contradições e resistência. Nesse cenário, há vozes que apóiam a sua implantação com a idéia de que são ações reparadoras, enquanto, outras resistem ao seu surgimento argumentando que são desnecessárias e inócuas, tendo em vista o pensamento de que no Brasil vivemos numa democracia racial. Assim, esse diálogo entre vozes dissonantes, enriquece a discussão e muitas são as instituições públicas de ensino superior do Brasil que estão debatendo a questão da reserva de cotas para a população negra e, em muitas delas, um sistema já foi implantado. Neste processo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) são as pioneiras. Porém, seus critérios são diferentes, pois enquanto a Uerj e a Uenf têm 20% de suas vagas destinadas ao acesso da população negra no ensino acadêmico, determinado em lei estadual nº.151/2003, a Uneb disponibiliza 40% das suas vagas para afro-descendentes para cursos de graduação e de pós-graduação (Resolução Uneb/Consu 196/2002).

Em agosto do ano de 2007, a Uneb reformulou o sistema de reserva de vagas por meio da Resolução Uneb/Consu nº 468/2007 e a partir daquele momento, em seus processos de acesso aos cursos oferecidos em nível de graduação e de pós-graduação, estabelecendo

> reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro (UNEB, Art. 1º, 2007).

Assim, em cinco anos o processo de acesso por políticas afirmativas para a Uneb se modificou de maneira que negros (afro-descendentes) e indígenas teriam direito a um meio diferenciado como opção de ingresso aos cursos da Universidade do Estado da Bahia. Inicialmente, foram destinados 40% das vagas para afro-descendentes que se auto-declarassem e fossem comprovadamente oriundos de escolas públicas. Agora, com a Resolução do Uneb/Consu nº 468/2007, foram destinadas: "a) 40% [do total de vagas] para candidatos negros; e, b) 5% [do total de vagas] para candidatos indígenas." (UNEB, 2007, Art. 2º, alíneas a e b). Acrescidas a esses pré-requisitos, exigiu-se que os candidatos optantes pelas cotas

> a) Tenham cursado todo o ensino médio em escola pública;
> b) tenha renda familiar mensal inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos; e
> c) sejam e declarem-se negro ou indígena, conforme quadro de auto-classificação étnico-racial constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo (UNEB, 2007, Art. 4º e alíneas).

Entre a Resolução Uneb/Consu nº 196/2002 e a Resolução Uneb/Consu nº 468/2007 há aspectos diferenciadores além da presença da cota para indígena. Na atual Resolução exige-se que o candidato tenha cursado todo o ensino médio em de escola pública, tenha renda familiar mensal inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos e que "sejam e declarem-se negro ou indígena" (UNEB, 2007, Art. 4º e alíneas).

Esse largo espaço de tempo observado entre a Resolução do Consu nº196/2002 da Uneb, que só previa cotas para afro-descendentes, e a edição da Resolução Uneb/Consu nº 468/2007, a qual insere políticas afirmativas para indígenas, reflete a própria representação étnica que só considera os indígenas nos censos demográficos somente a partir da década de noventa (ver Tabelas 9 e 10, página 76). Até o final do ano de 2008, apenas onze das trinta e oito instituições de ensino superior, com algum programa de políticas afirmativas de acesso, possuem

programas de acesso aos seus cursos, destinados a indígenas, sendo verificado que somente a partir de 2004 é que esse processo foi, timidamente, deflagrado.

De maneira mais lenta e tardia as instituições federais passaram por um processo posterior ao movimento iniciado pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, sendo a Universidade de Brasília a primeira a colocar a proposta em votação e adotar as cotas no ano de 2005, conforme se vê no Quadro 4 à página 96 deste trabalho, a seguir. Em outros Estados o movimento, também, já se iniciou. O Estado do Mato Grosso do Sul também já tem aprovada a política de cotas para negros e índios. Neste caso, a reserva se deu por intermédio de aprovação de lei estadual, que garante a reserva de pelo menos 20% das vagas para negros e 10% para indígenas (Lei nº 2.605/2003). Por essa lei poderão concorrer às vagas os candidatos oriundos de escolas públicas que se declararem negros e que apresentem fenótipo afro-descendente.

Um marco importante que necessita ser considerado, ainda que não seja o foco principal deste estudo, é que o requisito de que o candidato à cota, à reserva de vagas e/ou ações afirmativas seja egresso de escola pública aparece em quase todos os programas das IES que já implantaram algum programa. Essa condição é exigida diretamente em vinte e nove das trinta e oito instituições que compõem o Quadro 4, que apresenta resumidamente critérios exigidos para ingresso nas instituições com algum tipo de programa de acesso por reserva de vagas e/ou ações afirmativas. Esse aspecto nos faz pensar que há uma preocupação em oferecer ao egresso das escolas públicas compensação pelo que lhe foi sonegado nos anos anteriores ao ensino superior: o direito a uma escola de qualidade. Quase uma tentativa de ressarcimento pelo que lhe foi tirado ou para fortalecimento da escola pública, como se pode ver em alguns dos documentos que determinam a forma e requisitos de acesso a IES via programas de ação afirmativa.

No desenrolar das discussões, acerca de tais políticas afirmativas, muito debate se instalou nas instituições de ensino superior em todo o Brasil. A exemplo, cite-se a Universidade Estadual de Londrina (Uel) que implantou um sistema de cotas deflagrado a partir de 2004 após discussão com a comunidade acadêmica com a presença, inclusive, da Fundação Palmares. De igual forma, a Universidade

Federal da Bahia (Ufba) apresentou no processo seletivo de 2005 o seu sistema de cotas para afro-descendentes e índios.

Critérios	Instituições/ano de implementação
Percentual das vagas para negros e pardos (ou afro-descendentes), provenientes de escolas públicas.	Uerj (2003), Uenf (2003), UEZO (2003); FAETEC (2003)[19]; UNEB [20] (2003); UEMS (2003); UEL (2004); UFP (2004); UNB (2005)
Percentual das vagas para afro-descendentes e mulheres.	UFAL (2004).
Percentual das vagas para afro-descendentes carentes, egressos de escolas públicas, portadores de deficiência e indígenas.	UEMG (2004)[21]; UEG (2004); UNIMONTE (2004)[22].
Percentual das vagas a egressos das escolas públicas ou privadas do Estado, que não tenham curso superior completo ou não o estejam cursando em instituição pública de ensino.	UEA (2004).
Percentual das vagas reservadas para oriundos das escolas públicas da própria cidade na qual está sediada a IES.	USJ (2005)[23]; ESCS (2004).
Percentual das vagas para afro-descendente (negros e pardos), indígena e que tenha cursado o ensino médio integralmente em escola pública.	UNIFESP (2005); UFBA (2005); UFABC (2006); CEFET-BA (2006).
Percentual das vagas para afro-descendentes e carentes.	UFPR (2005).
Percentual das vagas para negros, que se autodeclaram pretos ou pardos no ato da inscrição, que cursaram o ensino fundamental e médio exclusivamente em escolas públicas ou em particulares com bolsa de estudo.	UNEMAT (2004).
Percentual das vagas para negros e oriundos de escolas públicas.	UFJF (2004); UEPG (2006).
Percentual das vagas para índios.	UFT (2004)[24]
Percentual das vagas para negros, oriundos de escolas públicas, indígenas e/ou quilombolas.	UEFS (2006)[25], UESC (2008).
Percentual das vagas reservadas para negros ou afro-descentes, oriundos de escolas públicas e deficientes ou portadores de necessidades especiais.	UNI-FACEF (2004); CEFET-SE (2006).
Percentual progressivo das vagas reservadas para negros e indígenas oriundos de escolas públicas ou indígenas.	UFSCAR (2008).
Percentual das vagas reservado para carentes e deficientes físicos.	UERGS (2001).
Percentual das vagas reservado para oriundos da rede pública de ensino.	CEFET-RN (2005); UPE (2005)[26]
Concessão de bônus nas notas dos estudantes.	UFRN (2005)[27]; UNICAMP (2004)28; FAMERP (2004)[29]; FATECSP (2005)[30]; USP (2005)[31]

[19] Todos os candidatos às cotas, na UERJ, UENF, FAETEC e UENZO, têm de comprovar carência financeira.

[20] Reserva 40% das vagas em seus cursos de graduação e pós-graduação para afro-descendentes oriundos das escolas públicas, inicialmente do Estado da Bahia. Desde o vestibular 2008 reserva 5% das vagas dos mesmos cursos para indígenas e exige a comprovação de renda familiar mensal inferior a dez salários mínimos (Resolução do CONSU 468/2007).

[21] Lei estadual nº 15.259 de 01 de junho de 2004.

[22] Todos os estudantes beneficiados pelo sistema de cotas precisam comprovar que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas e se encontram em situação de carência financeira.

[23] Reserva de 70% das vagas para alunos das escolas públicas de São José. Para se beneficiar das cotas, o aluno precisa ter realizado o ensino médio em escolas públicas municipais, estaduais ou federais localizadas na cidade.

[24] A instituição fez uma pesquisa e 62% dos alunos se declaravam negros ou pardos. Do total de vagas, 5% são destinadas aos indígenas.

25 Serão reservadas duas vagas a mais em cada curso, além das vagas previstas no edital de seleção, para membros de grupos indígenas e/ou para a comunidade quilombola.

26 Os alunos das escolas técnicas e militares não podem concorrer pelo sistema.

27 Adota um argumento de inclusão para estudantes de escolas públicas do estado. São concedidos bônus nas notas dos estudantes que se encaixam nesse perfil e tenham tirado a nota média do curso. Os pontos extras somados à nota variam de acordo com a graduação.

28 Implantou o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), mas não há reserva de vagas. Baseados em estudos, os dirigentes da estadual decidiram privilegiar os egressos de colégios públicos. Se estes candidatos atingem a nota mínima, recebem 30 pontos na nota. Os que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas recebem mais 10

Quadro 4: Instituições de Ensino Superior e seus respectivos critérios para reserva de vagas e/ou ações afirmativas 2003 – 2007

Fonte: Criado pela autora a partir dos *sites* das IES apresentadas e/ou dos *sites* especializados no assunto.
Nota explicativa: Algumas IES foram suprimidas desse Quadro pela imprecisão dos dados coletados acerca do seu programa ou processo de implantação de cotas ou políticas afirmativas.

Pode-se perceber que o processo de implantação de um sistema de cotas ou de políticas afirmativas em uma instituição brasileira de ensino superior cresceu rapidamente nos últimos sete anos e contempla critérios diversos que atendem aos portadores de necessidades especiais, às mulheres, a indígenas, a carentes, a oriundos de escolas públicas, aos negros e pardos (afro-descendentes). Sendo possível encontrar instituições de todas as esferas administrativas (pública e privada; federal, estadual e municipal), tendo exemplos que correspondem a todas as regiões brasileiras, como se pode ver no Quadro 4.

A partir da observação das informações expostas no Quadro 4, vê-se que há uma diversidade de programas que contemplam as várias nomenclaturas que a questão requer, garantindo um percentual de vagas para negros, pardos, afro-descendentes, indígenas, quilombolas, mulheres, carentes além de bonificação para os egressos do sistema público e/ou afro-descendentes. Isso mostra que as instituições de ensino superior têm procurado exercer a autonomia acadêmico-administrativa ao determinar os seus processos de acesso, respondendo às especificidades locais e mostrando que não há espaços iguais além de procurar atender às necessidades do seu entorno.

Ainda por observação do que o Quadro 4 sistematiza é possível perceber que no ano de 2003 apenas três universidades, um centro universitário e uma fundação implantaram pioneiramente seus programas de acesso a afro-descendentes aos seus cursos. Esses programas vinham somar com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul que no ano de 2001 já havia sido criada com a reserva de 50% das vagas para candidatos hipossuficientes (carentes) e 10% para portadores de deficiência física (Uergs, Lei nº 11.646/01), conforme se pode ver no trecho a seguir reproduzido.

---

29 Adição de pontos para alunos oriundos da rede pública (30 pontos) para alunos oriundos e mais 10 para afro-descendentes.

30 Adotou sistema de pontuação acrescendo pontos para afro-descendentes e egressos do ensino público.

31 Os estudantes egressos da rede pública receberão 3% de acréscimo na pontuação obtida no vestibular. Também houve aumento no número de vagas e redução no tamanho da prova.

> Art. 15 - A seleção de candidatos à matrícula inicial em quaisquer dos cursos regulares dar-se-á mediante seleção pública, que também deverá considerar o aproveitamento escolar para aferição de conhecimentos e habilidades intelectuais.
> § 1º - Na seleção de candidatos para cursos regulares de graduação será considerada também a condição sócio-econômica do candidato, ficando asseguradas 50% (cinqüenta por cento) das vagas para os candidatos que comprovarem a condição de hipossuficiência econômica, na forma do Estatuto.
> [...]
> Art. 16 - Aos candidatos portadores de deficiência, classificados no processo seletivo, serão asseguradas, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas existentes.

A partir daí o panorama se diversificou, aumentou vertiginosamente o quantitativo de instituições das diversas regiões do país, sendo que no ano de 2004 passaram a figurar no cenário de cotas a uma instituição de educação superior, um total de vinte instituições, ampliando a pluridiversidade de programas e a sua abrangência de ação, pois se vê dentro do contexto alguns estados como Paraná, Minas Gerais, Amazonas, São Paulo.

A evolução continua e, no ano de 2005, surgem nove programas de acesso ao ensino superior com reserva de vagas ou previsão de bonificação diferenciada para afro-descendentes, carentes e/ou oriundos de escolas públicas, na Universidade de Brasília (2005), Universidade Federal de São Paulo (2005); Universidade Federal da Bahia (2005); Universidade Federal do Paraná (2005), Centro Federal de Educação Técnica - Rio Grande do Norte (2005); Universidade de Pernambuco (2005), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005), Faculdade de Tecnologia de São Paulo (2005), Universidade de São Paulo (2005). Nos anos seguintes (2006 a 2008), o cenário se mostra ainda muito diversificado: universidades estaduais, centros de educação federal, universidades federais, não sendo observado nenhum programa que tenha sido iniciado no ano de 2007.

Muitas outras instituições de ensino superior já estão em processo de discussão, em conjunto com a comunidade acadêmica, no intuito de formular o seu próprio sistema de reserva de vagas ou bonificação para alunos carentes, afro-descendentes ou outros.

3.2 DISCUTINDO A PERMANÊNCIA

Tendo em vista discutir as condições de permanência e sucesso do afro-descendente cotista é necessário conceituar e apresentar as variáveis que em nosso entendimento compõem essas categorias e que integram esse estudo. Como já foi tratado no Capítulo 1 deste trabalho, estamos considerando as categorias de pesquisa: cotista, não cotista, permanência e sucesso. Assim, para efeito dessa pesquisa, foram considerados cotistas todos os alunos ingressos que optaram por concorrer no quantitativo referente ao sistema de cotas da universidade em questão, no período de 2003 a 2007[32]; sendo os demais ingressos no mesmo período, aqui considerados como não cotistas.

Entendemos que a permanência e o sucesso do afro-descendente universitário estão intimamente imbricados. As condições de permanência foram abordadas a partir das seguintes condicionantes: freqüência às aulas/atividades; número de disciplinas em que se encontra matriculado; desempenho escolar, medido por meio do escore total apresentado no sistema acadêmico da instituição; acesso à biblioteca, além do acesso a programas institucionais voltados à viabilização da permanência dos cotistas. Para a categoria sucesso, há três dimensões que devem ser consideradas: o sucesso escolar, o sucesso pessoal e o sucesso profissional. Abordaremos o sucesso escolar a partir das variáveis: estar semestralizado (considerando assim, o aluno que não apresentar incompatibilidade, incongruência e/ou discrepância entre as disciplinas matriculadas e/ou cursadas com aprovação em comparação com o semestre acadêmico); tempo provável de conclusão; nível de empregabilidade (medido a partir de indicadores tais como: estar estagiando e/ou trabalhando na área, ter curso de idiomas, possuir habilidades na área de informática).

Neste trabalho como já foi antes evidenciado, será tratado o sistema de cotas à Universidade do Estado da Bahia e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro com o intuito de responder à pergunta chave: de que maneira o modelo *multicampi*

[32] Sob a égide da Resolução Consu nº 196/02 da Universidade do Estado da Bahia.

de universidade interfere nas condições de permanência e sucesso do afro--descendente optante das cotas? Além das demais perguntas norteadoras: 1) Até que ponto se pode garantir o sucesso dos programas de ingresso no ensino superior por meio das cotas, sem a adoção de medidas que possibilitem a permanência do aluno optante numa universidade *multicampi*? 2) Que medidas são essas, tomando como base a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade do Estado da Bahia (Uneb)? e, 3) Quais reflexos podem ser percebidos pela implementação de programas/projetos/ações de apoio à permanência e sucesso do aluno cotista nessas Universidades?

Para melhor discutir a permanência e o sucesso de estudantes cotistas nas universidades brasileiras é necessário identificar, analisar, compreender as práticas, os métodos e as experiências de implantação de estratégias que visem melhorar as oportunidades de inserção social em outros campos da sociedade e mobilidade social ao cotista, iniciadas com o acesso a algumas universidades públicas do Brasil.

Assim, ao falar em programas que visem à permanência e o sucesso escolar dos cotistas às universidades públicas brasileiras é preciso refletir no papel que essa instituição vem assumindo no contexto social de reforço, reprodução e institucionalização do racismo, tendo em vista essa teoria absurda da existência da distinção de raças entre os homens ter surgido no século XVIII (MUNANGA, 2003) e desde então pouco ter sido feito para derrubar a idéia de que características físicas distintas no ser humano tais como cor da melanina, podem afetar o intelecto, o comportamento social, além do desenvolvimento psicológico, apesar da raça não ser

> uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (MUNANGA, 2003, 4-5).

No entanto, a universidade não é a única instituição a se prestar ao papel de reproduzir as atitudes racistas da sociedade em si, tendo em vista que outros espaços sociais têm sido utilizados para tal: a saber, clubes sociais e esportivos, templos de igrejas, jornais, empresas em geral, cujas práticas têm contribuído com a construção de um imaginário de que o negro é intelectualmente inferior.

Tratar dos aspectos inerentes à problemática da permanência e sucesso do cotista é pensar e refletir sobre a qualidade das ações implementadas com esse propósito e os desafios que cotistas, meio social ao qual estão inseridos e a própria instituição passam a enfrentar com o intuito de promover uma convivência mais solidária que perceba a diversidade como fenômeno ou conceito salutar ao desenvolvimento, até mesmo da ciência acadêmica, na medida em que se refere a

> Histórias pregressas de indivíduos e grupos, condições socioeconômicas, trajetórias sociais, status, origens geográficas, deslocamentos territoriais, gênero, orientação afetivo-sexual, visões de mundo, práticas culturais, crenças, religiões etc (JUNQUEIRA: 2007, p.19).

Assim, as idéias de Junqueira (2007), contidas no trecho acima, nos fazem refletir: é necessário repensar o contexto universitário e tantos desafios inerentes à sua gestão a partir da diversidade agora intensificada com a maior presença de um extrato populacional que, após muitos anos de exclusão, adentra a universidade. Agora, provavelmente, mais que antes os gestores das IES com algum sistema de cotas ou políticas afirmativas quaisquer deverão se preocupar em implantar programas que recepcionem não só as necessidades, mas também os desejos desse grupo que começa a se entranhar no seio da universidade. Ao mesmo tempo, é necessário que a própria ciência acadêmica, que vislumbrou a existência de raças que diferenciam os homens, ao ser perpassada pela diversidade etnico-socio-cultural se modifique e se renove a partir de um ângulo de observação nunca visto antes: um ângulo do qual não se possa observar ranços maniqueístas de racismo e presunção de diferenciação entre pessoas apenas por serem de origens social, étnica ou cultural distintas.

3.3 POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ações redentoras?

As políticas afirmativas no ensino superior têm gerado discussões e reflexões a respeito do significado de termos como negro, privilégio, direito, justiça, discriminação, racismo, entre outros, e por isso já se pode dizer que têm sido muito profícuas. No entanto, é preciso que algumas recomendações sejam feitas aos que estejam depositando toda sua esperança na política de cotas para ingresso a uma instituição de ensino superior para afro-descendentes para que não venha surgir uma "geração enganada" por pensar que as cotas de ingresso a uma IES são uma ação redentora e de cura para todas as mazelas, a exemplo da desigualdade e a discriminação, dos que ainda não haviam ingressado numa instituição de ensino superior, apesar das inúmeras tentativas.

Entre as doenças sociais observadas intensamente no decorrer do último século XX, citem-se a escravização e/ou subjugação de uns povos por outros, a exemplo do que os nazistas fizeram em perseguição desenfreada a judeus e a história da própria educação brasileira quando o que havia de pior desde muito foi relegado aos que estão na base da pirâmide sócio-econômica e que, inevitavelmente, rebateram na formação da sociedade brasileira. Há que se considerar que tais enfermidades sociais não possam ser todas "curadas" pela implementação de sistema de cotas às universidades ou que haja qualquer outro "remédio milagroso" que sozinho resolva tudo.

No entanto, a problemática da educação foi pesquisada, analisada e discutida em suas diversas nuances. Bourdieu e Champagnhe (1998) referem-se aos excluídos de dentro, como aqueles que mesmo inseridos no contexto educacional são discriminados por suas origens (sociais, étnicas e geoculturais). Esses autores desvendam formas sutis de desigualdade escolar. Observam que, se antes (até 1950) as diferenças eram percebidas pela existência dos escolarizados e aqueles que estavam fora da escola, na atualidade, as desigualdades escolares são muito mais sutis e disfarçadas, uma vez que os agentes encontram-se na escola, mas o sistema de ensino ainda cumpre sua função social de exclusão daqueles oriundos

das frações de classes desprivilegiadas e por meio do itinerário escolar, tende a reservar a esses as escolas com cursos menos prestigiados e profissões menos rentáveis.

Outras idéias equivocadas podem surgir com a aplicação de uma política de cotas para o ensino superior e até mesmo motivar sua implantação é de que ela, *per si*, gera ascensão social, promove o emprego certo, pois o mercado de trabalho os absorverá "naturalmente" e, que beneficia a própria educação básica e fundamental será beneficiada com a formação desse contingente (entre eles profissionais da educação: professores, pedagogos, gestores educacionais, etc); além de pensar que o aumento da diversidade obtida a partir das cotas para a população afro-descendente propiciará um ambiente acadêmico mais democrático, têm-se no entanto a certeza de que se passa a ter um ambiente mais "multicor", mais de acordo com a própria classificação demográfica da população brasileira.

Segundo Bourdieu (1998), para compreender o mundo social é necessário fazê-lo à luz de três conceitos fundamentais: campo, habitus e capital. A partir dos conceitos basilares de compreensão da sociedade apresentados por Bourdieu encontram-se outros tantos conceitos fundamentais de sua teoria, a saber: o capital cultural. Esse conceito se caracteriza como uma herança social e se constitui em um conjunto de conhecimentos, informações, códigos lingüísticos e, também, por atitudes e posturas que, em sua visão, vêm a ser responsáveis pela diferença de rendimento escolar dos agentes sociais.

Vale ressaltar que Bourdieu (1998) desbancou a teoria funcionalista que atribuía à educação a solução para todos os problemas de ascensão social, ao provar que o capital cultural e o *habitus* explicam a reprodução social e representam aspectos importantes que podem determinar o desempenho acadêmico do aluno. Com essas idéias, o referido sociólogo proporciona uma nova perspectiva da situação, fazendo com que onde se via a suposição de igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, passou-se a perceber reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Ao analisar o capital cultural como fator importante para o desempenho escolar, Bourdieu (1998) considerou que os conteúdos abordados nas escolas (em particular, também nas universidades) são organizados de tal forma a que se identifiquem com o capital cultural das classes dominantes do ponto de vista

cultural, significando que quanto mais “pobre” culturalmente for um estudante, mais distanciado do currículo escolar estará o seu conhecimento proporcionado pela vida. No que diz respeito ao *habitus*, Bourdieu (1998) argumenta que a forma de um estudante se comportar perante os conhecimentos adquiridos na escola pode influenciar no aprendizado e na imagem que se faz desse estudante.

De acordo com Bourdieu (1998), para um percurso escolar regular, sem interrupções, a escola exige, consciente ou inconscientemente, de todos os agentes, uma relação natural, familiar, com a cultura e com a linguagem, privilegiando, assim, a relação com o saber, muito mais do que o saber em si mesmo. Uma relação com a cultura, concebida como natural, a qual exige habilidade verbal e a competência cultural que só pode ser apropriada pelos agentes no interior de seu ambiente familiar, através da aprendizagem difusa, imperceptível, proporcionada pelas famílias pertencentes às classes cultas. Acrescenta ainda que, como essa familiaridade com a cultura é transmitida de maneira sutil e não sistemática, até mesmo imperceptível, no interior do contexto familiar, isto é, sem qualquer esforço metódico, ela não é percebida como tal e contribui para reforçar, nos agentes das classes mais cultas, a convicção de que eles devem os conhecimentos, atitudes e posturas que possuem aos seus dons, aptidões inatas ou vocações.

As idéias de Bourdieu (1998) acerca do capital cultural trazem em si significativo auxílio na compreensão mais adequada das relações entre a escola e a sociedade na medida em que desvendam os mecanismos objetivos que influenciam a trajetória escolar dos agentes, rompendo, assim, com o mito do dom ou das qualidades inatas.

No pensamento de Bourdieu (1998), a educação deixa de ser transformadora e salvadora, para ser vista como mantenedora e legitimadora das desigualdades sociais. Para ele, a posição na estrutura social, estabeleceria um sistema específico de disposições para a ação, transmitido aos indivíduos na forma do *habitus*. Pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, os grupos sociais iriam construindo um conhecimento prático (consciente ou inconscientemente) concernente ao que seja possível ou não ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta na qual eles agem, e sobre as formas mais adequadas de fazê-lo. A partir da posição do grupo no espaço social e, portanto, de acordo com

o volume e os tipos de capitais (econômico, social, cultural e simbólico) possuídos por seus membros, certas estratégias de ação seriam mais seguras e rentáveis e outras seriam mais arriscadas.

Segundo ele, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo culturais, e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino. Essa correlação só pode ser explicada, na perspectiva de Bourdieu e Saint-Martin (1998), quando se considera que a escola dissimuladamente valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e uma certa naturalidade no trato com a cultura e o saber demonstram que apenas aqueles que foram socializados na cultura legítima desde a infância, podem ter.

No entanto, é necessário certo cuidado em tratar a educação para que não se cometa o erro simplista de querer enquadrar o processo num único ângulo. É preciso analisar a situação tendo em vista que o pragmatismo deva ser evitado sob qualquer aspecto. Pois, tanto é um erro considerar o *habitus*, definido por Bordieu (1998) como algo que não possa ser derrubado e o círculo vicioso quebrado e nova esperança venha surgir, mesmo para grupos socialmente desfavorecidos, quanto é equivocado pensar que as cotas de acesso ao ensino superior por si só serão responsáveis pela redenção dos que por elas ingressarem numa IES brasileira, tendo em vista ser esse apenas um aspecto da problemática que as envolve: condições de permanência e sucesso do cotista.

4 O SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

A Uneb tem suas particularidades, nuances próprias, características que a diferencia de qualquer outra IES dentro ou fora do âmbito nacional, como qualquer instituição de ensino superior. Assim, também, o sistema de cotas da Uneb. Esse sistema de cotas foi instituído em final de 2002, por meio da Resolução Uneb/Consu nº196 e surtiu seus efeitos iniciais em processo de ingresso no primeiro semestre letivo de 2003 quando seus primeiros alunos cotistas foram selecionados no vestibular daquele ano, para os cursos de graduação presencial.

Com o objetivo de elucidar questionamentos envolvendo as cotas na Uneb, este capítulo tratará do seu sistema de cotas, discutindo o acesso, a permanência e o sucesso dos cotistas, passando inicialmente por uma breve história dessa universidade no intuito de evidenciar a maneira como seu surgimento se deu, além de destacar sua relevância enquanto universidade *multicampi* numa unidade da federação que tanto carece de investimentos em educação superior pública.

4.1. A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: breve história

A Uneb é uma instituição pública e gratuita mantida pelo Estado, através da Secretaria de Educação em 29 departamentos distribuídos entre a capital e 24 centros regionais de médio e grande porte, sendo quatro daqueles na capital. Sua estrutura *multicampi* está diretamente ligada ao seu papel social, o qual é o motivo de ser de sua criação. Assim, após 25 anos ela está, geográfica e administrativamente, presente em todas as regiões do Estado com programas/projetos de diversas naturezas e currículos de cursos de graduação (conforme se pode verificar nos Apêndices C, D e E), e desde sua formação

congregou algumas faculdades e centros de ensino superior isoladas, contando hoje com um corpo discente de cerca de 33.000 alunos[33] entre a capital e o interior, em cursos de graduação e pós-graduação. Isso nos faz pensar que é "patente a vocação à interiorização, democratização e a valorização da diversidade cultural na UNEB" (VIEIRA FILHO, 2004, p. 2).

A Uneb vem aos poucos se embreando na pesquisa, mantendo e ampliando programas de iniciação científica e bolsa de monitoria para os seus estudantes através dos programas de bolsas de Iniciação Científica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), Programa de Iniciação Científica (Picin) e bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), além de ter, em seu espectro de cursos de Pós-graduação *strictu sensu* a Uneb sete Programas de Mestrado e Doutorado[34], tais como: Mestrado em Estudo de Linguagens – PPGEL (Departamento de Ciências Humanas / Campus I – Salvador), Doutorado e Mestrado em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC Departamento de Educação / Campus I – Salvador**,** Mestrado em Química Aplicada – PPGQA (Departamento de Ciências Exatas e da Terra / Campus I – Salvador), Mestrado em Horticultura Irrigada (Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais / Campus III – Juazeiro**),** Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (Departamento de Ciências Humanas / Campus V - Santo Antonio de Jesus), Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Departamento de Ciências Humanas / Campus I – Salvador), Mestrado em História Regional e Local (Departamento de Ciências Humanas / Campus V - Santo Antonio de Jesus) (APÊNDICE C). A Universidade do Estado da Bahia conta com um corpo Docente com cerca de 270 (duzentos e setenta) Doutores e de 658 (seiscentos e cinqüenta e oito) Mestres[35].

Atualmente, segundo a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX[36], a Uneb é responsável por boa parte das ações do Programa Universidade para Todos[37] no

[33] Informados pela Uneb até 2008.1.
[34] O Doutorado do Programa em Educação e Contemporaneidade foi iniciado em julho de 2008.
[35] Dados da Pró-Reitoria de Ensino de Pesquisa e Pós-Graduação, até abril de 2008 – Anexo B.
[36] Ver APÊNDICE C.
[37] Criado pelo Governo Federal, em 2004, esse programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. O Programa Universidade para Todos visa facilitar o acesso à universidade de alunos da escola pública. Tem convênios com as quatro universidades estaduais e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) a partir dos quais oferece aos

Estado da Bahia, tendo sob sua coordenação muitos núcleos que desenvolvem diversos projetos de extensão. Desenvolve ainda, outros projetos de Extensão universitária, por meio de convênios e parcerias com órgãos governamentais e instituições da iniciativa privada (APÊNDICE D).

A Uneb apresenta, atualmente, em seu quadro de Cursos de Graduação (Bacharelado e Licenciatura) mais de 100 opções curriculares[38] (APÊNDICE E), distribuídas no turno matutino, vespertino e noturno, bacharelados e licenciaturas, que contemplam as áreas de Ciências Exatas, Ciências Humanas, Educação e Ciências da Vida, o que é reforçado pelo oferecimento de Cursos de Graduação em Programas Especiais que podem possibilitar a democratização do ensino superior e o desenvolvimento das várias regiões baianas, a saber: Projeto Rede UNEB 2000[39], Projeto UNEB/AECOFABA/REFEISA[40] e o Projeto de Formação para Professores do Estado – PROESP[41].

Assim, a Uneb implementa políticas afirmativas para ingresso ao ensino superior e, como se reconhecesse a si mesma como instituição social que "tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa" (Chauí, 2003, p.2), tem sua razão de ser expressa em sua vida acadêmica como tentativa de não colaborar com o aumento da exclusão social.

Percebe-se bem que a Uneb parece atingir seu papel social ao ter como alvo das ações afirmativas a educação e que esse será o principal caminho que permitirá à população de baixa renda alcançar um padrão de vida médio mais alto. Não se conhece nenhuma nação que tenha se desenvolvido de maneira sustentável sem ter proporcionado ao seu povo uma Educação de qualidade. E educação de qualidade

---

alunos do último ano do ensino médio e egressos, da escola pública, curso preparatório ao processo seletivo para as IES, da rede privada, da Bahia.

[38] Consideradas desta forma tendo em vista que cada Departamento tem a sua própria estrutura curricular e mesmo com a tentativa da Uneb em unificar os projetos dos cursos, o currículo se compõe também de estrutura física, corpo docente, biblioteca e tantas outras nuances que lhe emprestam um caráter diferenciador.

[39] Oferece cursos concentrados de graduação para professores do ensino fundamental (1ª. a 4ª. séries), em parceria com as prefeituras das cidades onde os cursos são oferecidos, desde que estejam em pleno exercício da prática docente.

[40] Visa a formação de monitores das duas redes de Escolas Família Agrícola, na Bahia, em cursos de Licenciatura em História, Geografia, Matemática, Letras e Ciências.

[41] Modelo semelhante ao Uneb 2000 fruto de convênio firmado com a Secretaria de Educação do Governo do Estado da Bahia, foi iniciado em 2004 e atende a professores da rede estadual de educação em vários municípios baianos.

pressupõe que seja para todos. E, é neste contexto de responsabilidade social que a Uneb encabeça esse processo tendo em vista que é uma Instituição de ensino superior

> cujos objetivos estabelecidos nos estudos que fundamentaram sua criação, visam:
>
> Art. 3º. Através de suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem a UNEB, por objetivo, a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento sócioeconômico, político e cultural da região e do país, visando, em sua área de competência à:
>
> I – produção e crítica do conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando o seu acesso e difusão;
>
> II – participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas em qualquer dos seus níveis;
>
> III – formação e capacitação de profissionais;
>
> IV – participação e contribuição no crescimento da comunidade em que se insere, e na resolução de seus problemas.
>
> (UNEB, Art. 3º, 2004).

4.1.1 **A universidade *multicampi* e o desenvolvimento regional**

O conceito de universidade *multicampi* é um tema discutido por diversos estudiosos. É um conceito que se baseia em aspectos geográficos, territoriais, físicos, no entanto, mesmo com diversas concepções até mesmo divergentes, a maneira como as universidades *multicampi* surgiram foi quase sempre por agrupamento de diversas faculdades que já funcionavam. As discussões e críticas em torno do tema se baseiam no fato que o ensino superior no Brasil “evoluiu” do modelo de instituições mononucleares, faculdades isoladas “para um conglomerado de unidades reunidas sob o nome de universidade e, deste, para a cidade universitária, instituindo, pela primeira vez o campus universitário” (FIALHO, 2005, p. 25).

Um exemplo de universidade *multicampi* no Brasil é a Universidade da Paraíba cuja formação se deu pela aglutinação de onze escolas de ensino superior,

no ano de 1955, pela promulgação da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955. Essa universidade passou a fazer parte do sistema federal de ensino superior por meio da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a ter a denominação de Universidade Federal da Paraíba. Muitos outros exemplos de universidades *multicampi*, formadas pela aglomeração de escolas de ensino superior, podem ser citados: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920) teve sua origem na Escola Politécnica como Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (fundada em 1792); a Universidade de São Paulo (1935) fundada a partir da união da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas com mais cinco outras faculdades de destaque no estado; a Universidade do Estado da Bahia (1983) criada a partir da aglomeração de unidades de ensino superior sob a égide do governo do estado são apenas alguns exemplos da formação da universidade *multicampi* no Brasil.

O modelo *multicampi* da universidade brasileira em seu processo de criação, por aglutinação de faculdades isoladas, de alguma maneira, congregou o conhecimento e a diversidade cultural do seu contexto e constituiu um projeto institucional que pudesse assumir o desenvolvimento pleno e integral da população. Esse processo de formação deve buscar a inspiração na vocação cultural e econômica do local de maneira a implantar e dar conta de programas de ensino e extensão, além de projetos de pesquisa que sejam implantados na universidade.

Na Bahia, a Uneb foi a segunda instituição de ensino superior pública do Estado criada[42] como uma instituição *multicampi*. A Uneb foi criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983, sob a forma de autarquia, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado. A Uneb se encontra, hoje, presente em 13 das 15 regiões econômicas do Estado da Bahia, conforme divisão utilizada pelo órgão governamental para fins de planejamento (ver Quadro 10, Apêndice F).

A sua configuração geográfica que lhe confere a *multicampi*a teve origem na aglutinação de diversas faculdades presentes na capital e no interior do Estado, que alguns autores denominam de aglomeração de faculdades (FERNANDES, 1979; FIALHO, 2005; FÁVERO, 1980; CUNHA, 2007b; TEIXEIRA, A.S., 1989) sob

[42] A Universidade do Sudoeste da Bahia também foi criada com a natureza *multicampi* determinada em seu termo de autorização.

comando de uma única instituição que passou a ser chamada de Universidade do Estado da Bahia. Em sua formação inicial reuniu, na capital, o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba) e a Faculdade de Educação do Estado da Bahia (Faeeba) e, no interior do Estado, a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (Famesf), a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, a Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, a Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro. Com o passar do tempo, outras unidades foram criadas a exemplo dos campi de Xique-xique, Camaçari, Eunapólis, Barreiras, Ipiaú, Paulo Afonso, com cursos de diversas áreas conforme pode ser visto, no Quadro 9 (APÊNDICE E).

Essa organização *multicampi* de universidade ocorreu em 1986, a partir do Decreto n.º 92.937, de 17 de julho de 1986, que autorizava o funcionamento da Uneb, nos termos do Artigo 1º:

> Fica autorizado o funcionamento da Universidade do Estado da Bahia, mantida pela Autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema *multicampi* de funcionamento, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura da Bahia como instituição educacional de 3º grau, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Cria-se, assim, o sistema *multicampi* da Uneb com o Estado assumindo o ensino superior no território baiano, porém o processo de oficialização do ensino superior no âmbito estadual concluiu-se com o reconhecimento da Uneb, no ano de 1995, por meio da Resolução n.º CEE 115/95, homologada pela Resolução CFE n.º 351/95 e Portaria n.º 909 de 31 de Julho de 1995, com sede e jurisdição em todo o Estado. Assim, a Uneb se consolida como um sistema *multicampi* e de acordo com a Constituição Estadual (1989), no *caput* do Artigo 262 vem atendendo a determinação de que “O ensino superior, responsabilidade do Estado, será ministrado pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, mantidas integralmente pelo Estado [...]”.

Além de assumir a educação superior em 13 das 15 microrregiões do Estado da Bahia, configurando ser a universidade estadual de maior abrangência na Bahia, conforme Quadro 10 (APÊNDICE F), a Uneb, ao buscar exercer sua autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e patrimonial, corresponde às

políticas públicas estaduais de implantação e funcionamento das unidades de educação superior no espaço baiano com a interiorização das suas ações de ensino, pesquisa e extensão, que visam atingir, entre outros, os objetivos previstos no Art. 3º do seu Regimento Geral, a saber:

> [...] [promover] a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento sócioeconômico, político e cultural da região e do país, visando, em sua área de competência à:
> I – produção e crítica do conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando o seu acesso e difusão;
> II – participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas em qualquer dos seus níveis;
> III – formação e capacitação de profissionais;
> IV – participação e contribuição no crescimento da comunidade em que se insere, e na resolução de seus problemas.
> Parágrafo Único. A Universidade, ao lado das funções de caráter específico, poderá exercer outras atividades de interesse da comunidade (Uneb, Regimento Geral, 2006, Art. 3º).

Nesse ponto é interessante ressaltar que a implantação das Universidades em solo baiano vinha atender a questões sócio-econômicas pertinentes ao contexto do meado do século XX, caracterizado principalmente por demanda de profissionais com maior qualificação técnica atinentes ao ensino superior, conforme se observa na citação de Tomasoni (2002, p. 22), para quem

> As transformações econômicas que ocorreram na sociedade brasileira a partir da década de 30, e se intensificaram na década de 50 com a política econômica nacional baseada no modelo desenvolvimentista e caracterizada pelo processo de industrialização e pela urbanização, ocasionaram uma demanda de trabalho altamente qualificado, o que levou à expansão do ensino superior tanto nas grandes cidades como no interior dos Estados. Assim, é possível encontrar num dado território os serviços públicos que compõem a estrutura básica material como saúde, transporte, administração, segurança e educação que se territorializam através das instituições, passando a compor os aparelhos do Estado (TOMASONI, 2002, p. 22).

Assim espera-se que a presença de universidades públicas no interior de um Estado como a Bahia que apresenta um panorama de tantos contrastes nos indicadores econômicos e sociais, seja de fundamental importância para o seu desenvolvimento, tendo em vista terem sido concebidas como parte integrante desse processo. No entanto, apesar de esforços o que se vê é

> [...] [a] precária capacidade do setor público para absorver a expansão na dimensão então projetada: a Bahia está longe de atingir

> a meta nacional fixada no PNE (matricular 30% da população na faixa etária apropriada até 2011, 40% das matrículas em instituições públicas) (INEP, 2006, p.31).

Na história da Educação Superior no Estado da Bahia há que se destacar a co-existência de quatro universidades públicas estaduais que surgiram e se consolidaram a partir dos anos de 1970, conforme se vê sinteticamente no Quadro 5, a seguir. A partir do referido Quadro 5 pode-se perceber que a IES estadual pública baiana mais antiga é a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), a mais nova é a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), mas que as únicas que já nasceram com configuração *multicampi* são a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (Uesb) e a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), sendo essa última a de maior abrangência geográfica.

Instituição	Lei de criação, reconhecimento e reestruturação[43]	Origem	Natureza	Sede administrativa/Município da administração central (Reitoria)
UEFS	Criação - Lei nº. 2.784 de 24 de janeiro de 1970[44]	Fundação Universidade de Feira de Santana	Unicampus	Feira de Santana – Km 03/BR 116.
UESB	Criação - Lei delegada nº. 12 de 29 de dezembro de 1980	Fundação Educacional do Sudoeste	*Multicampi*	Vitória da Conquista – Estrada do Bem Querer, Km 04.
UESC	Lei nº. 6.344 de 05 de dezembro de 1991	Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI	Unicampus	Rodovia Ilhéus-Itabuna, km 16 da BR 415.
UNEB	Lei delegada nº. 66 de 1º. de junho de1983 Reconhecimento - Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995.	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia SESEB - Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia – CETEBA	*Multicampi*	Salvador – Estrada das Barreiras, Narandiba, Cabula.

Quadro 5: As universidades estaduais públicas do Estado da Bahia

Fonte: Criado pela autora a partir da consolidação de dados coletados nos sites das universidades e Tomasoni (2002).

[43] As universidades estaduais baianas foram reestruturadas pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997.

[44] Data de criação da Fundação Universidade Feira de Santana. A lei que transformou a fundação em universidade é a Lei Delegada n.12 de 30 de dezembro de 1980.

A demanda por ensino superior público no Estado da Bahia ficou distribuída entre as quatro universidades estaduais, em 2006, segundo a Secretaria de Educação como se apresenta na Tabela 12, a seguir:

Tabela 12: Ensino Superior - Matrículas nas Universidades Estaduais, Bahia – 2006

Estabelecimento	Número de Alunos				
	Total	Graduação	Pós-graduação		
			Total	Lato Sensu	Stricto Sensu
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	10.264	9.465	799	512	287
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	7.505	6.855	650	339	311
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	8.235	7.650	585	450	135
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	25.683	24.372	1.311	1.090	221
Total	51.687	48.342	3.345	2.391	954

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura. Disponível em www.sec.ba.gov.br.

O cenário do desenvolvimentismo da década de 1950, de alguma forma, ainda surtiu efeito na década de 1980 quando surgiram algumas universidades em todo o Brasil, públicas e privadas, conforme se pode confirmar nos censos da educação superior do Ministério de Educação e Desporto (MEC).

Na época da criação da Uneb, observou-se que

> a situação da Educação Superior da Bahia se correlacionava com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Numa rápida comparação de sua população universitária com a de São Paulo, em 1982, verificou-se que este Estado era responsável por 52,6% da matrícula nacional, enquanto a Bahia atendia a 3,0%, conforme dados da Fundação IBGE. Aliás, outra não era a situação do Nordeste, ao observar-se a distribuição da população universitária por regiões brasileiras, segundo a mesma fonte (BOAVENTURA, 1995, p.145).

Desde então, o panorama educacional e sócio-econômico do estado da Bahia mudou e a configuração dos índices acima relatados também foi modificada, ainda que de forma tênue. Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2000), no Brasil havia um total de 1180 Instituições da Educação Superior (IES), sendo São Paulo a unidade federativa que apresentava o maior número de IES e era responsável por um total de 373 instituições, ou seja, o equivalente a 31,61% da matrícula nacional, enquanto a Bahia apresentava 49 instituições, sendo assim 4,15% do total brasileiro. Esse panorama evoluiu no sentido de um crescimento

global efetivo. No Brasil como um todo foi observado pelo Inep, no citado censo, em 2006, um quantitativo de 2270 Instituições da Educação Superior, lista ainda liderada pelo Estado de São Paulo com 540 instituições, ou seja, 23,79% em relação ao número brasileiro, enquanto para a Bahia, foi detectado um total de 118 instituições, representando 5,19% do total brasileiro. Esse resultado da Bahia ressalta que houve um aumento de um por cento em relação ao Censo do Inep, para o ano de 2000.

Para o ano de 2004, o Inep informa que o número de matriculados nas IES, na Bahia, foi de 167.557, correspondendo a 4,0% do Brasil e 24,6% do Nordeste. Em correspondência, traçando um comparativo com o Estado de São Paulo, verifica-se a partir de informações do mesmo instituto que esse Estado matriculou 1.109.693 estudantes, ou seja, 26,6% do Brasil e 53,99%.

Para a rede pública da educação superior, esse aumento é mais notado na rede estadual, no caso de São Paulo, e na Bahia, conforme se pode verificar nos Censos do Inep, para esse nível de educação. Assim, as universidades, principalmente as estaduais (e, segundo o Ministério de Educação, elas são 36 espalhadas pelas cinco regiões brasileiras) podem exercer um papel preponderante no desenvolvimento regional e na descentralização da produção do conhecimento e do saber, tendo em vista a proximidade dessa universidade com a multiplicidade de espaços territoriais das quais fazem parte, permitindo a uma diversidade de culturas serem acolhidas, conforme nos afirma Fialho (2004) que

> A diversificação espacial e geográfica das universidades estaduais instala uma importante condição promotora do seu contato direto com a multiplicidade de realidades econômicas, históricas, políticas, geográficas, demográficas, educacionais, sociais, culturais, etc. Desse modo, é lícito supor que a ação universitária, realizada através do ensino, da pesquisa e/ou da extensão, pode propiciar o conhecimento sobre as problemáticas de desenvolvimento, sobretudo das regiões onde as mesmas estão inseridas, contribuindo para o enfrentamento das questões regionais (FIALHO, 2004, p. 24)

Na Bahia, as universidades estaduais (Uneb, Uefs, Uesc, e Uesb) estão em todas as regiões econômicas (APÊNDICE F), sendo a Uneb a que apresenta maior capilaridade, devido a possuir um maior número de Campi, o que nos levaria a pensar que estando mais “espalhada” por quase todo o Estado tenha mais a contribuir com a melhoria da qualidade de vida do homem baiano, seus problemas e

questionamentos, na medida em que sua inserção na vida cotidiana do seu povo pode ser mais intensa do que para as demais instituições dessa natureza.

4.1.2 **A Uneb como instrumento de regionalização e democratização do acesso ao ensino superior**: articulação com as políticas de ação afirmativas

A universidade pública deve ser entendida como patrimônio da sociedade, e por isso deve oferecer respostas concretas a essa mesma sociedade, no entanto se sabe que essas respostas podem ser no sentido de reproduzir as relações sociais, os valores da sociedade no qual se insere ou até mesmo promover debates que buscam melhorar a qualidade de vida no planeta, lutando contra ações que prejudiquem o ser humano, defendendo aspectos sócio-economicos que valorizem a vida humana. Assim, para atender a tantos aspectos uma instituição de ensino superior dá resposta à sociedade que a ampara por meio do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e de ações de extensão universitária. Não obstante, a consistência das respostas que podem ser oferecidas à sociedade depende do grau de envolvimento da universidade com essas questões. Para isso, é preciso incentivar a integração e a articulação dos grupos de pesquisa, dos departamentos, dos cursos de graduação e de pós-graduação, dos professores e dos alunos estimulando a formulação de atividades de extensão de caráter amplo, em áreas de grande interesse social. Só assim estaremos ampliando as fronteiras de integração entre a universidade e a sociedade.

Surgidas no contexto da segunda metade do século XX, as quatro universidades baianas têm ampliado suas ações no intuito de estender sua influência em todo o seu entorno. Assim, ampliar as fronteiras entre essas universidades e a sociedade significa, entre outras ações, propor a abertura da universidade para a sociedade por meio de seus cursos de graduação, seus programas de pós-graduação, suas pesquisas e seus programas/projetos de extensão. Isso implica em estabelecer políticas para defender e compartilhar os bens comuns, que são os conhecimentos e os saberes, pois são funções tanto da

sociedade como da universidade colocar o conhecimento e o saber a serviço da democracia e da justiça social. Essa abertura das universidades públicas estaduais pode ser observada, ainda que sinteticamente, na Tabela 13, a seguir. Na referida Tabela se pode observar que, entre essas universidades, a Uneb é a que apresenta um maior número de cursos de graduação e de pós-graduação.

Tabela 13 - Evolução da oferta de cursos regulares de graduação e pós-graduação nas universidades estaduais da Bahia, 1995-2005.

UNIVERSIDADE	GRADUAÇÃO			PÓS-GRADUAÇÃO*					
	1995	2005	Incremento	TOTAL	2005			TOTAL	Incremento
					LS	**M**	**D**		
Uneb	**11**	**154**	**1.300%**	**3**	**70**	**5**	**-**	**75**	**2400,0%**
Uefs	14	27	92,85%	5	17	9	3	29	480,0%
Uesb	11	35	218,2%	10	18	3	-	21	110,0%
Uesc	11	39	254,5%	11	12	6	1	19	72,7%
TOTAL	47	255	442.5%	29	117	23	4	144	396,5%

Fonte: Adaptado pela autora de CODES/SEC. Com base em dados disponíveis em http://www.sec.ba.gov.br/ed_superior/ofertas.htm. Pela inconsistência observada nos dados relativos ao ano de 1995, quanto à pós-graduação, optamos por subtrair as colunas referentes a essa informação.

*Nota explicativa: LS = Lato sensu; M = mestrado; D= doutorado.

As universidades públicas precisam privilegiar políticas e ações, programas, projetos e atividades que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão, e essa integração deve ser empreendida de forma que possibilite aproximá-las dos diversos segmentos da sociedade brasileira inclusive dos movimentos sociais que representam grupos identificados pela exclusão social e que por isso estejam distanciados desse espaço público de produção de conhecimento e da cultura, que devem ser as universidades. Assim, entre as ações que visam desenvolver o homem em seus aspectos integrais citem-se, além dos cursos de graduação, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* os quais são fruto da investigação intensa e da produção científica de pesquisadores.

A Tabela 14, a seguir, em comparação com a Tabela 13, anterior, nos permite identificar que a Uneb apresenta dois cursos de Doutorado, enquanto a Uefs tem três, nesse mesmo nível.

Tabela 14 - Panorama dos cursos de graduação e de pós-graduação nas quatro universidades públicas estaduais da Bahia (2008)

Instituição	Número de programas/cursos de Pós-graduação Stricto Sensu	Número de Campus/Campi	Número de vagas disponibilizadas em vestibular	Quantidade de cursos de graduação e/ou

	Mestrado	Doutorado			habilitações
Uefs	8	3	1	955	27
Uesb	4	0	3	1.305	36
Uesc	11	0	1	1.310	26
Uneb	7	2	24	4.920	116
Total	27	5	29	8.490	205

Fonte: Criada pela autora por consolidação de informações obtidas junto às universidades citadas.

O Brasil é um país com grandes diferenças regionais e estaduais. Diante dessa realidade, cabe à universidade (re)pensar o desenvolvimento regional, tendo em vista a própria sociedade e o que se percebe é que as universidades baianas vêm ampliando suas fronteiras por meio da disponibilização de programas de mestrado, doutorado, com o intuito de estimular o desenvolvimento regional e social.

Assim, devemos pensar na encruzilhada (entre a ética e a técnica) pela qual a universidade passa, a qual para Buarque (1994) se resume em: buscar a modernidade técnica (que divide a sociedade em os que têm acesso à tecnologia e os que não têm) ou a modernidade ética (a que deve garantir o acesso a todos ao conhecimento), perseguindo ao mesmo tempo a excelência técnica e ética de modo a possibilitar o acesso a todos que quiserem se submeter aos seus processos de ingresso.

Vale ressaltar que todas quatro universidades do Estado da Bahia já possuem um sistema de acesso diferenciado por meio de cotas os quais foram sucessivamente implantados no decorrer dos anos de 2003 a 2008, como pode ser verificado no Quadro 4, página 96.

4.1.3 **O processo de implantação do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia**

O sistema de cotas para afro-descendentes que vigora na Universidade do Estado da Bahia (Resolução Uneb/Consu nº196/2002)[45] é decorrente, ao mesmo tempo, de projeto de lei proposto pela Câmara Municipal da cidade de Salvador, e debate surgido no Congresso anual dos alunos da Uneb, no ano de 2001. Naquele Congresso surgiu a proposta de que se implementasse um sistema que reservasse 50% das vagas para afro-descendentes e estudantes de escolas públicas. A proposta do projeto de lei elaborada pelo Vereador Valdenor Cardoso foi encaminhada pelo Governo do Estado da Bahia à Uneb e quase pari passo chegou ao conhecimento das instâncias superiores da instituição a proposta decorrente das discussões ocorridas durante o Congresso anual em Juazeiro, em final de 2001.

Essas demandas foram apresentadas em forma de processos ao Conselho Universitário (Consu) e recepcionado pela Uneb, após discussões, o sistema de cotas foi implementado. A Resolução Uneb/Consu nº 196/2002, no *caput* do Art.1º fixa:

> [...] a quota mínima de 40% (quarenta por cento) para a população afro-descendente, oriunda de escolas públicas sediadas no Estado da Bahia, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo a cursos de graduação e pós-graduação.

A referida Resolução, no parágrafo único do artigo citado, preceitua que:

> Serão considerados afro-descendentes,[...], os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Desde o início da sua implantação houve uma preocupação de que o acesso é apenas uma pequena etapa, no contexto geral das cotas, como se pode observar na fala de Sacramento dois anos após o processo ter sido deflagrado.

---

[45] Reformulada pela Resolução Uneb/CONSU 468/2007, publicada em 16 de agosto de 2007.

> O acesso não é tudo, é uma das muitas lutas. Abrir a porta para uma universidade pública não é tudo, se essa universidade não tiver qualidade para se manter e exercer plenamente sua autonomia; o que não existe sem autonomia de gestão e sem autonomia financeira. Não basta abrir a porta se o estudante não tiver condições para permanecer - porque não só aqueles que entram pelas cotas têm dificuldades econômicas para se manter.
>
> [...]
>
> A minha grande preocupação e grande frustração hoje é a questão da permanência, do apoio à continuidade do estudo. Precisamos desenvolver projetos, encaminhar projetos e os órgãos de fomento precisam pensar com mais cuidado neste assunto (SACRAMENTO, 2005, p.106 - 107).

4.1.4 Discussões e discursos

A Uneb é uma instituição social e por si só representa (ou reproduz) os conflitos da sociedade, “as opiniões, atitudes e projetos, [...], divisões e contradições da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p.3). Desta forma, longe de ter sido um processo fácil, a implementação das cotas para afro-descendentes no corpo discente da Uneb foi difícil e repleto de discursos inflamados. Naquela ocasião das discussões para sua aprovação levantaram-se quatro conjecturas:

1 A população afro-descendente originária de escolas públicas não acompanharia o nível dos cursos, portanto precisariam de reforço escolar;

2 Haveria discriminação entre os alunos optantes e os não-optantes de cotas;

3 Haveria uma maior evasão entre os alunos afro-descendentes optantes por conta de uma situação sócio-econômica não privilegiada;

4 Aumentaria a discriminação racial na Universidade.

Quanto a esses quatro argumentos contrários à implementação das cotas na Uneb, Sacramento[46] (2005, p. 107) argumenta que

> Não é isso que nós estamos verificando nos resultados da Uneb. [...] Há alguns casos até que o estudante cotista é o melhor da turma. [...] A evasão do cotista é menor em relação ao estudante que entrou pelo sistema tradicional. [...] Nós estamos colocando o debate da igualdade racial [na pauta cotidiana da instituição] (SACRAMENTO, 2005, p. 107).

A Uneb tomou algumas medidas acadêmico-administrativas ao por em prática o que preconizava a Resolução Uneb/Consu nº 196/2002: continuou a aplicar um mesmo sistema de avaliação para todos os inscritos no processo vestibular 2003, quer fossem optantes pelas cotas ou não optantes; utilizou porte de corte[47] condizente com o número de candidatos para cada opção; divulgação do resultado em ordem alfabética. A classificação é feita dentro de cada grupo de optante pela cota e não optante, portanto cada grupo concorre entre seus pares, sendo utilizados os mesmos critérios de eliminação/classificação aos dois grupos. Percebe-se uma tentativa em garantir a eqüidade do processo, a transparência e a reserva de sigilo para evitar uma possível discriminação dos classificados e/ou aprovados optantes pelo sistema de cotas.

Entre as dificuldades enfrentadas pela Uneb após o resultado do seu primeiro vestibular, a partir da publicação da Resolução Uneb/Consu nº 196/2002, destaque-se as liminares que trazem em seu bojo o entendimento de que o sistema de cotas não passa de uma "injustiça" e, muitas vezes, chegam a duvidar do mérito intelectual dos afro-descendentes ingressantes por esse sistema, fazendo questionamentos sobre o conceito de afro-descendente, a debater como num jogo de palavras um ponto tão importante como são as questões de identidade, principalmente a identidade étnico-racial, além de polemizar no tocante à ordem de classificação no processo seletivo.

---

[46] Ivete Sacramento foi Reitora da Universidade do Estado da Bahia no período de 1998 a 2006.

[47] Caracterizado por ser um Processo Seletivo *multicampi*, o concurso às vagas oferecidas pela UNEB define-se por produzir o domínio de habilidades primordiais do Idioma Nacional, constituindo-se, então, a primeira etapa de avaliação, com caráter eliminatório e rendimento mínimo — ponto de corte — definido por 1(um) desvio-padrão abaixo da média aritmética dos escores padronizados na Prova de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira/Redação.
Na segunda etapa do Concurso, de caráter eliminatório e classificatório, foram considerados os escores globais obtidos pelo candidato em todas as Provas, sendo classificado o candidato que obtivesse o rendimento mínimo igual ou superior a ½ (meio) desvio-padrão abaixo da média aritmética dos totais de pontos obtidos pelos concorrentes, em cada curso optado.

Ficava claro que a sociedade demonstrava pouco conhecimento sobre as questões raciais. Para tanto, a Uneb tem procurado refutar tais argumentos afirmando que, ao fazer sua inscrição o candidato, adere às regras estabelecidas no Manual do Candidato, que é parte integrante do Edital que lança o Vestibular, para o qual é lei. Além disso, vale ressaltar a autonomia universitária para propor os seus processos seletivos garantida pela Constituição Federal de 1988, Art. 207, quando determina, ainda que não de maneira clara, que

> As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além do enfrentamento jurídico, ressalte-se que a Uneb viveu alguns fatos com representantes da impressa escrita e falada local e nacional, como é o caso da Folha de São Paulo. Esses espaços de opinião demonstravam desinformação sobre: ações afirmativas, políticas públicas, políticas compensatórias e/ou de reparação, sendo assim uma influência negativa na formação de juízo[48]. Para dirimir dúvidas e atenuar a situação, então provocada pela mentalidade discriminatória e a falta de informação, a Uneb procurou promover esclarecimentos públicos através de coletivas com a própria imprensa local[49].

4.1.5 **Desempenho dos cotistas:** uma primeira impressão

Ao implementar um programa novo para determinar seu quadro discente, uma universidade necessita se colocar em processo contínuo de avaliação desse seu ato. Pensando dessa maneira, a Uneb para verificar a veracidade dos argumentos contrários à implementação das cotas. Para tanto, acompanhou os optantes às cotas em seu primeiro ano de ingresso, 2003. Esse "acompanhamento" se deu pela

[48] A exemplo do que se encontra no Centro de mídia independente disponível no site www.midiaindependente.org.

[49] Ver como exemplo entrevista concedida ao Jornal Correio da Bahia. Cotas serão mantidas. Correio da Bahia, 11/04/2003.

observação de seu desempenho acadêmico e freqüência às aulas e atividades acadêmicas[50].

A Comissão Permanente de Vestibular (Copeve), órgão ligado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) responsável pela operacionalização do processo seletivo, empreendeu uma pesquisa cujo objetivo principal era responder às conjecturas anteriormente levantadas durante o processo de implantação do sistema de cotas.

Tratando o processo em causa a partir do ângulo de abordagem que visou observar, durante o primeiro ano de implantação, o desempenho dos dois grupos de estudantes (cotistas e não-cotistas), para verificar o sucesso e a eficácia das medidas adotadas, e, também, acompanhar a desenvoltura dos novos matriculados no seu primeiro semestre de atividade acadêmica como discente da Universidade. No desenrolar da observação foram obtidos dados importantes sobre os ingressos na Uneb, no ano de 2003, e constam dos Gráficos 2 e 3, adiante descritos.

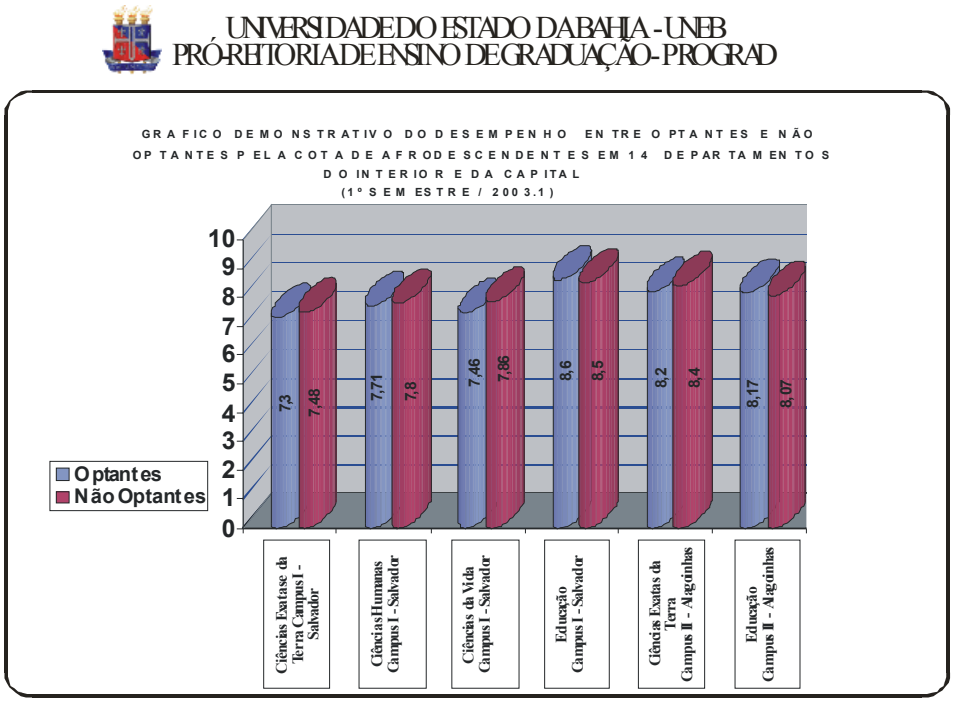


Gráfico 2: Desempenho de cotistas e não-cotistas *Campi* I e II – 2003.1
Fonte: Uneb/Prograd/SGC e Copeve, 2004.

[50] Houve diversas tentativas no sentido de conseguirmos dados que possibilitassem o avanço desse acompanhamento, nos anos de 2004 a 2006, mas a Uneb/PROGRAD/SGC alega não possuir essas informações.

A amostra utilizada foi composta, naquele momento, pelos alunos matriculados na Uneb, ingressantes no primeiro semestre de 2003, optantes ou não-optantes às cotas. O método utilizado partiu de dados primários Consultados nos diários de classe pelo levantamento das notas e da freqüência dos alunos matriculados nos cursos de 14 departamentos, ingressantes naquele semestre em estudo, optantes ou não-optantes; além de entrevista com os estudantes optantes pelo sistema de cotas do *Campus* I.

Pela observação dos dados apresentados nos Gráficos 2 e 3, entre os alunos pesquisados, quanto ao aproveitamento nas avaliações, percebe-se que a diferença das médias semestrais, entre cotistas e não-cotistas, é insignificante e em alguns Departamentos (Educação – *Campus* I e *Campus* II, por exemplo) os cotistas apresentam valores um pouco maiores. Desta forma, refuta-se a conjectura de que os afro-descendentes oriundos de escolas públicas, cotistas, não teriam condições de acompanhar os cursos e apresentariam menor aproveitamento nas disciplinas do que os demais estudantes, não-cotistas.

Para o aspecto freqüência, em quase todos os Departamentos pesquisados os cotistas apresentam maior índice de assiduidade, apresentando um grau de freqüência às aulas inferior apenas em um dos catorze Departamentos pesquisados, no Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – Juazeiro. Isto, no momento, leva a refutar a hipótese de que haveria uma maior evasão entre os alunos afro-descendentes optantes por conta de uma situação sócio-econômica não privilegiada.

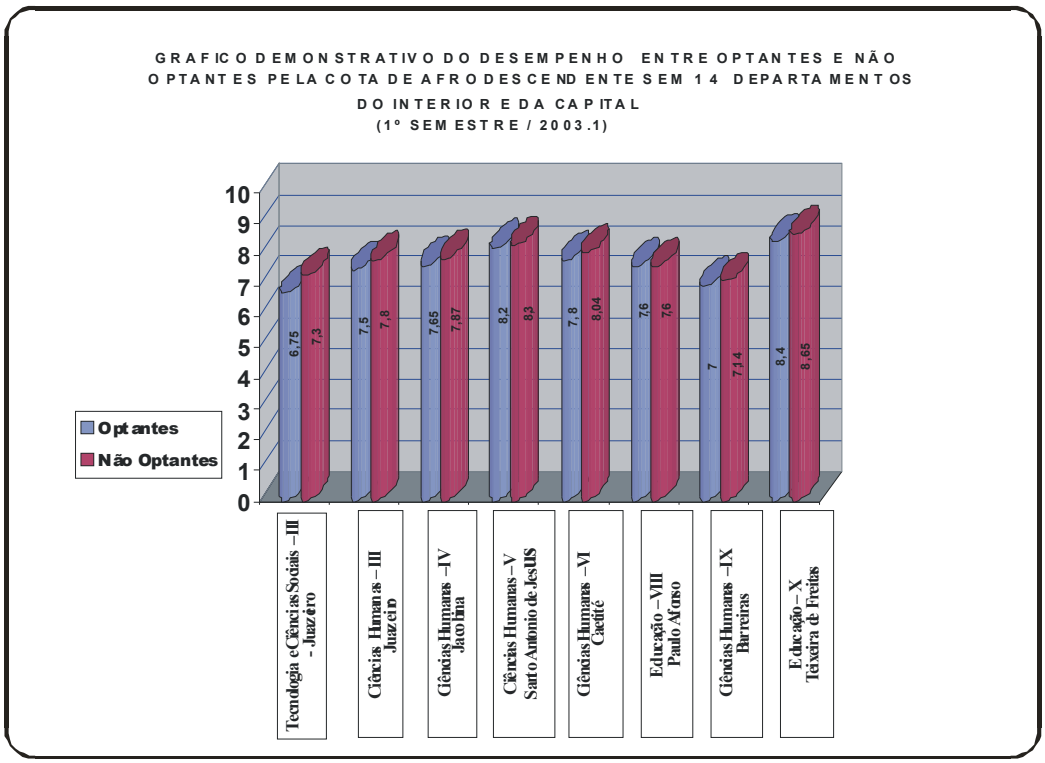


Gráfico 3: Desempenho de cotistas e não-cotistas – 2003.1 – *Campi* III a X
Fonte: Uneb/Prograd/SGC e Copeve. 2004.

Como resultado da entrevista feita entre os afro-descendentes cotistas provenientes dos cursos do *Campus* I observou-se que não há entre os aprovados, optantes pelo sistema de cotas, no concurso vestibular 2003, um maior número de pessoas com fenótipo branco dizendo-se ter o fenótipo de afro-descendente; além disso, ficou evidenciado um forte grau de consciência de ser afro-descendente por serem advindas de famílias cuja luta pela sobrevivência é acentuada; como finalização da entrevista, foi possível detectar que, até então, nenhum deles sofreu qualquer tipo de discriminação por parte dos outros alunos, dos professores ou funcionários pelo fato de serem optantes do sistema de cotas.

Em continuidade, o acompanhamento, nesse trabalho de pesquisa, da evolução dos exames vestibulares nesta Universidade nos anos de 2003 a 2006, foi feito a partir da análise dos Relatórios do Processo Vestibular da Uneb e dos dados referentes ao levantamento de classificação da primeira opção para ingresso na referida Instituição. Esses informes, adiante analisados, traduzem-se em resultados,

conforme Tabela 15, organizados por número de vagas, inscritos do tipo optantes e do tipo não-optantes e seus percentuais por ano.

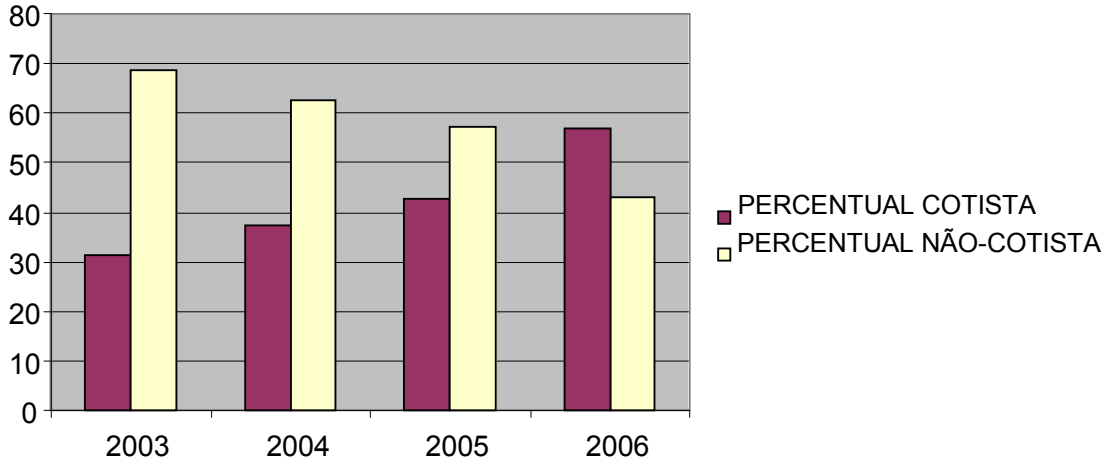
Tabela 15 - Evolução do número de inscritos candidatos ao vestibular da Uneb – 2003 a 2006.

Ano	Vagas		Inscritos	Optantes	%	Não-optantes	%
2003	Capital	830	30.690	10.643	31,33	20.047	68,67
	Interior	3.034	32.551	9.171		23.380	
	Total*	3.829	63.241	19.814		43.427	
2004	Capital	1.000	27.894	10.616	37,32	17.278	62,68
	Interior	3.780	30.216	11.070		19.146	
	Total*	4.780	58.110	21.686		36.424	
2005	Capital	1.035	32.006	13.744	42,59	18.262	57,41
	Interior	4.515	36.268	15.332		20.936	
	Total*	5.550	68.274	29.076		39.198	
2006	Capital	1.090	10.708	-**	56,94	-**	43,06
	Interior	4.480	40.359	-**		-**	
	Total*	5.570	51.067	29.078		21.989	

Fonte: Criado pela autora a partir de relatórios Prograd/Copeve e Consultec.
Notas explicativas:
* O total de inscritos apresentado, por ano, não considera os candidatos que concorreram às vagas para o Curso de Formação da Polícia Militar da Bahia.
** A sistemática de apresentação dos dados, no relatório relativo ao ano de 2006, sofreu modificação e apresenta sérias inconsistências nos dados, o que impossibilitou a coleta da informação de inscritos pelas categorias Optantes e Não-optantes, separadamente.

Com o intuito de uma melhor visualização e percepção das informações contidas na Tabela 15, já mencionada, consideremos o Gráfico 4, a seguir, que traz a comparação do percentual de inscritos no vestibular da Uneb, de cotistas e não-cotistas, no período de 2003 a 2006.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE INSCRITOS (COTISTAS E NÃO-COTISTAS) NO VESTIBULAR DA UNEB - 2003 a 2006.



Fonte: Criado pela autora a partir dos Relatórios de Vestibular Uneb/Prograd/Consultec, referentes ao período 2003 a 2006.

Verificamos por análise dos dados contidos na Tabela 15 e no Gráfico 4, anteriormente exibidos, uma evolução crescente dos inscritos, no vestibular, como optantes das cotas, correspondendo inicialmente a 31,33% dos inscritos no ano de 2003, passando no ano seguinte (2004) a representar 37,32%, enquanto no ano de 2005 foi de 42,59% de cotistas entre os inscritos no vestibular, chegando em 2006 a ser de 56,94%. Isto nos faz pensar em algumas possibilidades que expliquem o fenômeno: 1) o desconhecimento inicial do processo implementado em 2003 pela comunidade acarretou, naquele momento, uma baixa escolha pela modalidade de concorrência como cotista; 2) a confiança no processo em si pode ter se estabelecido no decorrer dos anos seguintes; 3) a intensificação do surgimento de outras universidades com programas de políticas afirmativas, nos anos seguintes podem ter tornado o processo da Uneb, mais divulgado; 4) a população concorrente residual dos anos anteriores pode ter se somado aos anos seguintes (2004, 2005 e 2006).

Tabela 16 – Síntese de desempenho dos candidatos no processo vestibular dos anos de 2003 – 2006

Ano	Tipo de eliminação	Optantes	%	Não-optantes	%
2003	Inscritos	19.863	100	45.092	100
	Não compareceram	893	4,49	2.396	5,31
	Zero	3.879	19,53	7.136	15,82
	Prova de português	2.789	14,04	5.079	11,26
	Nota de corte	4.248	21,39	10.671	23,66

Tabela 16 – Síntese de desempenho dos candidatos no processo vestibular dos anos de 2003 – 2006

Ano	Tipo de eliminação	Optantes	%	Não-optantes	%
	Total de eliminados	11.809	59,45	25.282	56,07
	Classificados	8.054	40,55	19.810	43,93
	Vagas	1.531		2.298	
	Convocados	1.530		2.327	
	Matriculados				
2004	Total de inscritos	21.731	100	36.424	100
	Não compareceu	1.053	4,85	2.635	7,23
	Zero	3.457	15,91	4.287	11,77
	Prova de português	2.244	10,33	4.790	13,15
	Nota de corte	5.130	23,61	8.377	23,00
	Total de eliminados	11.884	54,69	20.089	55,15
	Classificados	9.847	45,31	16.255	44,63
	Vagas oferecidas	1.912	-	2.868	
	Convocados	1.912	-	2.868	
	Matriculados				
2005	Total de inscritos	29.076	100	38.637	100
	Não compareceu	1.379	4,74	2.189	5,67
	Zero	2.886	9,93	2.799	7,24
	Prova de português	3.326	11,44	5.066	13,11
	Nota de corte	7.326	25,20	9.814	25,40
	Total de eliminados	14.917	51,30	19.868	51,42
	Classificados	14.159	48,70	18.764	48,56
	Vagas oferecidas	2.220	-	3330	
	Convocados	2.207	-	3.306	
	Matriculados				
2006	Total de inscritos	29.078	100	21.989	100
	Não compareceu	1.114	3,83	1.783	8,11
	Zero	2.283	7,85	1.762	8,01
	Prova de português	3.079	10,60	3.753	17,07
	Nota de corte	5.056	17,40	6.833	31,07
	Total de eliminados	11.532	39,66	14.131	64,26
	Classificados	12.106	41,63	13.665	62,14
	Vagas oferecidas	2.228	-	3.342	
	Convocados	2.223	-	3.286	
	Matriculados				

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Relatórios de Vestibular da Consultec, Manual do Candidato, além de dados informados pela Prograd/SGC, todos relativos ao período 2003 - 2006.

Comparando as informações apresentadas na Tabela 16 acima, verifica-se que os cotistas, ali denominados optantes, demonstram um desempenho cada vez melhor no exame vestibular, pois há uma queda crescente no percentual de candidatos eliminados que vai de 59,45%, em 2003; para 54,69%, em 2004; para 51,30%, em 2005; e, 39,66%, em 2006. Na mesma tabela, depreende-se que a concorrência foi mais acirrada, para os cotistas, nos anos de 2004, 2005 e 2006, tendo em vista o número de eliminados pela nota de corte. Ao mesmo tempo, pode-se perceber que os não-cotistas foram eliminados em maior número, pela nota de corte, nos anos de 2003, 2004 e 2005. Seguindo a análise, com base na mesma Tabela 16 em cruzamento com os dados contidos na Tabela 15, percebe-se que o

aumento do percentual de eliminados apresentado no decorrer dos quatro anos consecutivos, aqui analisados, se deve ao aumento da concorrência.

Para a construção das Tabelas 17 a 25, foram consideradas aglutinadas as informações acerca dos inscritos nas duas modalidades, cotistas e não-cotistas, nos diversos cursos presenciais de graduação oferecidos na Uneb, em seus 29 Campi, dos 24 Departamentos, analisados juntos os inscritos nos cursos de denominação semelhante ou igual, reunindo as informações, no item referente ao citado curso, tendo em vista que são 24 cursos de Pedagogia, 28 cursos de Letras, 6 cursos de História, 5 cursos de Direito, 5 cursos de Administração, 5 cursos de Matemática, 5 cursos de Ciências Biológicas, 4 cursos de Ciências Contábeis, 3 cursos de Enfermagem e tantos outros cursos, presenciais de graduação, oferecidos pela Uneb, que aparecem apenas uma vez na lista de cursos da Uneb. (Quadro 9, APÊNDICE E).

Tabela 17 – Cotistas *versus* não-cotistas distribuídos por Curso – 2003 a 2009

Curso	Cotistas inscritos								Não-cotistas inscritos							
	2003		2004		2005		2006		2003		2004		2005		2006	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Administração	1.855	9,34	1677	7,72	2281	7,84	1866	8,23	3681	8,48	2793	7,68	2917	7,55	2122	7,48
Análise de Sistemas e Sistemas de Informação	812	4,09	861	3,96	837	2,88	587	2,59	1890	4,35	1599	4,40	1137	5,01	895	3,15
Ciências Biológicas	481	2,42	752	3,46	1073	3,69	838	3,70	1504	3,46	1355	3,73	1382	6.10	1111	3,92
Ciências Contábeis	1.654	8,33	1456	6,70	1820	6,26	1565	6,90	2688	6,19	2362	6,50	2029	5,25	1609	5,67
Comunicação Social – Relações Públicas	642	3,23	802	3,70	824	2,83	760	3,35	1496	3,44	1504	4,14	1052	2,72	882	3,11
Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios	197	0,99	252	1,16	312	1,07	258	1,14	746	1,72	635	1,75	385	1,00	377	1,33
Comunicação Social - Radialismo	-	--	-	-	-	-	90	0,40	-	-	-	-	-	-	123	0,43
Desenho Industrial – Programação visual	62	0,31	106	0,49	90	0,31	74	0,33	197	0,45	253	0,70	160	0,41	143	0,50
Desenho Industrial – Programação do produto	51	0,26	64	0,29	87	0,30	41	0,18	184	0,42	135	0,37	155	0,40	73	0,26
Direito	442	2,23	530	2,44	3322	11,42	2279	10,05	1715	3,95	1443	3,97	5968	15,45	4245	14,96
Educação Física	162	0,82	243	1,12	529	1,82	437	1,93	442	1,02	351	0,97	699	1,81	519	1,83
Enfermagem	1.044	5,26	1410	6,49	1761	6,06	1470	6,48	2421	5,57	2390	6,58	2275	5,89	1909	6,73
Engenharia Agronômica e Agronomia	363	1,83	422	1,94	462	1,59	478	2,11	1105	2,54	1012	2,78	681	1,76	678	2,39
Engenharia de Pesca	58	0,29	95	0,44	102	0,35	88	0,39	307	0,71	206	0,57	164	0,42	180	0,63
Eng. de Produção Civil	271	1,36	376	1,73	429	1,48	372	1,64	639	1,47	755	2,08	716	1,85	604	2,13
Farmácia	-	-	-	-	519	1,78	367	1,62	-	-	-	-	956	2,47	710	2,50

Tabela 17 – Cotistas *versus* não-cotistas distribuídos por Curso – 2003 a 2009

Curso	Cotistas inscritos								Não-cotistas inscritos							
	2003		2004		2005		2006		2003		2004		2005		2006	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Fisioterapia	-	-	-	-	1278	4,39	842	3,71	-	-	-	-	2430	6,29	1144	4,03
Fonoaudiologia	633	3,19	699	3,22	360	1,24	324	1,43	2061	4,74	1293	3,56	653	1,69	597	2,10
Geografia	473	2,38	446	2,05	814	2,80	616	2,72	1048	2,41	723	1,99	968	2,51	677	2,39
História	773	3,89	959	4,41	1418	4,88	1232	5,43	1581	3,64	1243	3,42	1753	4,54	1233	4,35
Letras	3.514	17,69	3557	16,37	3237	11,13	2545	11,23	7423	17,09	5453	15,00	3986	10,32	2630	9,27
Matemática	419	2,11	586	2,70	634	2,18	534	2,36	1189	2,74	1039	2,86	843	2,18	817	2,88
Nutrição	763	3,84	957	4,40	950	3,27	853	3,76	1613	3,71	1597	4,39	1198	3,10	1048	3,69
Pedagogia	3.880	19,53	4118	18,95	4527	15,57	3152	13,90	7110	16,37	6097	16,78	4560	11,80	2903	10,23
Química	391	1,97	342	1,57	383	1,32	286	1,26	676	1,56	567	1,56	388	1,00	342	1,21
Turismo e Hotelaria	556	2,80	668	3,07	653	2,24	480	2,12	1063	2,45	983	2,70	747	1,93	478	1,24
Urbanismo	367	1,85	353	1,62	376	1,29	238	1,05	648	1,49	588	1,62	430	1,11	321	1,13
Total	19.863	100	21.731	100	29.078	100	22.672	100	43427	100	36.344	100	38632	100	28.370	100

Fonte: Criado pela autora a partir de Relatórios da Consultec, Uneb/Prograd/Copeve e SGC referentes aos anos em questão.

Quanto ao número de cotistas e não-cotistas inscritos por curso oferecido na Uneb (Tabela 17), pela observação dos dados aí contidos podem-se inferir variadas informações, entre as quais se buscou destacar as seguintes: entre os cotistas, no ano de 2003, houve uma maior procura pelos cursos de Pedagogia (19,53%), Letras (17,69%), Administração (9,34%), Ciências Contábeis (8,33%) e Enfermagem (5,26%). Enquanto isto, para os não-cotistas, naquele mesmo ano, os Cursos de maior demanda por este tipo de candidato foi igual, sendo diferente apenas pela ordem, para: Letras (17,09%), Pedagogia (16,37%), Administração (8,48%), Ciências Contábeis (6,19%), Enfermagem (5,57%), conforme sintetizado na Tabela 18, a seguir:

Tabela 18 - Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2003

Cotistas		**Não – cotistas**	
Curso	%	Curso	%
Pedagogia	19,35	Letras	17,09
Letras	17,69	Pedagogia	16,37
Administração	9,34	Administração	8,48
Ciências Contábeis	8,33	Ciências Contábeis	6,19
Enfermagem	5,26	Enfermagem	5,57

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2003.

No ano de 2003, como se apresenta resumido na Tabela 19, a seguir, agora considerando os seis cursos menos procurados pelos alunos, têm-se como destaque a observar que há pouca diferença entre as escolhas dos dois grupos considerados (cotistas e não-cotistas), mas entre os cotistas esses mesmos cursos têm menor procura quando comparados com os respectivos percentuais de concorrência apresentados pelos cursos, sob o aspecto dos não-cotistas.

Tabela 19 - Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2003

Cotistas		Não – cotistas	
Curso	%	Curso	%
Desenho Industrial – Programação do Produto	0,26	Desenho Industrial – Programação do Produto	0,42
Engenharia de Pesca	0,29	Desenho Industrial – Programação Visual	0,45
Desenho Industrial – Programação Visual	0,31	Engenharia de Pesca	0,71
Educação Física	0,82	Educação Física	1,02
Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios	0,99	Engenharia de Produção	1,47
Engenharia de Produção	1,36	Urbanismo	1,49

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2003.

Em 2004, os seis cursos mais concorridos entre os cotistas são: Pedagogia (18,95%), Letras (16,37%), Administração (7,72%), Ciências Contábeis (6,70%), Enfermagem (6,49%) e História (4,41%). No entanto, entre os não-cotistas os cursos mais procurados, naquele ano, foram: Pedagogia (16,78%), Letras (15,00%), Administração (7,68%), Enfermagem (6,58%), Ciências Contábeis (6,50%) e Análise de Sistemas (4,40%), o que demonstra que a demanda entre os dois tipos de candidatos pouco variou, sendo possível visualizar melhor na Tabela 20, a seguir:

Tabela 20 – Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2004

Cotistas		Não – cotistas	
Curso	%	Curso	%
Pedagogia	18,95	Pedagogia	16,78
Letras	16,37	Letras	15,00
Administração	7,72	Administração	7,68
Ciências Contábeis	6,70	Enfermagem	6,58
Enfermagem	6,49	Ciências Contábeis	6,50
História	4,41	Análise de Sistemas	4,40

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2004.

Com base, ainda, nos dados contidos na Tabela 5, para o ano de 2004, apresentam-se, resumidamente, na Tabela 21, as informações dos seis cursos menos concorridos entre os cotistas e os não-cotistas:

Tabela 21 – Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2004

Cotistas		Não – cotistas	
Curso	%	Curso	%
Desenho Industrial – Programação do Produto	0,29	Desenho Industrial – Programação do Produto	0,37
Engenharia de Pesca	0,44	Engenharia de Pesca	0,57
Desenho Industrial – Programação Visaul	0,49	Desenho Industrial – Programação Visual	0,70
Educação Física	1,12	Educação Física	0,97
Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios	1,16	Urbanismo	1,62

Química	1,57	Química	1,56

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2004.

Da leitura da Tabela 21 percebe-se que tanto os candidatos optantes pelas cotas quanto os não-cotistas procuram, em menor percentual, os mesmos cursos, havendo uma tênue diferença na listagem, se considerarmos o nome dos cursos escolhidos pelas duas modalidades de inscritos, como se pode ver com a presença do curso de Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios (1,16%) para os cotistas como sendo o quarto curso menos procurado como opção do vestibular, enquanto os não-cotistas, nessa mesma posição, procuram o curso de Urbanismo (1,62%).

Ao se continuar a fazer a análise dos dados contidos na mesma Tabela 15, referentes ao ano de 2005, verificam-se, entre outras informações, os seis cursos com maior demanda entre os cotistas e que, a seguir, são resumidos na Tabela 22:

Tabela 22 – Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2005

Cotistas		**Não – cotistas**	
Curso	%	Curso	%
Pedagogia	15,57	Direito	15,45
Direito	11,42	Pedagogia	11,80
Letras	11,13	Letras	10,32
Administração	7,84	Administração	7,57
Ciências Contábeis	6,26	Fisioterapia	6,29
Enfermagem	6,06	Enfermagem	5,89

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2005.

Analisando a mesma Tabela 15, no ano de 2005, dentre os dados atribuídos aos cotistas, apresentam-se os seis cursos menos disputados por este tipo de candidato, resumidamente, na Tabela 23:

Tabela 23 – Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2005

Cotistas		**Não – cotistas**	
Curso	%	Curso	%
Desenho Industrial – Programação do Produto	0,30	Desenho Industrial – Programação do Produto	0,40
Desenho Industrial – Programação Visual	0,31	Desenho Industrial – Programação Visual	0,41
Engenharia de Pesca	0,35	Engenharia de Pesca	0,42
Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios	1,07	Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios	1,00
Fonoaudiologia	1,24	Química	1,00
Urbanismo	1,29	Urbanismo	1,11

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2005.

Dos dados sintetizados na Tabela 23, anterior, temos que também no ano de 2005, as listas de cursos de preferência, em ambas as categorias de estudantes, se

mantêm praticamente as mesmas, tendo uma tênue especificidade apenas relativa aos cursos que ocupam o quinto lugar no *ranking* dos cursos menos desejados pelos inscritos na Uneb, naquele ano, que são Fonoaudiologia (1,24%) para os cotistas, e Química (1,00%), para os não-cotistas, sendo que este último curso divide a posição na listagem acima com o curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios (1,00%).

Tabela 24 – Cursos mais concorridos no exame vestibular – 2006

Cotistas		**Não – cotistas**	
Curso	%	Curso	%
Pedagogia	13,90	Direito	14,96
Letras	11,23	Pedagogia	10,23
Direito	10,05	Letras	9,27
Administração	8,23	Administração	7,48
Ciências Contábeis	6,90	Enfermagem	6,73
Enfermagem	6,48	Ciências Contábeis	5,67

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2006.

Dentre os seis cursos mais concorridos no exame vestibular, no ano de 2006, cujos dados estão sintetizados na Tabela 24, anterior, percebe-se que, tanto para cotistas quanto para não-cotistas, a lista desses cursos é a mesma, diferindo apenas na ordem de preferência e percentual de inscritos por categoria. Para a categoria de cotistas, temos: Pedagogia (13,90%), Letras (11,23%), Direito (10,05%), Administração (8,23%), Ciências Contábeis (6,90%) e Enfermagem (6,48%). Para a categoria de não-cotistas, temos: Direito (14,96%), Pedagogia (10,23%), Letras (9,27%), Administração (7,48%), Enfermagem (6,73%) e Ciências Contábeis (5,67%).

Tabela 25 – Cursos menos concorridos no exame vestibular – 2006

Cotistas		**Não – cotistas**	
Curso	%	Curso	%
Desenho Industrial – Programação do Produto	0,18	Desenho Industrial – Programação do Produto	0,26
Desenho Industrial – Programação Visual	0,33	Comunicação Social – Radialismo	0,43
Engenharia de Pesca	0,39	Desenho Industrial – Programação Visual	0,50
Comunicação Social - Radialismo	0,40	Engenharia de Pesca	0,63
Urbanismo	1,05	Urbanismo	1,13
Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios	1,14	Química	1,21

Fonte: Criado pela autora com base em Relatórios do processo vestibular Uneb/Prograd/Copeve, 2006.

Ainda no ano de 2006, verificamos que a lista dos seis cursos menos concorridos, no exame vestibular, é a mesma, tanto para cotistas como para não-cotistas, no entanto, a ordem de preferência é diferente para essas categorias. Ao

mesmo tempo observamos que o curso menos concorrido para ambas as categorias de inscritos é Desenho Industrial – Programação do Produto: 0,18% para cotistas e 0,26% para não-cotistas.

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 15 a 25, antes mencionadas, verificamos que em todos os anos alguns cursos lideraram a lista dos cursos menos procurados, no período de 2003 a 2006: Desenho Industrial – Programação do Produto, Desenho Industrial – Programação Visual, Engenharia de Pesca, Educação Física, Engenharia de Produção Civil, Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios, Urbanismo, Química, Fonoaudiologia. Por outro lado, entre os de maior preferência ou que apareceram em todas as listas desses mais procurados, temos: Pedagogia, Direito, Letras, Administração, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Enfermagem. Vale destacar que a demanda se apresenta mais alta para alguns cursos, provavelmente, pelo grande número do mesmo curso oferecido na Uneb[51] ou por o referido curso ser considerado de médio e alto prestígio na sociedade como são os de Administração, Enfermagem, Fisioterapia e Direito, o que faz deles campeões de número de inscritos ao vestibular.

Assim, pela observação simples dos dados supra mencionados e sintetizados nas Tabelas 15 a 25, anteriores, consideramos que não há grande diferença entre as preferências de escolha dos cursos pelos inscritos no processo vestibular da Uneb, sendo as listas de cursos procurados (os de maior ou menor demanda) pelos alunos das duas categorias de candidatos são praticamente as mesmas, diferindo apenas em percentual e mera re-ordenação dos nomes dos cursos. Percebemos, também que ambas as categorias demonstram maior preferência por cursos abrangidos pelas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Vida e Educação. Ao mesmo tempo, os cursos menos procurados pelas duas categorias de alunos, cotistas e não-cotistas, têm sido em boa parte os da área de Ciências da Terra e Exatas (Desenho Industrial, Engenharia, Urbanismo e Química).

É possível supor que a baixa procura pelos cursos de Desenho Industrial (Programação do Produto e/ou Programação Visual), por cotistas e não-cotistas, pode ser explicada pelo fato que o processo de ingresso, para esses dois cursos, é

[51] É necessário que se ratifique que existem 24 cursos de Pedagogia, 28 cursos de Letras, 6 cursos de História, 5 cursos de Direito, 5 cursos de Administração, 4 cursos de Ciências Contábeis, 3 cursos de Enfermagem, 1 curso de Fisioterapia (Quadro 9, APÊNDICE E).

o único constituído de duas etapas: Etapa 1: Prova de Vestibular; Etapa 2: Prova de Habilidade Específica[52]. Só fazem a segunda etapa, os candidatos às duas habilitações do curso de Desenho Industrial que forem aprovados na primeira etapa do referido processo de ingresso ao curso. Os candidatos não classificados na segunda etapa do processo vestibular passam, automaticamente, a concorrer ao curso de segunda opção.

O fato da Uneb ser uma universidade de configuração *multicampi* é um dado importante para a nossa pesquisa, assim, para ajudar a entender a influência desse aspecto, ou seja, da configuração geoespacial da Uneb, na permanência e no sucesso do cotista, é preciso ressaltar o resultado do item, origem do candidato ao vestibular, mensurado pelo questionário que busca o perfil sociocultural do candidato da Uneb, conforme sintetizado a seguir, na Tabela 26, a seguir:

Tabela 26 - Origem do candidato ao vestibular da Uneb 2004 – 2006[53]

ORIGEM DO CANDIDATO	2004		2006	
	Inscritos	Convocados	Inscritos	Convocados
	%	%	%	%
Município sede da unidade universitária	55,74	49,20	58,10	52,93
Mun. Da microrregião da unid. Universitária	19,02	26,70	18,18	23,96
Outro município do Estado da Bahia	17,34	18,41	18,17	18,93
Outros	4,93	3,72	4,86	3,57
Outros / Não Respondeu	2,97	1,97	0,67	0,59

Fonte: Criado pela autora a partir dos relatórios Uneb/Consultec/Prograd/Copeve, dos respectivos anos

Ao analisar o conteúdo da Tabela 26 é preciso pensar que muitos dos estudantes cotistas vêm de um município que não é onde o Departamento está implantado, o que nos faz refletir que o fato de existirem *Campi* em vinte e quatro municípios do estado da Bahia tem proporcionado a estudantes de diversas microrregiões do Estado a oportunidade de freqüentarem um curso superior. Assim, a Tabela 26 apresenta, de forma resumida, a origem do candidato, a qual nos fornece a residência desse inscrito e nos indica o alcance da influência da Uneb. É

[52] A prova de habilidade específica para candidatos ao Curso de Desenho Industrial com habilitações em Projeto do Produto e Programação Visual tem como objetivos:
a)Verificar o desempenho do Candidato no que diz respeito à criatividade, traço e conhecimento específicos dos elementos visuais (linha, pontos, luz e sombra), utilizados na elaboração e construção do desenho.
b)Selecionar, a partir desses conhecimentos, os candidatos aptos ao desempenho de suas funções, de modo a assegurar a qualidade dos alunos e do curso.
c)Verificar a capacidade de percepção visual dos candidatos através do teste de observação e representação.

[53]Os relatórios utilizados para criação dessa tabela só apresentavam a informação sintetizada para os anos de 2004 e 2006. Esses dados se referem a cotistas e não-cotistas.

possível contabilizarmos, a partir do conteúdo da referida Tabela, que no ano de 2004, 55,74% dos inscritos tinham residência na própria sede da unidade universitária e 44,26% estavam residindo em outros municípios que não eram o da sede universitária para a qual estavam concorrendo. No entanto, entre os convocados, a situação se inverte e é possível determinar que a maior parte dos convocados venha de algum município que não é o da sede da unidade universitária, perfazendo 50,8%, enquanto os que residem no município onde fica o Campus para o qual fez vestibular importam em 49,20% dos convocados. Para o ano de 2006, a situação de localidade dos inscritos é de 58,10%, para os que residem na mesma sede da unidade universitária, contra 41,88% dos que ali não residem. Por outro lado, quando contabilizamos os que foram convocados, percebemos que 52,93% dos convocados residem no mesmo município da sede universitária para a qual foram aprovados, em oposição aos 47,05% dos que residem fora daquele município. Vale ressaltar que entre os inscritos e convocados, para os referidos anos, que residem fora do município sede da unidade universitária, o de maior percentual quando se considera a origem do inscrito/convocado é o que representa os de origem em algum município da microrregião da unidade universitária.

Essas informações nos fazem pensar que a Uneb tem uma boa visibilidade em seu entorno, considerando que atinge municípios outros que não são aqueles nos quais tem uma unidade universitária. A combinação da informação resumida na Tabela 16, anterior, com a distribuição dos *Campi* da Uneb por tantas regiões do Estado (13 das 15 regiões do Estado da Bahia), e o quantitativo de inscritos no período de 2003 a 2006, demonstram de alguma forma sua influência, sua abrangência e a demanda à qual visa atender.

Ao serem aprovados no processo vestibular para a Uneb os estudantes devem obedecer a um cronograma de matrículas devidamente publicado já no Manual do Candidato e posteriormente veiculado nos meios de comunicação de maior circulação e mais fácil acesso da população em geral.

Antes de iniciar os estudos, os aprovados devem se matricular apresentando documentação que comprove a titulação requerida para os procedimentos, bem como a origem do curso feito em uma escola de ensino médio da rede pública. Na

Tabela 27, a seguir, são apresentadas freqüência e percentual de candidatos ingressos no Campus I pelo vestibular por opção pelas cotas de 40% das vagas aos cursos[54]. Vale lembrar que o ano de ingresso representa a primeira matrícula do referido aluno, e é a isso que a freqüência apresentada se refere:

Tabela 27: Número de matriculado por ano de ingresso (freqüência absoluta e percentual) *Campus* I - Salvador 2003 - 2006

Ano de Ingresso	Freqüência Absoluta	Percentual
2003.1	248	15,83
2003.2	84	5,36
2004.1	288	18,38
2004.2	112	7,15
2005.1	275	17,55
2005.2	143	9,13
2006.1	302	19,27
2006.2	115	7,34
Total	1567	100,00

Fonte: Criado pela autora a partir dos relatórios Uneb/Prograd/SGC, dos respectivos anos da pesquisa.

4.2 A PERMANÊNCIA E O SUCESSO DOS COTISTAS NA UNEB: breve análise do desempenho

Nesta seção, discutiremos a permanência e a possibilidade de sucesso do cotista na Uneb, ingressos no período 2003 a 2006. Essa abordagem é feita a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria Geral de Cursos da Universidade do Estado da Bahia sobre as matrículas do período e da consulta às pastas de documentos dos alunos, organizadas e acondicionadas nas Secretarias Acadêmicas dos referidos Departamentos.

Conforme explicitado no capítulo seis referente à metodologia aplicada a esse trabalho, foram observados, coletados, sistematizados e analisados dados referentes aos alunos matriculados no Campus I, Salvador e no Campus III,

[54] Não foi possível apresentar os dados assemelhados referentes aos Departamentos de Juazeiro, por que a Uneb assegura não possuí-los.

Juazeiro. A amostra utilizada teve como base a característica de serem alunos cotistas ingressos no período 2003 a 2006. Em alguns momentos, a população de não-cotistas e as variáveis associadas a essa categoria foram utilizadas com o intuito de estabelecer comparações e aprofundar análises que consideramos relevantes.

Segundo a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Prograd), pelos dados registrados pela Secretaria Geral de Cursos, têm-se um total de 1.567 cotistas no Campus I, como resultado da primeira matrícula na instituição. Essa informação se encontra sintetizada, na Tabela 28 e no Gráfico 5, a seguir, bem como o fato de que o Departamento de Ciências Humanas (DCH - I), do Campus I, representa o maior número de matriculados cotistas de primeira matrícula. Entendemos que esse fenômeno decorre do fato, que entre os Departamentos em questão com matrícula em todos os semestres, o DCH - I é o de maior número de cursos, habilitações e vagas (Quadro 9, APÊNDICE E).

Tabela 28 – Matrículas por ano de ingresso e Departamentos (primeira matrícula) 2003 – 2006

2003 a 2006

	CAMPUS I					CAMPUS III		
Ingresso	**Ciências da Vida**	**Ciências Exatas e da Terra***	**Ciências Humanas**	**Educação**	**Total**	**Ciências Humanas**	**Tecnologias e Ciências Sociais**	**Total**
2003.1	36	84	96	32	248	**	**	
2003.2	20	-	32	32	84	**	**	
2004.1	32	96	120	40	288	**	**	
2004.2	32	-	40	40	112	**	**	
2005.1	33	92	95	55	275	**	**	
2005.2	56	-	68	19	143	20	14	
2006.1	56	92	99	55	302	40	34	
2006.2	31	-	66	18	115	20	14	
Total	296	364	616	291	**1567**	**	**	

Fonte: Uneb/Prograd/SGC, 2008.
*Nota explicativa: o referido Departamento não possui cursos com ingresso no segundo semestre letivo.
** Dado não fornecido pela Uneb/Prograd/SGC.

Os dados referentes ao número de matriculados, no Campus I, no período 2003 – 2006, apresentados de forma sintética no Gráfico 5, a seguir, ressaltam claramente o que a Tabela 28, nos apresenta.

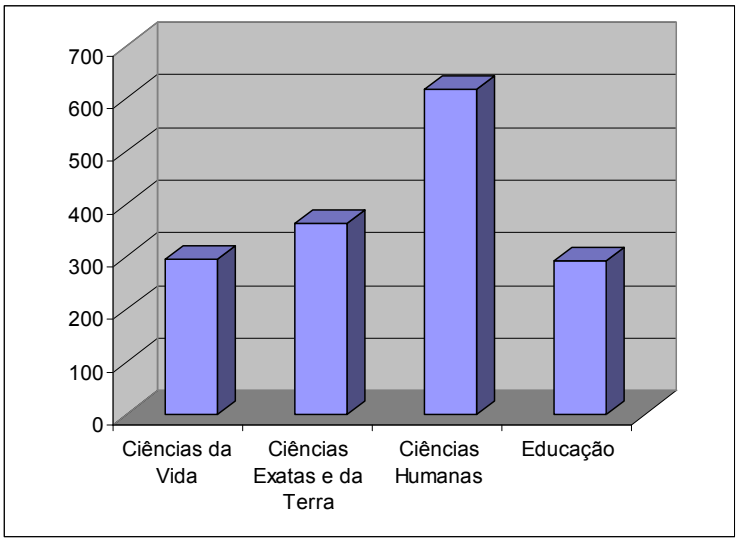


Gráfico 5: Matrículas por ano de ingresso e Departamentos do *Campus* I no período de 2003 a 2006 (primeira matrícula)

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados da Uneb/Prograd/SGC, 2008.

A distribuição da matrícula por curso não é eqüitativa. Como se pode esperar, o número de matriculados por curso torna destacado o interesse/direcionamento dos alunos cotistas na Uneb. Infelizmente, a análise fica prejudicada tendo em vista que os dados referentes ao *Campus* III – Juazeiro não foi fornecido pela Uneb. A SGC, responsável pela sistematização dos dados, informou não possuí-los.

No ano de 2003, foi feito um levantamento do percentual de alunos sem aproveitamento (ou seja, aluno que desistiu ou foi reprovado) em alguma disciplina do curso no qual estava matriculado. O resultado pode ser visualizado na Tabela 29, a seguir. A observação dos dados sintetizados nas duas Figuras nos permite concluir que no Departamento de Tecnologia e Ciências Sócias de Juazeiro, *Campus* III, se observou o maior índice de alunos sem aproveitamento (13,64%). No referido Departamento se encontram alocados os cursos de Direito e Agronomia. Em contrapartida, no mesmo *Campus*, porém no Departamento de Ciências Humanas, podemos observar a menor taxa de alunos sem aproveitamento nos estudos, Nesse Departamento estão apenas os cursos de Pedagogia e Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios.

Tabela 29 - Desempenho* e percentual de alunos sem aproveitamento distribuídos por *campus* – 2003.**

Departamento/Campus/Município	Optantes		Não optantes	
	Média de Desempenho	Sem aproveitamento	Média de Desempenho	Sem aproveitamento
Ciências Exatas e da Terra- I – Salvador	7,3	5,41%	7,7	8,00%
Ciências Humanas -I – Salvador	7,4	7,44%	7,6	8,07%
Ciências da Vida - I – Salvador	7,7	1,96%	8,2	2,22%
Educação- I – Salvador	8,1	1,59%	7,9	4,35%
Ciências Exatas e da Terra- II – Alagoinhas	8,1	16%	7,6	5,88%
Educação -II - Alagoinhas	8,2	0%	8,0	1,43%
Tecnologia e Ciências Sociais- III – Juazeiro	6,6	13,64%	7,06	6,78%
Ciências Humanas- III - Juazeiro	7,8	0%	7,8	0%
Ciências Humanas -IV - Jacobina	7,5	0%	7,8	3,51%
Ciências Humanas -V - Santo Antonio de Jesus	8,2	0%	8,3	0%
Ciências Humanas –VI - Caetite	7,7	2,56%	8,0	0%
Educação -VIII – Paulo Afonso	7,8	1,27%	8,0	2,78%
Educação -X - Teixeira de Freitas	8,3	3,33%	8,5	0%

Notas explicativas:

*o cálculo do desempenho foi feito tomando a média das médias dos alunos por curso.

**o cálculo do percentual de alunos sem aproveitamento foi feito levando-se em consideração o número de alunos que foram reprovados em alguma disciplina ou desistiram do curso e o total de alunos na categoria (Optantes e Não-optantes), matriculados no referido Departamento.

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados fornecidos pela Uneb/Prograd/SGC, 2003.

As Tabelas 29 e 30 trazem as médias de desempenho dos estudantes cotistas e não-cotistas e nos permitem observar que o Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais do *Campus* III, apresenta a menor média de desempenho tanto para os alunos cotistas quanto para os não-cotistas, além de altos índices de alunos sem aproveitamento nos cursos. Essas são informações preocupantes do ponto de vista do aproveitamento dos estudantes nesse Departamento, no qual estão os cursos de Direito e Agronomia, os quais são cursos considerados de alto prestígio econômico-social e provavelmente de custo alto para a universidade, tendo em vista necessitarem de um acervo bibliotecário de alto investimento, pois são cursos cujos exemplares são compêndios, legislações (que visam um universo dinâmico de

relações e por isso merecem republicações ou novas revisões constantes – no caso do curso de Direito) e/ou publicações importadas, traduzidas do inglês para o nosso idioma, o que torna a publicação mais cara do que as produzidas no Brasil. Citemos também, os laboratórios de Fitopatologia, Biologia Vegetal, Entomologia, Apicultura e Informática, que necessitam ser equipados e seus recursos renovados com materiais didáticos para as aulas práticas e pesquisas. Além desses aspectos, consideremos que esse Departamento, mesmo depois de tantos anos após a implantação dos seus cursos[55], ainda passa por problemas com formação do quadro docente conforme editais publicados, tendo em vista lidar com profissionais liberais: juízes, promotores, bacharéis, engenheiros, que exercem outras atividades profissionais e em muitos casos não vêem grandes atrativos na vida acadêmica.

Tabela 30: Média de Desempenho de Optantes e Não-optantes distribuídas por Departamento/Campus/Município – 2003

Departamento/Campus/Município	Optantes	Não-optantes
	Média de Desempenho	Média de Desempenho
Ciências Exatas e da Terra- I – Salvador	7,3	7,7
Ciências Humanas -I – Salvador	7,4	7,6
Ciências da Vida - I – Salvador	7,7	8,2
Educação- I – Salvador	8,1	7,9
Ciências Exatas e da Terra- II – Alagoinhas	8,1	7,6
Educação -II - Alagoinhas	8,2	8,0
Tecnologia e Ciências Sociais- III - Juazeiro	6,6	7,06
Ciências Humanas- III - Juazeiro	7,8	7,8
Ciências Humanas -IV - Jacobina	7,5	7,8
Ciências Humanas -V - Santo Antonio de Jesus	8,2	8,3
Ciências Humanas –VI - Caetite	7,7	8,0
Educação -VIII – Paulo Afonso	7,8	8,0
Educação -X - Teixeira de Freitas	8,3	8,5

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados fornecidos pela Uneb/Prograd/SGC, 2003.

Na maneira em que os dados são informados na Tabela 30 não nos arriscamos a aprofundar outras conjecturas acerca da razão de dois resultados em pólos tão opostos: o maior e o menor percentual de alunos cotistas sem

[55] Tanto o curso de Direito quanto o curso de Agronomia de Juazeiro são os mais antigos em suas áreas, respectivas. O curso de Direito foi autorizado a funcionar pelo CONSEPE, através da Resolução nº 175, enquanto o curso de Agronomia já funcionava desde o ano de 1962, pois o *Campus* de Juazeiro surgiu da junção entre a Escola de Agronomia de Juazeiro (1960) e a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (1961).

aproveitamento, pois não foram informados em quais cursos esses percentuais foram observados ou se os resultados dizem respeitos a todos os cursos do referido Departamento, nem mesmo a que se deveu tal resultado. No entanto, no que diz respeito ao curso em confronto com a média de desempenho e o percentual de alunos sem aproveitamento podemos detalhar se considerarmos a informação a partir dos dados por curso em cada departamento analisado, conforme se pode ver na Tabela 31, a seguir.

Tabela 31 - Média de desempenho e quantitativo de alunos cotistas e não-cotistas sem aproveitamento por Departamentos e Cursos – 2003

Departamento/*Campus* /Município	Curso/Habilitação	Optantes		Não Optantes	
		Média de desempenho	Sem* Conceito	Média de desempenho	Sem* Conceito
Ciências Exatas e da Terra – I Salvador (74 cotistas e 100 não –cotistas)	Urbanismo	6,9	01	8,1	01
	Química	6,8	01	7,3	02
	Desenho Industrial – Hab. PP	7,9	-	8,5	-
	Desenho Industrial – Hab. PV	8,3	-	8,2	-
	Análise de Sistemas	6,5	02	6,5	05
	Engenharia de Produção Civil	7,6	-	7,5	-
Sub-total		7,3	04	7,7	08
Ciências Humanas – I Salvador (121 cotistas e 161 não –cotistas)	Administração (,Mat)	7,3	-	7,2	01
	Administração (Not)* *	6,0	-	6,7	04
	Ciências Contábeis (Mat)	7,2	-	7,7	-
	Ciências Contábeis (Not)	7,5	05	7,6	04
	Comunicação Social – Hab. Relações Públicas	8,1	-	7,8	01
	Turismo e Hotelaria	8,0	-	8,2	01
	Letras – Hab. Português, Espanhol e Liter.(Ves)	7,5	02	7,8	01
	Letras – Hab. Português, Inglês e Liter. (Not)	7,4	02	7,7	01
Sub-total		7,4	09	7,6	13
Ciências da Vida – I Salvador (51 cotistas e 45 não – cotistas)	Nutrição	7,8	-	8,0	-
	Enfermagem	7,3	-	8,0	-
	Enfermagem **	7,8	01	8,2	-
	Fonoaudiologia	7,4	-	8,2	-
	Fonoaudiologia **	8,1	-	8,6	01

Tabela 31 - Média de desempenho e quantitativo de alunos cotistas e não-cotistas sem aproveitamento por Departamentos e Cursos – 2003

Departamento/*Campus*/Município	Curso/Habilitação	Optantes		Não Optantes	
		Média de desempenho	Sem* Conceito	Média de desempenho	Sem* Conceito
Sub-total		7,7	01	8,2	01
Educação – I Salvador (63 cotistas e 92 não – cotistas)	Pedagogia para Educação Básica (Mat)	8,5	01	8,5	01
	Pedagogia para Educação Básica (Not)	8,5	-	8,3	01
	Pedagogia Pré-escolar **	7,5	-	7,2	-
	Pedagogia Séries Iniciais **	7,9	-	7,6	02
Sub-total		8,1	01	7,9	04
Ciências Exatas da Terra – II Alagoinhas (25 cotistas e 51 não – cotistas)	Ciências – Hab. Biologia	8,4	-	7,9	-
	Ciências – Hab. Matemática	7,9	-	8,0	-
	Análise de sistemas **	6,4	04	7,0	03
Sub-total		8,1	04	7,6	03
Educação – II Alagoinhas (44 cotistas e 70 não – cotistas)	Letras – Hab. Português, Inglês e Literaturas	8,3	-	8,4	-
	Letras – Hab. Português, Francês e Literaturas	7,9	-	7,6	-
	Letras – Hab. Português e Literaturas Portug.	8,8	-	8,2	-
	História	7,8	-	7,9	01
Sub-total		8,2	-	8,0	01
Tecnologia e Ciências Sociais – III – Juazeiro (44 cotistas e 59 não – cotistas)	Agronomia	6,5	-	7,0	-‘
	Agronomia **	6,0	05	6,5	03
	Direito **	7,3	01	7,7	01
Sub-total		6,6	06	7,06	04
Ciências Humanas – III Juazeiro (48 cotistas e 67 não – cotistas)	Pedag. – Hab. Educação de Adultos	7,7	-	7,7	-
	Pedag. – Hab. Educação Infantil e Magistério do Ensino Fundamental nas Séries Iniciais **	7,9	-	7,9	-
	Comunicação Social **	7,8	-	7,9	-
Sub-total		7,8	-	7,8	-
Ciências Humanas –	Letras – Hab.	7,4	-	7,6	-

Tabela 31 - Média de desempenho e quantitativo de alunos cotistas e não-cotistas sem aproveitamento por Departamentos e Cursos – 2003

Departamento/*Campus* /Município	Curso/Habilitação	Optantes		Não Optantes	
		Média de desempenho	Sem* Conceito	Média de desempenho	Sem* Conceito
IV Jacobina (74 cotistas e 100 não –cotistas)	Português e Literaturas				
	Portuguesa Letras – Hab. Português, Inglês e Literaturas	7,4	-	7,9	-
	História	7,8	-	7,8	-
	Geografia	7,4	-	8,1	02
	Sub-total	7,5	-	7,8	02
Ciências Humanas – V Santo Antonio de Jesus (57 cotistas e 77 não – cotistas)	Geografia	8,1	-	8,2	-
	História	8,0	-	8,0	-
	Letras – Hab. Português, Inglês e Literaturas	8,6	-	9,1	-
	Letras – Hab. Português e Literaturas Portug.	8,4	-	8,7	-
	Letras – Hab. Português, Espanhol e Literaturas	8,7	-	8,7	-
	Administração – Hab. Administração Mercad.	7,7	-	7,3	-
	Sub-total	8,2	-	8,3	-
Ciências Humanas – VI Caetité (61 cotistas e 85 não – cotistas)	Letras – Hab. Português e Literaturas Portugues	7,7	01	8,0	-
	Letras – Hab. Português, Inglês e Literaturas	8,1	-	8,3	-
	História	7,6	-	8,0	-
	Geografia	8,0	-	8,2	-
	Ciências – Hab. em Matemática	7,2	01	7,4	-
	Sub-total	7,7	02	8,0	-
Educação – VIII Paulo Afonso (78 cotistas e 109 não –cotistas)	Ciências – Hab. em Matemática	7,6	-	7,8	-
	Ciências – Hab. Biologia	8,3	-	8,4	-
	Engenharia de Pesca	6,3	-	6,9	01
	Pedag. – Hab. Educação Infantil e Magistério do Ensino Fundamental nas	8,4	01	8,4	02

Tabela 31 - Média de desempenho e quantitativo de alunos cotistas e não-cotistas sem aproveitamento por Departamentos e Cursos – 2003

Departamento/*Campus* /Município	Curso/Habilitação	Optantes		Não Optantes	
		Média de desempenho	Sem* Conceito	Média de desempenho	Sem* Conceito
Educação – X Teixeira de Freitas (30 cotistas e 45 não – cotistas)	Séries Iniciais ** Pedag. – Hab. Administração e Coordenação de Projetos Pedagógicos	8,5	-	8,5	-
	Sub-total	7,8	01	8,0	03
	Letras – Hab. Português, Inglês e Literaturas	8,0	01	8,4	-
	Pedag. – Hab. Administração e Coordenação de Projetos Pedagógicos	8,7	-	8,7	-
	Sub-total	8,3	01	8,5	-
Total Geral		**7,8**	**29**	**7,9**	**39**

Fonte: Criada pela autora a partir de dados fornecidos pela Uneb/Prograd/SGC, 2003.

Observando o conteúdo da Tabela 31, anterior, concluímos que o Curso de Pedagogia – Habilitação em Administração e Coordenação de Projetos Pedagógicos, DEDC - *Campus* X, Teixeira de Freitas, apresenta média de desempenho de 8,7 e o Curso de Administração (Noturno), DCH – *Campus* I, Salvador, tem média de desempenho 6,0. Em ambos os cursos não há aluno sem aproveitamento. Assim, é possível perceber os cursos que são casos extremos (maior e menor valor) em média de desempenho e sem aproveitamento no curso que fazem na Uneb. Esses números podem permitir à universidade pensar em estratégias para atender às possíveis necessidades de apoio ao crescimento acadêmico dos alunos por curso. Entendemos que é de extrema importância verificar em quais disciplinas cada curso apresentou as menores e as maiores médias de desempenho em combinação com o quantitativo de alunos com/sem aproveitamento em alguma disciplina do curso.

Vale destacar que a média de desempenho apresentada na Tabela 31, anteriormente referida, relativa ao curso de Administração (Noturno), do DCH – *Campus* I, é inferior à média de aprovação admitida pela Uneb em seus Estatutos e Regulamentos. O mesmo pode ser observado na população de não-cotistas, para o mesmo curso em questão, o que é um dado preocupante, tendo em vista se tratar de

uma média de desempenho muito baixa, em ambos os casos. Ressaltamos que apesar de não haver diferença substancial entre as médias de desempenhos entre cotistas e não-cotistas no curso em questão, não há o que se regozijar como se esse fosse um índice positivo de desempenho dos cotistas, pois reiteramos que essas médias de desempenho estão abaixo da média admitida pela universidade para aprovação. Há outros cursos que apresentam médias de desempenho no mesmo nível inferior à média mínima de aprovação da Uneb: *Campus* I - Urbanismo (6,9), Química (6,8), Análise de Sistemas (6,5); *Campus* II – Análises de Sistemas (6,4); *Campus* III – Agronomia (6,5 e 6,0); e, *Campus* VIII - Engenharia de Pesca (6,3).

Esse panorama de análise do acesso, da permanência e do sucesso, ainda que rapidamente vislumbrado neste capítulo, já nos permite perceber que as categorias de estudo: alunos cotistas (ou optantes) e alunos não-cotistas (ou não-optantes) ingressos na Uneb no período de 2003 a 2006, não apresentam cenários, de comportamentos acadêmicos, muito diferentes, quer seja na pontuação nas provas do vestibular, nos motivos de eliminação ao exame vestibular, quer seja nas escolhas dos cursos para concorrer à Uneb (todas consideradas medidas de acesso nesta pesquisa), ou ainda médias de desempenho nos cursos, nas disciplinas, percentual de alunos sem rendimento (aqui consideradas medidas de permanência e sucesso).

4.3 PROGRAMAS DE APOIO: algumas considerações

Apesar do que já foi descrito acerca da permanência e do sucesso do cotista, vale ressaltar, mais uma vez que a Uneb se comprometeu na Resolução Uneb/Consu nº196/2002 a garantir a permanência desse cotista por meio de um programa de apoio, no entanto no período considerado poucas foram as iniciativas institucionais para apoiar o estudante cotista.

Os únicos projetos que se têm notícia no período dessa pesquisa são fruto de convênios e acordos firmados com organismos públicos e/ou empresas privadas: AfroUneb, Programa de Auxílio ao Estudante Carente (Protege) e o Ama.

O Protege é uma iniciativa em ação conjunta entre a Pro-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a Associação de Ex-alunos da instituição (Unex), criado em março de 2005. É

> [...] um programa de assistência a alunos carentes dos cursos de graduação da Universidade cujo objetivo é fomentar condições para que estes possam se dedicar mais ao curso recebendo uma bolsa-auxílio para executar funções na própria Universidade. O aluno, comprovadamente carente, estagia no turno oposto ao seu horário de aula e ganha experiência para o futuro ingresso no mercado de trabalho (UNEX, 2006).

A estratégia pensada pelos dirigentes da Unex é buscar parcerias com empresários, ex-alunos bem-sucedidos dispostos a colaborar e governo estadual para que possam oferecer meio salário mínimo a cerca de trezentos alunos carentes dos *campi* da Uneb.

O Programa AMA faz parte do Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Afroatitude), reúne dez universidades publicas[56] do país e é uma iniciativa dos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com recursos geridos pela Unesco.

O Afroatitude é um programa que

> [...] visa ao fortalecimento da resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados.
>
> No primeiro momento, o programa está voltado para a construção de uma rede de universidades que desenvolvem programas de ações afirmativas e com cotas para negros. No entanto, não se encerra apenas neste campo, pois pressupõe encarar a questão das ações afirmativas e a luta contra o HIV/Aids como uma estratégia que envolve diferentes atores sociais(BRASIL, 2005).

[56] Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Seus recursos são oriundos do Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Programa Nacional de DST– Aids/Unidade Central de Projetos (UCP), componente do Programa Brasil Afroatitude/Projeto AMA, que visa promoção de políticas afirmativas de inclusão social, e são utilizados por meio da concessão de cinqüenta bolsas a estudantes da Uneb, no valor mensal de R$ 241,55 (duzentos e quarenta e um reais e cinqüenta e cinco centavos), com duração de doze meses.

Em atividade desde dezembro de 2005, o Programa AfroUneb desenvolve ações com o objetivo de institucionalizar, na Uneb, uma cultura universitária com o objetivo de aprofundar e consolidar atividades acadêmicas, práticas político-educacionais, princípios ético-relacionais e outras ações correlatas que sirvam como fundamentos para a construção da igualdade étnico-racial e para a positivação social da diversidade como marca da nossa riqueza cultural.

As ações desse programa, hoje em execução, envolvem diretamente cinco municípios do Estado da Bahia, a saber: Salvador – *Campus* I, Santo Antonio de Jesus – *Campus* V, Itaberaba – *Campus* XIII; Senhor do Bomfim – *Campus* XVI e Alagoinhas – *Campus* II. A idéia é que as ações do AfroUneb envolvam todo o Estado da Bahia, com a distribuição do material didático produzido.

No Uniafro, para ajuda de custo de estudos foram selecionados 49 estudantes afrobrasileiros, que estão atuando diretamente em um dos grupos de trabalho organizados por atividade, sob a coordenação de um professor da Universidade. Os grupos funcionam na construção dos projetos e/ou materiais (a depender da meta de cada Grupo de Trabalho). A ajuda de custo e no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por mês, durante o período de dez meses.

Enfim, as ações institucionais do Programa de Ações Afirmativas da Uneb são definidas em:

> a)Ações institucionais
>
> 1) Introdução dos princípios da Pluralidade Cultural e do anti-racismo no Projeto Político-Pedagógico da Uneb e, conseqüentemente nos seus Projetos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação.
>
> 2) Criação de uma Coordenação-Geral do Programa de Ações Afirmativas da Uneb, composta por um coordenador, uma secretaria e três assessores técnicos.

3) Criação de um banco de dados sob a responsabilidade da Coordenação- Geral do Programa, com suporte administrativo, capacidade técnica e acadêmica suficiente para armazenar, tratar e sistematizar toda a memória qualitativa e quantitativa do sistema de cotas e do referido Programa, na sua totalidade.

4) Criação de um Conselho Consultivo do Programa de Ações Afirmativas da Uneb, com representantes de todos os Departamentos, do Cepaia, das Pró-Reitorias, do Sintest, da AdUneb, do DCE, do Programa Rede Uneb 2000 e do Programa de Formação dos Professores de 5a a 8a series.

5) Criação, em cada Departamento, de Comissões Setoriais do Programa de Ações Afirmativas da Uneb.

6) Instituição de critérios de pontuação adicional, adotando o principio da Ação Afirmativa, na classificação de projetos que concorram aos Editais relativos a todos os Programas Institucionais de Pesquisa, Extensão e Ensino da Uneb (Pibic, Picin, Profi c, Proap, Publique, Monitoria de Ensino, Monitoria de Extensao e outros).

7) Elaboração de um Censo Étnico-Racial na Uneb envolvendo os três segmentos.

8) Formalização do compromisso dos estudantes ingressos por meio do Sistema de Cotas em colaborar com o desenvolvimento do Programa de Ações Afirmativas durante a realização dos seus respectivos cursos e por mais um ano apos a conclusão dos mesmos.

9) Implantação nas Secretarias Acadêmicas de todos os Departamentos de um Sistema de Acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes ingressos por meio do sistema de cotas, sob a coordenação das respectivas Comissões Setoriais.

10) Implantação nos Departamentos, de formas de apoio tutorial (laboratório itinerante) na eventualidade de problemas de desempenho acadêmico.

b) Ações de apoio econômico-social

l) Criação de um Programa de Bolsas de Estudos para estudantes comprovadamente carentes, adotando como critério de classificação a renda mensal familiar.

2) Criação de restaurantes Universitários nos *Campi* ou, quando for o caso, um sistema de subsídios para os gastos com alimentação, voltado para os alunos comprovadamente carentes.

3) Criação, em todos os *Campi*, de um sistema de subsídios para os gastos com cópias, voltado para os alunos comprovadamente carentes.

4) Implantação de residências universitárias em todos os *Campi*.

5) Criação de Centros de Convivência Estudantil em todos os *Campi*.

(Acesso e Permanência da população negra no ensino superior, 2007, p. 78- 79)

Infelizmente, como foi possível inferir da pesquisa de campo, os alunos cotistas não demonstram ter conhecimento de nenhuma dessas ações voltadas para sua permanência e sucesso na Uneb. Talvez pela falta de transparência das ações institucionais que detectamos no transcorrer do desenvolvimento desse trabalho, ou ainda pela falta de sistematização de dados estatísticos importantes até para decisões estratégicas da instituição ou ainda pela inexistência de um programa que abarque toda a estrutura discente composta pelos cotistas, suas necessidades e especificidades acadêmicas.

5 **A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**: um pouco da sua experiência

Este capítulo traz uma breve caracterização da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), informando alguns dados referentes aos seus cursos, estrutura organizacional, o processo de implantação das cotas, as controvérsias vividas no início da implementação do seu programa de políticas afirmativas, informações sobre os cotistas, detalhando o programa de apoio aos estudantes da Uerj e finalizando com uma breve comparação entre os programas de acesso na Uerj e na Uneb.

O Estado do Rio de Janeiro, segundo o censo de 2000, tem uma população de 14.391.282 habitantes[57] e possui duas Universidades Públicas no âmbito estadual: a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Esta última juntamente com a Uneb compõe nosso objeto de estudo.

A Uerj, considerada centro de excelência em ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, segundo o DATA UERJ (2004, p.1) oferece 78 cursos de graduação, considerando-se para tal cálculo o campus em que é ministrado e as habilitações oferecidas. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro possui 44 programas de pós-graduação *stricto sensu*, perfazendo um total de 42 cursos de mestrado acadêmico, 23 de doutorado e 2 de mestrado profissional; e 78 cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em diversas áreas do conhecimento.

Sua estrutura organizacional compreende a Administração Central, os Centros Setoriais, as Unidades Acadêmicas e os Departamentos. Diretamente ligadas à Reitoria, como órgãos de assessoria estão a Vice-Reitoria, as Sub-Reitorias (Sub-Reitoria de Graduação, Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e Sub-Reitoria de Extensão e Cultura) e a Superintendência de Recursos Humanos.

[57] Fonte IBGE.

A Uerj apresenta em seu quadro, segundo o DATA UERJ (2007), 23.370 alunos[58], 3.374 servidores técnico-administrativos e 1.834 professores. Tem *campi* no município do Rio de Janeiro: Campus Maracanã, Hospital Universitário Pedro Ernesto, Edifício Américo Piquet Carneiro, Edifício Prof. Paulo de Carvalho, Escola Superior de Desenho Industrial, Policlínica Américo Piquet Carneiro e Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Conta ainda com cinco *Campi* Regionais:

Duque de Caxias	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
São Gonçalo	Faculdade de Formação de Professores
Nova Friburgo	Instituto Politécnico do Rio de Janeiro
Resende	Faculdade de Engenharia de Produção
Ilha Grande	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentado.

Quadro 6: Os *Campi* regionais da Uerj.

Fonte: Criado pela autora a partir do sítio da Uerj (www.uerj.br)

Segundo a Sub-Reitoria de Graduação (SR-1)[59], desde sua criação, a Uerj assumiu a formação de alunos-trabalhadores, tendo, ainda hoje, ⅔ de seus cursos com funcionamento noturno, sendo a Região Norte da cidade do Rio de Janeiro a área do município de onde se origina boa parte dos seus discentes, correspondendo a 34,90% de todo o seu corpo de alunos, como se pode perceber na ilustração no 3. Outra característica desses discentes é que mesmo antes da reserva de cotas, mais de 40% dos estudantes já trabalhavam ao ingressar naquela Universidade; apenas 30% dos estudantes não trabalham nem fazem estágio. Dentre os 70% dos estudantes que trabalham ou fazem estágio, apenas 14% trabalham menos de 20 horas por semana; outros 13,6% trabalham 40 horas ou mais.

Assim, entendemos que o sistema de cotas não trouxe para a instituição pessoas cujo perfil fosse desconhecido, pois na Uerj já estavam em seu quadro discente, candidatos de baixa renda e oriundos das escolas públicas. No entanto, como veremos mais adiante esse processo não ocorreu de forma calma e tranqüila, na Uerj, provavelmente por que quando o processo se instalou por imposição governamental, sem discussão prévia, no seio universitário.

[58] A fonte consultada não faz distinção entre alunos de graduação e de pós-graduação.
[59] Dados referentes ao ano de 2002.

5.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS COTAS NA UERJ

O processo de implantação das cotas para as universidades estaduais do Estado do Rio de Janeiro surgiu primeiramente pelo Projeto de Lei no. 1.258/2000 no qual era proposta a reserva de 50% das vagas dessas universidades alunos de escolas públicas. O Projeto de Lei foi idealizado pelo deputado estadual Edmilson Valentim, em fevereiro de 2000. O Projeto obteve parecer da Uerj, no qual a Universidade atenta para o percentual, ali sugerido, tendo em vista que a proporção de inscritos no Vestibular por origem (escolas públicas ou privadas) se mantinha a mesma de classificados em 1999 e 2000, sendo de um terço os que pertenciam à escola pública. O parecer da Uerj ainda destacava pontos, tais como: a possibilidade de aumento da discriminação desses alunos no meio universitário e a urgência de medidas para a melhoria dos ensinos fundamental e médio.

Além do Projeto de Lei nº 1.258/2000, referido, foi apresentado o Projeto de Lei do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro de nº 1.653/2000, que também propunha a reserva de 50% das vagas das universidades estaduais para alunos de escolas públicas. O projeto seria votado em regime de urgência na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Porém, antes de sua votação, a Universidade organizou o debate: "Reserva de Vagas: democratização, acesso e permanência no ensino público superior", cujo objetivo foi levantar a discussão sobre o projeto de reserva de vagas, já que a Uerj e a Uenf eram as principais afetadas. O evento realizado em 15/8/2000 contou com a participação da Reitoria da Uerj, do então Secretário de Ciência e Tecnologia, de professores da Uerj, da Uenf e a comunidade em geral. Para o evento, a Universidade convidou toda a Assembléia do que resultou ter a Assembléia Legislativa decidido, em vez de uma votação de urgência, enviar o projeto, antes de votá-lo, à Uerj e à Uenf para que estas Instituições pudessem analisar o texto e em parecer apresentar seu pontos de vista sobre o assunto.

A Uerj apresentou, em 14 de setembro do mesmo ano, críticas ao projeto e, para tanto, baseia-se em critérios acadêmicos e jurídicos. No mesmo documento, a

Uerj fornece sugestões e alternativas possíveis para que os níveis de ensinos fundamental e médio apresentem melhores resultados no Vestibular ou em qualquer outro tipo de avaliação de seus egressos.

No entanto, mesmo com tantas recomendações, o projeto foi aprovado por unanimidade e, em 28 de dezembro de 2000, foi sancionada a Lei nº 3.524, que dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais, sem incorporar as sugestões e críticas da Universidade.

Em resposta, a Uerj organizou vários debates e seminários sobre o assunto e também fez parte da comissão interinstitucional para formulação do Decreto nº 29.090, de 30 de agosto de 2001, que regulamentaria a Lei. Assim, dando seqüência ao processo de implantação do programa de cotas na Uerj, em 9 de novembro de 2001, a segunda Lei, que reserva 40% das vagas para estudantes autodeclarados negros ou pardos, foi aprovada por unanimidade na Alerj. A Uerj só foi convocada a discuti-la após sua aprovação. A reserva para negros e pardos é aplicada, primeiramente, dentro dos 50% para alunos de escolas públicas. Não completados os 40%, a cota é aplicada aos estudantes autodeclarados do Vestibular Estadual conforme determina o Decreto nº 3.708/2001.

5.1.1 **O modelo de vestibular da Uerj**

O vestibular da Uerj, cujo modelo foi implantado em 2001, reúne a Uenf e a Academia da Polícia Militar D. João VI, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, ocorre em duas etapas: inicialmente, com as provas de qualificação que acontecem ao longo do ano, havendo, ao final do período, uma outra fase, classificatória. Segundo a Uerj, esta forma de avaliação não pretende medir acúmulo

de conhecimentos fragmentados, mas sim avaliar, interdisciplinarmente, o conhecimento e a visão crítica que o candidato tem do mundo.

De acordo com este modelo, os alunos devem atender determinados requisitos para atingir um conceito no exame de qualificação, conforme o Quadro 7, a seguir:

Conceitos	Requisitos
A	Número de acertos maior do que 70% das questões da prova do Exame de Qualificação. Esses candidatos receberão um bônus de 30 pontos a ser acrescido ao resultado do Exame Discursivo.
B	Número de acertos maior do que 60% e igual ou menor que 70% das questões da prova do Exame de Qualificação. Esses candidatos receberão um bônus de 20 pontos a ser acrescido ao resultado do Exame Discursivo.
C	Número de acertos maior do que 50% e igual ou menor que 60% das questões da prova do Exame de Qualificação. Esses candidatos receberão um bônus de 10 pontos a ser acrescido ao resultado do Exame Discursivo.
D	Número de acertos maior do que 40% e igual ou menor que 50% das questões da prova do Exame de Qualificação. Esses candidatos não receberão bonificação.
E	Número de acertos igual ou menor que 40% das questões da prova.

Quadro 7. Conceitos no exame de qualificação no processo vestibular da Uerj

Fonte:Uerj disponível em <HTTP://www2.UERJ.br/~comuns/reserva.htm#cotas>. Acesso em 25 de abril de 2005.

O candidato torna-se apto a inscrever-se na fase classificatória se for aprovado com conceitos A, B, C ou D sendo considerado capacitado a ingressar em um curso universitário, seja qual for a sua escolha profissional; obtendo o conceito E será reprovado.

O Decreto nº 29.090 em seu artigo 6º, explicitando o modelo de vestibular da Uerj, prevê a implantação do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (Sade), mantido pelo Poder Público. A avaliação do desempenho desses estudantes deverá ser feita em 4 (quatro) fases, através de exames escritos, de forma progressiva desde os dois primeiros meses do ano letivo da 1a série dos ensinos médio ou técnico profissional até o final do segundo semestre do período letivo da 3ª série dos ensinos médio ou técnico-profissional Para tanto, compete às Universidade Públicas Estaduais a elaboração e aplicação dos exames previstos naquele Decreto.

Tendo em vista que, para a implantação do Sistema, a Universidade deveria contar com o apoio financeiro do Governo do Estado e, que os recursos necessários não foram concedidos, até a presente data, só foi possível avaliar os alunos da rede pública na última fase do curso. Para o Vestibular de 2004, não houve parecer do Governo sobre estes recursos, o que impede a Universidade de planejar e executar na íntegra o estabelecido por lei.

No ano de 2003, sob o contexto até aqui apresentado, foi sancionada a Lei nº 4.151, em 4 de setembro, a qual institui nova disciplina para o sistema de cotas para ingresso às Universidades Públicas Estaduais e dá outras providências. Esta lei revogava, em seu último artigo, principalmente, a Lei nº. 3.524, de 28 de dezembro de 2000, e a Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001 e a Lei nº 4.061, de 2 de janeiro de 2003. Estas medidas, cronologicamente, apresentam a evolução do programa de cotas das Universidades Estaduais daquele estado, em especial da Uerj como objeto deste estudo.

Inicialmente, com a promulgação da Lei nº 3.524, garantia-se a reserva de 50% das vagas, no mínimo por curso e turno, para estudantes que tivessem cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado. Em seguida, a Lei nº 3.708 instituiu a cota mínima de até 40% para as populações negra e parda. É curioso observar que, apesar do processo de implantação do programa de cotas para ingresso nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro ter sido iniciado do lado de fora dos seus muros, foi finalizado por análise e deliberação dos seus conselhos universitários.

O anteprojeto da Lei nº 4.151/2003 resultou da deliberação unânime do Colegiado máximo da Uerj, com a participação da Uenf e demais setores representativos da sociedade, no exercício legítimo de sua autonomia universitária. Tal dispositivo foi enviado à Governadora do Estado do Rio de Janeiro que remeteu mensagem à Assembléia Legislativa daquele Estado, onde foi discutido, aprovado e sancionado, sendo publicado no dia 4 de setembro de 2003.

Com a implantação do novo sistema de processo seletivo para ingresso na Uerj, houve a inserção de 3.500 alunos já no primeiro ano. Destes inúmeros cotistas alguns não eram necessariamente carentes. E com a agravante de que muitos dos

carentes, não eram necessariamente cotistas. Porém, no ano de 2004, sob a vigência da Lei nº 4.151/2003, ingressaram 2.385 estudantes pelo Sistema de Cotas, sendo 1.048 vagas para afrodescendentes, 1.048 vagas para oriundos de escolas públicas, 524 vagas para deficientes e descendentes de povos indígenas. Com uma certeza: todos necessariamente carentes.

5.1.2 **Cotas na Uerj**: controvérsias

É claro que um sistema inovador de acesso ao ensino superior, como o da Uerj, traz em si marcas profundas de um pensamento exclusivo e não foi implementado de maneira tranqüila, sem debates. Certa polêmica se instalou no momento da implantação do sistema de cotas naquela Universidade e após a realização do primeiro vestibular, utilizando este sistema, e divulgados os resultados, as discussões instauraram-se em vários níveis:

a) Imprensa - uma vez divulgados os resultados, os meios de comunicação procuraram compreender melhor o novo sistema, surgindo uma verdadeira avalanche de matérias sobre o tema. Além disso, artigos de opinião, cartas de leitores e entrevistas provocaram grande discussão e manifestaram as contradições levantadas pela própria sociedade;
b) Jurídica - a sobreposição das leis ocasionou distorções em alguns cursos, gerando uma reserva real de mais de 60%, somadas as duas cotas. Sendo assim, embora as notas menores tenham sido obtidas por candidatos oriundos de escolas públicas, a reserva para negros e pardos tem motivado maior debate. Nesse âmbito, estas questões manifestaram-se através de dezenas de liminares contestando o resultado do Vestibular; e,
c) Legislativo - o deputado estadual Flávio Bolsonaro obteve junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro uma liminar que questiona a constitucionalidade

da Lei nº 3.524/2000. Enquanto tramita o processo, a Universidade luta para que o edital dos Vestibulares sob a égide da Lei nº 4.151/2003 siga sendo respeitado promovendo-se mudanças nas leis que melhorem o exame para a seleção dos novos alunos.

5.1.3 **O Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar)**

Em setembro de 2003, a Reitoria determinou a criação de uma comissão formada por professores da Uerj e representantes de movimentos sociais, como Educafro e Rede Nacional de Pré-vestibulares Populares. A comissão tinha como objetivo elaborar propostas que incentivassem a permanência na Universidade dos alunos que ingressariam pelo vestibular 2003, diferenciado por causa das cotas.

Os trabalhos desenvolvidos pela referida comissão possibilitaram as seguintes conclusões:

- o percentual de alunos da Uerj oriundos de famílias com renda mensal até cinco salários mínimos vem aumentando ano a ano. Esse número passou de 843 estudantes em 2001 para 1.140 em 2002 e deve se aproximar de 1.500 em 2003.
- Em média, esses alunos vivem em famílias de três ou quatro pessoas e, em sua maioria, autodeclararam-se negros ou pardos.

A comissão elaborou propostas voltadas para os alunos com renda familiar até cinco salários mínimos. Dessa forma, a Universidade espera minimizar eventuais defasagens entre os estudantes que ingressam por meio da reserva de vagas, sem, no entanto, "carimbá-los" preconceituosamente. As propostas são:

- criação de 1.500 bolsas exclusivas para alunos do primeiro ano, com renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos. Desse público, a maioria

será composta por alunos do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (Sade) autodeclarados negros. Os estudantes deverão estar engajados em projetos de ensino, pesquisa ou extensão na Universidade.

- aumento contínuo das bolsas já existentes à taxa de 700/ano, por três anos consecutivos, a partir de 2004. Esse aumento gradativo dará ao aluno carente uma boa chance de se manter, nos anos seguintes, em condições de concorrer às bolsas por seleção acadêmica.
- concessão de 1.700 pacotes de tíquetes transporte/alimentação por ano, a partir de 2003, para alunos que não tenham sido contemplados com nenhum tipo de bolsa. A manutenção dos auxílios será condicionada à freqüência no curso: se o estudante for reprovado por falta, perde os tíquetes.
- oferta, para qualquer aluno da Uerj, independentemente de renda familiar, de disciplinas instrumentais não obrigatórias: matemática, português, informática e inglês, em aulas nos três turnos de funcionamento da Universidade.
- atualização e informatização das 18 bibliotecas da Uerj, com aquisição de 7 mil exemplares/ano.
- reestruturação da orientação acadêmica, de modo a oferecer maior apoio, em sistema de tutoria, aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

O Programa de Apoio ao Estudante da Uerj foi orçado em R$ 12.659.720 (doze milhões, seiscentos e cinqüenta e nove mil, setecentos e vinte reais) para o ano de 2003. Sua implementação dependeu de liberação de verba por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em maio de 2004, foi criado o Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar) com o objetivo de apoiar o estudante da Uerj, de modo a garantir a sua permanência na Universidade, com aproveitamento, até a Colação de Grau, viabilizando a transformação da Lei num efetivo mecanismo de redução das desigualdades sociais. O Programa surge como uma proposta de apoio acadêmico a estudantes de Graduação beneficiados pelo Sistema de Cotas da Uerj ou que se enquadrem nos Critérios de Carência definidos por Lei.

O Proiniciar tem uma estrutura que permite a livre escolha dos estudantes, a partir de um leque de atividades oferecidas, proporcionando uma livre adesão das diferentes unidades acadêmicas. O atendimento indistinto a todos os alunos interessados nas atividades propostas, independentemente de serem alunos de seus cursos possibilita uma melhor orientação acadêmica para todos os alunos. O Programa está atrelado a um sistema de acompanhamento e avaliação pela Sub-Reitoria de Graduação, (SR-1), a cargo de equipe multidisciplinar e destina uma carga horária de 150 horas semestrais distribuída em três eixos: disciplinas instrumentais; oficinas; atividades culturais.

As disciplinas instrumentais destinam-se a suprir falhas na Educação Básica, permitindo ao estudante a continuação dos estudos. São oferecidas a todos os alunos, organizadas em módulos de 30 horas. Neste eixo encontram-se: Língua Portuguesa Instrumental; Matemática Instrumental; Língua Estrangeira Instrumental e Informática Instrumental. As disciplinas deste eixo não são obrigatórias, mas a participação de cada estudante é alvo de rigorosa avaliação por parte do orientador acadêmico, evitando a repetência e a evasão nas disciplinas regulares do currículo do estudante.

No eixo no qual os módulos são denominados Oficinas, estas objetivam oferecer uma formação mais abrangente ao aluno, ampliando sua vivência acadêmica e sua visão de mundo. Nelas são oferecidas a todos os alunos, organizados em módulos de 10 horas, temas tais como: Leitura em Língua Materna; Leitura em Língua Estrangeira (Inglês, Espanhol e Alemão); Argumentação; Redação Acadêmica; Metodologia da Pesquisa Bibliográfica; Metodologia da Pesquisa Etnográfica; Metodologia da Pesquisa Experimental; Cidadania e Direitos Humanos; Braile; Língua Brasileira de Sinais e Saúde; Meio Ambiente; Técnicas de Pesquisa Científica; e Técnicas de Estudo. Vale ressaltar que os temas das oficinas podem variar de acordo com a necessidade que se vislumbra para o semestre para o qual foi programado o seu oferecimento.

No Proiniciar são oferecidas atividades culturais que buscam possibilitar aos alunos da Uerj maior acesso a bens culturais. Oferecidas a todos os alunos, as atividades culturais estão organizadas em módulos de 5 horas. Todas as atividades são acompanhadas por docentes especializados nas diferentes áreas. Nas

atividades incluem-se Cinema ao Meio-dia, na própria Universidade; Visitas guiadas a Museus; Idas a Salas de Espetáculos, Salas de Concertos, Teatros, Galerias de Arte e Centros Culturais; Criação em Grupo de Arte Popular, Grupo de Cultura Afro-brasileira, Grupos de Culturas Populares, com ênfase no folclore além da inclusão nas atividades culturais já existentes, como grupos de Canto Coral, Teatro Amador e Artes Corporais Populares (capoeira, jongo, maculelê etc).

5.1.4 **A Uerj, a Uneb e as cotas**: semelhanças e diferenças

A Resolução Uneb/Consu nº 196/2002 e a Lei nº 4.151/2003 reservaram, respectivamente, vagas nas universidades na Bahia e no Rio de Janeiro, para afro-descendentes e para alunos carentes. São medidas que se tornam extremamente necessárias, ao fim a que se propõem, evidenciando a responsabilidade da Universidade como geradora de transformações sociais num país como o Brasil, embora se reconheça a existência de outros meios de combate à desigualdade socioeconômica.

Ainda considerando o papel da Universidade como agente transformador da sociedade, nos textos da Lei nº 4.151/2003 da Uerj e na Resolução Uneb/Consu nº 196/2002 da Uneb percebe-se, um legítimo exercício da competência legislativa e material assim como a autonomia da instituição universitária garantidos pela LDB/1996.

As discussões sobre a implementação do sistema de cotas têm provocado a revisão sobre a questão de pertencimento no povo brasileiro: se devemos continuar sendo um povo repetidor da cultura ocidental européia ou se deve promover-se como um país plural, como é sua grande vocação; abre-se também o debate sobre a necessidade de criação de um programa estatal de apoio ao estudante optante por cotas. Vê-se que o Estado tem que assumir a sua parte e implantar uma série de

políticas que visem dar suporte ao sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras, melhorando, entre outras medidas a qualidade dos demais sistemas de ensino.

Assim, com o intuito de estabelecer um sintético comparativo entre os programas de cotas da Uneb e da Uerj, observemos o Quadro 8, a seguir, e verifiquemos que os dois processos mantêm entre si profundas diferenças, as quais vão desde aspectos jurídicos (tipo de instrumento utilizado para ordenar o processo: Resolução no caso da Uneb e Lei Estadual em se tratando da Uerj), aspectos quantitativos (40% para a Uneb e 45% para a Uerj), aspectos socioeconômicos (afro-descendentes para a Uneb e carentes: negros e deficientes físicos para a Uerj), aspectos acadêmicos e administrativos (a Uerj modificou seu modelo de processo vestibular).

Uneb	Uerj
Foi provocado, quase ao mesmo tempo, por iniciativa externa à UNEB, com apresentação de proposta de Lei elaborada por um vereador, e por debate interno, provocado pelo corpo discente.	Imposto pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro sancionando a Lei nº 3.524/2000 o que provocou um intenso debate dentro da instituição e culminou na Lei nº 4.151/2003.
Votado pelo Conselho Universitário e implementado pela Resolução Uneb/Consu nº 196/2002.	Votado pelo Conselho Universitário e implementado pela Lei nº. 4.151/2003.
Reserva 40% das vagas para candidatos pretos ou pardos, oriundos de escolas públicas do ensino médio do Estado da Bahia.	Reserva 45% das vagas para candidatos economicamente carentes, sendo 20% das vagas para candidatos negros; 20% para alunos oriundos das escolas públicas do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro; e 5% pra deficientes físicos e minorias étnicas.
Prevê o percentual para cursos de graduação e pós-graduação.	Prevê o percentual apenas para cursos de graduação.
Exige autodeclaração racial através do formulário preenchido e assinado pelo candidato.	Exige autodeclaração do candidato à cota racial, por meio de declaração escrita e assinada.
Reserva vagas para alunos das escolas públicas do ensino médio do Estado da Bahia	Reserva vagas para alunos das escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado do Rio de Janeiro.
Causou grande repercussão jurídica na questão da igualdade formal.	Houve grande repercussão jurídica no problema da proporcionalidade e razoabilidade da medida.
Provocou mudanças tênues no processo vestibular.	Ensejou mudanças drásticas no processo vestibular.
Iniciou a aplicação de programa de acompanhamento, em convênio com a Associação de Ex-alunos da Uneb (Unex), aos cotistas em março de 2005: Protege. E no período de 2003 a 2006, não se tem notícia de qualquer programa institucional que tenha sido aprovado para apoiar e acompanhar os cotistas. Não é um programa institucional da Uneb, mas sim um programa da Unex em convênio com a Uneb.	Iniciou programa de acompanhamento ao cotista: Proiniciar em maio de 2004. Programa institucional previsto em orçamento da Uerj.
Quadro 8: Resumo comparativo dos Programas de cotas na Uneb e na Uerj	

Fonte: Criado pela autora a partir de informações fornecidas pela Prograd/Uneb e SR – 1/Uerj e Adaptado de César, 2003, p. 65.

6. **PESQUISA DE CAMPO**

> Pesquisar é, lidimamente, saber pensar, aprender a aprender (DEMO, 2000, p.35).
>
> Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica. Muitos vivem esta realidade como uma angústia paralisante; outros, pelo contrário, reconhecem-na como um fenômeno normal e, numa palavra, estimulante (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.31).

A principal característica do fazer ciência, segundo estudiosos, é a possibilidade de questionar e polemizar sobre uma temática, sendo o questionamento sistemático intrínseco a qualquer processo científico. E com o intuito de "gerar ciência" (DEMO, 2000, p. 13), faz-se necessária a pesquisa como "princípio científico e educativo" (DEMO, 2000, p. 33).

Assim, entendendo que não há pesquisa sem pergunta de partida Quivy; Campenhoudt (1998, p. 34 - 35) argumentam que

> a pergunta de partida constitui normalmente um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a ruptura com os preconceitos e as noções prévias. [...] Uma boa pergunta de partida deve poder ser tratada [...] se deve poder trabalhar eficazmente a partir dela e, em particular, deve ser possível fornecer elementos para lhe responder (QUIVY; CAMPENHOUDT,1998, p. 34 - 35).

Todavia, se para se fazer ciência perguntas necessitam ser feitas, respostas são essenciais para elucidá-las de tal forma que se possa chegar a uma "intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático" (DEMO, 2000, p. 34).

Desta maneira, no intuito de contribuir com o fazer ciência, para o referido trabalho questiona-se: De que maneira o modelo *multicampi* destas universidades

interfere (prejudica ou facilita) nas condições de permanência e sucesso para o afro-descendente optante das cotas? Que programas são esses? Qual o grau de abrangência desses programas? Que medidas são essas?

6.1 DA METODOLOGIA

Em busca de respostas, para o desenvolvimento do trabalho que se caracteriza como um estudo exploratório, ancorado nos aspectos quantitativos e nos aspectos qualitativos do objeto estudado, adotou-se o método comparativo dos contornos teórico-empíricos desse objeto, em suas características essenciais e suas bases teóricas. Assim, com o intuito de qualificar o objeto em estudo, são aqui apresentadas as categorias conceituais com as quais trabalhamos para consecução dos objetivos elencados no presente estudo.

Preliminarmente, consideramos que a comparação ora prevista e tratada neste trabalho se deu entre os programas de acesso das universidades, Uneb e Uerj, no sentido de obter um foco para avaliar aspectos quotidianos às duas realidades que entendemos relevantes para a aferição dos programas de permanência e sucesso aos cotistas na Uneb.

Dentre as variáveis estudadas consideramos como variáveis qualitativas, as seguintes categorias conceituais: (1) ser cotista; (2) não ser cotista; (3) as condições de permanência e sucesso para os optantes às cotas da Uneb. Foram considerados cotistas ou optantes todos os alunos ingressos que optaram por concorrer, aos cursos de graduação[60], no percentual de 40% das vagas oferecidas na universidade em questão, no período de 2003 a 2006; sendo os demais ingressos, aos mesmos cursos, no citado período, aqui considerados como não cotistas.

[60] Cursos de graduação, presenciais e que não são programas especiais de graduação, do tipo Rede Uneb 2000, Pronera e outros.

Com relação aos aspectos quantitativos, consideramos como variáveis quantitativas: (1) o número de programas/projetos que o cotista participa(ou); (2) a freqüência às aulas e atividades; (3) o desempenho escolar; (4) a freqüência à biblioteca; (5) gastos com cópias reprográficas; (6) gastos com alimentação; (7) quantidade de meios de transporte utilizados para chegar ao *Campus* universitário, (8) gastos com transporte, (9) gastos com compra de livros não-didáticos e didáticos, e outros aspectos que puderam ser mensurados durante o processo de pesquisa.

Para o mesmo estudo, as condições de permanência e sucesso, consideradas indistintas, foram abordadas a partir das seguintes condicionantes: freqüência; desempenho escolar; acesso à biblioteca, participação em programas institucionais, estar semestralizado (considerado assim, o aluno que não apresentar incompatibilidade, incongruência e/ou discrepância entre as disciplinas matriculadas e/ou cursadas com aprovação em comparação com o semestre acadêmico); percepção de ambiente amistoso/agressivo; tempo provável de conclusão; tipos de livros lidos durante o semestre, nível de empregabilidade (medido a partir de indicadores tais como: estar estagiando ou trabalhando na área, ter habilidades na área de informática), participação em congressos/seminários/workshop da área, bem como dedicação aos estudos.

No contexto da evolução da pesquisa, inevitavelmente em muitas destas variáveis qualitativas já citadas surgiram os aspectos quantitativos que foram considerados para reforçar os aspectos qualitativos dessas mesmas variáveis, a saber, o viver acadêmico tendo em vista as dificuldades em “sobreviver” numa universidade *multicampi* como a Uneb, o sentimento de pertencimento e o “prazer” de conviver na Uneb.

Fizemos, também, pesquisa documental no intuito de conhecer os programas e a estrutura organizacional da Uneb e da Uerj; pesquisa bibliográfica; além de aplicação de 92 questionários entre estudantes cotistas da Uneb de Juazeiro – *Campus* III e Salvador - *Campus* I. Assim, “dado que tudo é interessante e o universo que [se] quer estudar parece não ter limites, [e] as escolhas mostram-se difíceis” (BOGDAN, R; BIKLEN, S. 1994, p. 207) a escolha desses *Campi* foi norteada pela observação de que no período, considerado por essa pesquisa, houve um número crescente de inscritos para o *Campus* de Juazeiro, assim este se

mostrou interessante para o estudo, pois entendíamos oportunizar a percepção dos aspectos *multicampi* da Uneb, juntamente com os dados obtidos no *Campus* de Salvador.

A pesquisa de campo foi feita por abordagem direta dos sujeitos e foram percorridas as dependências dos Departamentos escolhidos, explicando aos estudantes o trabalho que estava sendo realizado, no intuito de obter deles a autorização e a vontade de participar da pesquisa, explicando-lhes o que estava sendo pesquisado e tentando fazer com que percebessem a relevância do estudo, não apenas para o pesquisador, mas para os cotistas, tendo em vista se tratar de um estudo que pretende identificar as condições de permanência e sucesso do estudante cotista no interior de uma universidade *multicampi*.

Ressalte-se que houve dois modelos de questionários. O primeiro foi utilizado nos Departamentos de Juazeiro e o segundo modelo (nascido e aprimorado a partir do primeiro questionário) foi aplicado nos Departamentos de Salvador.

Em Juazeiro – *Campus* III foram aplicados 52 questionários. Esse instrumento de pesquisa era composto por dezoito perguntas (duas abertas, doze fechadas e quatro abertas). O referido questionário foi iniciado por quatro campos cujo intuito foi qualificar o cotista quanto a identificação pessoal (nome opcional), endereço eletrônico, cidade em que reside e qual o seu gênero.

Para o *Campus* I, o questionário base utilizado na pesquisa foi composto por perguntas abertas (duas), perguntas semi-abertas (nove) e perguntas fechadas (vinte e uma), num total de 32 questões que objetivavam detectar aspectos quantitativos e qualitativos do objeto em estudo.

Vale ressaltar que, as perguntas abertas e semi-abertas visaram deixar que as sensações e percepções dos cotistas pudessem emergir no momento de coletar os dados, ou seja, que aquilo que não se pode ver, mas é sentido pudesse ser dito pelo cotista, tendo em vista possibilitar que o pesquisador melhor compreendesse e analisasse a situação em estudo.

Em apoio aos procedimentos acima listados, fez-se consulta ao banco de dados da Secretaria Geral de Cursos (SGC), da Uneb, no sentido de identificar

outras informações dos alunos cotistas que facilitassem o contato com os referidos alunos, além de buscar informações sobre o desempenho acadêmico desses estudantes no período 2003 - 2006. Esses dados quantitativos foram importantes para a verificação de idéias desenvolvidas durante a investigação. Vale destacar que ao realizar a pesquisa documental e de campo tivemos uma série de contratempos, pois a própria Uneb não está organizada o suficiente para atender esse tipo de demanda. Houve várias negativas quanto ao acesso a documentos que deveriam estar publicizados ao interesse da comunidade acadêmico-científica. Além disso, encontramos dificuldades para utilizar até mesmo os documentos disponibilizados, devido a incongruência e inconsistência em dados fornecidos em relatórios da instituição, que em alguns momentos complicaram a tomada de decisão da pesquisadora.

6.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo de aplicação dos questionários é formado pelos estudantes de graduação da Universidade do Estado da Bahia, cotistas ingressos e matriculados nos anos de 2003 a 2006, pois a Uerj foi apenas utilizada para o entendimento do programa de cotas dessa instituição. A partir do universo considerado, para atender aos objetivos e à metodologia planejada foi definida uma amostra aleatória de noventa e quatro questionários, aplicados nos Departamentos de Ciências Exatas e da Terra, de Ciências da Vida, de Ciências Humanas e de Educação, todos no *Campus* I (Salvador), e do Departamento de Ciências Humanas e Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, esses últimos no *Campus* III (Juazeiro). Os questionários foram aplicados nos seguintes montantes cinqüenta e dois nos Departamentos do *Campus* III e quarenta e dois nos Departamentos do *Campus* I de forma a se ter separadamente a situação do cotista em um *Campus* da capital e outro do interior. A escolha da amostra e respectiva aplicação dos questionários em

dois departamentos da Uneb visaram contemplar a questão *multicampi* dessa instituição.

6.3 ÁREA GEOGRÁFICA

A área geográfica atendida pela pesquisa é a Universidade do Estado da Bahia em seus aspectos institucionais relativos à sua história de formação; concernentes às características organizacionais que são importantes a esse trabalho, atinentes aos cursos, à titulação docente, à abrangência organizacional; referentes aos programas de cotas, informações sobre os cotistas, a exemplo de: características do ingresso, desempenho nas provas do vestibular, cursos de sua preferência e percepções.

6.4 ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

> A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou (BOGDAN, R. BIKLEN, S., 1994, p.205).

Assim, esta sessão tem o objetivo de apresentar os dados que foram coletados durante a pesquisa de campo (percepções dos cotistas, questionários

aplicados) e informações decorrentes. Todos esses dados estão aqui organizados e sintetizados a partir da compreensão da pesquisadora.

6.4.1 **O *Campus* III – Juazeiro - Departamento de Ciências Humanas e Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais**: caracterização

O *Campus* III fica sediado na cidade de Juazeiro, a 500 km de Salvador. Nesse *Campus* estão o Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS - III) e o Departamento de Ciências Humanas (DCH - III). O DTCS - III foi originado da junção da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF – criada em 1960) com a Escola de Agronomia de Juazeiro (criada em 1960). O DCH - III originou-se da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ – criada em 1962). As citadas instituições foram incorporadas à Uneb por meio da Lei Delegada nº66/83. As denominações atuais como Departamentos de Tecnologia e Ciências Sociais e de Ciências Humanas, das citadas Faculdades, foram adotadas a partir da publicação da Lei nº 7.176/97, que trata da reestruturação das universidades estaduais da Bahia. Atualmente, no citado *Campus*, funcionam os cursos de Comunicação Social – Jornalismo em multimeios e Pedagogia (DCH - III) e os cursos de Direito e Agronomia (DTCS - III).

Na Tabela 32, estão os quantitativos de cotistas matriculados por curso no *Campus* III.

Tabela 32 - Alunos cotistas matriculados por curso do *Campus* III da Uneb
2005.2 a 2006.2

Curso	Ingresso			Total
	2005.2	2006.1	2006.2	
Agronomia	14	14	14	42
Comunicação Social – Habilitação Jornalismo em Multimeios	20	-	20	40
Direito	-	20	-	20
Pedag.-Hab. Docência e Gestão de Proc. Educativos	-	20	-	20
Pedag.-Hab. Docência e Gestão de Proc. Educativos	-	20	-	20
Total	34	74	34	142

Fonte: Criado pela autora a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.
Nota explicativa: O dado se refere à primeira matrícula, quando o aluno ingressa no curso, feita após o

Tabela 32 - Alunos cotistas matriculados por curso do *Campus* III da Uneb
2005.2 a 2006.2

Curso	Ingresso			Total
	2005.2	2006.1	2006.2	

resultado e o candidato é dado como aprovado no processo vestibular daquele ano.
Só foi possível apresentar os dados referentes aos semestres acima, em virtude da SGC justificar não possuir a informação relativa aos anos de 2003, 2004 e o primeiro semestre de 2005.

A pesquisa de campo foi iniciada pelo Departamento de Ciências Humanas – *Campus* III. Ali foram aplicados cinqüenta e dois questionários, sendo vinte e dois em DTCS - III e vinte em DCH - III. Esse trabalho contou com a efetiva colaboração das Coordenadoras dos respectivos Cursos e a Diretora do DCH - III, além do acompanhamento de alguns alunos cotistas ali matriculados.

Iniciamos a pesquisa, a partir do DCH - III e como já foi dito, o contato com os alunos e a necessária sensibilização foi feita em cada sala de aula de maneira a deixar claros a temática, os objetivos da pesquisa e as questões que compunham o questionário. Já nessa atividade, foi possível observar um temor (ou perplexidade) entre os alunos, em responder às perguntas além de dúvidas acerca de qual destinação será dada a essa pesquisa. Alguns até esboçaram o receio de que o programa de cotas da Uneb seja extinto a partir de trabalhos como este e/ou que os cotistas sejam vítimas de retaliações por serem identificados como ingressos na universidade como optantes pelas cotas.

Com o intuito de identificar o índice de desempenho dos estudantes cotistas foram solicitadas à Secretária Acadêmica do Departamento as listas de cotistas matriculados. A referida identificação foi feita inicialmente pela média das notas, levando em conta as disciplinas matriculadas dos semestres já finalizados. Após algum tempo foi solicitado da mesma Secretaria essa mesma informação a partir do Sistema Sagres[61] verificando os históricos dos referidos estudantes, o que tornou a consulta mais rápida e mais confiável.

[61] Sistema informatizado de matrícula dos alunos da graduação.

Após a finalização da pesquisa no DCH - III[62], no dia seguinte foi feita a abordagem no DTCS - III. A visita foi iniciada pelo Curso de Agronomia e a estratégia de abordagem se repetiu: conversa com o Diretor do Departamento, contato com a Coordenação do Curso e com a Secretaria Acadêmica.

A visita às salas se procedeu em companhia da Secretária do Curso de Agronomia. O *Campus* se encontrava particularmente esvaziado tendo em vista uma atividade que seria desenvolvida externamente. Os alunos foram pouco receptivos à aplicação dos questionários, apesar do apoio da Coordenação do Curso e acompanhamento do Diretório Acadêmico (DA) de Agronomia. Esse Curso funciona pela manhã no DTCS – III e tive muita dificuldade em que os estudantes respondessem aos questionários, o que me forçou deixar alguns exemplares para que a própria Secretária do Curso os recolhesse com a ajuda do Presidente do DA para posterior envio para mim, mas isso nunca se concretizou.

À tarde retornei ao mesmo Departamento para dar continuidade aos trabalhos e como era de se esperar não pude estar com nenhum dos estudantes por não mais se encontrarem por lá. Parti então para DCH - III para conversar com os alunos do curso de Direito e aplicar os questionários. Nessa nova jornada tive a colaboração de uma aluna cotista do Curso de Direito que de maneira muito gentil me acompanhou naquela tarde de sexta feira.

Novamente, foi percebido que há certa preocupação, entre os alunos, em ser identificado como um aluno cotista pela atitude de desconfiança e silêncio assumida pelos pesquisados. Apesar de possuir uma lista com os nomes e números de matrícula de cada um deles, escolhi a estratégia de eles mesmos se apresentarem para participarem da pesquisa, tendo em vista se tratar de um estudo que tem como objetivo verificar se a Uneb possibilita aos cotistas condições de permanência e sucesso, como assevera a Resolução Uneb/Consu nº 196/2002, em seu Art. 4º, o compromisso da Uneb em criar

[62] Durante a visita ao DCH – III, foram feitas algumas tentativas, via telefone, de contato com a unidade DTCS – III para informar que estaríamos no dia seguinte a desenvolver trabalho semelhante, mas não foi possível tendo em vista, segundo o Diretor, haver problemas de dimensionamento da rede elétrica do Departamento o que teria provocado uma pane na central telefônica, impossibilitando o contato via telefone.

> programas sociais de apoio e de acompanhamento acadêmico para os estudantes que ingressarem nos seus cursos através do sistema de quotas estabelecido no Art. 1º desta Resolução.

6.4.2 **O *Campus* I**: Salvador

No *Campus* I, sediado na capital baiana, a Uneb oferece à sociedade 30 cursos, num total de 1567 matrículas[63], conforme se vê na Tabela 33, com o percentual de alunos matriculados por curso no período de 2003 a 2006. Os Departamentos do referido *Campus* abrangem quatro áreas do conhecimento: Ciências da Vida, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Educação. O Departamento de Ciências da Vida (DCV) comporta cinco cursos de bacharelado, perfazendo um total de 296 matriculados no período considerado, o que representa 18,9% do quantitativo de matriculados no citado *Campus*. Dos cursos do DCV, os de maior concorrência são Fisioterapia e Enfermagem, conforme relatórios do vestibular da Uneb. No entanto, o curso mais procurado, no *Campus*, I é o curso de Pedagogia - com Habilitação em anos iniciais - Ensino Fundamental, segundo se pode ver na Tabela 33, a seguir.

Tabela 33 - Percentual de matriculados por curso – *CAMPUS* I 2003 – 2006

DEPARTAMENTO/CURSO	PERCENTUAL
CIÊNCIAS DA VIDA	
Fisioterapia	1,60
Bacharel em Farmácia	1,53
Bacharel em Nutrição	5,62
Enfermagem	4,98
Fonoaudiologia	5,17
SUB-TOTAL	**18,9**
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	
Análise de Sistema	3,77
Desenho Industrial - Programação Visual	2,04
Engenharia de Produção Civil	4,47
Sistema de Informação	1,21
Urbanismo	4,72

[63] Número referente apenas à primeira matrícula.

Desenho Industrial - Projeto de Produto	2,04
Química	3,70
Química - Licenciatura Plena	1,28
SUB-TOTAL	**23,23**
CIÊNCIAS HUMANAS	
Bacharel em Administração – Diurno	4,66
Bacharel em Administração – Noturno	4,79
Bacharel em Ciências Contábeis - Matutino	4,66
Bacharel em Ciências Contábeis – Noturno	4,85
Bacharelado em Comunicação Social	4,79
Bacharelado em Turismo e Hotelaria	4,79
Direito	2,36
Letras com Língua Inglesa	2,49
Letras-língua e Literatura Espanhola	1,15
Letras-Língua e Literatura Portuguesa	2,74
Licenciatura em Letras	2,04
SUB-TOTAL	**39,32**
EDUCAÇÃO	
Pedagogia - com Habilitação em anos iniciais - Ensino Fundamental	8,23
Pedagogia-Habilitação em gestão e Coordenação de Trabalho Es	2,49
Pedagogia - Habilitação em Educação Infantil	3,77
Pedagogia-Habilitação em Magistério para Educ. Pré – Escolar	1,02
Pedagogia - Habilitação em Educação Básica	2,04
Pedagogia - Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau	1,02
SUB-TOTAL	**18,57**
Total	**100,00**

Nota explicativa: matrícula inicial.
Fonte: Criado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

Ressaltamos que a distribuição de alunos matriculados para o *Campus* I, é definida como apresentamos na Tabela 34 o que nos dá uma idéia do número de vagas oferecidas aos cotistas, por curso em cada semestre de 2003 a 2006.

Tabela 34 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do C*ampus* I da Uneb

2003 a 2006

Curso	Ingresso								Total
	2003		2004		2005		2006		
Fisioterapia	-	-	-	-	-	13	12	-	25
Farmácia	-	-	-	-	-	12	12	-	24
Nutrição	16	-	12	12	12	12	12	12	88
Enfermagem	10	10	10	10	10	9	10	9	78
Fonoaudiolagia	10	10	10	10	11	10	10	10	81
Análise de Sistema	20	-	20	-	19	-	-	-	59
Desenho Industrial - Programação Visual	8	-	8	-	8	-	8	-	32
Engenharia de Produção Civil	12	-	20	-	20	-	18	-	70
Sistema de Informação	-	-	-	-	-	-	19	-	19
Urbanismo	16	-	20	-	18	-	20	-	74
Desenho Industrial - Projeto de Produto	8	-	8	-	8	-	8	-	32
Química	-	-	20	-	19	-	19	-	58

Tabela 34 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do C*ampus* I da Uneb

2003 a 2006

Curso	Ingresso								Total
	2003		2004		2005		2006		
Química- Licenciatura Plena	20	-	-	-		-	-	-	20
Administração (Diurno)	16	-	20	-	17	-	20		73
Administração (Noturno)	-	16	-	20	-	20	-	19	75
Ciências Contábeis (Matutino)	16	-	20	-	18	-	19	-	73
Ciências Contábeis (Noturno)	-	16	-	20	-	20	-	20	76
Comunicação Social	16	-	20	-	19	-	20	-	75
Turismo e Hotelaria	16	-	20	-	20	-	19	-	75
Direito	-	-	-	-	-	19	-	18	37
Letras com Língua Inglesa	-	-	20	-	10	-	9	-	39
Letras-língua e Literatura Espanhola	-	-	-	-	-	9	-	9	18
Letras-Língua e Literatura Portuguesa	-	-	20	-	11	-	12	-	43
Licenciatura em Letras	32	-	-	-	-	-	-	-	32
Pedagogia - com Habilitação em anos iniciais – Ensino Fundamental	-	-	20	38	16	-	37	18	129
Pedagogia-Habilitação em gestão e Coordenação de Trabalho Escolar	-	-	20	-	19	-	-	-	39
Pedagogia – Habilitação em Educação Infantil	-	-	-	2	20	19	18	-	59
Pedagogia-Habilitação em Magistério para Educ. Pré Escolar	-	16	-	-	-	-	-	-	16
Pedagogia – Habilitação em Educação Básica	32	-	-	-	-	-	-	-	32
Pedagogia - Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau	-	16	-	-	-	-	-	-	16
Total	248	84	288	112	275	143	302	115	1567

Nota explicativa: Os dados se referem à matrícula inicial, efetuada no momento do ingresso na instituição.
Os campos tracejados são em virtude do curso não existir ou não oferecer vaga no vestibular do referido ano.

Fonte: Sistematizados a partir dos relatórios da Uneb/Prograd/SGC, 2003.1 a 2006.2.

6.4.2.1 O Departamento de Ciências Humanas (DCH – I)

O DCH – I surgiu do Centro de Educação Tecnológica da Bahia (Ceteba), a partir das mesmas mudanças legais que fizeram surgir o Departamento de Ciências

Exatas e da Terra – I. O Ceteba que foi criado, pela Portaria Ministerial nº111/1968, com o objetivo de atender à demanda de formação de professores habilitados para lecionar disciplinas específicas do ensino médio e/ou técnico deu lugar ao DCH – I, o qual, atualmente, oferece curso de bacharelado em Ciências Contábeis, Comunicação Social – Relações Públicas, Turismo e Hotelaria, Administração e Direito. Do DCH – I surgiu o Núcleo de Ensino Superior de Camaçari – Nesc que depois veio a ser denominado Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT – XIX), por meio do Decreto Estadual nº 7.839/2000.

No período referente a esta pesquisa, o citado DCH – I recebeu, no processo vestibular um quantitativo expressivo de candidatos interessados em concorrer a uma das 360 vagas em 2003, 450 vagas em 2004, 910 vagas em 2005 e 430 vagas em 2006. A distribuição de candidatos às vagas do DCH – I pode ser vistas na Tabela 35, a seguir.

Tabela 35 – Quantitativo de cotistas inscritos por curso do DCH - *Campus* I 2003 a 2006

CURSOS	ANOS/SEMESTRES				Total
	2003	2004	2005	2006	
Administração	3.793	1.306	2.841	1.109	9.049
Ciências Contábeis	2.340	1.969	1.613	698	6.620
Comunicação Social – Relações Públicas	2.138	2.303	1.876	760	7.077
Direito	-	-	4.208	964	5.172
Letras	2.974	1.619	1.522	645	6.760
Turismo e Hotelaria	1.619	1.650	1.202	416	4.887
Urbanismo	1.015	910	806	238	2.969
Total	13.879	9.757	14.068	4.830	42.534

Nota explicativa: os campos tracejados são em virtude do curso não existir ou não oferecer vaga no vestibular do referido ano/semestre.

Fonte: Sistematizado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

Em se tratando dos alunos cotistas da Uneb, matriculados no *Campus* I, vemos, na Tabela 36, a seguir, que no DCH – I houve, no período considerado, 616 cotistas matriculados.

Tabela 36 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DCH – *Campus* I 2003 a 2006

Curso	2003		2004		2005		2006		Total
Ciências Contábeis – Matutino	16	-	20	-	18	-	19	-	73
Ciências Contábeis – Noturno	-	16		20	-	20	-	20	76
Comunicação Social – Relações Públicas	16	-	20	-	19	-	20	-	75
Turismo e Hotelaria	16	-	20	-	20	-	19	-	75
Direito	-	-		-		19	-	18	37

Tabela 36 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DCH – *Campus* I 2003 a 2006

Curso	2003		2004		2005		2006		Total
Letras com Língua Inglesa	-	-	20	-	10	-	9	-	39
Letras-língua e Literatura Espanhola	-	-	-	-	-	9	-	9	18
Letras-Língua e Literatura Portuguesa	-	-	20	-	11	-	12	-	43
Licenciatura em Letras	32	-	-	-		-	-	-	32
Total	96	32	120	40	95	68	99	66	616

Nota explicativa: os campos em branco são em virtude do curso não existir ou não oferecer vaga no vestibular do referido ano.
Matrícula inicial, ou seja, primeira matrícula, na Uneb, feita pelo candidato após aprovação no processo vestibular.
Fonte: Elaborado a partir dos relatórios da Uneb/Prograd/SGC, 2003.1 a 2006.2.

6.4.2.2 O Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET – I)

O DCET - I é originário do Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba) do qual foi criado por Decreto Estadual nº 7.223/98 que regulamentava a Lei Estadual nº7.176/97. Sob sua guarda ficaram os cursos de Desenho Industrial: Projeto do Produto e Programação Visual (Decreto Presidencial nº 93.112/1986), Urbanismo (Resolução Uneb/Consu nº088/1995) e o curso de Análise de Sistema (Resolução Uneb/Consepe nº 170/1997). Em 1998, foram autorizados pelo Consepe os cursos de Química (Resolução nº 176/1998) e Engenharia de Produção Civil (Resolução nº187/1998).

No período de 2003 a 2006, foi observado um total de 19.714 inscritos ao processo vestibular para o DCET – I, conforme podemos notar na Tabela 37, a seguir, detalhado por curso do referido departamento.

Tabela 37 – Quantitativo de cotistas inscritos por curso do DCET - *Campus* I 2003 a 2006

Cursos	ANOS/SEMESTRES				Total
	2003	2004	2005	2006	
Análise de Sistemas	2.206	2.016	1.640	1.151	7.013
Desenho Industrial - Projeto de Produto	259	200	242	114	815
Desenho Industrial – Programação Visual	235	361	250	217	1.063
Engenharia de Produção Civil	910	1.129	1.145	976	4.160
Química- Licenciatura Plena	1067	907	771	628	3.373
Urbanismo	1.015	910	806	559	3.290
Total	5.692	5.523	4.854	3.645	19.714

Nota explicativa: os campos em branco são em virtude do curso não existir ou não oferecer vaga no vestibular do referido ano/semestre.

Fonte: Sistematizado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

Para o mesmo período, no referido Departamento, foi computado um total de 332 cotistas matriculados, distribuídos nos cursos do DCET - I, sendo que o curso de Análise de sistemas é o curso que apresenta o maior número de cotistas matriculados no período, conforme podemos conferir na Tabela 38, a seguir. Esse curso é seguido, em número de vagas oferecidas, por Urbanismo, com 74 cotistas matriculados, e Engenharia de Produção Civil, com 70 cotistas matriculados, no período de 2003 a 2006.

Tabela 38 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DCET - *Campus* I 2003 a 2006

Cursos	Anos/Semestres								Total
	2003		2004		2005		2006		
Engenharia de Produção Civil	12	-	20	-	20	-	18	-	70
Análise de Sistemas/Sistema de Informação[64]	20	-	20	-	19	-	19	-	78
Urbanismo	16	-	20	-	18	-	20	-	74
Desenho Industrial - Projeto de Produto	8	-	8	-	8	-	8	-	32
Química	-	-	20	-	19	-	19	-	58
Química- Licenciatura Plena	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Total	76	-	88	-	84	-	84	-	332

Nota explicativa: os campos tracejados são em virtude do curso não existir ou não oferecer vaga no vestibular do referido ano/semestre.

Fonte: Sistematizado a partir dos relatórios da Uneb/Prograd/SGC, 2003.1 a 2006.2.

6.4.2.3 O Departamento de Ciências da Vida (DCV – I)

O DCV – I oferece cinco cursos da área de ciências da saúde e dos alimentos. Esse Departamento foi originado do Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos (Cencisa). A criação do DCV – I ocorreu por meio da Lei Estadual nº 7.176/1997 que reestruturou todas as universidades estaduais baianas. O curso de Nutrição é herança do Cencisa e existe desde o ano de 1986, e a implantação se

[64] A partir do ano de 2006, o curso de Análise de Sistemas desse *Campus* passou por uma reformulação curricular e teve seu nome modificado para Sistemas de Informação.

deu por Decreto Presidencial nº 92.258/1985. Os demais cursos são recentes. O curso de Enfermagem foi autorizado a funcionar por meio da Resolução Uneb/Consepe nº 207/1998, o curso de Fonoaudiologia teve autorização para funcionar a partir da Resolução Uneb/Consepe nº 208/1998. Ambos iniciaram suas atividades em 1999. O curso de Farmácia e o curso de Fisioterapia foram autorizados a funcionar por meio da Resolução Uneb/Consu nº 171/02.

No período de 2003 a 2006, os cursos oferecidos pelo DCV – I tiveram uma demanda mediana de inscritos concorrentes às suas vagas, quando comparada aos demais Departamentos do *Campus* I. Vale ressaltar que no ano HHHH houve uma procura maior do que para todos os outros Departamentos localizados em Salvador, conforme se pode verificar nas Tabelas 39, 40, 41 e 42 a seguir apresentadas.

Tabela 39 – Quantitativo de cotistas inscritos por curso do DCV - *Campus* I

2003 a 2006

CURSOS	ANOS/SEMESTRES				Total
	2003	2004	2005	2006	
Enfermagem	3.465	3.817	2.939	1.186	11.407
Farmácia	-*	-*	1.474	367	1.841
Fisioterapia	-*	-*	3.705	842	4.547
Fonoaudiologia	2.694	2.001	1.012	324	6.031
Nutrição	2.376	2.541	2.146	853	7.916
Total	8.535	8.359	11.276	3.572	31.742

Nota explicativa: os campos com um traço são em virtude do curso não existir no ano.

Fonte: Sistematizado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

Dentre os cursos oferecidos no DCV – I Enfermagem tem sido o mais procurado pelos candidatos ao vestibular da Uneb, mesmo que essa demanda venha sendo decrescente. No ano de 2006, o segundo curso mais procurado no DCV – I foi Nutrição com 853 candidatos. Vale ressaltar que, entre os cotistas matriculados no referido Departamento, observamos que o maior número está cursando Nutrição, num total de 88 matriculados no período relativo ao sistema de cotas para afro-descendentes.

Tabela 40 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DCV – *Campus* I

2003 a 2006

Cursos	2003		2004		2005		2006		Total
Fisioterapia	-	-	-	-	-	13	12	-	25
Farmácia	-	-	-	-	-	12	12	-	24
Nutrição	16	-	12	12	12	12	12	12	88

Tabela 40 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DCV – *Campus* I
2003 a 2006

Cursos	2003		2004		2005		2006		Total
Enfermagem	10	10	10	10	10	9	10	9	78
Fonoaudiolagia	10	10	10	10	11	10	10	10	81
Total	36	20	32	32	33	56	56	31	296

*Nota explicativa: os campos em branco são em virtude do curso não existir ou não oferecer vaga no vestibular do referido ano/semestre.

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

6.4.2.4 O Departamento de Educação (DEDC – I)

O DEDC – I originou-se da Faculdade de Educação do Estado da Bahia (Faeeba). No DEDC – I é oferecido o curso de Pedagogia com as habilitações: anos iniciais do ensino fundamental (matutino e noturno), educação infantil e magistério das séries iniciais.

Tabela 41 – Quantitativo de cotistas inscritos por curso do DEDC - *Campus* I
2003 a 2006

CURSOS	ANOS/SEMESTRES				Total
	2003	2004	2005	2006	
Pedagogia – educação básica (not.)	1.062	-	-	-	1.062
Pedagogia – educação básica (mat.)	1.149	-	-	-	1.149
Pedagogia – séries iniciais (vesp.)	841	-	-	-	841
Pedagogia – pré-escolar (vesp.)	527	-	-	-	527
Pedagogia – matutino	-	781	-	-	781
Pedagogia – noturno	-	1.109	-	-	1.109
Pedagogia – vespertino	-	1.376	-	-	1.376
Pedagogia – anos iniciais (mat.)	-	-	734	296	1.030
Pedagogia – anos iniciais (mat.)	-	-	-	362	362
Pedagogia – gestão escolar (not.)	-	-	1.125	-	1.125
Pedagogia – educação infantil (vesp.)	-	-	455	315	770
Pedagogia – educação infantil (vesp. 2º sem.)	-	-	397	119	516
Total	3.579	3.266	2.711	1.092	10.648

Nota explicativa: os campos com um traço são em virtude do curso não existir no referido ano ou houve mudança curricular que acarretou em mudança do nome do curso.

Fonte: Sistematizado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

O curso de Pedagogia oferecido pelo DEDC – I tem passado por algumas reformulações no período considerado: 2003 a 2006, fazendo surgir e desaparecer currículos diferentes a cada ano, conforme apresentado na Tabela 41, anterior. Os relatórios da Consultec e da SGC, utilizados como base para coleta de dados, informações e sua conseqüente análise para este trabalho, não nos permitem identificar se são os mesmos cursos com denominações distintas ou se surgem outros cursos com extinção dos anteriores. Apesar desta situação aqui percebida, vemos na mesma Tabela 42 que há uma procura razoável pelo curso de Pedagogia, independente da sua denominação e a qual série se destina.

Tabela 42 – Quantitativo de cotistas matriculados por curso do DEDC – *Campus* I
2003 - 2006

Cursos	2003		2004		2005		2006		Total
Total	32	32	40	40	55	19	55	18	291
Pedagogia - Habilitação em Educação Infantil			20	20	20	19	18	18	115
Pedagogia-Habilitação em Magistério para Educação Pré Escolar		16			16		16		48
Pedagogia - Habilitação em Educação Básica	32		20		19		21		92
Pedagogia - Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau		16		20					36

Nota explicativa: os campos em branco são em virtude do curso não existir ou não se oferecer vaga no vestibular do referido ano.

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios da Secretaria Geral de Cursos, 2003.1 a 2006.2.

6.4.3 **A pesquisa de campo**: *Campus* III

O questionário utilizado na pesquisa de campo feita no *Campus* III, no primeiro semestre de 2007, foi iniciado com a solicitação de que o respondente fornecesse a identificação, caso desejasse, além da possibilidade de indicar seu endereço eletrônico para posterior contato e envio de resultados decorrentes da pesquisa em questão, informar a cidade na qual reside, gênero, semestre e turno no qual estava matriculado, na época da pesquisa.

Em quarenta e cinco dos cinqüenta e dois questionários aplicados houve a identificação com a colocação ao menos do pré-nome. Destes, apenas três não indicaram seu endereço eletrônico. Dos sete que não puseram identificação de nome, quatro colocaram seu email com o intuito de receberem informações sobre o andamento da pesquisa em questão. Os demais não puseram qualquer tipo de identificação no questionário.

As respostas oferecidas pelos cotistas quanto à cidade na qual residem estão resumidas na Tabela 43, a seguir. Essa informação nos parece importante à pesquisa, pois pode nos informar o grau de abrangência de atendimento das ações empreendidas pelo *Campus* III. Pelos dados apresentados na Tabela 43, a seguir, percebemos que o citado *Campus* tem seu corpo docente oriundo, essencialmente, da cidade de Juazeiro, sendo um total de 86,54% dos pesquisados. As demais cidades detectadas durante a pesquisa foram Petrolina (7,70%), Senhor do Bonfim (1,92%) e Jaguarari – Distrito de Pilar (1,92%), outros (1,92%).

Tabela 43 - Cidade de residência dos cotistas

Cidade	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Juazeiro	45	86,54	86,54
Petrolina	4	7,70	94,24
Senhor do Bonfim	1	1,92	96,16
Jaguarari (Distrito de Pilar)	1	1,92	98,08
Não informou	1	1,92	100,00
Total	52	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Os dados apresentados na Tabela 43, não nos permitem saber se são pessoas oriundas de famílias que nasceram e moram na própria cidade de Juazeiro ou se tiveram que se deslocar para estudar por lá, mas nos permite pensar nesse dado como uma possibilidade de outras pesquisas que relacionem a questão da universidade *multicampi*.

A busca pela caracterização da amostra pesquisada foi fortalecida pela resposta à questão na qual o estudante deveria informar o gênero. Na Tabela 44, a seguir, podemos ver que o gênero feminino é majoritário entre os cotistas pesquisados, o que não é uma novidade tendo em vista as pesquisas que apontam ser o número de mulheres superior ao de homens nos cursos de graduação nas IES brasileiras, e que as mulheres costumam alcançar um número maior de anos de estudo do que os homens.

Tabela 44 - Quantitativo de cotistas por gênero – *Campus* III

Gênero	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Feminino	28	53,85	53,85
Masculino	24	46,15	100,00
Total	52	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Claro que o semestre no qual o pesquisado está matriculado é importante se pensarmos que o tempo de convivência no espaço acadêmico pode se refletir na qualidade das respostas oferecidas pelo entrevistado, na medida em que ele está habituado com o espaço no qual convive e pode oferecer uma visão mais apurada das circunstâncias de oferecimento de condições de permanência e sucesso do estudante cotista da Uneb, objeto desse estudo.

Tabela 45 - Semestre no qual se encontra matriculado

Semestre	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
1º	12	23,08	23,08
2°	9	17,31	40,39
3°	4	7,69	48,08
4°	2	3,85	51,93
5°	4	7,69	59,62
6°	7	13,46	73,08
7°	5	9,62	82,70
8°	6	11,54	94,24
9°	1	1,92	96,16
Sem resposta	2	3,84	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente informar em qual semestre está matriculado

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Na presente pesquisa, consideramos os alunos ingressos no período 2003 a 2006, e como podemos verificar da Tabela 45, anterior, que vários estudantes abordados são de primeiro semestre, e o ano em que esses dados foram coletados é 2007. Não é uma contradição se considerarmos que apesar do ano da pesquisa de campo há uma grande defasagem entre o calendário acadêmico e o calendário civil provocada pelas paralisações e greves dos docentes da Uneb, no referente período, tendo acarretado o fato de ainda no início de 2007 os alunos estarem cursando o primeiro semestre do curso, relativo a 2006.

É possível computar a partir dos dados observados na Tabela 45, anterior, que 53,85% dos cotistas abordados estão entre o segundo e o oitavo semestre do

curso. Esse é um dado importante, pois foi possível conversar e obter respostas de estudantes já com relativa experiência no curso.

Entre as diversas questões abordadas no questionário aplicado no *Campus* III, consideramos o dado: turno no qual o estudante freqüenta o curso bastante relevante se pensarmos na permanência e sucesso desse estudante. Esse dado nos parece importante para ajudar a elucidar a pergunta de partida deste estudo, pois nos remete à importância da dedicação aos estudantes e à necessidade de atendimento às questões financeiras que esses estudantes diurnos podem ter por freqüentar nesse horário o curso que fazem e não haver muita possibilidade de trabalhar ao mesmo tempo, fato que é marcante no alunado das universidades públicas atuais.

Tabela 46 - Turno do curso que freqüenta

Turno	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Matutino	5	9,62	9,62
Vespertino	37	71,15	80,77
Noturno	5	9,62	90,39
Mat. e Vesp.	3	5,76	96,15
Sem resposta	2	3,85	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente informar o turno no qual freqüenta o curso.
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Inicialmente, quisemos saber qual o curso que o aluno estava freqüentando. Essa informação nos permite, ao fazer alguns cruzamentos, saber o que pensa e os dados relativos aos alunos por cotistas, por curso. A Tabela 47, a seguir, nos oferece as respostas de maneira concisa.

Tabela 47 - Curso que freqüenta

Cursos	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Direito	19	36,54	36,54
Pedagogia	9	17,31	53,85
Engenharia Agronômica/Agronomia	3	5,77	59,62
Jornalismo	21	40,38	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente informar o curso que freqüenta.
Fonte: Pesquisa de Campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Os cotistas abordados informaram a escola/instituição onde estudaram o ensino médio. Das respostas surgiu um surpreendente leque de escolas. Essa

pergunta foi importante para a nossa pesquisa, pois fornece uma aproximação da história escolar desses estudantes e ajuda a refutar a idéia de que os cotista são oriundos, a sua maior parte, de escola públicas de alto prestígio na sociedade, a exemplo do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) e o Colégio da Polícia Militar (CPM). No entanto, entre os respondentes da pesquisa de campo, feita em Juazeiro só foram detectados três estudantes oriundos do Cefet e nenhum proveniente do CPM. Esses dados são apresentados de forma sucinta na Tabela 48, a seguir.

Ao observarmos a referida Tabela 48, vemos que há uma dispersão das escolas/instituições de ensino médio nas quais os cotistas fizeram seus cursos de nível médio, boa parte delas com apenas um aluno egresso. No entanto, há colégios com dez egressos, como Colégio Democrático Estadual Florentino Alves dos Santos e o Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães, os quais, juntos, representam 38,46% dos estudantes cotistas da Uneb, pesquisados. Esse dado é importante para a pesquisa por ser parte da história escolar do estudante universitário, o espaço escolar no qual ele fez os estudos anteriores a ingressar numa IES.

É possível computar a partir da Tabela 48, a seguir, que a maior parte dos estudantes do *Campus* III é proveniente de escolas públicas estaduais da própria região também é uma informação importante, pois caracteriza a relevância da existência de um *Campus* universitário. Por outro lado, consideremos que alguns pesquisados informaram ter feito o ensino médio em escolas/instituições localizadas em Salvador e em Feira de Santana, municípios que estão distantes de Juazeiro e têm diversas IES que seriam opções interessantes a esses estudantes. Esse último dado merece ser mais trabalhado e aprofundado.

Tabela 48 - Escolas/Instituições de Ensino Médio de origem dos estudantes cotistas

Escolas/Instituições	Município	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Colégio Estadual Lomanto Júnior	Juazeiro	1	1,92	1,92
Colégio Municipal de Jacobina	Jacobina	1	1,92	3,84
Colégio Estadual Idalina da Silva Dourado	João Dourado	1	1,92	5,76
Colégio Estadual Senhor do Bonfim	Uauá	1	1,92	7,68
Colégio Integrado de	Feira de	1	1,92	9,60

Tabela 48 - Escolas/Instituições de Ensino Médio de origem dos estudantes cotistas

Escolas/Instituições	Município	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Educação Assis Chateaubriand	Santana			
Colégio Estadual Odorico Tavares	Feira de Santana e Salvador	1	1,92	11,52
Centro Educacional Manoel Castro	Salvador	1	1,92	13,44
Colégio Estadual Presidente Costa e Silva	Tanhaçu e Salvador	1	1,92	15,36
Colégio Estadual Severino Vieira	Salvador	1	1,92	17,28
Colégio Estadual Antonio Carlos Magalhães	Itabela	1	1,92	19,20
Colégio Estadual Anísio Teixeira	Salvador	1	1,92	21,12
Colégio Estadual Dona Guiomar Barreto Meira	Juazeiro	1	1,92	23,04
Colégio Municipal Nossa Senhora da Conceição	Casa Nova	1	1,92	24,96
Centro Educacional Diocleciano Barbosa de Castro	Jacobina	1	1,92	26,88
Escola de Agricultura da Região do Irecê	Irecê	1	1,92	28,8
Colégio Estadual Rômulo Galvão	Caldeirão Grande	1	1,92	30,72
Colégio Estadual Rui Barboas	Juazeiro	1	1,92	32,64
Colégio Sete de Setembro	Sento Sé	1	1,92	34,56
Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes	Curaçá	2	3,86	38,42
Colégio Municipal Paulo VI	Juazeiro	2	3,86	42,28
Cefet	Salvador	3	5,78	48,06
Colégio Estadual Luiz Viana Filho	Salvador	3	5,78	53,84
Escola Normal Estadual Edvaldo Machado Boaventura	Juazeiro	3	5,78	59,62
Colégio Democrático Estadual Florentino Alves dos Santos	Juazeiro	10	19,23	78,85
Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães	Juazeiro e Guanambi	10	19,23	98,08
Escola de Aplicação Profª Vande de Souza Ferreira	Petrolina	1	1,92	100,00
Total		52	100,00	

Nota explicativa: A questão solicita ao respondente informar em qual escola/instituição fez o curso médio.

Foram feitos alguns ajustes de arredondamento nos dados.

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro. 2007.

Apesar da promessa da implantação, simultânea, de programas de apoio aos estudantes cotistas, prevista na Resolução Uneb/Consu nº196/2002, não vemos nas respostas dos cotistas com relação à participação em programas/projetos na Uneb. Vale ressaltar que os estudantes que afirmam estar participando ou já haver participado de algum projeto ou programa nessa universidade, são apenas 32,69%, perfazendo, desta forma, um percentual alto entre os que não estão participando de algum programa/projeto, como podemos confirmar na Tabela 49, a seguir.

Tabela 49 - Participação em programa/projeto na Uneb

	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	17	32,69	32,69
Não	33	63,46	96,15
Sem resposta	2	3,85	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente informar se participa ou participou em algum programa/projeto na Uneb.
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

No entanto, os programas/projetos nos quais participam, nenhum visa a permanência e sucesso do cotista, pois não foram criados com esse objetivo. São projetos de pesquisa nos quais esses alunos se "encaixam" e em muitos casos apenas como voluntários. São programas/projetos com outra finalidade. Em suas falas reunimos participação em diferentes projetos de pesquisa, e em muitos casos como voluntários:

> *Projeto Multiciências - Agência de Notícias (voluntário) - (3º semestre – Jornalismo)*
>
> *Plantas nativas para recomposição da mata ciliar (com bolsa de estudos) - (9º semestre – Agronomia)*
>
> *Atelier de cerâmica (com bolsa de estudos) - (4º semestre – Pedagogia)*
>
> *Sociologia e Educação II (voluntário) e Semana do Meio Ambiente (com bolsa de estudos – (8º semestre – Pedagogia)*
>
> *Signos de Nordestinidade (com bolsa de estudos) – (6º semestre – Jornalismo)*
>
> *Proletra (com bolsa de estudos) e Agência Multiciências (voluntário) – (8º semestre – Jornalismo)*
>
> *Signos de Nordestinidade (com bolsa de estudos) e Cineencontro (voluntário) – (6º semestre – Jornalismo)*
>
> *Agências de Notícias (vonluntário) e Rádio Universitária (com bolsa de estudos) –(6º semestre – Jornalismo*

Tribuna da luta operária (com bolsa de estudos) – (8º semestre – Jornalismo)

Difusão do acervo legado pela profª Maria Franca Pires (voluntário) e O arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro (com bolsa de estudos) – (6º semestre – Jornalismo)

Hemeroteca (voluntário) e Agência de Notícias (voluntário) – (2º semestre – Jornalismo)

O arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro (voluntário) – (2º semestre – Jornalismo)

História da imprensa em Juazeiro (com bolsa de estudos) e a organização do PCdoB em Juazeiro (com bolsa de estudos) – (6º semestre – Jornalismo)

Signos de nordestinidade (com bolsa de estudos) e Água e processos subjetivos: documentário (voluntário) – (8º semestre – Jornalismo)

A extensão universitária fortalecendo a gestão da educação municipal (com bolsa de estudos) – (7º semestre – Pedagogia)

O arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro (voluntário) – (6º semestre – Jornalismo)

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Vale destacar que nenhum estudante do curso de Direito afirmou estar participando ou ter participado de algum programa/projeto da Uneb, como bolsista ou sequer voluntário. O que é um fato ao mesmo tempo intrigante e estarrecedor. Como outro aspecto de extrema importância a esta pesquisa, ressaltemos que nenhum dos projetos indicados pelos estudantes é de natureza de apoio estudantil, como se espera que a Uneb tenha que disponibilizar como obrigação determinada pela Resolução Uneb/Consu nº 196/2002.

Decorrente da resposta de ser ou não bolsista de algum programa/projeto da Uneb, quisemos saber se a bolsa recebida no projeto era suficiente para a manutenção do estudante, questionando se a(s) bolsa(s) referente(s) ao(s) programa(s)/projeto(s) que participa atende(m) à manutenção das condições sócio-econômicas básicas à vida estudantil (transporte, alimentação, livros, cópias reprográficas e recursos didáticos quaisquer). A Tabela 50, a seguir, apresenta resumidamente, as respostas dos estudantes:

Tabela 50 - Manutenção das condições socioeconômicas básicas à vida estudantil

Item	Atende completamente	Atende em parte	Não atende	Total

Tabela 50 - Manutenção das condições socioeconômicas básicas à vida estudantil

Item	Atende completamente	Atende em parte	Não atende	Total
Transporte	3	3	5	11
Alimentação	2	6	3	11
Aquisição de livros	1	2	6	9
Cópia reprográfica	3	6	1	10
Outros recursos didáticos	1	5	2	8
Total	10	22	17	49

Nota explicativa: a questão solicita saber do responde se os itens, previamente, listados eram atendidos e em que medida pelo valor de bolsa de estudos, recebido durante a participação do programa/projeto que informou na questão anterior.

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Perguntamos aos cotistas quantos e quais os transportes utilizados por eles para ir à Uneb, na tentativa de perceber a facilidade/dificuldade de locomoção até o *Campus* universitário, pois entendemos que o prazer de estar em um ambiente também é permeado pela facilidade/dificuldade em chegar até esse local e dele sair. As respostas apresentadas pelos cotistas estão sistematizadas na Tabela 51, a seguir:

Tabela 51 - Meios de transportes utilizados pelos cotistas para ir a Uneb – 2007

nº de ordem	Tipo/quantidade	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
1	Dois ônibus por dia	5	9,62	9,62
2	Bicicleta	4	7,69	17,31
3	Venho de carro próprio	-	0,00	0,00
4	Ando a pé	29	55,77	73,08
5	Quatro ônibus por dia	2	3,85	76,92
6	Motocicleta	6	11,54	88,46
7	Venho de carona	1	1,92	90,38
8	Outros	1	1,92	92,31
9	1,7 e 8	1	1,92	94,23
10	2 e 4	2	3,85	98,08
11	2,4,6 e 7	1	1,92	100,00
	Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicitava que o respondente marcasse quais/quantos meios de transporte utilizava para ir à Uneb.

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Destacamos apenas o item “Ando a pé” que corresponde a 55,77% dos participantes da pesquisa, no *Campus* III. Esse é um dado que preocupa, quando levamos em consideração que há estudantes que informam que utilizam a “bicicleta”, ora “Ando a pé”, ao mesmo tempo que informa ir de “motocicleta” ou ir de “carona”. Essa variação de meios de transporte dá indícios da possível dificuldade encontrada

pelo estudante cotista em chegar e sair do *Campus* III. Atrelado a todo dado contido na referida Tabela 51, some-se o fato que nenhum dos respondentes afirmou ter carro próprio. Assim, o dado, meios de transporte utilizados para ir ao *Campus*, é um fator importante para a questão da permanência e do sucesso desse estudante, pois podemos verificar na Tabela 50, anterior, o item transporte é pouco atendido ou não é atendido pela bolsa de estudos que alguns percebem por participar em projetos/programas da instituição.

Os gastos com alimentação são outro fator que pode determinar as condições de permanência e sucesso do cotista. Com as informações fornecidas pelos respondentes é possível entendermos o esforço que os cotistas empreendem para se manterem na Uneb, no período que estão na universidade. Vale destacarmos que a precisão dos valores envolvidos nesse gasto possa ser posta em dúvida, se observarmos que nem sempre o gasto com a alimentação acontece na mesma faixa cada dia.

Tabela 52 – Gasto diário com alimentação na Uneb

Gastos em R$	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Até 5	38,00	73,08	73,08
De 5,01 a 10	8,00	15,38	88,46
De 10,01 a 15	-	-	88,46
De 15,01 a 20	-	-	88,46
De 20, 01 a 25	-	-	88,46
Mais de 25	-	-	88,46
Sem resposta	6,00	11,54	100,00
Total	52,00	100,00	

Nota explicativa: a pergunta questiona qual o gasto diário com alimentação na Uneb.
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007

A faixa de gastos com alimentação que mais concentra estudantes é a que informa ter gasto até R$5, cujo dado é igual a 73,08% (Tabela 52). Em seguida ficam os que gastam na faixa acima de cinco reais até dez reais. Nesta faixa estão 15,38% dos estudantes. Nenhum deles informou trazer o alimento de casa. O dado que informa os gastos com alimentação se caracteriza como um fator importante, pois a alimentação (ou melhor, ausência de restaurante universitário) é um item que foi destacado entre os cotistas como algo que prejudica a sua permanência na Uneb. Quando conjugamos todas essas informações, pensando na fragilidade da garantia da permanência e do sucesso desses cotistas, sem um restaurante universitário que lhes permita ter boa alimentação a baixo custo, sabendo que hoje na Uneb não

existe um local apropriado para se fazer uma refeição. O que existe, em cada *Campus*, são apenas lugares que "possibilitam" que o estudante faça lanches rápidos.

Entendemos que o estudo em um curso universitário requer do estudante um esforço financeiro relativamente considerável e para ter um melhor desempenho em seu curso faz-se necessário investimento em livros didáticos, por isso foi solicitado ao cotista informar seu gasto médio mensal com aquisição de livros. Os resultados foram condensados na Tabela 53, a seguir, na qual podemos perceber que os que compram costumam gastar até R$ 60,00, num percentual total de 44,23%, o que em nosso entendimento deve ser o suficiente apenas para comprar, no máximo, três livros, em média.

Tabela 53 - Gastos médio/mensal com aquisição de livros

Gastos em R$	Freqüência	Percentual	Freqüência Acumulada	Percentual
Não comprei nenhum livro para o curso	19	36,54	36,54	
Até 30,00	11	21,15	57,69	
De 30,01 a 60,00	12	23,08	80,77	
De 60,01 a 90,00	3	5,77	86,54	
De 90,01 a 120,00	3	5,77	92,31	
De 120,01 a 150,00	0	0,00	92,31	
Acima de 150,00	0	0,00	92,31	
Não sei, pois são meus pais que compram	0	0,00	92,31	
Não respondeu	4	7,69	100	
Total	52	100,00		

Nota explicativa: A questão solicitava ao respondente informar o gasto médio/mensal com aquisição de livros.
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Em seguida, foi questionado se compra livros usados para entender o empenho desse estudante em aprender e ao mesmo tempo perceber sua dificuldade em manter sua capacidade de aprendizado. 17 desses informaram ter comprado livros novos, 8 nunca compraram livros para o seu curso e 25 informaram ter comprado livros em "sebos" por serem mais baratos ou fazerem trocas com colegas de curso. Esses dados foram sistematizados na Tabela 54, a seguir:

Tabela 54 - Aquisição de livros usados

Respostas	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	25	48,08	48,08
Não	25	48,08	96,16

Sem resposta	2	3,84	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicitava ao respondente informar se adquire livros usados e em caso afirmativo deveria informar o motivo.
Fonte: Pesquisa de Campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Ainda na tentativa de perceber o empenho, dificuldades enfrentadas e facilidades percebidas pelo estudante cotista em ter um bom desempenho acadêmico em seu curso, questionamos quantas vezes costuma ir à biblioteca do *Campus*. Podemos ver a condensação de suas respostas na Tabela 55, a seguir.

Tabela 55 - Freqüência à biblioteca da Uneb

Respostas	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Vou diariamente	24	46,15	46,15
Vou uma vez por semana	3	5,77	51,92
Vou duas vezes por semana	8	15,38	67,31
Vou uma vez por mês	1	1,92	69,23
Não tenho regularidade	16	30,77	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente que informe a freqüência vai à Biblioteca de sua Universidade
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Se para o estudante cotista é difícil adquirir livros, mesmo que usados, é possível que a cópia reprográfica seja a "solução" encontrada por alguns deles para resolver a questão da necessidade de textos didáticos para acompanhar as aulas e as disciplinas do seu curso. Assim, solicitamos ao respondente que nos indicasse qual o gasto médio/mensal com cópia reprográfica e condensamos suas respostas na Tabela 56, a seguir. Analisando suas respostas, é alarmante perceber que os mesmos estudantes que afirmam não comprar livros para o curso por serem caros, admitem gastar até R$ 150, 00 por mês com cópia reprográfica para acompanhamento das disciplinas do curso. Ao mesmo tempo, a quantidade dos que afirmam não tirar cópia reprográfica é baixo, apenas 5,77% e 90,38% dos estudantes da pesquisa indicam ter algum gasto com cópia reprográfica. Esse é um fato importante na vida acadêmica, pois a cópia não autorizada de impressos (livros, revistas, artigos etc) é crime.

Tabela 56 - Gastos médio/mensal com cópia reprográfica

Gastos em R$	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Não tiro cópia reprográfica	3	5,77	5,77
Até 30,00	26	50,00	55,77
De 30,01 a 60,00	16	30,77	86,54
De 60,01 a 90,00	3	5,77	92,31

De 90,01 a 120,00	1	1,92	94,23
De 120,01 a 150,00	1	1,92	96,15
Acima de 150,00	0	0,00	96,15
Não respondeu	2	3,85	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: A questão solicita ao respondente que informe o gasto médio/semestral com cópia reprográfica

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Estamos na era das tecnologias da informação e da comunicação, sem o uso das quais quase nada se faz hoje em dia. Bancos, escolas, museus, livrarias, universidades são, alguns exemplos de empresas e instituições obrigadas ao uso sistemático do computador e a *internet* como ferramenta de comunicação e trabalho. Assim, é de se esperar que estudantes universitários estejam preparados para usar essas ferramentas de maneira adequada e cotidiana. Desta forma, foi solicitado aos respondentes que informassem o local que mais acessavam o computador. Essa informação está sintetizada na Tabela 57, a seguir.

Tabela 57 - Local em que usa o computador

Ordem	Local	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
1	Apenas no trabalho	1	1,92	1,92
2	No trabalho e em casa	13	25,00	26,92
3	Na Universidade/Faculdade	15	28,85	55,77
4	Numa *lan house*	6	11,53	67,30
5	Na casa de amigos	1	1,92	69,22
6	Na casa de parentes	1	1,92	71,14
7	3, 4, 5 e 6	2	3,85	74,99
8	3 e 4	5	9,62	84,61
9	3, 4 e 5	2	3,85	88,46
10	2, 3 e 4	1	1,92	90,38
11	2, 4 e 5	1	1,92	92,30
12	3 e 6	2	3,85	96,15
13	2 e 3	2	3,85	100,00
Total		52		

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente sobre o principal local de uso do computador.

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Embasada pelas mesmas idéias da impositiva necessidade atual de estar ambientado em um mundo de tecnologias de informação e comunicação, questionamos os respondentes que informassem acerca de que como fazem o acesso à *internet*, nem cogitamos a possibilidade de que qualquer um deles não acesse a rede mundial de computadores para alguma consulta acadêmica ou de qualquer outra natureza. Suas respostas são trazidas, resumidamente, na Tabela

58, a seguir. Nela podemos ver que os lugares recordistas de acesso: no trabalho e em casa (19,23%) e na universidade/faculdade (30,77%). O mais importante é que todos indicam acessar a *internet*.

Tabela 58 - Acesso à *Internet* e computador

Nº de ordem	Respostas	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
1	Apenas no trabalho	4,00	7,69	7,69
2	No trabalho e em casa	10,00	19,23	26,92
3	Na Universidade/Faculdade	16,00	30,77	57,69
4	Numa *lan house*	7,00	13,46	71,15
5	Na casa de amigos	1,00	1,92	73,08
6	Na casa de parentes	1,00	1,92	75,00
7	3 e 4	6,00	11,54	86,54
8	3 e 6	2,00	3,85	90,38
9	3,4,5,6	1,00	1,92	92,31
10	3,4,5	4,00	7,69	100,00
	Total	52,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente sobre o local em que acessa a *internet*
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Quanto ao tipo de acesso, boa parte não respondeu, atribuímos essa atitude ao fato de desconhecerem a qualidade do serviço utilizado. Assim, podemos ver na Tabela 59, a seguir e comprovar que 61,54% nada responderam. Esse item é importante para a pesquisa, tendo como referência a necessidade de se ter um acesso à *internet* de qualidade para que se possa fazer pesquisa acadêmica na rede mundial de computadores.

Tabela 59 - Tipo de acesso à *internet* em casa

Itens	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Nada respondeu	32	61,54	61,54
Banda larga	14	26,92	88,46
Discada	6	11,54	100,00
Total	52	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita do respondente informar o tipo de serviço de acesso da *internet* que possui em casa.
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Juazeiro, 2007.

Com o intuito de identificar fatores que o cotista considera essenciais à sua permanência e sucesso (ponto alto de nossa pesquisa) foi solicitado ao respondente informar quais as condições que ele considera serem relevantes à sua permanência e sucesso como estudante cotista da Uneb, a partir de uma lista previamente apresentada. Destacamos a partir da observação dos dados sintetizados na Tabela 60, que o item recordista na opinião dos respondentes é Bolsa de estudos (31 em 69

indicações de que esse item é o mais importante). Em seguida, figura o item “Acesso ampliado à biblioteca com a possibilidade de fazer o empréstimo de um maior número dos livros que necessita por um maior prazo” (11 em 69 indicações asseguram que esse item é o mais importante). Empatados, no número de indicações como item mais importante, aparecem: “Acesso facilitado a computador que esteja ligado à internet”, “Quota mensal de cópias reprográficas gratuitas”, “Programa institucional que vise sanar as dificuldades de aprendizagem trazidas do ensino médio” (9 em 69 indicações apontam que cada um desses itens é o mais importante). Essa é uma lista, que possibilita ao respondente opinar sobre o que lhe parece melhor para si, à sua vontade, ainda que seja uma lista prévia de fatores a serem listados por ordem decrescente de importância.

Tabela 60 - Itens essenciais para facilitar a permanência do cotista na Uneb

Ordem		1	2	3	4	5	Total
1	Bolsa de estudos que sirva para manter o cotista em suas necessidades básicas	31	7	5	1	2	46
2	Acesso ampliado à biblioteca com a possibilidade de fazer o empréstimo de um maior número dos livros que necessita por um maior prazo	11	12	8	12	3	46
3	Acesso facilitado a computador que esteja ligado à *internet*	9	5	11	8	14	47
4	Quota mensal de cópias reprográficas gratuitas	9	17	8	7	5	46
5	Programa institucional que vise sanar as dificuldades de aprendizagem trazidas do ensino médio.	9	1	10	7	20	47
	Total	69	42	42	28	44	225

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente que indique em ordem de importância, entre os itens listados o que ele considera essencial para facilitar a permanência do cotista na Uneb. (A gradação deveria ter sido feita usando a escala de 1 a 5, considerando 1 = mais importante e 5 = menos importante)

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Em complementação ao objetivo de que o próprio cotista opinasse sobre as condições de permanência e sucesso na Uneb, foi possibilitado a ele informar fatores que considera como dificuldades da sua permanência na Universidade como cotista. Sua impressão é trazida em suas falas, como as listadas a seguir.

> *Falta de assistência estudantil como vagas em residência universitária, restaurantes universitários e bolsa de estudos (6º semestre – Comunicação Social - Jornalismo e Multimeios).*
>
> *O horário de término da aula, muitas vezes dificulta o horário de pegar o ônibus, freqüentemente eu saio da aula às 22:10 e chego em casa somente às 23:10h ou se eu saio 23:30 eu chego em casa 23:55 e muitas vezes eu estudo quando chego em casa então fica*

muito cansativo. Mas mesmo assim eu consigo dar conta das minhas atividades de estudo (7º semestre – Pedagogia).

Dificuldades financeira, pouco tempo para ficar com os livros da biblioteca, computadores sem gravador de CD/DVD e placa de som, os valores das passagens de ônibus e os gastos simultâneos com a escola dos filhos, também os preços dos livros serem caros (7º semestre – Pedagogia).

Ainda não encontrei grandes dificuldades por ser cotista. Considero que apesar de ser oriunda de escola pública, possuo o mesmo nível de alguns colegas vindos de instituições privadas. Acredito que para alcançar o conhecimento é necessário que haja esforço por parte do aluno, obviamente, a formação acadêmica é extremamente importante, mas não é a única responsável (2º semestre – Comunicação Social - Jornalismo e Multimeios).

Além do problema de locomoção para chegar na universidade, o fato da falta de livros novos na biblioteca (1º semestre – Direito).

O fator econômico é o principal, uma vez que no curso requer vários instruentos de que não tenho e o dinheiro não dá para comprar. (2º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Até o presente momento não encontrei dificuldades por ser cotista (1º semestre – Direito).

A falta de uma biblioteca mais ampla no que diz respeito ao material, como também o fato de adquirir materiais básicos ao meu curso é uma dificuldade. A questão da climatização das salas de aula. Fatores como esses e outros, inviabilizam melhor qualidade na minha permanência na universidade (3º semestre – Direito).

No meu caso é sobre a questão financeira, pois os gastos com Xerox é muito. Em se tratando da universidade por enquanto não encontrei dificuldades que pudesse romper a minha permanência aqui (1º semestre – Pedagogia).

A dificuldade maior é financeira devido a padrão do curso que requer bastante material didático e são bastante caros e a universidade não nos oferece livros suficientes e atualizados, pois sempre há mudanças no ordenamento jurídico. A universidade poderia facilitar a permanência dos alunos criando projetos para ajudar financeiramente os discentes e ampliando o conhecimento dos mesmos (3º semestre – Direito).

Não há dificuldades que comprometam minha permanência, mas sim meu aproveitamento, como a dificuldade de adquirir livros da área e a locomoção da minha casa até a universidade (2º semestre – Direito).

Necessidade de ter que futuramente compatibilizar horários da faculdade e trabalho, devido a necessidade de ter uma renda que possa auxiliar na compra de livros e material para o curso (1º semestre – Direito).

A biblioteca é defasada, a sala deteriorada, os livros necessários ao curso são muito caros (2º semestre – Direito).

Falta de residência estudantil e projetos com bolsista (2º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Até o momento do preenchimento deste questionário não tinha conhecimento que era cotista, portanto, não tive grandes dificuldade (nem financeiras, nem de aprendizado) para me manter na universidade (8º semestre – Comunicação Social - Jornalismo e Multimeios).

Não vejo (3º semestre – Pedagogia).

Percebo que a discussão sobre as cotas incomoda a comunidade acadêmica, principalmente professores. Acredito que seja uma dificuldade, pois de certa forma faz com que os estudantes se sintam envergonhados por serrem cotistas. Discutir as cotas faz surgir proposições sobre sua ampliação e aperfeiçoamento deste mecanismo. O sistema de cotas precisa ser escancarado, não às sombras, mascarado como está na Uneb. É necessário expor também os recursos que a universidade dispõe para o cotista, mesmo sendo insuficientes eles existem devem estar a mostra (8º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Falta de oportunidade no mercado de trabalho. Má preparação no ensino fundamental, a minha base escolar foi muito fraca (7º semestre – Pedagogia).

O maior problema era moradia (não sou natural de Juazeiro) e a dificuldade financeira, mas os problemas foram sanados com a residência estudantil e a bolsa de estudos (6º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

A falta de recursos para elaborar os trabalhos exigidos pelos professores como impressoras, gravadores de CD e DVD, outros (5º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Dificuldade de unir trabalho e estudo. Os professores nem sempre compreendem que precisamos trabalhar para estarmos aqui (5º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Não tenho dificuldades além das comuns a todos os cidadãos assalariados como: alimentação, educação e lazer adequados. Mas ainda assim consigo realizar minhas atividades sem grandes atribulações (7º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Dispesas com moradia, faculdade e suas cópias reprográficas, acesso à internet, e principalmente facilitar com mudança de horário das aulas, o acesso dos alunos ao mercado de trabalho, por ser muito difícil uma bolsa para todos os alunos, pelo menos isso facilitaria a entrada dos alunos no mercado de trabalho e também cotas de estágios, em órgãos públicos (1º semestre – Direito).

A assistência estudantil é precária, como a falta de recursos para serem criados residências, um refeitório, bolsa (Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios – não informou o semestre).

O fator econômico, pois não tenho condições de passar tanto tempo em uma universidade sem que possa manter os meus custos pessoais (2º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

A insuficiência de livros na biblioteca, visto que não tenho um boa condição financeira. Os livros custam e não é todo momento que eu (e muitos) posso tirar cópia (1º semestre – Direito).

Minhas dificuldades principalmente para permanecer na faculdade é muitas vezes não ter dinheiro para comprar os materiais necessários (4º semestre – Pedagogia).

Dificuldades de participar de congressos pois os mesmos tem um custo muito elevado para os estudantes (8º semestre – Agronomia).

As maiores dificuldades que encontro são ausência de restaurante universitário. Bolsa de estudos e atendimento médico-odontológico dentro da instituição. Além desses elementos, um programa de permanência estudantil devem contemplar a moradia estudantil, o transporte e a oferta de atividades complementares (6º semestre – Comunicação Social - Jornalismo e Multimeios).

Falta de projetos para ajudar financeiramente os estudante (não informou o sem. Direito).

Moradia (carência de vagas na república); alimentação (não há restaurante universitário); informática (mais computadores) e mais livros (8º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Não tenho dificuldades (8º semestre – Agronomia).

Horário das aulas (9º semestre – Agronomia).

Com toda certeza, a falta de dinheiro é o fator mais importante, já que a faculdade vai me exigir, livros, acesso a internet, deslocamento e manutenção. Vemos claramente essa dificuldade na maioria dos cotistas, que a nível de informação, são tão capazes quanto os não cotistas, só menos favorecidos (1º semestre – Direito).

A falta de bolsa estudantil para colaborar na compra dos materiais e algum tipo de atividade que fosse remunerada etc. o financeiro (1º semestre – Pedagogia).

A minha locomoção. Há a necessidade de se disponibilizar ônibus, não somente para cotistas como para todos (5º semestre – Direito).

A dificuldade financeira é principal problema que tenho que enfrentar (6º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Não percebo dificuldades (7º semestre – Direito).

Ainda não encontrei dificuldades enquanto cotista (2º semestre – Comunicação Social - Jornalismo e Multimeios).

Como estudante residente em uma cidade que fica a 123 km da Uneb, percebo que a instituição privilegia os professores quando da elaboração do horário, uma vez que há dias com duas aulas e outros com seis aulas. Não sendo observada as dificuldades que os alunos que residem em outros municípios tem para se deslocarem[65] *(1º semestre – Direito).*

Dificuldades de origem do ensino médio; falta de políticas para sanar essas dificuldades; falta de prioridade nos estágios da Uneb; biblioteca, informática; alunos que trabalham na própria universidade.

[65] O estudante informou que mora em Senhor do Bonfim.

Pré-conceitos em relação ao não cotista (6º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Acredito que nossa universidade poderia ter uma biblioteca com maior acervo de livros, também bolsa de estudos para auxiliar os alunos com dificuldades financeiras (4º semestre – Direito).

Não tenho dificuldades com relação a isso. Acredito que o conteúdo trabalhado em sala de aula com relação à aprendizagem é absorvido de maneira parecida. O que precisa é haver esforço para melhorar a aprendizagem (2º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Não enfrento nenhuma dificuldade em ser uma aluna que está na universidade através de cota (3 semestre – Pedagogia).

Nenhuma (6º semestre – Direito).

Não considero minha permanência por este lado, não tive dificuldades em me manter na Uneb mas problemas sempre existiram. Alojamento é um deles (mais residências para estudantes), bolsa de estudos para sanar as necessidades é um outro fator (8º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

Não há dificuldades de ser "cotista" até porquê todos os ingressos na Uneb participam de algum tipo de cota. A universidade não dá assistência a saúde e o esporte. Isso é péssimo também não há um restaurante universitário e olhe que estamos no caso do Campus 3 – numa área de grande produção hortifrutigranjeiros. Vale lembrar que a desigualdade social não necessariamente é por cor, pois aqui em Juazeiro e região médio- san franciscana a maioria são "brancos" e muitos são pobres, e as escolas também são deficientes, então o problema não é ser cotista, e sim o fato de existir desigualdade social (5º semestre – Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).

A distância de casa até a universidade, a falta de materiais necessários para execução de alguns trabalho, falta de tempo por precisar trabalhar[66] *(6º - Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios).*

Não há (2º semestre – Direito).

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

[66] Este estudante informou ir à pé para a Uneb.

6.4.3.1 Cruzamento das questões: o *Campus* III

É certo que várias outras análises podem ser feitas a partir dos dados coletados durante a pesquisa de campo feita em Juazeiro, *Campus* III, da Uneb. Entre as já esboçadas, trazemos a apreciação do objeto de estudo a partir de alguns cruzamentos de dados ali coletados, pensando a inter-relação entre os gêneros envolvidos na pesquisa e as variáveis: cursos, despesas decorrentes do fato de ser estudante universitário e participação em programas/projetos da Uneb.

Iniciamos essa fase da análise com a Tabela 61, a seguir. Na referida Tabela, estão sintetizados dados cruzados de gênero e participação em projetos. Consideramos esse dado importante para nossa análise tendo em vista a importância de se perceber, ainda que superficialmente, em que percentual homens e mulheres cotistas têm se envolvido em programas e projetos na Uneb.

Tabela 61 - Participa de programa/projeto na sua Uneb

Gênero	Participa de algum programa/projeto		
	Sim	Não	Total
Feminino	11	16	27
Masculino	6	17	23
Total	17	33	50

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/Campus III, Juazeiro, 2007.

É fácil perceber na Tabela 61, que as mulheres lideram o grupo de estudantes cotistas que participam de algum programa/projeto. É uma participação importante, pois pode intensificar a influência da mulher no espaço acadêmico, quando esse gênero se faz presente em tantos projetos de pesquisa dentre os quais vemos um que objetiva deslindar a alma do nordestino no acervo cinematográfico brasileiro de certa época.

A título de enriquecimento do debate proposto por esse trabalho e sugerir outras pesquisas, partimos para a análise do cruzamento entre o curso em que está matriculado e o gênero do respondente, com apresentação a Tabela 62, a seguir. Pela observação dos dados sintetizados na referida, percebemos que, entre os respondentes, o curso que tem maior número de mulheres é Comunicação Social –

Jornalismo e Multimeios, enquanto Direito é o curso que apresenta o maior número de homens entre os estudantes pesquisados. Esses dados representam, respectivamente, 46,43% das mulheres entrevistadas e 54,17% dos homens pesquisados. Se observarmos apenas esses dois cursos verificamos que enquanto as mulheres representam 31,58% dos estudantes participantes desta pesquisa, matriculados no curso de Direito, os homens representam 35,00% dos estudantes participantes da pesquisa, matriculados no curso de Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios.

Em relação ao cômputo geral de participantes (52 discentes) percebemos ainda, na mesma Tabela 62, que 25% dos respondentes estão matriculados no curso de Direito e que, coincidentemente, 25% dos respondentes estão matriculados no curso de Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios.

Tabela 62 - Curso *versus* gênero

Curso	Feminino			Masculino			Total		
	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Direito	6	21,43	21,43	13	54,17	54,17	19	36,54	36,54
Pedagogia	7	25,00	46,43	2	8,33	62,50	9	17,31	53,85
Agronomia	1	3,57	50,00	2	8,33	70,83	3	5,77	59,62
Comunicação Social – Jornalismo e Multimeios	13	46,43	96,43	7	29,17	100,00	20	38,46	98,08
Outro	1	3,57	100,00	0	0,00	100,00	1	1,92	100,00
Total	28	100,00		24	100,00		52	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Quisemos também verificar que tipos de despesas os dois gêneros fazem decorrentes da vida acadêmica, na Uneb. Na Tabela 63, a seguir, observamos o cruzamento das despesas feitas por estar cursando uma Universidade e o gênero do respondente. Os dados cruzados nos permitem observar que ambos os gêneros apontam a Participação em congressos/seminários/workshop o item que representa a maior despesa decorrente do "ser universitário". Ao mesmo tempo, vale

destacarmos que dentre os que indicam a aquisição de material para aulas práticas, são os homens que representam o maior percentual (9 em 12, ou seja) 75%.

Tabela 63 – Outras despesas decorrentes de ser estudante universitário *versus* gênero do respondente

Despesas	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
(1) Ir ao cinema	1		1
(2) Ir ao teatro	1		1
(3) Assinatura de jornais/periódicos da área	1		1
(4) Aquisição de material para aulas práticas	3	9	12
(5) Assinatura de revista da área	1		1
(6) Participação em congressos/seminários/workshop	10	10	20
(7) 4 e 6	6	1	7
(8) 4,5 e 6		1	1
(9) 2,4, e 6		1	1
(10) 1,2, e 3	1		1
(11) 1,2 e 6	1		1
(12) 3,6	1	1	2
(13) 3,4,5,6	2		2
Total	28	23	51

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* III, Juazeiro, 2007.

Os dados coletados e os cruzamentos, assim como suas análises visaram reforçar a qualificação do objeto estudado, considerando o programa de cotas da Uneb, os aspectos da permanência e do sucesso do cotista, por meio da observação dos próprios cotistas, sua visão, seu modo de viver a Uneb, sua autopercepção do ser cotista, tendo como espaço de fundo o *Campus* III, Juazeiro.

6.4.4 **A pesquisa de campo**: *Campus* I

O questionário utilizado na pesquisa de campo feita no *Campus* I, no segundo semestre de 2008, é iniciado com um campo destinado à identificação do pesquisado, caso deseje, além do espaço destinado à possibilidade de indicar seu endereço eletrônico para posterior contato e envio de resultados decorrentes da pesquisa em questão.

Em 22 dos 42 questionários aplicados houve a identificação com a colocação ao menos do pré-nome. Destes, apenas um não indicou seu endereço eletrônico. Dos 20 que não puseram identificação de nome, 12 colocaram seu email com o intuito de receberem informações sobre o andamento da pesquisa em questão.

A primeira pergunta que o aluno teve que responder foi o que ele acha da lei de cotas nos concursos vestibulares das universidades brasileiras.

É uma pergunta aberta que confronta o respondente de imediato com a problemática em questão. Entendemos que ter uma opinião sobre o programa das cotas ao ensino superior é de extrema importância, pois a reflexão pode contribuir para o aprimoramento da temática no meio acadêmico e na sociedade. Pela leitura das respostas é possível perceber que os pesquisados demonstraram um bom nível de reflexão, deixando claro que compreendem os programas como uma devida ação de reparação aos danos causados aos afro-descendentes. No entanto, entendem que o problema é mais amplo e requer outras ações, como a melhoria da escola pública dos níveis escolares anteriores à universidade e que não devem ser destinadas apenas aos afro-descendentes, mas serem estendidas a outros seguimentos da sociedade que tenham sido alijados de algum processo emancipatório como eles.

Assim, palavras/expressões como reparação, oportunidade, avanço no reconhecimento das desigualdades, dirimir disparidades, valor reparatório e inclusão são alguns exemplos do que se vê expresso nas falas dos alunos abordados. Alguns são favoráveis e outros (minoria) contra, mesmo sendo beneficiados.

> *Mais do que justo. É uma forma rápida de reparação e também um meio de nivelamento de urgência (Ciências Contábeis – 5º. Semestre)*
>
> *Sou cotista e acho que a lei de cotas é um meio de reparação das injustiças raciais e conseqüentemente sociais que amenizam os danos causados pelo mais notório movimento discriminatório no nosso país: a escravidão (Ciências Contábeis – 7º. Semestre)*
>
> *Não acredito que as cotas sejam a solução para o problema da desigualdade racial, mas a política de cotas é válida pelo seu valor reparatório e de inclusão (Letras com inglês – 2º. Semestre)*
>
> *Concordo como medida parcial para diminuir as disparidades na sociedade, mas em vez de cota deve-se aumentar o número de vagas e principalmente dar uma educação básica (fundamental e médio) digna (Química – 4º. Semestre)*

> *Apesar de ser beneficiado pelas cotas, não concordo, pois acho que as mudanças devem ser na base do ensino, não no ensino superior (Urbanismo – 4º. Semestre)*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Vale ressaltar que alguns arrazoados já apontam para a necessidade do apoio ao estudante como fator importante para garantir a permanência e o sucesso desses alunos, por meio de outras políticas, como podemos ver nas transcrições, a seguir:

> *Penso que tal lei é fundamental para o nosso Estado, em virtude das características históricas, além disso, penso que elas deveriam ser restritas às universidades públicas. Por outro lado, uma descontinuidade de assistência aos estudantes deixa, falhas irreversíveis (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre).*
>
> *Uma medida necessária, contudo apenas em caráter imediatista e que só pode surtir algum efeito concreto se somada ou aprimorada com outras políticas (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre)*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Abordamos a questão do gênero na presente pesquisa, tendo em vista essa ser uma variável importante para qualquer investigação que envolva o ensino superior. Como era de se esperar houve um quantitativo maior de mulheres em detrimento ao de número de homens pesquisados, mesmo se tratando de uma amostra escolhida de forma aleatória, como já citada anteriormente.

A pesquisa de campo no *Campus* I teve como público pesquisado um total de trinta estudantes do sexo feminino e doze do sexo masculino, representando um percentual de 71,43% e 28,57%, respectivamente, conforme a Tabela 64 a seguir.

Tabela 64 - Distribuição dos cotistas por gênero

Gênero	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Feminino	30,00	71,43	71,43
Masculino	12,00	28,57	100,00
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente indicar a que gênero pertence
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

De acordo com os dados fornecidos pela Consultec e Secretaria Geral de Cursos em seus relatórios, esses percentuais representam a distribuição dos candidatos e dos convocados por sexo que têm ingressado na Uneb, e se matriculado, nos anos de 2003 a 2006, no *Campus* I.

A população pesquisada é notadamente jovem, sendo sua maior parte (83,34%) entre 17 e 26 anos. Esse é um dado importante, reforçando o alcance do sistema de cotas a uma população mais jovem que se encontra na faixa etária esperada de ingresso a uma universidade, lhes possibilitando o acesso na idade desejada ao ensino superior. Podemos ver a distribuição da população pesquisada em relação à idade até dezembro do ano de 2008, na Tabela 65, a seguir.

Tabela 65: Idade em dezembro de 2008

Faixa Etária	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
De 17 a 21 anos	17,00	40,48	40,48
De 22 a 26 anos	18,00	42,86	83,33
De 27 a 31 anos	5,00	11,90	95,24
De 32 a 36 anos	1,00	2,38	97,62
Acima de 36 anos	1,00	2,38	100,00
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente indicar a idade em dezembro de 2008

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Foi inquirido na pesquisa, o município no qual o respondente reside. Entendemos ser esse um dado importante tendo em vista a possibilidade em reforçar a importância da *multicampia* e abrangência geo-espacial dessa instituição.

Tabela 66 - Cidade em que reside atualmente

Cidade	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Salvador	40	95,24	95,24
Camaçari	1	2,38	97,62
Dias D'ávila	1	2,38	100,00
Total	42	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente indicar a cidade em que reside

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Por observação dos dados contidos na Tabela 66, anteriormente apresentada, vemos que 95,24% dos pesquisados residem em Salvador, local onde fazem seus cursos. No entanto, apesar de ter sido um número reduzido, há alguns que residem na Região Metropolitana de Salvador: Camaçari e Dias D'ávila. Esses dados não nos permitem saber se são pessoas oriundas de famílias que nasceram no interior do Estado e tiveram que se deslocar para estudar na capital, mas nos dá uma idéia do atendimento que o *Campus* I, faz à população sediada no município onde está situado.

A localização do *Campus* em relação à cidade em que o estudante reside é importante por identificar o nível de atendimento da *multicampia* da instituição à qual esteja vinculado o seu curso. Esse é um aspecto importante que pode fazer a diferença entre ter acesso a um curso de uma instituição de ensino superior ou fica fora de todo esse processo educacional. Sabemos que até algumas décadas atrás havia um número reduzido de Universidades no Estado da Bahia, mais precisamente anterior à década de 1980 o que provocava, necessariamente, um fluxo de estudantes do interior para estudar na capital e a possibilidade de ter uma carreira de nível superior. O que pode ser amenizado com a presença de um Campus universitário fora da Capital do Estado. Esse aspecto se destaca mais visivelmente quando se observa um *Campus* localizado em algum município do interior do Estado da Bahia, como vimos na Pesquisa de Campo, relativa aos Departamentos da Uneb, situados em Juazeiro.

Ao responder sobre sua contribuição com a renda familiar, os respondentes ofereceram um universo curioso de respostas. Atendendo às alternativas apresentadas, 59,52% dos pesquisados informaram que não trabalham e recebem ajuda financeira da família. Essas informações da participação na renda familiar podem ser vistas na Tabela 67, a seguir.

Esse dado é importante para o estudo aqui empreendido sobre as condições de permanência e sucesso do estudante cotista na Uneb, pois pode refletir diretamente no desempenho acadêmico tendo em vista ser um adicional de preocupação com a manutenção pessoal para custear: transporte (locomoção), livros, cópias reprográficas, participação em atividades culturais, participação em eventos acadêmicos entre outros.

Tabela 67 - Participação na renda da família

Respostas	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Não trabalho, recebo ajuda financeira da família	25,00	59,52	59,52
Trabalho e contribuo parcialmente para o sustento da família	15,00	35,71	95,24
Trabalho para o sustento da família	2,00	4,76	100,00
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita do respondente informar se participa da renda da família.
Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Em continuação à pesquisa, procuramos saber o curso que o cotista fez no ensino médio (Tabela 68). Sabermos qual o curso que o aluno fez é importante, considerando que a história escolar anterior pode contribuir com a experiência universitária de cada um. Assim, onde o cotista estudou o ensino médio pode ser relevante para indicar a possibilidade de permanência e sucesso, se olharmos a questão a partir das idéias de Bourdieu (com relação a *habitus*, capital cultural, destino escolar) contidas nos seus escritos (BOURDIEU, PASSERON, 1969; BOURDIEU, 1998; BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1998; BOURDIEU, CHAMPAGNE, 1998).

Tabela 68 – Curso do ensino médio que estudou

Tipos de cursos	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Técnico (Eletrônica, Química, Contabilidade, etc)	8	19,05	19,05
Colegial	30	71,43	90,48
Magistério	1	2,38	92,86
Supletivo	2	4,76	97,62
Outro	1	2,38	100
Total	42	100	

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

As idéias de Bourdieu e Passeron (1967) apontam para a influência da trajetória educacional como um dos fatores presentes na definição do destino desses estudantes. Assim, cremos que as escolhas das escolas de ensino médio tenham de alguma influenciem sua trajetória universitária, apontando para as escolhas profissionais, para as aspirações, projetos de futuro profissional bem como o sucesso na universidade, seu empenho com os estudos. Sendo relevante destacar que o tipo de curso de ensino médio de maior destaque é o colegial, a ele se referem 71,43% dos cotistas abordados.

A informação acerca do ano em que concluíram o ensino médio nos permite entender que são, em boa parte, estudantes de rápida trajetória pré-universidade, ou trajetória escolar, considerando que essa pesquisa trata de alunos ingressos na Uneb a partir de 2003 e o contingente que informa ter concluído o curso após 2002 representa 54,76% dos pesquisados, conforme Tabela 69, a seguir.

Tabela 69 - Ano de conclusão do ensino médio

Ano	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Após 2002	23	54,76	54,76

De 2000 a 2002	10	23,81	78,57
De 1997 a 1999	2	4,76	83,33
De 1995 a 1997	1	2,38	85,71
De 1993 a 1995	1	2,38	88,09
Antes de 1993	2	4,76	92,85
Sem resposta	3	7,15	100,00
Total	42	100,00	

Fonte: Pesquisa de Campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Para tentar perceber um pouco mais da trajetória escolar dos estudantes cotistas da Uneb, pois entendemos ser fator impactante na história de sucesso acadêmico que esse estudante terá, solicitamos que informasse se havia sido reprovado(a) em alguma série do ensino médio. A Tabela 70 traz, de forma sintética, as respostas e mostra que mais de noventa por cento dos estudantes responderam que não foram reprovados em nenhuma série do ensino médio (90,48%); apenas 7,14% declarou ter sido reprovado uma única vez; e, apenas 2,38% dos estudantes, ou seja, um deles, admitiu ter sido reprovado por três vezes. Entendemos que esse que admitiu ter perdido por três vezes alguma série do ensino médio fez o curso no dobro do tempo exigido para concluí-lo.

Tabela 70 - Você foi reprovado em alguma série do Ensino Médio?

	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Não	38,00	90,48	90,48
Sim, uma vez	3,00	7,14	97,62
Sim, três vezes	1,00	2,38	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Os participantes da pesquisa foram questionados por que haviam feito “cursinho” vestibular. Essa questão, que sendo semi-aberta, nos possibilita perceber o nível de preparação dos cotistas, sua percepção quanto à necessidade de melhor preparo ao concurso vestibular, mesmo se tratando de um processo diferenciado, no qual estariam todos os cotistas sendo avaliados entre si. Vejamos, sinteticamente, as respostas oferecidas pelos cotistas abordados, na Tabela 71, a seguir.

Tabela 71 - Motivo de ter feito “cursinho” pré-vestibular

Motivos	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Não se aplica, não fiz cursinho	13,00	30,95	30,95
Recebi bolsa de cursinho pré-vestibular	3,00	7,14	38,10
Porque participei do programa	7,00	16,67	54,76

"Universidade para Todos"			
Outro motivo	19,00	45,24	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte:Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Dentre os que informaram ter feito "cursinho preparatório" ao vestibular, encontramos, além das alternativas apresentadas na questão, motivações do tipo: necessidade de suprir defasagem do ensino público, o "cursinho" era mais barato ou gratuito, tinha possibilidade de custear o seu próprio curso preparatório.

> *Precisava rever o conteúdo do ensino, pois não ingressei na Uneb logo após o término do ensino médio (Ciências Contábeis – 7º. Semestre).*
>
> *Achei que seria mais eficaz (Enfermagem – 6º. Semestre).*
>
> *A fim de me preparar mais para o vestibular (Sistemas de Informação – 4º. Semestre).*
>
> *Foi uma ONG para pessoa de colégios públicos (curso gratuito) (Fisioterapia – 2º. Semestre).*
>
> *Paguei o cursinho (Química – 4º. Semestre).*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Em contrapartida, quisemos saber daqueles que não haviam feito o cursinho, qual teria sido a motivação. Compilamos as respostas apresentadas pelos alunos na Tabela 72, a seguir para que se tenham uma melhor visão da preparação desses cotistas ao vestibular.

Tabela 72 – Motivo de não ter feito cursinho pré-vestibular

Motivos	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Não se aplica, fiz cursinho	29	69,05	73,81
Achei que poderia estudar sozinho	5	11,9	85,71
Dificuldades econômicas	2	4,76	90,48
Outro motivo	4	9,52	100
Sem resposta	2	4,76	4,76
Total	42	100	

Fonte: Pesquisa de campo Uneb/*Campus* I, Salvador.

Além das alternativas que a questão trazia, havia a possibilidade do estudante informar qual outro motivo determinou não fazer o cursinho, dessa surgiram muitas respostas, mas todas puderam ser aglutinadas em torno do seguinte motivo: se considerava bem preparado(a) pela escola em que estudou:

> *Não precisei (Farmácia – 6º. Semestre)*
>
> *Não necessitei (Farmácia- 6º. Semestre)*

> *Estudei em um colégio bom, que me permitiu ingressar sem estudar em "cursinho" (Ciências Contábeis – 7º. Semestre)*
>
> *Fiz vestibular assim que terminei o terceiro ano (Química – 2º. Semestre)*
>
> *Curso técnico no ensino médio (Administração – 10º. Semestre)*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* III, Juazeiro, 2007.

Ao serem questionados se já haviam feito outro vestibular anteriormente, os respondentes ofereceram informações que estão computadas na Tabela 73, a seguir. Esse é um dado que juntamente com informações relativas ao tipo de escola que estudou o ensino médio pode nos indicar a trajetória escolar do estudante. Na referida Tabela, é possível percebermos que o maior percentual de pesquisados já havia feito outro vestibular, sem ter obtido classificação (38,10%). Este dado, quando somado aos 16,67% correspondentes aos que foram classificados em outro processo vestibular e não se matricularam, juntamente com os 9,52%, percentual referente aos que ingressaram, mas não concluíram o curso, fica um dado alarmante.

Tabela 73 - Experiência em outro vestibular

Resposta	Freqüência	Percentual
Não, nunca prestei vestibular anteriormente	15,00	35,71
Sim, mas não fui classificado(a)	16,00	38,10
Sim, já sou formado(a), mas pretendo fazer outro curso em outra área.	00,00	00,00
Sim, fui classificado(a), mas não me matriculei	7,00	16,67
Sim, ingressei, mas não conclui o curso	4,00	9,52
Total	42,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Uneb/*Campus* I, Salvador.

A análise das informações contidas na Tabela 73, anterior, que envolve ter sido aprovado ou não em outro vestibular, no qual 64,29% já havia feito outro vestibular, mas não fez o curso (por não ter se matriculado, por não ter sido classificado ou por não ter sido possível concluir), o que nos leva a pensar o quanto ainda precisa ser feito para possibilitar o acesso, a permanência e o sucesso dos cotistas.

A informação sobre ter feito outros vestibulares não evidencia se isso é referente à própria Uneb ou a outra instituição e se isso se deu no mesmo ano que prestou vestibular à Uneb, ou não.

Ponderemos que alguns respondentes demonstraram ter, há algum tempo, o desejo de cursar uma IES, mas se encontravam alijadas do processo por não estarem preparadas em "pé de igualdade" com os demais para concorrer ao vestibular ("Sim, mas não fui classificado(a)"), por serem obrigadas a abandonar o curso ("Sim, ingressei, mas não conclui o curso") e que não puderam se matricular, quando foram aprovados ("Sim, ingressei, mas não conclui o curso."). Como exemplificação dessas nossas ponderações é importante trazer as falas dos que ingressaram, mas não concluíram o curso:

> *Apesar de ter recebido bolsa do PROUNI preferi a Universidade pública (Enfermagem – 6º. Semestre)*
>
> *Preferi o curso onde estou (Engenharia de Produção Civil – 8º. Semestre)*
>
> *Porque já estava na Uneb (Língua Portuguesa e Literatura – 6º. Semestre)*
>
> *Precisei viajar por força maior e abandonei o curso (Ciências Contábeis – 7º. Semestre)*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

A essa altura dos questionamentos, em que já foi possível identificar o posicionamento tomado por nosso aluno cotista sobre os programas de cotas, bem como se deu percurso escolar anterior ao ingresso na Uneb, saber a motivação do aluno cotista a escolher a Uneb, como a universidade na qual deseja estudar, é importante para a nossa pesquisa. Sua importância está na tentativa de desvincular a escolha do candidato cotista com o fato de ter cotas nesta instituição. Assim, apresentamos, na Tabela 74 a seguir, a síntese das respostas oferecidas pelos(as) alunos(as) cotistas questionados(as) sobre qual o motivo por ter escolhido a Uneb.

Tabela 74 - Principal motivo por ter escolhido a Uneb

	Freqüência	Percentual
Por ser a única universidade que oferece o curso de minha opção	2,00	4,76
Pela credibilidade da Instituição	15,00	35,71
Por oferecer ensino gratuito	24,00	57,14
Opções(1 e 3)	1,00	2,38
Pela possibilidade de acesso à Universidade nesta Instituição ser maior	0,00	0,00
Por ter o sistema de cotas	0,00	0,00
Total	42,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campos, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Vale iniciar a análise, dessa questão e dados acima apresentados, destacando que nenhum pesquisado informou como motivação para ter escolhido a Uneb, por essa ser uma universidade de fácil acesso ou por causa do sistema de cotas, apesar de terem sido beneficiados pelo programa. No entanto, curiosamente, 92,85% (se somarmos a escolha pela credibilidade na instituição e pela oferta do ensino gratuito) escolhem a Uneb por qualidades intrínsecas aos seus objetivos enquanto instituição pública e gratuita. Observemos que apesar da questão solicitar o principal motivo, um dos respondentes assinalou duas opções, conforme podemos ver na Tabela 74, acima.

Os alunos e as alunas que participaram da pesquisa estão cursando, em sua maior parte, do segundo ao oitavo semestre, sendo que não houve nenhum respondente de terceiro e de nono semestres, conforme se pode ver na Tabela 75, a seguir. Para a nossa pesquisa é de extrema importância saber que, aleatoriamente, foram selecionados estudantes que já têm uma vivência na instituição e por isso podem contribuir com a visão que queremos ter da contribuição dessa instituição na permanência e no sucesso dos seus alunos cotistas. A percepção dos que já estão na instituição há alguns semestres é importante, pois podem nos fornecer uma "fotografia" mais nítida do que é viver e conviver em uma instituição com as características institucionais que a Uneb tem. Ressalvamos que os maiores percentuais de respondentes são: 26,19% (2º semestre), 14,29% (4º semestre), 23,81% (6º semestre), e 14,29% (8º semestre) o que consideramos ser uma "coincidência" admirável para a qualidade da amostra formada para a pesquisa, pois conseguimos os dados principalmente a partir de estudantes com alguma experiência universitária (Tabela 75).

Tabela 75 - Semestre no qual se encontra matriculado

Semestre	Freqüência	Percentual	Freqüência Acumulada
1º	1,00	2,38	2,38
2°	11,00	26,19	28,57
3º	0,00	0,00	28,57
4°	6,00	14,29	42,86
5°	3,00	7,14	50,00
6°	10,00	23,81	73,81
7°	3,00	7,14	80,95
8°	6,00	14,29	95,24
9º	0,00	0,00	95,24
10°	2,00	4,76	100,00
Total	42,00	100,00	

Tabela 75 - Semestre no qual se encontra matriculado

Semestre	Freqüência	Percentual	Freqüência Acumulada

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

No que diz respeito ao turno de aulas freqüentado pelos(as) alunos(as) participantes da pesquisa, sintetizamos as informações na Tabela 76, a seguir. É interessante, ressaltarmos que a amostra se encontra bem distribuída entre todos os turnos. No entanto, o turno de maior percentual representativo do turno que freqüenta as aulas é o vespertino, se considerarmos isoladamente essa informação. Se tomarmos as informações relativas à freqüência ao turno matutino, noturno e matutino-vespertino eles juntos somam 57,14% dos respondentes.

Tabela 76 – Turno que freqüenta o curso

Turno	Freqüência	Percentual	Freqüência Acumulada
Matutino	8,00	19,05	19,05
Vespertino	17,00	40,48	59,53
Noturno	8,00	19,05	78,58
Matutino e Vespertino	8,00	19,05	97,62
Sem resposta	1,00	97,62	100,00
Total	42,00	100	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador.

Os dados apresentados na Tabela 76, quando pensados em combinação com as informações de amistosidade ambiente, condições de preparação ao vestibular, e dedicação ao curso nos remetem a um dado preocupante tendo em vista serem alunos essencialmente do turno diurno e que sentem necessidade de trabalhar e nem sempre conseguem se dedicar ao curso em função do trabalho. Resta-nos indagar o que estará acontecendo com os alunos do turno noturno, que são em geral alunos-trabalhadores?

Para a nossa pesquisa, é importante saber o que está pensando o nosso estudante cotista, suas percepções acerca da universidade na qual estão estudando e que circunstâncias estão vivenciando por serem cotistas. Assim, entendemos que essa pesquisa, apesar de ter sido feita a partir de amostragem aleatória, deve contemplar, na medida do possível, ao máximo todos os cursos oferecidos no *Campus* pesquisado. Desta forma, trazemos sintetizada a informação de qual curso o respondente está cursando, na Tabela 77, a seguir:

Tabela 77 – Curso que freqüenta

Curso	Freqüência	Percentual	Freqüência percentual acumulada

Tabela 77 – Curso que freqüenta

Curso	Freqüência	Percentual	Freqüência percentual acumulada
Administração	3,0	7,14	7,14
Ciências Contábeis	3,0	7,14	14,28
Comunicação Social (RP)	2,0	4,76	19,04
Enfermagem	2,0	4,76	23,80
Engenharia de Produção Civil	1,0	2,39	26,19
Farmácia	2,0	4,76	30,95
Fisioterapia	3,0	7,14	38,09
Fonoaudiologia	4,0	9,52	47,61
Letras com Inglês	2,0	4,76	52,37
Língua Portuguesa e Literatura	3,0	7,14	59,51
Nutrição	3,0	7,14	66,65
Programação Visual	1,0	2,39	69,04
Pedagogia	3,0	7,14	76,18
Química	3,0	7,14	83,32
Sistemas de Informação	1,0	2,39	85,71
Turismo / Turismo e Hotelaria	3,0	7,14	92,85
Urbanismo	2,0	4,76	97,61
Outro	1,0	2,39	100,0
Total	42,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador.

Para perceber qual a expectativa de sucesso pessoal que o estudante cotista tem da oportunidade de estar fazendo um curso superior, foi perguntado a ele o que espera obter num curso superior. No caso, ele deveria marcar apenas o que era predominante.

Tabela 78 - O que você espera obter num curso superior?

Item	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Aumento de conhecimento e cultura geral	6	14,29	14,29
Nível superior para melhorar a atividade que já desempenho	1	2,38	16,67
Formação profissional teórica voltada para o futuro emprego	13	30,95	47,62
Diploma de nível superior	3	7,14	54,76
Formação teórica voltada para o ensino e a pesquisa	6	14,29	69,05
Consciência crítica que possibilite intervir na sociedade	12	28,57	77,62
Sem resposta	1	2,38	
Total	42	100,00	

Fonte: Pesquisa de Campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Ao observarmos o que a Tabela 78 nos apresenta verificamos que as alternativas mais apontadas pelos respondentes são: formação profissional teórica voltada para o futuro emprego (30,95%) e consciência crítica que possibilite intervir na sociedade (28,57%). Em ambos os casos, percebemos que há a intenção, por parte do cotista pesquisado, de contribuir com o meio no qual vive ou do qual é originado. A primeira alternativa mais escolhida aponta para a necessidade pessoal de alcançar o futuro emprego (provavelmente, em busca de melhoria pessoal de vida) e a segunda alternativa mais apontada pelos cotistas visa intervir na sociedade como agente modificador do seu entorno.

Ao responderem sobre a média de livros que lêem, além dos livros escolares, os alunos trouxeram à tona uma informação importante para percebermos o nível de leitura desses alunos, sem perdermos de vista o tipo de leitura que fazem. Assim, as Tabelas 79 e 80, a seguir, nos mostram a realidade de leitura desses estudantes.

Tabela 79 – Quantidade média de livros lidos, por ano, excetuando os escolares

Média de livros	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Nenhum	1	2,38	2,38
1 a 2	12	28,57	30,95
3 a 5	20	47,62	78,57
6 a 10	7	16,67	95,24
11 a 20	1	2,38	97,62
Mais de 20	1	2,38	100,00
Total	42	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Dessas Tabelas, é possível, tanto computar que 69,05% informaram ler mais de 3 livros (aqueles que estão classificados como leitores de 3 a 5 livros por ano, importam em 47,62%, representando a maior freqüência de respondentes), quanto é possível verificar que 50% preferem leitura classificadas como de ficção (romances, contos, crônicas, poesias etc) e outros (42,86%) preferem não-ficção (estudos, textos históricos e políticos, depoimentos), o que demonstra uma diversidade de gostos e pensamentos que podem reforçar os conhecimentos adquiridos a partir da combinação dessas leituras e as informações obtidas nas discussões realizadas no ambiente universitário.

Tabela 80 – Tipos de livros que lê, além de textos didáticos e informativos

Tipos de livros	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Literatura-ficção (romances, contos,	21,00	50,00	50,00

crônicas, poesias etc)			
Romances policiais e/ou de terror	1,00	2,38	52,38
Não ficção (estudos, textos históricos e políticos, depoimentos)	18,00	42,86	95,24
Nenhum	1,00	2,38	97,62
Opções(1 e 4)	1,00	2,38	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

A necessidade de locomoção entre os lugares que freqüentamos e a dificuldade/facilidade em fazê-la, pode determinar nossa freqüência e o prazer de estarmos nesse local. Assim, pensando desta forma, inquirimos aos cotistas sobre a quantidade de transportes que utilizam para ir à Universidade para tentar perceber se esse é um fator impactante na permanência desse aluno na instituição.

A Tabela 81, a seguir, nos indica, de forma resumida, a quantidade e o tipo de transportes/veículos utilizados pelo aluno para ir à Universidade. Percebemos pelos dados apresentados que dois terços dos entrevistados indicam utilizar dois ônibus por dia; ainda, podemos ver que 23,81% respondem que utilizam quatro ônibus por dia para ir à Universidade. Sendo o número de respondentes reduzido dos que usam a motocicleta, vêm de "carona" ou andam a pé para freqüentar a Uneb.

Tabela 81: Quantos/quais transportes você utiliza para ir à Uneb?

Itens	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Dois ônibus por dia	28,00	66,67	66,67
Quatro ônibus por dia	10,00	23,81	90,48
Motocicleta	2,00	4,76	95,24
Venho de carona	1,00	2,38	97,62
Ando a pé	1,00	2,38	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

A despesa com meios de locomoção à Uneb entre os pesquisados é alta, pois boa parte deles (90,48%) chegam a informar que necessitam usar até quatro ônibus para freqüentar o curso. Esse dado é mais preocupante quando pensado, sem perder de vista a informação sobre a participação na renda familiar, pois quase 60% indicam que recebem ajuda financeira da família (Tabela 67). Isso, provavelmente, venha a rebater na qualidade do desempenho acadêmico que pode trazer frustração e conseqüente impacto sobre as condições de permanência e até mesmo do sucesso que esse aluno poderia ter caso houvesse um eficiente programa de ajuda de custo ou outro programa assemelhado que colaborasse com o sustento desse cotista.

Outro fator importante para entendermos o esforço que os cotistas fazem para se manterem na Uneb é o gasto com alimentação, no período que estão na universidade, ainda que a precisão dos valores envolvidos nesse gasto seja posta em dúvida.

A faixa de gastos com alimentação que mais concentra estudantes é a que informa ter gasto até R$5, cujo dado é igual a 50% (Tabela 82). Em seguida ficam os que gastam de acima de cinco reais até dez reais. Nesta faixa estão 26,19% dos estudantes. No entanto, apesar do quantitativo não ser muito alto, apenas 16,67%, nos chamou a atenção o fato de que alguns trazem o alimento de casa e se caracteriza como um dado importante, pois o fator alimentação (ou melhor, ausência de restaurante universitário) é um que foi destacado entre os cotistas como um item que prejudica a sua permanência na Uneb. Esse cenário se torna mais grave quando conjugamos todas essas informações, pensando na fragilidade da garantia da permanência e do sucesso desses cotistas, sem um restaurante universitário[67] que lhes permita ter boa alimentação a baixo custo, tendo em vista que hoje na Uneb não existe um local apropriado para se fazer uma refeição. O que existe são apenas lugares que "possibilitam" que o estudante faça lanches rápidos.

Tabela 82 – Gasto diário com alimentação na Uneb

Gastos	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Até R$ 5	21,00	50,00	50,00
De R$ 5,01 a R$ 10 por dia	11,00	26,19	76,19
Trago o alimento de casa	7,00	16,67	92,86
Não como na Universidade	3,00	7,14	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador

Entendemos que boa parte do sucesso que alguém pode alcançar num curso universitário é proveniente da possibilidade de acesso a bons autores (em livros, periódicos etc) com o intuito de, com eles, dialogar, da sua capacidade de compreender os assuntos abordados e seu esforço em manter-se bem informado com autores do passado e atuais, que sejam relevantes ao seu curso. Assim, quisemos saber com que freqüência os estudantes vão à biblioteca da universidade no intuito de perceber se são dedicados aos estudos, entendendo a biblioteca como um espaço de estudos e pesquisa em livros, documentos e periódicos. O que pudemos perceber é que 42,79% deles costumam ir regularmente à biblioteca e

[67] Esse fato, foi também observado no *Campus* III, Juazeiro, durante a pesquisa de campo.

suas idas correspondem a no mínimo duas vezes por semana. Suas respostas encontram-se sintetizadas na Tabela 83, a seguir.

Tabela 83 - Freqüência à biblioteca da Uneb

	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Vou diariamente	11,00	26,19	26,19
Vou uma vez por semana	6,00	14,29	40,48
Vou duas vezes por semana	7,00	16,67	57,14
Não tenho regularidade	18,00	42,86	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

É de se esperar que o ingresso numa universidade traga muitas mudanças na rotina diária dos estudantes: novos círculos de amizade, novos interesses, conversas mais "intelectualizadas", novo olhar sobre a vida. Enfim, transformações que podem ser percebidas até com respeito aos lugares doravante freqüentados: congressos da área de interesse do seu curso, peças de teatro, filmes indicados pelos professores para serem analisados como parte das "leituras" a serem feitas são alguns exemplos das muitas alterações do dia-a-dia que um estudante universitário passa a experimentar. É claro que muitas dessas mudanças comportamentais e de expectativas sobre o mundo, que o cerca, tragam consigo outras despesas, as quais ele, provavelmente, não tinha antes (Tabela 84).

Tabela 84 - Outras despesas decorrentes de estar cursando uma universidade

Despesas extras	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
1.Ir ao cinema	1,00	2,38	2,38
2.Assinatura de jornais/periódicos da área	2,00	4,76	7,14
3. Aquisição de material para aulas práticas.	13,00	30,95	38,10
4. Assinatura de revistas da área.	1,00	2,38	40,48
6.Participação em congresso/seminários/wokshop	14,00	33,33	73,81
Opções(3,4,6)	1,00	2,38	76,19
Opções(1,4,6)	1,00	2,38	78,57
Opções(4,6)	6,00	14,29	92,86
Opções(1,2)	1,00	2,38	95,24
Opções(1,2,4,6)	1,00	2,38	97,62
Opções(3,6)	1,00	2,38	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Já é consenso que estamos na era da informação e que as novas tecnologias lideradas pelos computadores são o diferencial que pode transformar o mundo em dois hemisférios: o dos inclusos e o dos excluídos. Assim, percebemos importante questionar os estudantes quanto ao domínio e uso da *internet* e, claro, o

computador. A Tabela 85, a seguir, traz sintetizadas as respostas a essa pergunta. É possível ver que 88,10% dos entrevistados têm computador em casa com *internet*. Acreditamos que tal situação seja decorrente do barateamento que se tem visto dos preços do computador doméstico e da telefonia na última década e novas linhas de financiamento que têm facilitado a aquisição desses.

Tabela 85 - Sobre acesso a *Internet* e computador:

Item	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Não tenho computador em casa	4	9,52	9,52
Tenho computador em casa, sem *internet*	1	2,38	11,90
Tenho computador em casa, com *internet*	37	88,10	100,00
Total	42	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

É importante para o presente trabalho identificar "marcas" visíveis, ou não, que indiquem a possibilidade de permanência e sucesso dos cotistas no ambiente acadêmico unebiano. Entendendo que o sentimento de pertencimento é importante para se querer estar em um lugar, foi perguntado ao estudante cotista se o ambiente da Universidade dificulta ou mesmo impede que os cotistas se adaptem à vida acadêmica. Foi uma questão que envolveu apenas duas alternativas (sim e não), mas possibilitou que, aqueles que desejassem, expressassem seu entendimento do que era um ambiente favorável ou não à sua adaptação. Esses dados foram sintetizados e apresentados na Tabela 86, a seguir, de forma a dar melhor visibilidade ao que foi respondido pelos cotistas e que é muito importante para nossa pesquisa.

Tabela 86 - O ambiente da Universidade dificulta ou mesmo impede que os cotistas se adaptem à vida acadêmica?

	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	5,00	11,90	11,90
Não	37,00	88,10	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Assim, pela leitura e percebemos que 88,10% disseram não, sendo poucos os que consideraram a afirmativa à pergunta. Estes verbalizaram essa percepção a partir das seguintes frases:

> *Sim, devido aos horários desregulados impossibilitando trabalharmos até na área sob a forma de estágio. Logo, é difícil a participação em eventos pagos (como congressos, seminários e workshop) (Nutrição – 6º. Semestre)*
>
> *No meu caso se aplica ao horário do curso. Teoricamente cotista é sem condição econômica, portanto tem que trabalhar para estudar o que dificulta com o horário do curso (Fonoaudiologia – 4º. Semestre)*
>
> *Além da abordagem acadêmica ser bastante complexa, o custo é bastante elevado (Enfermagem)*
>
> *Uma vez que os estudantes oriundos por cota têm baixo nível econômico, a Uneb não oferece refeitório e cotas para xerox o que facilitaria a permanência dos cotistas na universidade (Enfermagem – 6º. Semestre)*
>
> *Pois, não há uma ajuda de custo ou bolsa que ajude tal aluno a prosseguir no curso superior (Língua Portuguesa e Literatura – 6º. Semestre)*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Apesar de serem poucos os pesquisados (14,29%) que ponderam que a Uneb oferece um ambiente pouco amistoso à sua permanência e estes fazerem parte essencialmente do DCV – I (11,90%) o que nos levaria a pensar ser um problema pontual e localizado, achamos prudente analisar suas considerações e entendê-las como importantes e sinalizadoras de problemas submersos e que nem sempre são tomados em conta num processo global da instituição. Alguns apontam os horários inadequados ou desregulados dos seus cursos, apontam para a falta de condição econômica do cotista o qual tem que trabalhar e estudar atendendo a um horário complicado, outros indicam a inexistência de refeitório da Uneb e a necessidade de se oferecer ao cotista a quota de cópias reprográficas, no entanto o que consideramos principal foi apontado por um respondente: a inexistência de ajuda de custo ou bolsa de estudos aos cotistas de forma que “ajude tal aluno a prosseguir o curso superior” (Língua Portuguesa e Literatura – 6º. Semestre).

Em nosso entendimento, são percepções que vêm ao encontro do que trata esse trabalho: a permanência e o sucesso dos cotistas numa universidade como a Uneb. Horários inadequados e desestimulantes, falta de refeitório universitário que possibilite uma alimentação adequada a baixo custo, recursos materiais e financeiros por meio de bolsas de estudo ou ajuda de custo, são alguns dos problemas já indicados pelos próprios estudantes como fatores importantes para permanecerem e terem sucesso como cotistas, indicando que esses prejudicam e tornam o ambiente pouco amistoso a eles.

Quando questionados a responder se havia dificuldades em acompanhar o curso, os alunos se depararam com duas possibilidades de respostas: sim e não, as quais se encontram sistematizadas na Tabela 87, a seguir.

Tabela 87 - Você sente dificuldade em acompanhar o curso?

	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	7,00	16,67	16,67
Não	35,00	83,33	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Na mesma questão, eles tinham a possibilidade de indicar a dificuldade encontrada em acompanhar o curso. Ao responderem eles indicaram respostas que nos levaram a três grandes grupos de dificuldades: há pouca dedicação ao curso por exercer atividade remunerada; trouxe deficiência nos conhecimentos básicos necessários ao bom acompanhamento das aulas na universidade; e, falta condições econômicas para se manter estudando.

Esses três grupos de resposta espelham o universo de dificuldades pelas quais vêm passando o estudante cotista da Uneb. No entanto vale a ressalva que esses são pontos alheios à própria universidade por se tratarem de problemas sócio-econômicos graves e externos à esfera de influência da instituição. As suas falas nos trazem, em alguns momentos, expressões de angústia e a contribuição que mais nos chamou a atenção foi a de uma aluna do curso de Ciências Contábeis – 5º semestre:

> *Exerço atividade remunerada com jornada de 8 horas. Me sinto cansada e não tenho tempo suficiente para estudar (Ciências Contábeis – 5º. Semestre).*
>
> *Quando ocorre a dificuldade é por estar trabalhando e não por ser cotista (Pedagogia – 2º. Semestre)*[68]*.*
>
> *Pois preciso desempenhar outras atividades remuneratórias, para custear minha vida acadêmica (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre).*
>
> *Por questões de conciliar a necessidade de trabalhar e cumprir as atividades acadêmicas, principalmente no que se refere ao horário do meu curso (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre).*
>
> *Porque no ensino médio não tive aulas de química, física e biologia, o que está me prejudicando para acompanhar as disciplinas que requerem conhecimento básico dessas disciplinas." (Fisioterapia – 2º. Semestre).*

[68] Este respondente disse que não sente dificuldades e respondeu o texto acima transcrito.

> *Faltam conhecimentos prévios, os quais foram "deficientes" ou não aconteceram no período escolar (Língua Portuguesa e Literatura – 6º. Semestre).*
>
> *Sim. Por conta das despesas financeiras (Comunicação Social – RP – 6º. Semestre).*
>
> *Dificulta pela falta de organização das grades de horários, diminuindo assim os horários para estudo fora da sala de aula (Nutrição – 5º. Semestre).*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Verificar as condições de permanência e sucesso também passa por perceber o que os estudantes pensam do conviver na Uneb. Lembrar que por muitas décadas a universidade não foi o espaço "natural" dos menos favorecidos estarem. Os cotistas estão agora vivenciando a oportunidade de estabelecer um novo espaço de convivência que no passado lhe foi negado: a universidade. É claro que o conviver se estabelece no dia-a-dia e foi exatamente isso que fomos buscar com a questão sobre se o ambiente na Uneb é amigável ou não. Na Tabela 88, trazemos sinteticamente as respostas e podemos ver que 95,24% indicaram encontrar na Uneb um ambiente favorável à sua presença.

Tabela 88 - Encontrou um ambiente amigável

Respostas	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	40,00	95,24	95,24
Não	2,00	4,76	100,00
Total	42,00	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Nessa pergunta, possibilitamos ao cotista verbalizar, caso sua resposta, à pergunta, fosse positiva, sua justificativa a se sentir bem na Uneb. Foram muitos os que indicaram sua motivação à resposta afirmativa, mas englobamos todas em três grandes motivos: 1) há um ambiente amistoso e de cooperação que possibilita a interação; 2) já conhecia os atuais colegas da escola onde fez o ensino médio; e, 3) corpo discente bem preparado e companheiro. Desta forma, trazemos as falas dos alunos, a seguir:

> *Fui bem recebida, e todos interagem uns com os outros (Pedagogia – 2º. Semestre).*
>
> *Sempre fui tratado normalmente, sem nenhum tipo de discriminação (Fonoaudiologia – 2º. Semestre).*
>
> *Colegas e funcionários dispostos a contribuir comigo (Ciências Contábeis – 5º. Semestre).*

Fui bem recepcionado. Não por ser cotista, mas por ser mais um dos que ingressaram (Engenharia de Produção Civil – 8º. Semestre).

Os colegas ajudam muito: tanto no entendimento das disciplinas como em reuniões para tomada de decisões (Língua Portuguesa e Literatura – 6º. Semestre).

Me identifiquei com as pessoas do curso (Comunicação Social – RP – 2º. Semestre).

Espaço grande e colegas amistosos (Comunicação Social – 6º. Semestre).

Aparentemente não há conflitos relevantes (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre).

Excetuando os servidores da universidade, encontrei um ambiente agradável, amigável (Urbanismo – 4º. Semestre).

Não houve conflitos (Sistemas de Informação – 4º. Semestre).

Ambiente natural sem problemas (Administração – 10º. Semestre).

Todas as pessoas em meu curso se tratam igualmente, nunca percebi o contrário (Química – 4º. Semestre).

O ambiente a que me refiro é o ambiente que tenho em classe, que por ser um curso noturno as pessoas são mais maduras o que facilita a convivência (Letras com Inglês – 2º. Semestre).

Porque me adaptei à faculdade e fui bem recebida pelos colegas (Fisioterapia – 2º. Semestre).

Os alunos da minha turma são totalmente cooperativos e super amigos (Fisioterapia – 2º. Semestre).

Pois todos que aqui se encontram estão para aprender (Urbanismo – 4º. Semestre).

Pois todos os meus colegas contribuem com o meu aprendizado (Pedagogia).

Pois encontrei pessoas com as quais me identifiquei (Pedagogia – 2º. Semestre).

O ambiente é ótimo e as pessoas bastante solicitas (Letras com Inglês – 2º. Semestre).

Há muitos alunos que já conhecia por estudarem na escola onde cursei o ensino médio e isso facilitou a convivência (Fisioterapia – 4º. Semestre).

Conhecia muitos colegas do Colégio que cursei o Ensino Médio (Ciências Contábeis 7º. Semestre).

Professores prontos e dedicados. (Fonoaudiologia – 2º. Semestre)

Tenho bons professores, compreensivos e competentes e um ambiente acolhedor entre os meus colegas. (Enfermagem – 6º. Semestre).

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Quando solicitados a responder sobre a percepção deles acerca de expectativa negativa por serem estudantes cotistas. Das suas falas, podemos

sintetizar: 1) Dificuldades de adaptação; e 2) comparações com os não-cotistas, são as percepções dos cotistas em relação ao ambiente (docentes, discentes em geral e técnicos-administrativos) da Uneb:

> *No início, nos primeiros semestres, verifiquei dificuldades tanto quanto ao desempenho das disciplinas como ao reconhecimento de alunos e professores (Enfermagem – 6º. Semestre).*
>
> *Pela vasta inserção de estudantes não-cotistas na Universidade e deficiência de alguns setores (Comunicação Social – RP – 6º. Semestre).*
>
> *Muitas comparações feitas, por professores, entre cotistas e não-cotistas, críticas de alguns profissionais em relação à lei de cotas (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre).*
>
> *Segundo eles, os cotistas retiram as vagas dos não-cotistas (Química – 4º. Semestre).*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Apesar de responderem que há um ambiente amigável na Uneb, muitos deles indicaram perceber um ambiente negativo com respeito aos cotistas. O que parece ser contraditório, na realidade, sem querer fazer análise do discurso, pela observação ainda que superficial desses cotistas o que se entende é que apesar de considerarem que a Uneb oferece um ambiente amistoso, de pessoas cordiais, professores competentes e companheiros, há entre eles (cotistas) algumas dificuldades que precisam ser vencidas e há pessoas (provavelmente não muitas, pois caso fosse um número grande não considerariam o ambiente amigável) que dificultam a presença dos cotistas comparando-os com os não-cotistas e diminuindo a sua auto-estima por serem cotistas. Vale ressaltar que apenas quatro dos respondentes verbalizaram sua opinião.

Com a idéia de poder mensurar a sensação de bem-estar em conviver na Uneb foi questionado aos estudantes se eles desejavam mudar de curso. O resultado dessa questão está resumido na Tabela 89, a seguir. Como podemos observar 90,48% dos entrevistados responderam que não desejam mudar de curso apesar de qualquer dificuldade encontrada.

Tabela 89 - Desejo de mudar de curso

Respostas	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	4,00	9,52	9,52
Não	38,00	90,48	100,00
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente se deseja mudar de curso.

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Mesmo apresentando esse alto grau de satisfação em permanecer no curso para o qual prestaram vestibular, cinco dos respondentes indicaram um novo curso, no qual gostariam de estar, conforme podemos ver na Tabela 90, a seguir.

Tabela 90 - Mudança de curso

Curso "novo"	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Ciências contábeis	1,00	2,38	90,24
Enfermagem	1,00	2,38	92,68
Nutrição	2,00	4,76	97,56
Projeto de Produto	1,00	2,38	100,00
Sem resposta	37,00	88,10	
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente para qual curso deseja mudar, em caso afirmativo à pergunta anterior,

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Ainda tentando perceber as condições de permanência e sucesso dos cotistas, perguntamos se ele completará o curso no prazo máximo regulamentar, sendo preocupante o percentual dos que responderam afirmativamente (71,43% - Tabela 91).

Tabela 91 - Percepção da finalização do curso

Opção	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	30,00	71,43	71,43
Não	12,00	28,57	100,00
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita do respondente informar se vai concluir o curso no prazo máximo estipulado?

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador.

Muitos deles informaram que caso haja demora em concluir o curso é devido, basicamente, a: problemas relativos à instituição, como greves, problemas decorrentes da preparação própria do discente:

> *Há freqüentes greves (Letras com Inglês – 2º. Semestre).*
>
> *Não é porque sou cotista e sim porque a universidade está fazendo três semestres em um ano por causa da greve (Pedagogia – 2º. Semestre).*
>
> *Está havendo boatos de uma nova greve (Língua Portuguesa e Literatura).*
>
> *Porque vou trancar algumas matérias para fazer um curso extra no que estou tendo dificuldades (Fisioterapia – 2º. Semestre).*
>
> *Fiz transferência interna, então atrasei o curso em um semestre (Sistemas de Informação – 6º semestre).*

> *Por estar trabalhando em horários que chocam com as aulas, acabei atrasando algumas matérias (Engenharia de Produção Civil).*
>
> *Possuo matérias pendentes, não cursadas no semestre regulamentar (Administração – 2º semestre).*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

A Uneb previu criar, a partir da publicação da Resolução Uneb/Consu nº196/2002, programas de apoio ao cotista ingresso por esse instrumento, o que podemos comprovar no artigo 4º da citada Resolução:

> Art. 4º- A Universidade do Estado da Bahia – UNEB implementará programas sociais de apoio e de acompanhamento acadêmico para os estudantes que ingressarem nos seus cursos através do sistema de quotas estabelecido no Art. 1º desta Resolução.

No entanto, apesar da promessa de ação prevista na referida Resolução que estabelece e aprova o sistema de cotas para afro-descendentes, não se vê espelhado nas respostas dos cotistas com relação à participação em programas/projetos na Uneb. É alarmante a quantidade mínima de estudantes que dizem estar participando ou já haver participado de algum projeto ou programa nessa universidade, apenas 23,81% (Tabela 92) dizem ter participado, e quando informam qual é o nome do programa/projeto verificamos que nenhum deles visa a permanência do cotista. Todos são programas/projetos com outra finalidade.

Tabela 92 - Participa de programa/projeto na Uneb

	Freqüência	Percentual	Freqüência Percentual Acumulada
Sim	10,00	23,81	23,81
Não	32,00	76,19	100,00
Total	42,00	100,00	

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente que ele informe se participa ou participou de algum programa/projeto na Uneb.

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador, 2008.

Vejamos algumas citações, que reúnem as respostas dissertativas dos pesquisados, tais como: participação em projeto de pesquisa, programa de monitoria de ensino, empresa júnior, estágio na universidade e participação em programas de preparação para ingresso à universidade:

> *Projeto Pedra Grande (Enfermagem)*
>
> *Projeto Pedra Grande (Enfermagem)*
>
> *Iniciação Científica (Língua Portuguesa e Literatura)*
>
> *Projeto Unebcom (Comunicação Social – Relações Públicas)*

Projeto de Pesquisa 25 anos UNEB e BITEC 2008/2009 (Turismo e Hotelaria)

Um Projeto de Incentivo à Leitura (Língua Portuguesa e Literatura)

Monitoria de Cálculo I e Cálculo II (Sistemas de Informação)

Empresa Júnior e Estágio na Coordenação do Departamento (Sistemas de Informação)

Universidade Para Todos (Engenharia de Produção Civil)

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Os que participaram de algum programa ou projeto foram solicitados a avaliar se o valor da bolsa recebido no(s) programa(s)/projeto(s) atende e/ou atendiam à manutenção das condições sócio-econômicas básicas à vida estudantil na Uneb, como cotista, tais como transporte, alimentação, aquisição de livros, cópias reprográficas e outros recursos didáticos.

Saber se a Uneb tem apoiado o cotista no sentido de viabilizar sua permanência por meio de "programas sociais de apoio e de acompanhamento acadêmico para os estudantes que ingressarem nos seus cursos através do sistema de quotas" (Resolução Uneb/Consu nº 196/2002, art. 4º) passa também por solicitar aos interessados, ou seja, ao público alvo dessas ações, dentre uma lista de cinco itens, qual a ordem que eles dão aos itens de maneira que, se disponibilizados pela Uneb, facilitem a permanência do cotista na universidade. Vale dizermos que os itens foram Bolsa de estudos que sirva para manter o cotista em suas necessidades básicas; Acesso ampliado à biblioteca com a possibilidade de fazer o empréstimo de um maior número dos livros que necessita por um maior prazo, Acesso facilitado a computador que esteja ligado à *Internet*, quota mensal de cópias reprográficas gratuitas, e programa institucional que vise sanar as dificuldades de aprendizagem trazidas do ensino médio.

Destacamos, a partir da observação dos dados sintetizados na Tabela 93, que os itens recordistas na opinião dos respondentes: Bolsa de estudos (23 em 40 acreditam que esse item é o mais importante) e Acesso facilitado a computador e à internet (15 em 40 acreditam que esse item é o mais importante) são os fatores mais indicados pelos respondentes, tendo em vista aspectos opostos. O primeiro é o mais importante e o segundo, acima, é o menos importante à permanência do cotista, respectivamente. Na mesma Tabela 93, percebemos que o segundo mais importante é Quota mensal de cópias reprográficas gratuitas (19 em 39 acreditam que esse item

é o mais importante), o terceiro item considerado como mais importante (ou medianamente importante) é o item Acesso facilitado à biblioteca e o quarto mais importante (ou segundo menos importante) é o Programa institucional (15 em 39 respondentes afirmam ser esse o item mais importante à permanência do cotista). Apesar de a escolha ser feita a partir de uma lista prévia de itens, a serem listados por ordem crescente de importância, acreditamos que essa questão possibilita ao respondente opinar sobre o que lhe parece melhor para si, à sua vontade.

Tabela 93 - Itens essenciais para facilitar a permanência do cotista na universidade

Ordem	Itens	Grau de importância crescente, da esquerda para a direita					
		1	2	3	4	5	Total
1	Bolsa de estudos que sirva para manter o cotista em suas necessidades básicas	4	5	4	4	23	40
2	Acesso ampliado à biblioteca com a possibilidade de fazer o empréstimo de um maior número dos livros que necessita por um maior prazo	5	6	4	7	18	40
3	Acesso facilitado a computador que esteja ligado à *internet*	7	3	7	8	15	40
4	Quota mensal de cópias reprográficas gratuitas	6	1	6	7	19	39
5	Programa institucional que vise sanar as dificuldades de aprendizagem trazidas do ensino médio.	8	6	2	8	15	39
	Total	30	21	23	34	90	198

Nota explicativa: a questão solicita ao respondente que indique em ordem crescente de importância, entre os itens listados o que ele considera essencial para facilitar a permanência do cotista na Uneb. (A gradação deveria ter sido feita usando a escala de 1 a 5, considerando 1 = menos importante e 5 = mais importante)

Fonte: Pesquisa de campo, Uneb/*Campus* I, Salvador , 2008.

Com a mesma idéia de que o estudante nos informe das suas necessidades e desejos enquanto cotista foi feita a solicitação de que ele nos indicasse os fatores que considera como dificuldades para a sua permanência na Uneb. Foram apontadas várias causas, mas pudemos congregar todas em 1)problemas estruturais institucionais (restaurante, livros, acesso à *internet*, número grande de cópias reprográficas, inexistência de bolsas estudantis), 2)dificuldades financeiras com alimentação e transporte; e, não há dificuldades, por ser cotista. Vejamos suas opiniões, transcritas a seguir:

> *Falta de restaurante universitário e dificuldade para conseguir vaga na república (Engenharia de Produção Civil).*
>
> *Compra de livros e xerox do material solicitado. Transporte para chegar à universidade. Alimentação no período em que estou na universidade (Língua Portuguesa e Literatura – 6º. Semestre).*

Acredito que a maior dificuldade é a questão financeira (sistemas de informação).

Uma vez que os estudantes oriundos por cota têm baixo nível econômico, a Uneb não oferece refeitório e cotas para xerox o que facilitaria a permanência dos cotistas na universidade (Enfermagem).

Falta de bolsas estudantis que facilitem à permanência do aluno na universidade; falta de um restaurante universitário; maior número de livros disponíveis para empréstimo; cota mensal de cópias (Língua Portuguesa e Literatura).

Transporte, xerox, livros, alimentação (Turismo e Hotelaria).

O crescente gasto com cópias reprográficas; biblioteca pequena com livros antigos; difícil acesso a oportunidade de estágio (Comunicação Social – Relações Públicas).

Financeiros: livros, transporte, xerox, impressão, acesso à internet para pesquisa (Língua Portuguesa e Literatura).

Discriminação, bolsa de estudos para cotista (Enfermagem).

1 - ter que trabalhar para pagar transporte (4 por dia). Pagar cursos extra (inglês, francês, informática); comprar livros (quase nunca); alimentação... 2 – o não conhecimento do que a Uneb pode oferecer (órgãos de pesquisa, bolsas de incentivo etc); 3 – falta de tempo provocada pelo primeiro fator (Turismo e Hotelaria).

Horário do curso (Fonoaudiologia – 4º. Semestre).

Até o presente dia, não chegou ao meu conhecimento qualquer programa de assistência a estudantes aqui na Uneb. Tudo o que eu preciso é de inteira responsabilidade minha, a aquisição. A Uneb apenas disponibiliza a biblioteca que é bastante deficiente e o acesso à internet. No mais desde o transporte até a reprografia o aluno tem que se virar sozinho (Letras com Inglês – 2º. Semestre).

Gasto elevado com xerox em função do grande número de livros desatualizados. Falta de estrutura do departamento de ciências da vida para os alunos que permanecem o dia inteiro na faculdade. Por exemplo: falta de um aparelho de microondas para esquentar o almoço trazido de casa (Nutrição – 5º. Semestre).

Ausência de um refeitório na universidade; quantidade pequena de exemplares na biblioteca, tendo que assim gastar grandes valores com xerox (Nutrição – 6º. Semestre).

Gastos com transporte (4 diários); horário do curso (apenas à tarde); gastos com livros, visitas acadêmicas (viagem para estudo, reprografia); necessidade de investimento em cursos afim (Turismo e Hotelaria – 8º. Semestre).

Apenas o problema do número de cópias e impressões que torna o curso muito dispendioso (Química – 2º. Semestre).

Poucos projetos de assistência estudantil, não proporcionam base econômica para manutenção do cotista numa universidade onde é quase impossível trabalhar devido aos horários (Fisioterapia – 4º. Semestre).

Falta de restaurante universitário, tanto para cotista (que não quer dizer que é menos favorecido ou com menos condições, pois muitos

trabalham ou têm uma condição normal, mas com dificuldade de pagar colégio de R$600,00 a R$900,00) como para os que não são, pois não são todos ricos e não podem trabalhar pela grande permanência na faculdade (o dia todo) (Nutrição – 5º. Semestre).

Dificuldade no transporte (custo alto, pois moro em outra cidade) e custo de alimentação (aproximadamente R$ 7,00 por dia) (Química).

Dificuldade financeira (Administração – 8º. Semestre).

Como cotista tenho algumas dificuldades financeiras como transporte, alimentação, pois preciso permanecer na Uneb por mais de 12 horas para fazer pesquisas na biblioteca e na internet (Pedagogia).

O que mais atrapalha é o fato de ter que trabalhar, chegando à faculdade desestimulada por não ter tempo suficiente para estudar (Ciências contábeis – 5º. Semestre).

Particularmente não tenho maiores dificuldades nesse sentido. Porém, posso citar, por exemplo, a questão da complementação do ensino com atividades paralelas que infelizmente ainda não existe (Ciências contábeis – 7º. Semestre).

Não existe para mim, entretanto a questão do auxílio a cópias reprográficas gratuitas seria muito importante (Comunicação Social – RP – 2º. Semestre).

Financeira, pois precisa de atividade profissional paralelamente ao curso (Administração – 10º. Semestre).

A dificuldade financeira (já que não estou trabalhando no momento) e principalmente as dificuldades educacionais trazidas do ensino público (Fisioterapia – 2º. Semestre).

Dificuldades em número de cópias a tirar. Gastos com transporte. Falta de estrutura para a manutenção do aluno em outros horários na faculdade, como a falta de um restaurante universitário (Urbanismo – 4º. Semestre)

A falta de um ensino de qualidade não disponibilizado durante o ensino médio (Fisioterapia – 2º. Semestre).

A falta de preparo de alguns professores em lidar com o público em geral; falta de estímulos; exclusão quase total da prática (Administração – 7º. Semestre).

Não vejo nada que se configure como dificuldade por ser cotista (Sistemas de Informação).

Nenhum (Química – 6º. Semestre).

Não tenho dificuldade por ser cotista, em está na universidade (Urbanismo – 4º. Semestre).

Não vejo nada que dificulte minha permanência na Uneb (Pedagogia – 2º. Semestre).

Como cotista, nenhum. Como pessoa de classe média baixa: falta tempo para trabalhar e ter dinheiro (Farmácia – 6º. Semestre).

Pessoalmente, não vejo dificuldades (Comunicação Social – RP – 2º. Semestre).

> *Não sinto dificuldades por ser cotista (Ciências Contábeis – 7º. Semestre).*
>
> *Não há dificuldades para a minha permanência por ser cotista (Pedagogia – 2º. Semestre).*
>
> *De uma forma geral, não vejo problemas graves o suficiente que possa impedir minha permanência na Uneb (Letras com Inglês – 2º. Semestre).*
>
> Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

6.4.4.1 **Cruzamentos das questões**: o C*ampus* I

A pesquisa de campo feita no *Campus* I foi, também, analisada a partir de diversos cruzamentos das questões com o objetivo de melhorar a nossa percepção dos questionamentos a partir do entrelaçamento de alguns pontos abordados, por entendermos que seja melhor para as análises e interpretações das respostas dos discentes considerar, pelo menos, duas variáveis em conjunto, a saber: curso feito no ensino médio *versus* projeção da finalização do curso, curso no qual está matriculado e tipo de livros que lê, curso *versus* quantidade de livros lidos, participação na renda familiar *versus* gênero dos respondentes, participação na renda familiar e curso, participação na renda familiar e idade até dezembro de 2008, adaptação à vida acadêmica *versus* curso no qual está matriculado. Ainda tomando como base o curso foram feitos vários cruzamentos com outras variáveis, tais como: adaptação à vida acadêmica, desejo de mudar de curso, cidade na qual reside, acesso à internet, percepção de expectativa negativa ao cotista, freqüência à biblioteca, percepção de ambiente amigável na Uneb e expectativa de conclusão de curso. Todos os cruzamentos visaram o melhor refinamento das análises, anteriormente, feitas.

O que vemos na Tabela 94, a seguir, é a síntese dos dados obtidos pelo cruzamento do curso do ensino médio que fez e previsão de conclusão do curso. Esse cruzamento nos mostra que os estudantes que fizeram o curso Colegial são os que mais acreditam poder concluir o seu curso na Uneb no prazo mínimo de curso,

representando 54,76% do total de respondentes. Destaquemos o fato que 30 em 42 dos respondentes acreditam concluir no prazo o seu curso universitário. Percebemos que a sua trajetória escolar ajude no seu desempenho na universidade e estabeleça a confiança na conclusão em tempo regular o curso na universidade.

Tabela 94 - Expectativa de finalização do curso no qual está matriculado

Curso do ensino médio	Conclusão no prazo	Conclusão fora do prazo	Total
Técnico (Eletrônica, Química, Contabilidade, etc)	5	3	8
Colegial	23	7	30
Magistério	0	1	1
Supletivo	1	1	2
Outro	1		1
Total	30	12	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

O interesse pela leitura tem presença marcante entre os estudantes pesquisados, considerando que apenas um dos respondentes afirma não ler nada além dos textos didáticos. O curso com o maior número de textos extra-didáticos é Fonoaudiologia, conforme Tabela 95, a seguir.

Tabela 95 - Textos didáticos e informativos mais lidos *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Literatura Ficção	Romance Terror	Não ficção	Nenhum	Literatura ficção não ficção	Total
Administração	1	-	2	-	-	3
Ciências Contábeis	1	-	2	-	-	3
Comunicação Social – Relações Públicas	1	-	1	-	-	2
Enfermagem	2	-	-	-	-	2
Engenharia de Produção Civil	1	-	-	-	-	1
Farmácia	1	-	1	-	-	2
Fisioterapia	3	-	-	-	-	3
Fonoaudiologia		-	3	-	1	4
Letras com Inglês	1	-	1	-	-	2
Língua Portuguesa e Literatura	3	-	-	-	-	3
Nutrição	2	-	-	1	-	3
Programação Visual	1	-	-	-	-	1
Pedagogia	1	-	2	-	-	3
Química	1	-	2	-	-	3
Sistemas de Informação	-	-	1	-	-	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	1	-	2	-	-	3
Urbanismo	1	1	-	-	-	2

Tabela 95 - Textos didáticos e informativos mais lidos *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Literatura Ficção	Romance Terror	Não ficção	Nenhum	Literatura ficção não ficção	Total
Outro	0	-	1	-	-	1
Total	21	1	18	1	1	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Esses são dados importantes, pensando que um estudante universitário não deve limitar seu conhecimento ao que lhe é exigido como saber acadêmico. Esse conhecimento científico percebido na sala de aula deve ser permeado também pelo entendimento e percepção do senso comum, na medida em que ocorre uma mútua alimentação entre essas duas instâncias do saber: o conhecimento científico nutre-se do senso comum e o modifica, num movimento contínuo. O fortalecimento do conhecimento científico, que pode acontecer a partir de leituras não-acadêmicas, deve servir de fator relevante a um melhor desempenho do estudante na medida em que pode aumentar o entrelace do conhecimento científico e o não-científico para compreensão e possível modificação da realidade. Outro reforço importante para o estudo numa universidade é a quantidade de livros lidos pelo estudante. Assim, fazer o cruzamento desse dado com o curso no qual o estudante está matriculado pode nos indicar em que cursos os estudantes estão mais envolvidos com leituras e que a sua dedicação pode ser maior que a observada em estudantes de outros cursos (Tabela 96).

Tabela 96 - Quantidade de livros lidos por ano e curso no qual está matriculado

Curso	Quantidade de livros						Total
	Nenhum	1 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 20	Mais de 20	
Administração	1	1	-	1	-	-	3
Ciências Contábeis	-	1	2	-	-	-	3
Comunicação Social – Relações Públicas	-	-	2	-	-	-	2
Enfermagem	-	1	1	-	-	-	2
Engenharia de Produção Civil	-	-	-	1	-	-	1
Farmácia	-	2	-	-	-	-	2
Fisioterapia	-	1	1	1	-	-	3
Fonoaudiologia	-	-	2	2	-	-	4
Letras com Inglês	-	-	2	-	-	-	2
Língua Portuguesa e Literatura	-	-	1	-	1	1	3
Nutrição	-	2	1	-	-	-	3
Programação Visual	-	1		-	-	-	1
Pedagogia	-	-	3	-	-	-	3

Tabela 96 - Quantidade de livros lidos por ano e curso no qual está matriculado

Curso	Quantidade de livros						Total
	Nenhum	1 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 20	Mais de 20	
Química	-	2	1	-	-	-	3
Sistemas de Informação	-	-	1	-	-	-	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	-	-	1	2	-	-	3
Urbanismo	-	1	1	-	-	-	2
Outro	-	-	1	-	-	-	1
Total	1	12	20	7	1	1	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

A participação na renda familiar nos dá uma idéia do envolvimento do estudante no contexto familiar e das suas necessidades em dividir seu tempo com o sustento da família e os estudos. Aliado a esse aspecto fizemos o cruzamento do dado renda familiar com o gênero do respondente. Na Tabela 97, a seguir, podemos ver a síntese desses dados e perceber que um maior número de mulheres indica trabalhar para ajudar ou sustentar a família (11 em 42) contra um número pequeno de homens na mesma situação (6 em 42). Este não é um dado surpreendente se considerarmos que a maior parte dos entrevistados são mulheres, mas nos alarma que tantos tenham que trabalhar para sustentar a família enquanto estudam (lembrar que este foi um fator apontado por muitos como sendo uma grande dificuldade para a permanência e o sucesso deles).

Tabela 97 - Participação na renda familiar versus gênero do respondente

Participação na renda familiar	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Não trabalho, recebo ajuda financeira da família	19	6	25
Trabalho e contribuo parcialmente para o sustento da família	10	5	15
Trabalho para o sustento da família	1	1	2
Total	30	12	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Combinar participação na renda familiar e a idade nos leva a perceber que os nossos estudantes cotistas que participam no sustento ou arcam sozinhos com o sustento da família estão na faixa etária de 22 a 31 anos, num total de 15 dos 42 pesquisados, o que corresponde a 35,71% dos respondentes, conforme Tabela 98, a seguir. Eles são, o que se denomina, jovens estudantes trabalhadores os quais se responsabilizam parcial ou totalmente com o sustento da família e estão num programa de cotas à educação superior e que deveriam estar recebendo,

paralelamente, uma bolsa de estudos decorrente de um programa criado com o fim principal de garantir a permanência e o sucesso desse estudante.

Tabela 98 - Participação na renda familiar *versus* a idade em dezembro de 2008.

Participação na renda familiar	Faixas etárias					Total
	De 17 a 21 anos	De 22 a 26 anos	De 27 a 31 anos	De 32 a 36 anos	Acima de 36 anos	
Não trabalho, recebo ajuda financeira da família	15	6	2	1	1	25
Trabalho e contribuo parcialmente para o sustento da família	2	10	3	0	0	15
Trabalho para o sustento da família	0	2	0	0	0	2
Total	17	18	5	1	1	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

A Tabela 99, a seguir, sintetiza o cruzamento da idade do respondente com o curso no qual está matriculado. Essa informação se torna mais relevante se considerarmos que os cursos nos quais temos boa parte dos respondentes mais jovens são exatamente aqueles para os quais há maior indicação de necessidade de apoio ao estudante cotista, apontada por eles mesmos nas duas últimas questões.

Tabela 99 - Idade até dezembro de 2008 *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Faixas etárias					Total
	De 17 a 21 anos	De 22 a 26 anos	De 27 a 31 anos	De 32 a 36 anos	Acima de 36 anos	
Administração	0	1	2	0	0	3
Ciências Contábeis	0	1	2	0	0	3
Comunicação Social – Relações Públicas	1	1	0	0	0	2
Enfermagem	1	1	0	0	0	2
Engenharia de Produção Civil	0	1	0	0	0	1
Farmácia	2	0	0	0	0	2
Fisioterapia	2	0	0	1	0	3
Fonoaudiologia	2	1	1		0	4
Letras com Inglês	1	1	0	0	0	2
Língua Portuguesa e Literatura	0	3	0	0	0	3
Nutrição	3	0	0	0	0	3
Programação Visual	0	1	0	0	0	1

Tabela 99 - Idade até dezembro de 2008 *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Faixas etárias					Total
	De 17 a 21 anos	De 22 a 26 anos	De 27 a 31 anos	De 32 a 36 anos	Acima de 36 anos	
Pedagogia	0	2	0	0	1	3
Química	3	0	0	0	0	3
Sistemas de Informação	0	1	0	0	0	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	1	2	0	0	0	3
Urbanismo	1	1	0	0	0	2
Outro	0	1	0	0	0	1
Total	17	18	5	1	1	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Os dados obtidos pelo cruzamento da adaptação à vida acadêmica e o curso estão resumidos na Tabela 100, a seguir. Vemos os estudantes cotistas que mais indicaram ter dificuldades em adaptar-se à vida acadêmica estão matriculados nos cursos de Enfermagem (2), Língua Portuguesa (1), Fonoaudiologia (1) e Nutrição (1). Estes cursos figuram entre os que têm alunos na faixa etária que mais contribuem para o sustento da família. Voltamos a realçar que o dado observado nesse cruzamento é importante para ser considerado como aspecto da permanência e do sucesso do estudante cotista. Adaptação à vida acadêmica, participação na renda familiar, idade, curso no qual está matriculado entrelaçam-se para dar uma melhor visão de como pode estar sendo a permanência na Uneb como cotista: difícil.

Tabela 100 - Dificuldade em se adaptar à vida acadêmica *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Teve dificuldade em adaptar-se		Total
	Sim	Não	
Administração	-	3	3
Ciências Contábeis	-	3	3
Comunicação Social – Relações Públicas	-	2	2
Enfermagem	2	-	2
Engenharia de Produção Civil	-	1	1
Farmácia	-	2	2
Fisioterapia	-	3	3
Fonoaudiologia	1	3	4
Letras com Inglês	-	2	2
Língua Portuguesa e Literatura	1	2	3
Nutrição	1	2	3
Programação Visual	-	1	1
Pedagogia	-	3	3
Química	-	3	3
Sistemas de Informação	-	1	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	-	3	3
Urbanismo	-	2	2

Tabela 100 - Dificuldade em se adaptar à vida acadêmica *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Teve dificuldade em adaptar-se		Total
	Sim	Não	
Outro	-	1	1
Total	5	37	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

O desejo em mudar de curso também pode refletir, indiretamente, a capacidade/condição de adaptar-se à vida acadêmica, pode refletir a sensação de bem-estar no espaço acadêmico ou corresponder a uma resposta, aos desejos e anseios dos respondentes com relação ao seu futuro profissional. Todos esses aspectos nos parecem importantes para determinar a permanência e sucesso do respondente na Uneb. Assim, trazemos os dados do cruzamento do desejo de mudar de curso com o curso no qual está matriculado, na Tabela 101, a seguir.

Podemos perceber, pela observação da referida Tabela 101 que os cursos nos quais os alunos demonstram desejar sair (Letras com Inglês – 1 e Urbanismo – 1) não são os mesmos que seus respondentes informam ter sentido dificuldade em adaptar-se à vida acadêmica, conforme a Tabela 100, anterior. Esse aspecto nos faz pensar que a dificuldade de adaptação, aparentemente, não tem relação direta com insatisfação com relação ao curso escolhido, mas sim ao próprio ambiente acadêmico genérico.

Tabela 101 - Desejo de mudar de curso *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Respostas		Total
	Sim	Não	
Administração	-	3	3
Ciências Contábeis	2	1	3
Comunicação Social - Relações Públicas	-	2	2
Enfermagem	-	2	2
Engenharia de Produção Civil	-	1	1
Farmácia	-	2	2
Fisioterapia	-	3	3
Fonoaudiologia	-	4	4
Letras com Inglês	1	1	2
Língua Portuguesa e Literatura	-	3	3
Nutrição	-	3	3
Programação Visual	-	1	1
Pedagogia	-	3	3
Química	-	3	3
Sistemas de Informação	-	1	1
Turismo / Turismo e Hotelaria	-	3	3

Tabela 101 - Desejo de mudar de curso *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Respostas		Total
	Sim	Não	
Urbanismo	1	1	2
Outro	-	1	1
Total	4	38	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

A nossa pesquisa que procura envolver a política de cotas a uma instituição universitária e seu aspecto *multicampi* também quer saber qual a possível área geo-espacial que essa IES atende. Entender a movimentação dos estudantes entre sua residência e a Uneb é um aspecto que consideramos importante para a questão abordada da permanência e do sucesso, pois as idéias de pertencimento, de proximidade, de vizinhança podem dar ao estudante uma sensação de "extensão da sua própria casa". Essa sensação pode contribuir com o bem-estar de "viver" no espaço acadêmico da Uneb. Ao fazer o cruzamento do dado que indica o município no qual o respondente reside com o curso no qual ele se encontra matriculado pensamos em perceber essas nuances de maneira individualizada. Ressaltemos que apenas um estudante de Engenharia de Produção Civil e um estudante de Química informaram residir fora de Salvador, conforme esboçado na Tabela 102, a seguir:

Tabela 102 - Município no qual reside *versus* o Curso na universidade

Curso	Reside atualmente em			Total
	Salvador	Camaçari	Dias D'Ávila	
Administração	3	-	-	3
Ciências Contábeis	3	-	-	3
Comunicação Social – Relações Públicas	2	-	-	2
Enfermagem	2	-	-	2
Engenharia de Produção Civil	1	1	-	1
Farmácia	2	-	-	2
Fisioterapia	3	-	-	3
Fonoaudiologia	4	-	-	4
Letras com Inglês	2	-	-	2
Língua Portuguesa e Literatura	3	-	-	3
Nutrição	3	-	-	3
Programação Visual	1	-	-	1
Pedagogia	3	-	-	3
Química	2	-	1	3
Sistemas de Informação	1	-	-	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	3	-	-	3
Urbanismo	2	-	-	2
Total	40	1	1	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

O cruzamento dos dados entre o acesso à *internet* e o curso no qual está matriculado nos permite saber, individualmente, como esse aspecto pode influenciar nas condições de estudo, de acesso a informações atuais, a banco de dados de institutos locais e internacionais que podem permitir ao estudante o acesso a fatos e informações do mundo inteiro, além da possibilidade da crítica aos acontecimentos quase que em tempo real, assim pode constituir-se numa poderosa ferramenta de estudo ao estudante cotista a subsidiar pesquisas na rede mundial de computadores. A Tabela 103, a seguir, nos permite visualizar a distribuição das respostas dos estudantes cotistas.

Tabela 103 - Acesso à *internet versus* curso no qual está matriculado

Curso	Não tenho computador	Tenho computador		Total
		Sem *Internet*	Com *internet*	
Administração	-	-	3	3
Ciências Contábeis	-	-	3	3
Comunicação Social – Relações Públicas	-	-	2	2
Enfermagem	-	-	2	2
Engenharia de Produção Civil	-	-	1	1
Farmácia	-	-	2	2
Fisioterapia	-	-	3	3
Fonoaudiologia	-	-	4	4
Letras com Inglês	2	-	-	2
Língua Portuguesa e Literatura	-	-	3	3
Nutrição	-	1	2	3
Programação Visual	1	-	0	1
Pedagogia	1	-	2	3
Química	-	-	3	3
Sistemas de Informação	-	-	1	1
Turismo / Turismo e Hotelaria	-	-	3	3
Urbanismo	-	-	2	2
Outro	-	-	1	1
Total	4	1	37	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Ainda tentando vislumbrar as condições de permanência e sucesso do cotista, buscamos relacionar o Curso no qual está matriculado com a percepção de expectativa negativa ao cotista. Assim, na Tabela 104, a seguir, encontramos a síntese desses dados que nos possibilitam considerar que 6 em 42 respondentes perceberam expectativa negativa à presença do cotista na instituição, ou seja, 14,23%. Esse percentual é decorrente de alunos dos cursos de: Comunicação Social – Relações Públicas (1), Língua Portuguesa (1), Pedagogia (1), Química (1), Turismo/Turismo e Hotelaria (1), Enfermagem (1), Nutrição (1). Esses dados nos levam a pensar que do ponto de vista dos respondentes há certo receio à presença

dos cotistas nos referidos cursos e, desta forma, faz-se necessária ações institucionais diretas com a comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e discentes) acerca do que é a política de cotas da Uneb, suas implicações e tentar assim possibilitar um novo entendimento acerca desse programa e seus beneficiados.

Tabela 104 - Percepção de expectativa negativa *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Percebeu expectativa negativa			Total
	Sim	Não	Mais ou menos	
Administração	-	3	-	3
Ciências Contábeis	-	3	-	3
Comunicação Social - Relações Públicas	1	1	-	2
Enfermagem	1	1	-	2
Engenharia de Produção Civil	-	1	-	1
Farmácia	-	2	-	2
Fisioterapia	-	3	-	3
Fonoaudiologia	-	4	-	4
Letras com Inglês	-	2	-	2
Língua Portuguesa e Literatura	1	2	-	3
Nutrição	-	2	1	3
Programação Visual	-	1	-	1
Pedagogia	1	2	-	3
Química	1	2	-	3
Sistemas de Informação	-	1	-	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	1	2	-	3
Urbanismo	-	2	-	2
Outro	-	1	-	1
Total	6	35	1	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

O curso no qual o estudante está matriculado confrontado com a freqüência à biblioteca é um cruzamento importante à compreensão das condições de permanência e sucesso do cotista, pois pode nos fazer perceber o empenho do estudante em buscar o conhecimento encontrado nos livros, compêndios, periódicos e revistas especializadas, de maneira preparar-se às avaliações e assim, poder melhorar seu desempenho, visto agora por curso. A Tabela 105, a seguir, que 11 estudantes afirmam ir à biblioteca diariamente e esses correspondem aos cursos de Enfermagem (1), Fisioterapia (3), Fonoaudiologia (2), Língua Portuguesa e Literatura (2), Nutrição (1), Pedagogia (1), Química (1). Ao mesmo tempo, 6 dos estudantes respondentes dizem freqüentar a biblioteca uma vez por semana e correspondem aos cursos de Administração (1), Ciências Contábeis (1), Engenharia de Produção Civil (1), Fonoaudiologia (1), Desenho Industrial - Programação Visual (1) e Urbanismo (1). Há 7 respondentes que informam ir à biblioteca duas vezes por

semana e seus cursos são: Administração (1), Ciências Contábeis (1), Comunicação Social – Relações Públicas (1), Enfermagem (1), Nutrição (2), Química (1). O quantitativo dos que informam não ter regularidade em freqüentar a biblioteca é 18. Seus cursos são: Administração (1), Ciências Contábeis (1), Comunicação Social – Relações Públicas (1), Engenharia de Produção Civil (1), Farmácia (1), Fonoaudiologia (1), Língua Inglesa (2), Língua Portuguesa e Literatura (1), Pedagogia (2), Química (1), Turismo/Turismo e Hotelaria (3) e Urbanismo (1). Nenhum respondente informou nunca ter ido à biblioteca.

Tabela 105 - Freqüência à Biblioteca *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Freqüência à Biblioteca					Total
	Nunca fui	Diariamente	Uma vez por semana	Duas vezes por semana	Não tenho regularidade	
Administração	-	-	1	1	1	3
Ciências Contábeis	-	-	1	1	1	3
Comunicação Social - Relações Públicas	-	-	-	1	1	2
Enfermagem	-	1	-	1	-	2
Engenharia de Produção Civil	-	-	1	-	1	2
Farmácia	-	-	-	-	2	2
Fisioterapia	-	3	-	-	-	3
Fonoaudiologia	-	2	1	-	1	4
Letras com Inglês	-	-	-	-	2	2
Língua Portuguesa e Literatura	-	2	-	-	1	3
Nutrição	-	1	-	2	-	3
Programação Visual	-	-	1	-	-	1
Pedagogia	-	1	-	-	2	3
Química	-	1	-	1	1	3
Sistemas de Informação	-	-	-	-	1	1
Turismo/Turismo e Hotelaria	-	-	-	-	3	3
Urbanismo	-	-	1	-	1	2
Total	-	11	6	7	18	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Ter a percepção de ambiente amigável distribuído por curso é importante para reforçar nosso entendimento acerca da permanência e do sucesso do cotista e está apresentada, de maneira resumida, na Tabela 106, a seguir:

Tabela 106 - Percepção de ambiente amigável *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Encontrou ambiente amigável		Total
	Sim	Não	

Tabela 106 - Percepção de ambiente amigável *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Encontrou ambiente amigável		Total
	Sim	Não	
Administração	3	-	3
Ciências Contábeis	3	-	3
Comunicação Social – Relações Públicas	2	-	2
Enfermagem	2	-	2
Engenharia de Produção Civil	2	-	2
Farmácia	2	-	2
Fisioterapia	3	-	3
Fonoaudiologia	3	1	4
Letras com Inglês	2	-	2
Língua Portuguesa e Literatura	3	-	3
Nutrição	2	1	3
Programação Visual	1	-	1
Pedagogia	3	-	3
Química	3	-	3
Sistemas de Informação	1	-	1
Turismo / Turismo e Hotelaria	3	-	3
Urbanismo	2	-	2
Total	40	2	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Terminar o curso no prazo regular mínimo é um fator importante para medir a possibilidade de permanência e sucesso do estudante cotista. Assim, confrontar esse dado com o curso no qual o respondente está matriculado potencializa a análise que se pode fazer do objeto de estudo: as condições que a Universidade oferece à permanência e sucesso do cotista ingresso após Resolução Uneb/Consu nº 196/2002. Podemos ver na Tabela 107, a seguir, que

Tabela 107 - Terminará o curso no prazo regular *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Sim	Não	Total
Administração		3	3
Ciências Contábeis	2	1	3
Comunicação Social – Relações Públicas	2		2
Enfermagem	2		2
Engenharia de Produção Civil	1		1
Farmácia	2		2
Fisioterapia	2	1	3
Fonoaudiologia	3	1	4
Letras com Inglês	1	1	2
Língua Portuguesa e Literatura	2	1	3
Nutrição	2	1	3
Programação Visual	1		1
Pedagogia	2	1	3
Química	2	1	3
Sistemas de Informação	1		1
Turismo / Turismo e Hotelaria	3		3

Tabela 107 - Terminará o curso no prazo regular *versus* curso no qual está matriculado

Curso	Sim	Não	Total
Urbanismo	2		2
Outro		1	1
Total	30	12	42

Fonte: Pesquisa de campo, *Campus* I, Salvador, 2008.

Muitos outros cruzamentos, inferências, análises e interpretações podem advir dos dados levantados por nossa pesquisa e devem servir para fazer surgir outros questionamentos, pois “não existe nenhum tema que não precise de ser mais investigado; é esta crença que dá sentido à vida de investigador” (BOGDAN, R; BIKLEN, S, 1994, p. 257). Além disso, consideremos que o objeto estudado é muito rico em nuances e por isso pode ser observado a partir de diversos olhares e percepções mais ou menos aguçadas, porém, com certeza olhares diferentes dos que empreenderam essa pesquisa.

7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Na prática, no Brasil, não se tratam igualmente as pessoas, dando-lhes a mesma oportunidade de acesso aos seus direitos básicos de um ser humano; desta forma, um dos remédios utilizados é a implementação de políticas de reparação em defesa da inclusão social dos menos favorecidos, a saber: negros, índios, mulheres, idosos, crianças, adolescentes até que, sendo respeitados, possam caminhar sozinhos.

No entanto, a polêmica maior se instala quando se consideram políticas afirmativas que, agora são para negros e pardos que sempre “conheceram seu lugar” e desta forma passam a disputar, de maneira mais equilibrada, bens valiosos e escassos, como as vagas ao ensino superior, que antes eram direcionados a outros segmentos da população tradicionalmente privilegiados. Todavia, uma política mais pontual, como as cotas de acesso ao ensino superior, emergente e temporária, não elimina outra de caráter mais universal e em longo prazo, visando permanência e sucesso, que deve se estabelecer desde então em complementação à política de cotas.

O presente estudo objetivou responder de que maneira o modelo *multicampi* da Uneb interfere (prejudica ou facilita) nas condições de permanência e sucesso do afro-descendente cotista. Além disso, procurou responder às perguntas que se apresentaram como norteadoras do caminho que foi traçado, tais como: que programas a Uneb implantou para dar o devido apoio previsto na Resolução Uneb/Consu nº196/2002? Qual o grau de abrangência desses programas? Que medidas foram implementadas para dar suporte exclusivo a esses estudantes? Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as condições de permanência e sucesso do afro-descendente optante das cotas na universidade *multicampi* Uneb.

Inicialmente, trabalhamos a concepção de universidade, universidade pública e suas relações consigo mesma e com a sociedade, com o intuito de traçar uma linha de relação entre a instituição universitária, a sociedade e suas demandas, em combinação com políticas afirmativas como as cotas à educação superior. Para isso

travamos diálogos com autores que pesquisam e analisam acerca desse objeto tão complexo, múltiplo e coerente com a sociedade que lhe é contemporânea. Ainda no seio dessa instituição apresentamos sua composição étnico-racial, discutindo-a a partir da apresentação, resumida, de pesquisas de outros autores em universidades públicas federais brasileiras e a participação dos movimentos sociais na discussão das políticas afirmativas no âmbito da educação superior, procurando traçar uma inter-relação sociedade e universidade enquanto instituição social.

Para caracterizar o sistema de cotas para ingresso de afro-descendentes, numa universidade pública *multicampi,* como política afirmativa, partimos de conceitos como: política, políticas públicas, políticas afirmativas. Desde então, analisamos o acesso, a permanência e o sucesso dos cotistas por meio de questionamentos de autores que fazem reflexões acerca da temática, discutindo essas nuances a partir de aspectos jurídicos, acadêmicos, sociais, educacionais, e trazendo, também, o panorama evolutivo do acesso por meio de cotas ao ensino superior. Buscamos relacionar as políticas afirmativas e a educação superior para preparar as discussões que visaram inter-relacionar as cotas a uma universidade pública e seu aspecto *multicampi*. Nesse âmbito, fornecemos elementos para subsidiar estudos comparativos sobre os processos de implantação do sistema de cotas para afro-descendentes na Uneb e na Uerj.

Ao assinalar a Uneb como instituição de ensino superior *multicampi*, trouxemos um pouco da sua história, sua geografia, um leve esboço do seu corpo docente, seus discentes, suas ações de extensão, alguns convênios interinstitucionais, sem deixar de tratar, ainda que brevemente, de sua contribuição com o desenvolvimento regional baiano, possibilitado em conjunto com as demais IES estaduais públicas. Além disso, descrevemos o processo de implantação do sistema de cotas na Uneb, esboçando o cenário da época, um pouco das reflexões, debates e discursos ocorridos naquele momento.

Nessa descrição do início das cotas na Uneb apresentamos uma primeira impressão do desempenho dos cotistas, pois foram traçados os primeiros resultados de desempenho desses, no processo vestibular do ano de 2003 e no primeiro semestre cursado. Traçamos, também, o perfil acadêmico do estudante cotista da Uneb, ingresso no período de 2003 a 2006, com o intuito de contribuir com a análise

de sua condição de permanência. Nesse contexto identificamos as ações que a Uneb implantou com o objetivo de possibilitar a permanência e o sucesso do cotista, fazendo uma rápida descrição dos programas instituídos no período considerado por nossa pesquisa.

Com a pesquisa de campo, empreendida em dois *Campi* da Uneb, apontamos fatores condicionantes da permanência do cotista na Uneb, além de outros aspectos, a partir do ponto de vista do próprio cotista. Essa pesquisa de campo permitiu destacar aspectos da população pesquisada (discentes cotistas do *Campus* I e III, da Uneb) a partir do seu próprio pensar, do seu próprio olhar, com a utilização de questionários que lhes permitiram revelar-se perante os olhos do pesquisador, cujo objetivo foi responder se a Uneb oferece condições de permanência e sucesso a esse cotista e quais os meios que utiliza.

Quanto a existência de programas institucionais que a Uneb implantou para dar o devido apoio ao cotista, previsto na Resolução Uneb/Consu nº196/2002, percebemos que apesar da Uneb ter se comprometido, com o estudante ingresso como cotista, implantar programas de apoio à sua permanência (e sucesso) durante o período estabelecido à nossa pesquisa (2003 a 2006) não foi detectada a existência de nenhum programa institucional com o objetivo de dar apoio e acompanhamento de desempenho do estudante cotista.

No que diz respeito a medidas implementadas para dar suporte exclusivo a esses estudantes cotistas, o que observamos foi a existência de três programas em convênio com outras instituições, surgidos a partir de 2005, com abrangência, orçamentária, temporal e geográfica, restrita e com pouca divulgação, a ponto dos próprios cotistas não apontarem nenhum desses programas em suas indicações dos programas/projetos dos quais já houvesse participado na Uneb.

Para analisar as condições de permanência e sucesso do afro-descendente optante das cotas na universidade *multicampi* Uneb, foi feita pesquisa documental e pesquisa de campo as quais nos permitiram desnudar, levemente, essa instituição, apesar da sua resistência, muitas vezes, velada. Assim, os objetivos dessa pesquisa foram alcançados da maneira que se segue.

Foi possível caracterizar o sistema de cotas para ingresso de afro-descendentes numa universidade pública multicampi como política afirmativa, pois partimos da descrição da implementação do programa de cotas da Uneb. Além disso, os elementos fornecidos para subsidiar estudos comparativos sobre os processos de implantação do sistema de cotas para afro-descendentes na Uneb e na Uerj surgiram de pesquisa documental e de campo empreendida a partir das duas universidades. Desses elementos, podemos, preliminarmente, traçar comparativos, entre os processos de ingressos às duas instituições sob diversos aspectos, entre outros citamos:

1. Aspectos jurídicos - forma de implementação dos seus programas de cotas, pois na Uneb o programa foi instituído via Resolução do Conselho Universitário e o da Uerj, via Lei estadual;

2. Aspectos acadêmicos - existência ou não de programas estruturados com o objetivo de apoiar os estudantes em suas necessidades, enquanto o programa da Uneb previa atender a estudantes de graduação e de pós-graduação, a Uerj previa atender apenas à graduação; o programa da Uneb fixou 40% das suas vagas para candidatos pretos ou pardos, oriundos de escolas públicas do ensino médio do Estado da Bahia e o programa da Uerj fixou Reserva 45% das vagas para candidatos economicamente carentes, sendo 20% das vagas para candidatos negros; 20% para alunos oriundos das escolas públicas do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro; e 5% pra deficientes físicos e minorias étnicas; a Uneb (em convênio com a Unex) iniciou em 2005 o Protege com a intenção de atender a alunos carentes da instituição e a Uerj iniciou em 2004 o Proiniciar com o objetivo de acompanhar o desempenho acadêmico dos cotistas.

Ao buscar traçar o perfil acadêmico do estudante cotista da Uneb, ingresso no período de 2003 a 2006, com o intuito de verificar a sua condição de permanência e sucesso, constatamos que esse perfil, tanto em Salvador quanto em Juazeiro é de estudantes que têm boa freqüência à biblioteca, que tiveram bom desempenho no vestibular, em muitos casos acima do desempenho dos não-cotistas. Foi delineado que cotistas e não-cotistas ingressos na Uneb, no período da pesquisa, apresentam

comportamentos acadêmicos, bem semelhantes, quer seja na pontuação nas provas do vestibular, nos motivos de eliminação ao exame vestibular, quer seja nas escolhas dos cursos para concorrer à Uneb ou ainda médias de desempenho nos cursos, nas disciplinas e percentual de alunos sem rendimento.

Poucos apontam para a existência de dificuldades em acompanhar o curso que fazem em decorrência do fato de serem cotistas, apenas como sendo algo decorrente da própria estrutura de seus cursos e/ou da conjuntura social, apesar de haver sido objeto de argumentos contrários à implantação das cotas a possível "incapacidade" dos cotistas em acompanhar os cursos em função da sua condição de optante pelas cotas. Esse mesmo estudante tem participado de projetos de pesquisa, de monitoria e de ensino na medida em que esses projetos surgem em seu departamento, pois há um número razoável deles que se apresentam como voluntários em alguns desses projetos. São estudantes com idade no máximo até 31 anos em sua maior parte, compostos por dois grandes grupos: o dos que trabalham para se manter e o grupo dos que são mantidos pela própria família.

Nos dois *Campi*, os estudantes informam ter um gasto significativo de cópias reprográficas, talvez para suprir as deficiências que apontaram sobre as bibliotecas da Uneb. Esses estudantes demonstram ter facilidade em utilizar o computador e o fazem em ambientes diversos, tais como: casa, trabalho, universidade e até mesmo em *lan house*.

O perfil do estudante cotista da Uneb aponta para um indício de que mesmo com as condições, que em muitos casos se apresentam, adversas, é de um estudante perseverante em seus objetivos (alguns indicam ir à pé até a Uneb), engajado com a vida universitária (há voluntários em vários projetos), vibrante com o fazer universidade, confiante em suas próprias condições de manter-se estudando (poucos informam dificuldades em acompanhar os estudos, por falta de entendimento dos temas abordados). São estudantes que abordam criticamente as políticas de cotas e demonstram perceber os problemas gerais da sociedade quando tratam que apesar de entenderem as cotas como ações reparadoras, necessárias a reequilibrar grupos sociais, apontam que é, também, necessário promover a melhoria do ensino básico e fundamental públicos, além de possibilitar uma distribuição de renda mais justa, a ponto de tornar as cotas dispensáveis; contudo,

abordam que, em curto prazo, as cotas são necessárias uma vez que não dá para esperar que todo o ensino melhore, a Economia se estabilize e gere igualdade, e até mesmo que as relações sociais se tornem equânimes para se ampliar a presença de negros na Universidade.

Os fatores que os cotistas consideram condicionantes da permanência e sucesso do cotista na Uneb surgiram naturalmente da participação direta e livre do próprio cotista, em meio às respostas aos questionários da pesquisa de campo e ficou patente que é necessário empreender ações urgentes no sentido de viabilizar residências universitárias mais bem equipadas e estruturadas do ponto de vista de acomodações suficientes para os que dela necessitem, assistência médico-odontológica para os que estudam em *Campi* localizados no interior, melhorias urgentes no acervo bibliotecário, em virtude de esse ser um fator cuja precariedade rebate diretamente na maior necessidade de cópias reprográficas. Além de tudo, os estudantes expressaram ser necessária a melhoria nas condições de laboratórios de informática com acesso à *internet*. Foi, então, indicada a necessidade urgente da implementação, enfim de programas institucionais que atendam ao apoio e à assistência estudantil da Uneb.

Com o intuito de perceber as ações da Uneb como instituição multicampi os questionários trouxeram perguntas que revelaram algumas cidades de abrangência da Uneb, os meios de transporte utilizados pelos respondentes, dificuldades/facilidades detectadas em estar na universidade. Para essas perguntas foram oferecidas respostas que indicaram haver um maior número de estudantes da própria cidade onde o *Campus* está localizado e que em muitos casos os estudantes têm um gasto alto de transportes para freqüentar a Uneb, tanto no *Campus* de Juazeiro, quanto no de Salvador. No entanto, quanto a distribuição de programas e projetos a estudantes da Uneb, percebe-se que não se estabelece de forma equitativa e que em alguns departamentos há uma maior diversidade de ações do que em outros, a exemplo do DCH – III.

A pesquisa documental e de campo atendeu aos objetivos elencados nesse trabalho. “Ouvir a voz” dos cotistas revelou uma Uneb que, durante o período considerado da pesquisa, não apresentou um programa com o fim específico de apoio e acompanhamento aos cotistas conforme ela mesma se propôs na Resolução

Uneb/Consu nº196/2002, ainda que tenhamos percebido na fala de gestores da época a preocupação em implantar programas dessa natureza. Também indicou que muitas ações ainda necessitam ser empreendidas no sentido de viabilizar a permanência e sucesso desse grupo, de estudantes, que ingressou com essa promessa.

Diante do exposto e considerando que a multicampia viabiliza, pela capilaridade que confere à instituição, o acesso, à universidade pública e de qualidade de ensino, a um maior número de universitários em todo o Estado; considerando que a política de cotas para afro-descendentes é uma forma de tratar os desiguais com igualdade, na medida em que se desigualam, possibilitando o ingresso dos melhores entre os iguais a uma universidade pública e de reconhecida qualidade de ensino; considerando que só o acesso à universidade não garante ao cotista a permanência e o sucesso na carreira acadêmica e que políticas públicas que lhes possibilitem tais resultados são necessárias e urgentes visto que já se passaram seis anos de implantação da política de cotas nas universidades pioneiras Uneb e Uerj; considerando ainda, que tais políticas e medidas de amparo ao universitário afro-descendente no âmbito da Uneb não foram implementadas como preconiza a Resolução Uneb/Consu nº196/2002, no período considerado pela pesquisa. Conclui-se que, embora o modelo *muticampi* de Universidade possibilite o acesso a um grande número de estudantes afro-descendentes nos Estado da Bahia e Rio de Janeiro, de maneira a atender, ainda que parcialmente, a estudantes na capital e no interior, não tem se mostrado como o suficiente para garantir a permanência e o sucesso do cotista, e que no caso especifico da Uneb as deficiências são graves visto que as ações voltadas a favorecer a permanência dos cotistas têm sido incipientes em relação às reais necessidades desses universitários como pode ser verificado na pesquisa de campo, análises e interpretações apresentadas no Capítulo 6, deste trabalho.

É bem certo que um trabalho de pesquisa não pode nunca encerrar todas as possibilidades de discutir, analisar e refletir o que existe sobre um objeto. Assim, que o presente estudo, mesmo com suas deficiências e dificuldades, sirva para instigar outros pesquisadores a repensar a universidade *multicampi*, o sistema de cotas, a permanência dos cotistas, a educação e suas nuances a partir de outros focos,

olhares e deslinde-os em maior profundidade do que se pôde, aqui, fazer, apresentar, analisar e discutir.

REFERÊNCIAS

A UNIVERSIDADE NA ENCRUZILHADA. **Seminário Universidade**: Por que e como reformar? Brasília, 6-7 de agosto de 2003. UNESCO 2003 Edição brasileira pelo Escritório da UNESCO no Brasil. Education Sector Division of Higher Education. BR/2003/PI/H/6. Promoção conjunta da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), da Comissão de Educação do Senado Federal e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e com o apoio da UNESCO. Edições UNESCO Brasil.

ALBUQUERQUE, MANOEL MAURICIO DE. **A Escravidão Africana**. In Pequena Historia da Formação Social Brasileira, 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. Rio de janeiro, Bertrand. 2007.

BAHIA. Secretaria da Educação. Coordenação de Ensino Superior. **As Universidades Estaduais da Bahia** / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Coordenação de Ensino Superior. – Salvador: SEC.CES.,1996.102 p.:il.

_____. Secretaria da Educação. Coordenação de Ensino Superior. **As Universidades Estaduais da Bahia II** / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Coordenação de Ensino Superior. – Salvador: SEC.CES., 1998. 87 p.:il.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Serviços estratégicos na Região Metropolitana de Salvador**. – Salvador: SEI, 2004. 147 p. il. – (Série estudos e pesquisas, 70).

_____, Secretaria da Educação. **Perfil da Educação na Bahia**, 2006 / Secretaria da Educação. – Salvador: A Secretaria, 2006. 72 p.: il.

_____. Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). **Regimento Geral**. Disponível em http://www.uesc.br/a_uesc/regimento.pdf. Acessado em 20 de abril de 2008.

_____. Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). **Estatuto**. Disponível em http://www.uefs.br/portal/arquivos/estatuto-da-uefs.pdf/view. Acessado em 20 de abril de 2008.

_____. Universidade do Estado da Bahia(Uneb). **Regimento Geral**. Disponível em http://www.uneb.br/anexos/regimento_uneb/regimento_geral.pdf. Acessado em 20 de abril de 2008.

_____. Universidade Estadual do Sudoeste Baiano,(Uesb). **Regimento Geral**. Disponível em http://www.uesb.br. Acessado em 20 de abril de 2008.

Índice do Desenvolvimento Econômico e Social 2002. Publicação Anual Ano 2002 nº 02 Bahia em números 2006.

BARBOSA, Ruy. **Oração aos moços**. Discurso preparado para ser lido por ocasião da colação de grau dos bacharelandos de 1920, da Faculdade de Direito de São Paulo, de que era paraninfo.

BARBOSA, RUY. **Oração aos moços**. Disponível em http://www.culturabrasil.org/zip/aosmocos.pdf. Acessado em 15 de fevereiro de 2007.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. **Coletânea CBE Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus: CEDES, 1992

BERMAN, Marshall. Modernidade ontem, hoje e amanhã. In: **TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela (Orgs.). **LEVANDO A RAÇA A SÉRIO**: ação afirmativa na universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 251p.

BOAVENTURA, E. Educação Superior Estadual e a Cooperação Interamericana. In: ***Administração universitária em tempos de crise***: perspectivas para o ano 2000. vol. II. Bahia: Gráfica Universitária da UFBA. 1983, p. 630 - 639.

_____. **A segunda casa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DA BAHIA: ENTRE TEORIA E PRÁTICA (1983-1987). In: **Revista da FAEEBA**, Salvador, n. 4, jul./dez. 1995. Disponível em http://www.revistadafaeeba.uneb.br/anteriores/numero4.pdf . Acessado em 23 de maio de 2008. p. 123 a 150.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política** / Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 9ª. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006. 322p.

_____. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M.A. & CATANI, Afrânio (org.). 7ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Tradução: Aparecida Joly Gouveia, Revisão técnica: Maria Alice Nogueira.

_____. & CHAMPAGNE, P. **Os excluídos do interior**. In: **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M.A. & CATANI, Afrânio (org.). 7ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Tradução: Magali de Castro, Revisão técnica Guilherme João de Freitas Teixeira.

_____. & SAINT-MARTIN, Monique de. **As categorias do juízo professoral**. In: **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M.A. & CATANI, Afrânio (org.). 7ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Tradução: Vera S. V, Falsetti, Revisão técnica: José Carlos Garcia Durand.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____ Ministério de Educação e Cultura. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Evolução do Ensino Superior. Graduação 1980 – 1998. disponível em http://www.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf. Acessado em 07 de janeiro de 2008.

_____. Ministério da Justiça. **Secretaria de Estado dos Direitos Humanos**. Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. DURBAN, 31 de agosto a 07 de setembro de 2001. Brasília – DF, agosto de 2001.

_____, **Ministério da Saúde**. Programas de Direitos Humanos. 2002. Disponível em http://www.aids.gov.br/main.asp?Team={8B435AEE-8E0B-4952-BEA7-DFB1A7706562}&View=. Acessado em 14 de junho de 2005.

_____. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada** (IPEA). Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. In: Brasil: o estado de uma nação. 2006. Disponível em http://www.ipea.gov.br/default.jsp. Acessado em 23 de junho de 2008.

BUARQUE, Cristovam. A **AVENTURA DA UNIVERSIDADE**. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 239p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. 208p. il.

CARVALHO, Olavo de. Que é direito? **Seminário de Filosofia**, 22 de setembro de 1998. Disponível em http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/direito.htm. Acessado em 23 de maio de 2007.

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CESAR, Raquel Coelho Lenz. **Questões jurídicas do sistema de vagas na universidade brasileira: um estudo comparado entre a Uerj, a Unb e a Uneb**. Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira. Série Ensaios & Pesquisas. 2003, 69 p. Disponível em www.politicasdacor.net/documentos/aprelivros/Questoes_Juridicas.pdf. Acessado em abril de 2004.

CHAUÍ, MARILENA. A universidade na sociedade. In: **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP. 2001.

_____. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. Seminário: **Universidade**: Por que e como reformar? MEC/SESu: 6 e 7 de agosto 2003. Disponível em http://firgoa.usc.es/drupal/node/19336. Acessado em mai/2007

CHINOY, Ely. **SOCIEDADE**: Uma introdução à Sociologia. Introdução de Charles Page. Tradução de Octavio Mendes Cajado. Consultor da edição brasileira: Manoel T. Berlinck. Livre-docente de Sociologia e Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP. São Paulo: Cultrix. 1967.

COHN, Amélia. Viagem Incompleta. A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: a difícil construção da cidadania. In: **A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (1500 – 2000)**: a grande transação. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: editora SENAC, 2000, p. 384 – 403.

CUNHA, Luiz. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

_____, **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

_____ **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª ed[revista]. São Paulo: UNESP, 2007b.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas / Pedro Demo. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 4ª. ed. (Biblioteca tempo universitário; 96). 125 p.

DUVERGER. Maurice. **Ciência Política**: ciência e método. 3. ed Rio de Janeiro: Zahar, 1981 437 p.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 269 p.

_____. **O mito revelado**. 2003. Disponível em <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 29 jan 2005.

FERREIRA, A. B. de H., **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª. edição. 13ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A. 1999.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **AFRO-DESCENDENTE***:* identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Paulus, 2004. 186p.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade Multicampi** – Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005. 128 p.

_____. Universidades estaduais da Bahia. In: **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**. Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PGEduC, v2 , n. 2 (jun. 2004) – Salvador, 2006. Semestral ISSN - 1806-065X.

FREIRE. Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1986.

FREY, KLAUSS. POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE CONCEITUAL E REFLEXÕES REFERENTES À PRÁTICA DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. In: **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, nº. 21, Jun de 2000.

Disponível em http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf. Acessado em 12 de agosto de 2007.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: **RACISMO NO BRASIL**. – São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

_____. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: **AÇÕES AFIRMATIVAS**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Renato Emerson dos Santos & Fátima Lobato (org.) Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 216 p.

GOERGEN, P. **Avaliação Institucional**: entre a performatividade e a avaliação da educação superior. RAIES, Campinas, v. 12, n. 1, 2006.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri; **Dicionário técnico jurídico**;6a. ed. rev. e atual, São Paulo, SP; Editora Rideel; 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros à universidade pública. **Revista da FAEEBA, CADERNOS DE PESQUISA**. nº. 118, março/2003, p. 247-268. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf. Acessado em 20 de março de 2006.

HECK, José Nicolau. **Ações afirmativas: a síndrome do colapso da democracia social**. Revista Educação e Filosofia, vol. 17, nº 34, editada pela FAFCS e FACED da Universidade Federal de Uberlândia – MG Disponível na Internet http://www.comciencia.com.br, 21/01/2005 às 12:15 h.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Educação Superior Brasileira**: 1991-2004. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 28 v.: tab.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Prefácio. In: **Acesso e Permanência da população negra no Ensino Superior**. Coleção Educação Para Todos. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154587POR.pdf. Acessado em 28 de janeiro de 2008.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, 144 p.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito? uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007. 311 p.; 23 cm.

KEMPF, ARLETE R. DE OLIVEIRA. Foro de alto nível reforça identidade e missão comuns. Edição de abril de 2002 Número 50 - Especial III Cumbre In **Jornal da Universidade** Disponível em http://www.ufrgs.br/jornal/abril2002/Especial_Cumbre/pag02.html. Acesso em 07/set/2007.

MACHADO NETO, Antonio Luiz. Gênese Social do Direito. In: **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 2ª. Edição. São Paulo (SP): Saraiva. 1972. p. 96 a 103.

MARX,Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**; tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. – Porto Alegre: LPM, 2001. 132 p.

MATTOS, Wilson Roberto. Entrevista concedida a Jamile Menezes intitulada **Pela democratização do acesso ao ensino superior** (Folha Dirigida - Primeira - Entrevista - 28/07/06), acessado em junho/2007, disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/julho2006/clipping060729_FOLHADIRIGIDA.html

MENESES, J. 2007 Dec 14**. EDUCAÇÃO NA BAHIA** – TECENDO MEMÓRIA. Cadernos IAT [Online] 1:1. Disponível: http://cadernosiat.sec.ba.gov.br/index.php/ojs/article/view/16. Acessado em 20 de junho de 2008.

MOEHLECKE, Sabrina. AÇÃO AFIRMATIVA: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002, p. 197-217, novembro/ 2002. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf. Acessado em 01/ago/2006.

MUNANGA, K. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas. **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – nº. 22 – Março de 2003 – Mensal _ ISSN 1519.6186. Disponível in <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 26 jan 2005, p.1.

_____. UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA. Palestra proferida no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação** - PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf. Acessado em março de 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Fórum da Sociedade Civil na Unctad**, em São Paulo, 14, 15 e 16 de junho de 2004. Disponível em http://www.mujeresdelsur.org.uy/agenda_pos/pdf/3a_edicao/francisco_de_oliveira_port.pdf. Acessado em 18 de outubro de 2004.

PALMEIRA, M.J. & MENEZES, J.M.F de. Mestrado em Educação e Contemporaneidade. In: **Revista da FAEEBA**, jul-dez, 1999, Ano 8, nº. 12, p. 7 a 43.

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. O PÚBLICO E O PRIVADO NO PROJETO PEDAGÓGICO EM DISCUSSÃO. In: **Revista da FAEEBA**, Salvador, n.4, jul./dez. 1995. p. 65-90. Disponível em http://www.revistadafaeeba.uneb.br/anteriores/numero4.pdf. Acessado em 23 de maio de 2008.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Universidade: reforma e/ou rendição ao mercado? ***Rev. Bras. Educ***., Jan./Apr. 2005, no.28, p.180-182. ISSN 1413-2478.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade**: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber livro Ed, 2004. 168p.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª. ed. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Revisão científica Rui Santos (Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: Gradiva. 1998.

RIO DE JANEIRO. PROGRAMA POLÍTICAS DA COR. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. **Os 10 mitos sobre as cotas**. Disponível em http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53. Acessado em 20 de maio de 2008.

RISTOFF, Dilvo I. A tríplice crise da universidade brasileira. In: **Universidade em ruínas**: na república dos professores. TRINDADE, Hélgio (org.). 3a.edição. Rio Grande do Sul: CIPEDES, Petrópolis: VOZES. 1999. p.201 a 210.

ROMANO, Roberto. As funções sociais da Universidade. In: **Universidade e Educação**. Campinas, São Paulo: Papirus, CEDES, ANDE, ANPED, p. 87-95, 1992. (Coletânea CBE).

ROUANET, Sérgio Paulo. **Iluminismo e contra-iluminismo (Sobre a modernidade e seu projeto inacabado)**. Textos de Cultura e Comunicação. Salvador, n. 1, p. 5-22. 1985. (Texto 29)

SACRAMENTO, I. A. Avaliação. In: **REVISTA ADVIR nº19/Cotas**. Rio de Janeiro: ASDUERJ. Setembro, 2005.

SADER, E. **Público versus mercantil**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 jun. 2003, p. 3

SALES, Ivandro da Costa. UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (como resgatar suas principais relações). In: **Revista da FAEEBA**, jan-jun, 1992, Ano 1, nº.1, p. 5 – 42.

SANTANA, Marcelo. UM QUADRO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA NOS ANOS 1990. In **Panorama Social da Bahia nos Anos 90.** Publicação 2003 / nº 59. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_59/cap_05.pdf. Acessado em 10 de agosto de 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A QUESTÃO DO ACESSO NA UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI. In: **REVISTA ADVIR nº19/Cotas**. Rio de Janeiro: ASDUERJ. Setembro, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **PELA MÃO DE ALICE**: o social e o político na pós-modernidade. 9ª. edição. Sao Paulo: Cortez. 2003.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso**. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves – São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Ricardo Ventura. **DIVISÕES PERIGOSAS**: POLÍTICAS RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. Record, 2007, 364 p.

SERPA, Luiz Felipe Perret. A universidade brasileira e a Bahia. In: **Bahia**: Análise e Dados, v. 1 -, (1991 -) Salvador. Centro de Estatística e informações, 1992. Trimestral. ISSN 0103 – 8117. p. 48 – 51.

SILVA, Alberto Carvalho da. **Alguns problemas do nosso ensino superior**. Estudos avançados, maio/ago. 2001, vol.15, no.42, p.269-293. ISSN 0103-4014. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a14.pdf. Acessado em 10 de outubro de 2007.

SILVA, Alexandre Vitorino. **O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro.** 2002. Disponível em http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3479. Acessado em 20 de março de 2006.

SILVA, Cidinha da (Org.). **AÇÕES AFIRMATIVAS EM EDUCAÇÃO***:* Experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. 255p.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. **Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a07v18n2.pdf. Acessado em 13 de janeiro de 2008.

SILVA. L. F. M. da. **Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros**. Capturado em http://www.achegas.net/numero/cinco/1_fernando_2.htm , em 22/02/2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, 270 p.

SILVA, Waldeck Carneiro da (org). **Universidade e Sociedade no Brasil: Oposição propositivia ao neoliberalismo na educação superior.** Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Quartet, 2001. 160p.: 21cm.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa**: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB. 2003. 207p.; 14 cm.

_____. **TRINTA ANOS DE ANPEd, AS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO DOS AFRO-BRASILEIROS E O GT 21: MARCAS DE UMA TRAJETÓRIA.** Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos_encomendados/trabalho%20encomendado%20gt21-%20Ahyas%20-%20int%20.pdf Acessado em 20 de junho de 2008.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137 – 1157, set/dez. 2006. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acessado em 04 de junho de 2008.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. DESBARATO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO", artigo publicado em O Jornal, 15/04/58.

_____. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 186 p.

_____. **Educação para a Democracia**: introdução à administração educacional / Anísio Teixeira. Apresentação de Luiz Antônio Cunha, 2ª ed. / Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 206 p.; 14 x 21 cm.

_____. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. [S.l.:s.n.]. Acesso em: 02 mar. 2006.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **NEGROS NA UNIVERSIDADE**: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Palias, 2003, 267p.

TOMASONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: Uneb como instrumento de regionalização. **Conjuntura e Planejamento**, v.1 – (1994 -) Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, p. 22 – 31, 2002.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 9-95.

TOURAINE, ALAIN. **Igualdade e Diversidade – O sujeito democrático**; Tradução Modesto Florenzano – Bauru, SP: EDUSC, 1998.

TRINDADE, Hélgio. Universidade em perspectiva: Sociedade, conhecimento e poder. **Conferência de abertura da XXI Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, setembro de 1998. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_03_HELGIO_TRINDADE.pdf Capturado em 1 de novembro de 2007.

UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Painel Evolutivo dos Cursos de Graduação 1996 – 2000**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRA). Salvador: Gráfica Santa Helena. 2001.

_____. **Resolução Consu nº196/2002**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. 2002. Texto corrigido.

_____. **Projeto de Recredenciamento**. Volume I. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Salvador: Editora UNEB, 2004.

_____. **Regimento Geral**. 2004. Disponível em http://www.uneb.br/anexos/regimento_uneb/regimento_geral.pdf . Acessado em 10 março de 2007.

_____. **Resolução Consu nº 468/2007**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. 2007.

UNESCO. **Programa Rota do Escravo**. Disponível em http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/diversidadecultural/rotaesc/index_html/mostra_documento. Acessado em 10 de dezembro de 2004.

UNEX, **Associação dos Ex-alunos da Uneb**. 2006. Disponível em http://www.unex.uneb.br/projetos/projetos.html.

VIEIRA FILHO, R. R. Experiência da UNEB com Ações Afirmativas. **Revista Espaço Acadêmico** – no. 41 – Outubro de 2004 – Mensal – ISSN 1519.6186 Ano IV Disponível em <www.espacoacademico.com.br>. Acessado em 22 fev 2005.

ZANITELLI, Leandro Martins. Acesso à Universidade, cotas para negros e o projeto de lei n. 3.627/2004. **Revista de Informação Legislativa.** Brasília a. 42 n. 168 out./dez. 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**; Volume 1. Quarta edição; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 464 p.

APÊNDICE A

Tabela 108 – Evolução da quantidade de Instituições de Educação Superior por unidade da federação – 1995 a 2006

Unidade da federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	894	922	900	973	1097	1180	1391	1637	1859	2013	2165	2270
Mato Grosso do Sul	19	22	21	21	30	30	33	39	39	41	44	43
Mato Grosso	23	23	22	26	27	29	34	38	43	47	56	56
Goiás	35	36	35	38	42	35	47	56	63	61	66	69
Distrito Federal	13	13	14	23	33	40	48	65	65	66	68	75
Maranhão	4	4	4	5	5	7	11	14	17	21	25	25
Piauí	5	6	6	6	8	11	20	21	25	26	28	34
Ceará	8	8	8	10	11	13	19	25	32	42	47	51
Rio Grande do Norte	5	5	5	6	8	8	10	12	14	16	20	21
Paraíba	8	8	10	10	12	14	16	20	24	28	32	32
Pernambuco	32	33	33	36	39	39	53	62	72	77	83	89
Alagoas	7	8	8	9	11	11	14	17	22	24	25	28
Sergipe	3	3	3	5	5	5	5	6	9	11	12	14
Bahia	**20**	**22**	**24**	**37**	**42**	**49**	**63**	**79**	**89**	**99**	**116**	**118**
Rondônia	7	8	8	11	14	18	21	24	25	22	24	26
Acre	1	1	1	1	2	2	3	6	6	7	7	9
Amazonas	10	11	10	12	11	10	14	15	18	18	19	19
Roraima	1	1	1	1	1	1	3	4	6	12	11	11
Pará	8	8	9	9	8	9	10	13	20	25	25	26
Amapá	2	2	2	2	2	2	3	6	8	11	11	12
Tocantins	2	3	3	4	4	4	7	15	18	23	25	32
Minas Gerais	**132**	**136**	**121**	**123**	**135**	**135**	**160**	**202**	**265**	**289**	**311**	**319**
Espírito Santo	24	25	24	30	42	58	68	75	79	90	98	97
Rio de Janeiro	**93**	**95**	**97**	**95**	**101**	**101**	**103**	**113**	**119**	**118**	**121**	**137**
São Paulo	**312**	**319**	**311**	**322**	**356**	**373**	**411**	**450**	**475**	**504**	**521**	**540**
Paraná	**56**	**58**	**57**	**61**	**72**	**87**	**112**	**134**	**151**	**158**	**172**	**180**
Santa Catarina	**20**	**21**	**22**	**26**	**32**	**41**	**52**	**66**	**81**	**94**	**99**	**105**
Rio Grande do Sul	44	43	41	44	44	48	51	60	74	83	99	102

Fonte: criado pela autora a partir dos Censos da Educação Superior no período 1995 – 2006.
Nota explicativa: *a aparente inconsistência dos dados, verificada por eventual redução no número de instituições superiores, de um ano em relação ao ano anterior, pode ser entendida por motivo de mudança na metodologia de coleta dos dados, lentidão no envio dos dados e dificuldade de compreensão da informação a ser fornecida, por parte das IES.

APÊNDICE B

Tabela 109 - População escrava no Brasil no Século XIX, segundo as regiões - 1864/1887

Regiões	1864	1874	1884	1887	Total
Brasil	**1.715.000**	**1.540.829**	**1.240.806**	**723.419**	**5.220.054**
Extremo Norte	**101.000**	**107.680**	**70.394**	**43.981**	**323.055**
Amazonas	1.000	1.545	...	...	2.545
Pará	30.000	31.537	20.849	10.535	92.921
Maranhão	70.000	74.598	49.545	33.446	227.589
Nordeste	**774.000**	**435.687**	**301.470**	**171.797**	**1.682.954**
Piauí	20.000	23.434	16.780	8.970	69.184
Ceará	36.000	31.975	...	108	68.083
Rio Grande do Norte	23.000	13.634	7.209	3.167	47.010
Paraíba	30.000	25.817	19.165	9.448	84.430
Pernambuco	260.000	106.236	72.709	41.122	480.067
Alagoas	50.000	36.124	26.911	15.269	128.304
Sergipe	55.000	33.064	25.874	16.875	130.813
Bahia	300.000	165.403	132.822	76.838	675.063
Sudeste	**745.000**	**856.659**	**779.175**	**482.571**	**2.863.405**
Minas Gerais	250.000	311.304	301.125	191.952	1.054.381
Espírito Santo	15.000	22.297	20.216	13.381	70.894
Rio de Janeiro	300.000	301.352	258.238	162.421	1.022.011
Corte	100.000	47.084	32.103	7.488	186.675
São Paulo	80.000	174.622	167.493	107.329	529.444
Oeste e Sul	**95.000**	**140.803**	**89.767**	**25.070**	**350.640**
Paraná	20.000	11.249	7.768	3.513	42.530
Santa Catarina	15.000	15.250	8.371	4.927	43.548
Rio Grande do Sul	40.000	98.450	60.136	8.442	207.028
Mato Grosso	5.000	7.054	5.782	3.233	21.069
Goiás	15.000	8.800	7.710	4.955	36.465
Total	**5.145.000**	**4.622.487**	**3.722.418**	**2.170.257**	**15.660.162**

Fonte**:** Adaptado pela autora com base em REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 91.

APÊNDICE C

Mestrado em Estudo de Linguagens – PPGEL
DCH I / Campus I - Salvador
E-mail: ppgel@listas.uneb.br
Tel.: 71 3117-2442
Web: www.ppgel.uneb.br

Mestrado em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC DEDC I / Campus I - Salvador
E-mail: ppgeducon@listas.uneb.br
Tel.: 71 3117-2394 / 2404 / 2448
Web: www.ppgeduc.uneb.br

Mestrado em Química Aplicada – PGQA
DCET I / Campus I - Salvador
Tel.: 71 3117-2285
E-mail: pgqa@listas.uneb.br
Web: www.pgqa.uneb.br

Mestrado em Horticultura Irrigada
DTCS III / Campus III - Juazeiro
Tel: 74 3611-7363
Web: www.ppghi.uneb.br

Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional DCH V / Campus V - Santo Antonio de Jesus
Tel: 75 3631-2826
Web: www.multisaj.uneb.br

Mestrado em Politicas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional DCH I / Campus I - Salvador
Tel.: 71 3117-2432
E-mail: pgdr@listas.uneb.br
Web: www.pgdr.uneb.br

Mestrado em História Regional e Local
DCH V / Campus V - Santo Antonio de Jesus
Tel.: (75) 3631-3465
Web: www.ppghis.uneb.br.

APÊNDICE D

NÚCLEOS DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP
Atuação: Promove a capacitação através de cursos de qualificação profissional, capacitação para gestão, práticas cooperativistas, empreendedorismo, educação básica e ambiental, possibilitando o acesso ao trabalho e à renda.
Parcerias: FINEP e Banco do Brasil
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Rua Silveira Martins, s/n – Cabula.
CEP: 41.150-000 Salvador-BA
Fone: (71) 3117-2320.
Endereço eletrônico: itcp@listas.uneb.br

Núcleo de Atividades Físicas, Esporte e Lazer – Nafel
Atividades que desenvolve: Atividades de ginástica e orientação para a prática de atividade física regular, cursos, seminários, palestras, oficinas e encontros.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 222.
Endereço eletrônico: nafel@listas.uneb.br
maraujo@uneb.br

Núcleo de Ética e Cidadania – Nuec
Atividades que desenvolve: cursos, seminários, palestras, oficinas e encontros.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 234.
Endereço eletrônico: nuec@listas.uneb.br
emasouza@gmail.com

Núcleo de Arte – Nart
Atividades que desenvolve: peças de teatro, festivais de música, atividades culturais em geral.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 247
Endereço eletrônico: kksantos@uneb.br
mteles@uneb.br

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular – Thaba
Atividades que desenvolve: Cursos, oficinas, construção civil.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 205
Endereço eletrônico: rjbarros@uneb.br

Núcleo de Educação Especial – Nede
Atividades que desenvolve: leitura para deficientes visuais – núcleo em fase de estruturação
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Rua Silveira Martins, s/n – Cabula
CEP: 41.150-000 – Salvador – BA
Fone: (71)3117-2331
Endereço eletrônico: abatista@uneb.br

Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos – Neja
Atividades que desenvolve: Cursos de Alfabetização de Adultos, Programa AJA Bahia – Brasil Alfabetizado
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3362-2278
Endereço eletrônico: nejauneb@yahoo.com.br

Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade - Nueg/Diadorim
Atividades que desenvolve: Manutenção de grupo de estudos, orientação alunos, pesquisas, eventos como a Parada Gay, manutenção de bate papo virtual.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 215
Endereço eletrônico: secdiadorim@hotmail.com
diadorim@yahoogrupos.com.br

Banco de Dados
Atividades que desenvolve: Mantém Banco de Dados sobre Extensão em rede com as universidades brasileiras
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 212
Endereço eletrônico: carolsolidaria@bol.com.br

Núcleo de Meio Ambiente e Educação Ambiental – Numa
Atividades que desenvolve: Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão, estimulando, integrando, articulando e executando projetos na área de meio ambiente e educação ambiental.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Extensão – Avenida Jorge Amado – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 ramal 231
Endereço eletrônico: dsoliveira05@yahoo.com.br

Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários – Incuba/Unitrabalho
Atividades que desenvolve: Executa projetos nas áreas de Produção de Material Didático; Avaliação de Políticas Públicas; Economia Solidária, bem como orienta a incubação de cooperativas e associações para empreendimentos solidários.

Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Rua Silveira Martins, s/nº – Cabula.
CEP: 41.150-000 – Salvador – BA
Fone: (71) 3117.2333
Endereço eletrônico: ronaldabarreto@bol.com.br

NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADOS AOS DEPARTAMENTOS

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO - NUPE – DCH/CAMPUS I
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Rua Silveira Martins, s/nº – Cabula.
CEP: 41.150-000 – Salvador – BA
Fone: (71) 3117.2257
Endereço eletrônico: nupe.dch@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO - NUPE – DEDC/CAMPUS I
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Rua Silveira Martins, s/nº – Cabula.
CEP: 41.150-000 – Salvador – BA
Fone: (71) 3117.2316
Endereço eletrônico: nupe.dedc1@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO - NUPE – DEDC/CAMPUS II
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus II – Rodovia Alagoinhas/Salvador BR 110 Km 03.
CEP: 48.000-000 – Alagoinhas – BA
Fone: (75) 3422.2102/1139 R. 202
Endereço eletrônico: osmarmoreira@uol.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO - NUPE – DCH/CAMPUS III
Atividades que desenvolve: Agronomia e Fitotecnia
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus III. Avenida Edgard Chastinet, s/n - São Geraldo.
CEP: 48.900-000 Juazeiro – BA
Fone: (74) 3611-7248/7363
Endereço eletrônico: rocharuy@uol.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO - NUPE – DCH/CAMPUS IV
Atividades que desenvolve: ensino, pesquisa e extensão
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus IV – Avenida J. J. Seabra, 158 Bairro Estação.
CEP: 44.700-000 – Jacobina – BA
Fone: (74) 3621.3337/4154 R. 27
Endereço eletrônico: nupeuneb4@yahoo.com.br

NÚCLEO DE ESTUDOS DE CULTURA E CIDADE – DCH/CAMPUS IV
Atividades que desenvolve: digitalização de documentos
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus IV – Avenida J. J. Seabra, 158 Bairro Estação.
CEP: 44.700-000 – Jacobina – BA
Fone: (74) 3621.3337/4154 R. 39

NÚCLEO DE ESTUDOS ORAIS, MEMÓRIA E ICONOGRAFIA – DCH/CAMPUS IV
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus IV – Avenida J. J. Seabra, 158 Bairro Estação.
CEP: 44.700-000 – Jacobina – BA
Fone: (74) 3621.3337/4154

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – DCH/CAMPUS IV
Atividades que desenvolve: Manutenção de grupos de ginástica comunitária, Capoeira.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus IV – Avenida J. J. Seabra, 158 Bairro Estação.
CEP: 44.700-000 – Jacobina – BA
Fone: (74) 3621.3337/4154

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS V
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus V – Loteamento Jardim Bahia, s/n.
CEP: 44.570-000 – Santo Antônio de Jesus – BA
Fone: (75) 3631.2855 R. 33
Endereço eletrônico: emosouza@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS VI
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus VI – Avenida Contorno, s/n.
CEP: 46.400-000 – Caetité – BA
Fone: (77) 3454.1762 R. 213
Endereço eletrônico: dch6@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DEDC/CAMPUS VII
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus VII – Rod. Lomanto Júnior, BR 407 Km 127.
CEP: 48.970-000 – Senhor do Bonfim – BA
Fone: (74) 3541.4013 R. 29
Endereço eletrônico: acmariano@hotmail.com
amariano@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DO SEMI-ÁRIDO BAIANO – NUPEM – CAMPUS VII –
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus VII – Rod. Lomanto Júnior, BR 407 Km 127.
CEP: 48.970-000 – Senhor do Bonfim – BA
Fone: (74) 3541.4013 R. 29

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DEDC/CAMPUS VIII
Área de atuação: Sociologia (coordenação) Engenharia de Pesca (vice coordenação)
Endereço: Rua do Gangorra, 503 - CHESF - Paulo Afonso – BA
Fone: (75) 32816585 – 32817364
Endereço eletrônico: irsbalogh@yahoo.com.br
rosa_angelabr@yahoo.com.br
tamaraalmeidas@yahoo.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS IX
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus IX – BR 242 Km 04 Lot. Flamengo
CEP: 47.800-000 – Barreiras – BA
Fone: (77) 3611.3950/6401 R. 27
Endereço eletrônico: reconcer@yahoo.com.br

Núcleos de Estudos e Pesquisas em Produção Animal (NEPPA) – (DCH/CAMPUS IX)
Área do conhecimento: Zootecnia – Produção e Conservação de Forragens/ Ovino-Caprinocultura e Bovinocultura
Atividades que desenvolve: Provicapri - Programa de Ovino-Caprinocultura da Bahia; orienta pesquisas sobre suplementação de Bovinos na época seca e também sobre pastagens para ovinos nos cerrados; realiza e promove eventos como o Simpósio sobre Ovino-Caprinocultura da Bahia, palestras, seminários e outros;
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – BR – 242, Km 04, s/n – Loteamento Flamengo.
CEP: 47.800-000 – Barreiras-BA.
Fone: (77)3611 3950 Fax: (77)3611 – 6401 Cel.
Endereço eletrônico: unebneppa@yahoo.com.br
unebprovicapri@yahoo.com.br
Home Page: www.proex.uneb.br/neppa

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DEDC/CAMPUS X
Atividades que desenvolve: ensino, pesquisa e extensão
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus X – Av. Kaikan, S/Nº - Lot.Jardim Caraípe
CEP: 45.995-000 – Teixeira de Freitas – BA
Fone: (73) 3291.8300 R. 225
Endereço Eletrônico**:** juci.ferreira@bol.com.br
nupex.campusx@yahoo.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DEDC/CAMPUS XI
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XI - Serrinha – BA

NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPEX) – (DEDC/CAMPUS XII)
Endereço: Avenida Universitária Vanessa Cardoso, S/N, Ipanema
Telefone: (77) 3451 1535
Endereço Eletrônico: nupexcampus12@yahoo.com.br
warley_kelber@yahoo.com.br

NÚCLEO DE ESTUDOS PAULO FREIRE – (DEDC/CAMPUS XII)
Atividades que desenvolve: atividades de formação com educadores populares
Endereço: Universidade do Estado da Bahia / UNEB - Avenida Universitária Vanessa Cardoso S/N Bairro: Ipanema
CEP: 46.430-000 - Guanambi-BA.
Telefone: (77) 3451 1535
Endereço Eletrônico: nupexcampus12@yahoo.com.br; debyfeitosa@hotmail.com

GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL – GEDESA (DEDC/CAMPUS XII)
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Campus XII, Loteamento Ipanema, s/n. Bairro Ipanema.
CEP. 46.430-000 – Guanambi-BA.
Fone / Fax: (77) 3451.1535
Endereço Eletrônico: nupexcampus12@yahoo.com.br; pmitsuka@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DEDC/CAMPUS XIII
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XIII – Rua Dr Orman Ribeiro dos Santos, s/n.
CEP: 46.880-000 – Itaberaba – BA
Fone: (75) 3251.1710 R. 23
Endereço eletrônico: carlapsantana@hotmail.com

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPED) – DEDC/CAMPUS XIV
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XIV – Avenida Luís Eduardo Magalhães, s/n Bairro Jaqueira.
CEP: 48.730-000 – Conceição do Coité – BA
Fone: (75) 3262.1077 R. 35
Endereço eletrônico: farocha@uneb.br

CURSO DE EXTENSÃO EM LÍNGUA INGLESA (CELI) – DEDC/CAMPUS XIV
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XIV – Avenida Luís Eduardo Magalhães, s/n Bairro Jaqueira.
CEP: 48.730-000 – Conceição do Coité – BA
Fone: (75) 3262.1077 R. 30
Endereço eletrônico: clicc@bol.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DEDC/CAMPUS XV
Área de atuação: Educação e Direito
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XV – Rua Rua Cecília Meireles, s/n – Centro - CEP: 45.400-000 – Valença – BA
Fone: (75) 3641.0599 / 3641-8682
Endereço eletrônico: nicoleta@nethvalenca.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS XVI
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XVI – Rua Tiradentes, 54.
CEP: 44.900-000 – Irecê – BA
Fone: (74) 3641.4532/3503 R. 22
Endereço eletrônico: rmrodrigues@superig.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS XVII
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XVII
CEP: Bom Jesus da Lapa – BA

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS XVIII
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XVIII
CEP: Eunápolis – BA

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS XIX
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XIX
CEP: Camaçari– BA

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS XX
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XX Av. Lindolfo Azevedo Brito, 1170 – Rodovia Brumado-Livramento Km 1
CEP: 46.100-000 Brumado – BA
Fone: (77) 3441-2387

N**ÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCH/CAMPUS XXI**
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XXI
CEP: Ipiau – BA

UNIDADE DE CANUDOS – DCHT/CAMPUS XXII
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XXII – Rua Enock canário de Araújo, s/n Jeremias.
CEP: 48.500-000 – Euclides da Cunha – BA
Fone: (75) 3494.2000
Endereço eletrônico: dcht22@uneb.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCHT/CAMPUS XXIII
Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus XIII – Rua Pe. Justiniano Costa, s/n Boa Vista.
CEP: 46.900-000 – Seabra – BA
Fone: (75) 3331.2222
Endereço eletrônico: neila.santana@hotmail.com / neila.santana@ig.com.br

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (NUPE) – DCHT/CAMPUS XXIV
Endereço: Rua João Guimarães, s/n - Bairro São Francisco. CEP: 47.400-000, Xique-Xique-BA.
Fone(s):(74) 3661-1710 e 3661-1774.
Endereço eletrônico do coordenador: jeneto@uneb.br
Endereço eletrônico do núcleo: nupex24@hotmail.com

PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS/INTERINSTITUCIONAIS

CAMPUS I - SALVADOR

UNIVERSIDADE PARA TODOS

Atuação: Prepara alunos da rede pública para o processo seletivo de ingresso no ensino superior.
Parceria: Governo do Estado da Bahia / Secretaria de Educação
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA
Fone:(71) 3462-1568
Endereço eletrônico: zitaguimaraes@hotmail.com

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Gestora do programa: Maria Carolina Santos Soares
Atuação: redução dos índices de analfabetismo e a universidade desenvolve o projeto pedagógico de alfabetização e curso de aperfeiçoamento dos alfabetizadores.
Parceria: Governo Federal / Ministério da Educação Governo do Estado da Bahia / Secretaria da Educação.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº, prédio do Museu de Ciência e Tecnologia – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 R. 224 / 245
Endereço eletrônico: carolsolidaria@bol.com.br
lucieneribeiro@gmail.com

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA

Atividades que desenvolve: Educação no campo voltada para áreas de reforma agrária. Formação continuada da Alfabetização ao Ensino Superior.
Parceria: Governo Federal
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA
Fone: (71) 3371-0148 / 0107 R. 227
Endereço eletrônico: coordenaçãocolegiada@gmail.com

CRECHE E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Atuação: Serviço de orientação e acompanhamento pedagógico, nutricional e de assistência à saúde nas creches de Salvador.
Parceria:Governo do Estado da Bahia / Secretaria do Trabalho e Ação Social e Prefeitura Municipal de Salvador.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3232-0730
Endereço eletrônico: fasec.projeto@hotmail.com

PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL

Coordenador: Associação de Ex-alunos da UNEB – UNEX
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Rua Silveira Martins, s/nº – Cabula.
CEP: 41.150-000 – Salvador – BA
Fone: (71) 3117-2408
Endereço eletrônico: unex@uneb.br

PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE CARENTE – PROTEGE
Coordenação: Associação de Ex-alunos da UNEB – UNEX
Atuação: coordena uma rede de solidariedade em benefício de estudantes carentes da graduação na Uneb. Iniciativa da União de ex-estudantes da Uneb.
Parceria: Voluntários
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Rua Silveira Martins, s/nº – Cabula.
CEP: 41.150-000 – Salvador – BA
Fone: (71) 3117-2408
Endereço eletrônico: unex@uneb.br

PROGRAMA DE ESTÁGIOS
Parceria: PITMA, IEL, CIEE, Coelba, Odebrecht, Morro Velho, Veracel, INB, Protege.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão Avenida Jorge Amado, s/nº, Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107
Endereço eletrônico: estagio@listas.uneb.br

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107
Endereço eletrônico: gaace@uneb.br
hmota@uneb.br

PROGRAMA DE MONITORIA EM EXTENSÃO
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107
Endereço eletrônico: gaace@uneb.br

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE GESTORES DOS CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA
Atuação: Implantação de núcleos de gestão colaborativa nos antigos infocentros e capacitação de seus gestores.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Rua Silveira Martins, s/n - Cabula.
CEP: 41.150-000 Salvador – BA.
Fone: (71) 3117-2338.
Endereço eletrônico: hetk@uol.com.br

PROGRAMA DE APOIO AOS DOCENTES, ESTUDANTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.
Atuação: Auxilia na participação dos docentes, estudantes da graduação e servidores técnicos administrativos da UNEB em eventos de caráter técnico-científico.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão. Avenida Jorge Amado, s/nº – Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone: (71) 3371-0148 / 0107
Endereço eletrônico: gaace@uneb.br

PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM
Parceria: Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf) / Prefeitura Municipal de Salvador
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº, Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone:(71) 3371-0148 / 0107 R. 236
Endereço eletrônico: zorildavaz@yahoo.com.br

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Parceria: Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf) / Prefeitura Municipal de Salvador
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº, Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone:(71) 3371-0148 / 0107 R. 206
Endereço eletrônico: qualificacao@hotmail.com

UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE
Atuação: Educação continuada, cultura e lazer para pessoas na faixa etária a partir de 50 anos, de qualquer nível educacional, social, econômico e cultural.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Rua Silveira Martins, s/n - Cabula.
CEP: 41.150-000 Salvador – BA.
Fone: (71) 3117-2275.
Endereço eletrônico: bambergdanca@yahoo.com.br
uati.terceiraidade@uneb.br

CORAL
Atuação: Oferece oportunidade de envolvimento com a música em grupo.
Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº, Imbuí.
CEP: 41.150-000 Salvador-BA.
Fone: (71)3370-1017.

TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO (TOPA)
Atuação: Educação de jovens e adultos com ações em 86 municípios baianos.
Parceria: Governo Estadual / Secretaria de Educação.

Endereço: Universidade do Estado da Bahia - Pró-Reitoria de Extensão - Avenida Jorge Amado, s/nº, Imbuí.
CEP 41.710-000 Salvador-BA.
Fone:(71) 3362-2278.
Endereço eletrônico: nejauneb@yahoo.com.br

CAMPUS III – JUAZEIRO

AGÊNCIA DE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA - DCH/CAMPUS III

Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus III - Juazeiro – BA
Fone: 74 3611-5617 / 6860
Endereço eletrônico: multi.ciencia@yahoo.com.br

CAMPUS XIV - CONCEIÇÃO DO COITÉ

UNIVERSIDADE PARA TODOS

Atuação: Educação para alunos e ex-alunos do ensino médio como preparação para vestibular
Parcerias: Pró-Reitoria de Extensão, Secretaria de Estadual de Educação.
Endereço: Departamento de Educação – Campus XIV – Avenida Luiz Eduardo Magalhães, 988 – Jaqueira.
CEP 48.730-000 – Conceição do Coité-BA.
Fone: (75) 3262-1077.
Endereço eletrônico: hilderlandia@bol.com.br

EMPRESA JÚNIOR CELI - CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUAS

Atuação: Educação para alunos, professores, graduandos, graduados em Língua Inglesa, Literatura Brasileira, Redação e Gramática
Parceria: Prefeitura Municipal de Conceição do Coité.
Endereço: Departamento de Educação – Campus XIV. Avenida Luiz Eduardo Magalhães, 988 – Jaqueira.
CEP 48.730-000 Conceição do Coité-BA.
Fone: (75) 3262-1077
Endereço Eletrônico: esfinge@sisalnet.com.br

UNIVERSIDADE ITINERANTE

Atuação: Educação para professores municipais da zona rural de cidades pertencentes ao Eixo Euclidense, com levantamento de informações culturais através de registro fotográfico, textos, vídeo e produções textuais realizadas por professores do eixo atendido.
Parcerias: Governo do Estado da Bahia / Secretaria de Educação.
Endereço: Departamento de Educação – Campus XIV – Avenida Luiz Eduardo Magalhães, 988 – Jaqueira.
CEP 48730-000 – Conceição do Coité – BA
Fone: (75) 3262-1077.
Endereço eletrônico: hilderlandia@bol.com.br

OUÇA UNIVERSIDADE
Atuação: Programa de Rádio sobre temáticas culturais e educativas, ligadas à língua inglesa, portuguesa, literaturas, artes, produções científicas e da cultura popular e mundial veiculado na região sisaleira.
Parcerias: ABRAÇO – Associação de Rádios Comunitárias da Região Sisaleira; MOC; FM Coité Livre.
Endereço: Departamento de Educação – Campus XIV – Avenida Luiz Eduardo Magalhães, 988 – Jaqueira.
CEP 48.730-000 – Conceição do Coité-BA
Fone: (75) 3262-1077
Endereço eletrônico: zpaiva@uneb.br

CAMPUS X - TEIXEIRA DE FREITAS-BA

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PRAJA
Atuação: Assessoria a grupos de alfabetização de adultos, formação inicial e continuada dos alfabetizadores.
Parceria: movimentos populares.
Endereço: Departamento de Educação - Campus X, Avenida Kaikan, s/n.
CEP: 45.995-000 Teixeira de Freitas-BA.
Fones: (73) 3291-8300 / 3291-3597 - Cel. 9987-8669
Endereço eletrônico: cearon@ig.com.br

PROJETO "ALARGANDO O FUNIL" – PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO
Atuação: Atividades docentes para alunos do Ensino Médio de Escolas Públicas estaduais, professores da rede pública municipal e concluinte do Ensino Médio em todas as áreas do conhecimento.
Endereço: Departamento de Educação – Campus X / UNEB – Avenida Kaikan, s/nº - Jardim Caraípe – CEP 45.995-000 – Teixeira de Freitas-BA - Fone: (73) 3291 8300
Endereço eletrônico: dedc10@uneb.br

OFICINA DE TEXTOS – LEITURA E PRODUÇÃO
Atuação: Discussão sobre a importância da leitura dos diferentes gêneros textuais, oportunizar situações interacionais de leitura, compreensão e reflexão de textos variados, produção de textos dos diferentes gêneros textuais.
Endereço: Departamento de Educação - Campus X / UNEB – Av. Kaikan, s/nº - Jardim Caraípe.
CEP.45.995-000 – Teixeira de Freitas-BA.
Fone (73) 3291 8300.
End. eletrônico: cristhhiane@yahoo.com.br

PROJETO CEVITI (CESTEF – VIDA – TERCEIRA IDADE)
Atuação: Práticas Educativas Culturais de lazer para terceira idade: Alfabetização de Adultos, oficinas, seminário, palestra, sessões de arte terapia, viagens, fórum regional entre outros.
Endereço: Departamento de Educação – Campus X / UNEB – Av. Kaikan, s/nº - Jardim Caraípe
CEP 45.995-000 – Teixeira de Freitas-BA
Fone: (73) 3291 8300 / 3291 3693 e 3292 5597
Endereço eletrônico: dedc10@uneb.br

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA
Atuação: Educação de Adultos – Escolarização 1ª a 4ª série e formação de Educadores nos níveis Médio e Superior – Pedagogia da Terra
Parceria: Governo Federal / INCRA SEC / Governo do Estado da Bahia , Movimentos Sociais do Campo
Endereço: Departamento de Educação – Campus X / UNEB – Av. Kaikan, s/nº - Jardim Caraípe.
CEP 45.995-000 – Teixeira de Freitas.
Fone: (73) 3291 8300 / (73) 3291 2659 / (73) 3291 9467.
Endereços eletrônicos: mnaraujo@uneb.br / luzenicarvalho@tdf.com.br

ALFABETIZAÇÃO RURAL / FORMAÇÃO DOCENTE
Atuação: Formação continuada de educadores.
Parceria: Movimentos Sociais
Endereço: Departamento de Educação – Campus X / UNEB – Av. Kaikan, s/nº - Jardim Caraípe.
CEP 45.995-000 – Teixeira de Freitas-BA
Fone: (73) 3291 8300 / (73) 3291 2659 / (73) 3291 9467.
Endereços eletrônicos: mnaraujo@uneb.br / luzenicarvalho@tdf.com.br

ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PARCEIROS DA UNEB

GOVERNO FEDERAL
Ministério da Educação
Ministério da Cultura
Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Saúde
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério da Integração Nacional
Ministério do Trabalho
Ministério do Esporte
Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministério da Defesa / Exército Brasileiro
Ministério da Justiça

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Educação
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
Secretaria do Trabalho e Ação Social
Secretaria do Planejamento
Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação

OUTRAS INSTITUIÇÕES
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Rec. Nat. Renováveis – IBAMA
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB
Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM
Fundação de Administração e Pesquisa Econômica e Social – FAPES
Fundação de Assistência Sócio-Educativa e Cultural – FASEC
Fundação para o Des. Científico e Tecnológico do V. do S. Francisco – CODEVASF
Bahia Pesca S.A
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A – EBDA
Petrobrás S.A
Desert Sun Mining Corporation – Morro Velho
Fundação Odebrecht
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba
Companhia de Eletricidade do São Francisco – CHESF
Veracel Celulose S.A
Rede Bahia de Comunicação
NEET
Indústria Nuclear do Brasil – INB
Credicard S.A
Centro Internacional de Negócios da Bahia – PROMO
Centro de Integração Emprego e Renda – CIEE
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
Superintendência de Recursos Hídricos – SRH
Alfabetização Solidária
Prefeitura Municipal de Salvador
Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

APÊNDICE E

Quadro 9: Departamentos da Uneb e seus cursos

Campus	Cidade	Departamento(s)	Curso(s)	
I	Salvador	Ciências Humanas	Administração	
			Ciências Contábeis	
			Direito	
			Letras	Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic)
				Líng. Inglesa e Literaturas (Lic)
				Ling. Espanhola e Literaturas (Lic)
			Turismo e Hotelaria	
		Ciências Exatas e da Terra	Desenho Industrial	Prog. Visual
				Proj. do Produto
			Engenharia de Produção Civil	
			Química (Lic.)	
			Sistemas de Informação	
			Urbanismo	
		Ciências da Vida	Enfermagem	
			Farmácia	
			Fisioterapia	
			Fonoaudiologia	
			Nutrição	
		Educação	Pedagogia	Anos Iniciais do Ens. Fundamental (Lic)
				Gestão e Coord. do Trab. Escolar (Lic)
				Educação Infantil (Lic)
				Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Lic)
II	Alagoinhas	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Biológicas (Lic.)	
			Matemática (Lic.)	
			Análise de Sistemas	
		Educação	Letras	Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic)
				Líng. Inglesa e Literaturas (Lic)
				Ling. Espanhola e Literaturas (Lic)
			História (Lic.)	
			Educação Física (Lic)	
III	Juazeiro	Tecnologia e Ciências Sociais	Agronomia	
			Direito	
		Ciências Humanas	Pedagogia	(Lic)/Docência e Gestão de Processos Educativos
				(Lic)/Docência e Gestão de Processos Educativos
			Comunicação Social e Jornalismo em Multimeios	
IV	Jacobina	Ciências Humanas	Letras	Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic)
				Ling. Inglesa e Literaturas (Lic)

			História (Lic.	
			Geografia (Lic.)	
			Educação Física (Lic)	
V	Santo Antonio de Jesus	Ciências Humanas	Letras	Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
				Ling. Inglesa e Literaturas (Lic.)
				Ling. Espanhola e Literaturas (Lic)
			História (Lic.)	
			Geografia (Lic.)	
			Administração de Micro e Pequenas Empresas	
VI	Caetité	Ciências Humanas	Letras	Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
				Ling. Inglesa e Literaturas (Lic.)
			História (Lic.)	
			Geografia (Lic.)	
			Matemática (Lic.)	
			Ciências Biológicas (Lic.)	
VII	Senhor do Bonfim	Educação	Matemática (Lic.)	
			Ciências Biológicas (Lic.)	
			Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)	
			Ciências Contábeis	
			Enfermagem	
VIII	Paulo Afonso	Educação	Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)	
			Matemática (Lic.)	
			Ciências Biológicas (Lic.)	
			Engenharia de Pesca	
			Direito	
IX	Barreiras	Ciências Humanas	Engenharia Econômica	
			Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)	
			Ciências Contábeis	
			Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)	
			Matemática (Lic.)	
			Ciências Biológicas (Lic.)	
X	Teixeira de Freitas	Educação	Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)	
			Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)	
			Matemática (Lic.)	
			Ciências Biológicas (Lic.)	
XI	Serrinha	Educação	Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)	
			Administração	
			Geografia (Lic.)	
XII	Guanambi	Educação	Educação Física (Lic.)	
			Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)	

			Administração
			Enfermagem
XIII	Itaberaba	Educação	Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)
			Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
			História
XIV	Conceição do Coité	Educação	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
			Letras: Ling. Inglesa e Literaturas (Lic.)
XV	Valença	Educação	Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)
			Direito
XVI	Irecê	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Inglesa e Literaturas (Lic.)
			Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)
XVII	Bom Jesus da Lapa	Ciências Humanas e Tecnologias	Pedagogia Docência/Gestão de Proc. Educativos (Lic.)
			Administração
XVIII	Eunapólis	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
			Turismo
			História (Lic.)
XIX	Camaçari	Ciências Humanas e Tecnologias	Ciências Contábeis
			Direito
XX	Brumado	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
XXI	Ipiaú	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
XXII	Euclides da Cunha	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
XXIII	Seabra	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
			Letras: Ling. Inglesa e Literaturas (Lic.)
XXIV	Xique-Xique	Ciências Humanas e Tecnologias	Letras: Ling. Portuguesa e Literaturas (Lic.)
Fonte: Elaborado pela autora a partir do Manual do Candidato 2008 para ingresso na UNEB.			

APÊNDICE F

Quadro 10 - Localização das unidades universitárias do estado da Bahia, por região geoeconômica (2008)				
Nº.	Região geo econômica (população)	Nº. de municípios	Município Sede	IES
01	Metropolitana de Salvador	10	Salvador	UNEB
			Camaçari	UNEB
02	Litoral Norte	20	Alagoinhas	UNEB
03	Recôncavo Sul	33	Santo Antonio de Jesus	UNEB
			Santo Amaro	UEFS
04	Litoral Sul	53	Ilhéus e Itabuna	UESC
			Valença	UNEB
05	Extremo Sul	21	Teixeira de Freitas	UNEB
			Eunápolis	UNEB
06	Nordeste	46	Conceição do Coité	UNEB
			Paulo Afonso	UNEB
			Serrinha	UNEB
07	Paraguaçu	42	Feira de Santana	UEFS
			Itaberaba	UNEB
08	Sudoeste	39	Itapetinga	UESB
			Jequié	UESB
			Vitória da Conquista	UESB
09	Baixo Médio São Francisco	08	Juazeiro	UNEB
10	Piemonte da Diamantina	24	Jacobina	UNEB
			Senhor do Bonfim	UNEB
11	Irecê	19	Irecê	UNEB
12	Chapada Diamantina	33	-	-
13	Serra Geral	29	Caetité	UNEB
			Guanambi	UNEB
14	Médio São Francisco	16	Bom Jesus da Lapa	UNEB
15	Oeste	22	Barreiras	UNEB

Fonte: Criada pela autora a partir de BAHIA, 1998 e TOMASONI, 2002 e dados coletados nos sites das Universidades citadas.

APÊNDICE G

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
EDUCAÇÃO		X	A Política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético. 01/04/2006	Currículo, conhecimento e cultura	PUC SP Privada/Particular	Responder à pergunta: em que medida a experiência inaugural da implantação da política de cotas raciais na UERJ em 2003 resiste a uma crítica ética tendo as vozes dos estudantes cotistas autodeclarados negros ou pardos como protagonistas?
LINGUÍSTICA		X	A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. 01/12/2004	Discurso e interação em contextos institucionais	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Pública/Federal	Investiga o racismo discursivo de que são vítimas os afrodescendentes no Brasil por meio da análise do discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros nas universidades – Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e A Tarde.
ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS		X	Desigualdades "raciais" e ensino superior: um estudo sobre a introdução das leis de reserva de	-	UERJ Pública/Federal	Estuda a UERJ. Pretende documentar e analisar a recente introdução de Leis de

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			vagas para egressos de Escolas Públicas. 01/12/2004.			reserva de vagas para candidatos egressos de escolas públicas e cotas para “negros e pardos” nas universidades estaduais fluminenses.
EDUCAÇÃO		X	O ENEM como elemento democratizador do acesso ao ensino superior público. 01/08/2004.	Políticas públicas e reformas educacionais e curriculares	PUC SP Privada/Particular	Verifica se o Enem provoca algum impacto nos processos seletivos desenvolvidos pela USP, Unesp e Unicamp, especificamente para alunos provenientes de escolas públicas de Ensino Médio.
SAÚDE COLETIVA		X	Ironias da desigualdade políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física. 01/02/2005	-	UFBA Pública/Federal	Analisa políticas e práticas de inclusão da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho em Salvador, Bahia.
TEORIA DA COMUNICAÇÃO		X	Espectros na mídia: políticas afirmativas ou políticas da piedade? O sofrimento do outro no contexto do “último homem”.	Mídia e mediações sócio-culturais	UFRJ Pública/Federal	Estuda os impactos da adoção das cotas por meio da análise do discurso na mídia impressa.

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			01/07/2006.			
ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE	OBSERVAÇÃO
EDUCAÇÃO	X		O campo acadêmico e a polêmica das cotas raciais. 01/10/2005	Instituições escolares, saberes e práticas eductivas	UNIVERSIDADE FEDRAL DO MARANHÃO Pública / Federal	Realizar uma análise dos principais argumentos que alimentam a polêmica no interior do campo acadêmico, expor os posicionamentos dos principais agentes, grupo pró-cotas e anti-cotas e dialogar com eles subsidiando assim uma tomada de posição diante do problema.
SOCIOLOGIA	X		O acesso do negro às IES e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF. 01/12/2006	Política, cultura e conhecimento	UENF Pública / Estadual	Desnudar o cenário intra e interistitucional com que a política de cotas ganhou realidade na UENF; averiguar a inserção de estudantes negros nesta, relacionado-a à eficácia da política de cotas para a inclusão de estudantes negros na UENF.
CIÊNCIA POLÍTICA	X		Escravidão e a política	Cultura política e opinião pública	UFRGS Pública/Feder	Tendo como foco os

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			racial no Brasil: a identidade dos afrodescendentes e as ações afirmativas. 01/08/2006		al	fundamentos da escravidão no Brasil, aborda a questão dos afrodescendentes no Brasil Contemporâneo (2002-2006), visando a compreensão das políticas públicas de discriminação positiva: as cotas, cujo objetivo é constituir gradativamente a inclusão de negros e pardos em diferentes instâncias sociais; entre elas, as universidades públicas.
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	X		O princípio constitucional da igualdade e as ações afirmativas voltadas aos afrodescendentes e egressos da rede pública de ensino como suporte efetivador para o ingresso nas universidades. 01/10/2006	O Constitucionalismo Contemporâneo	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUS DO SUL Privada / particular	Demonstrar a trajetória do Princípio da Igualdade no desenvolvimento social, político e jurídico da experiência doutrinária nacional e internacional, bem como analisar a inserção de Ações Afirmativas na modalidade de reserva de cotas destinada à

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						parcela da população afrodescendente e egressos do ensino público como forma de inclusão social; busca verificar a viabilidade ou não de um possível afronte ao princípio em comento, tendo em vista sempre a observância da norma constitucional positivada.
ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE	OBSERVAÇÃO
MULTIDISCIPLINAR	X		Política de ação afirmativa para afro-brasileiros e o debate das cotas nas universidades. 01/01/2006	Identidade, Cultura e Linguagem	Universidade São Marcos Privada / Particular	Analisa a questão da adoção de políticas de ação afirmativa para afro-descendentes na educação brasileira, concentrando-se principalmente no debate público desencadeado por essas políticas.
ECONOMIA	X		Desigualdade Racial no Brasil: discriminação ou exclusão? 01/06/2004.	-	Universidade Federal Fluminense Pública/Federal	Ressalta a importância de se estudar as profundas relações de desigualdade

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						racial que caracterizam o Brasil.
DIREITO	X		Cotas para negros na Universidade. 01/11/2006	Direitos humanos e inclusão social	Universidade Federal do Pará Pública / Fede	Pesquisa teórica acerca das políticas afirmativas de cotas para negros na universidade brasileira.
DIREITO	X		O Direito, a Educação e as cotas universitárias. 01/04/2005.	O Estado e as transformações constitucionais.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Privada / Particular	Apresentar uma discussão de índole constitucional sobre o sistema de cotas universitárias recém implantado no País.
CIÊNCIAS DA SAÚDE EDUCAÇÃO ENFERMAGEM	X		O aluno negro na graduação em Enfermagem: perfil e opiniões sobre cotas.01/12/2005.	Currículo, Aprendizagem e Avaliação em Ciências da Saúde.	Universidade Federal de São Paulo Pública / Federal	Compreender a inserção do homem (aluno) negro num universo, ainda hoje, predominantemente feminino; situar sua presença no curso de enfermagem no âmbito do ensino superior em São Paulo; caracterizar o perfil sócio-econômico e identificar os motivos associados à escolha do curso de Enfermagem em uma

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						instituição pública (Unifesp) e uma privada(UniFMU).
DIREITO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	X		O Direito à Educação e o Sistema de Cotas: perspectivas do Direito Comparado. 01/11/2004.	Tendências da tributação nacional e internacional	Universidade Católica de Brasília Privada / particular	Aborda o direito à educação e o acesso ao ensino público de terceiro grau mediante o sistema de cotas, entendido este como forma de ação afirmativa.
SOCIOLOGIA	X		Entre a morte e a ressurreição de um mito os discursos públicos da academia sobre as ações afirmativas no Brasil.01/10/2006.	-	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Pública / Estadual	Resgata o legado das ciências sociais brasileiras sobre o tema racial, a história do Movimento Negro no país, as interfaces entre estes dois pólos, e as apropriações e reinvenções aqui operadas sobre a idéia de ação afirmativa em relação a seu berço principal, os Estados Unidos.
PSICOLOGIA	X		Identidade Racial e Política de Ação Afirmativa:	-	Universidade Federal da Paraíba Pública / Federal	Identificar os conteúdos das categorias de Identidade Social dos

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			Investigando aceitação Social de Quotas para Estudantes Negros nas Universidades Públicas. 01/03/2005			negros e dos brancos como enunciados por estudantes pré-vestibulandos da cidade de João Pessoa. Identificar o posicionamento desses estudantes quanto as políticas de Ações Afirmativas, particularmente no que se refere à política de cotas – reserva de vagas para candidatos negros nos processos seletivos das universidades públicas brasileiras. Avaliar as relações entre esta Identidade Social étnica e o posicionamento dos estudantes no que se refere à política de cotas.
EDUCAÇÃO	X		Educação e Inserção do Afro-descendente na sociedade capitalista: cotas nas	Políticas Públicas e Gestão da Educação	Universidade Tuiuti do Paraná Privada / Particular	Investiga a situação do afro-descendente na sociedade brasileira através da

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			Universidades como fator de justificação da ordem liberal. 01/02/2004			análise das políticas públicas liberais, focalizando as cotas para o acesso nas universidades brasileiras.
DIREITO	X		O princípio da igualdade e a constitucionalidade das cotas raciais para negros e afrodescendentes nas universidades brasileiras – 01/07/2006	Efetivação jurisdicional dos Direitos Fundamentais	Centro Universitário FIEO Privada / Particular	Verificar se a criação de reserva de cotas nas universidades para negros e afrodescendentes afronta ou não o princípio da igualdade.
-	X		Ação afirmativa: o impacto da política de cotas na ESDI (Escola Superior de Desenho Industrial) – 01/11/2005	Classes Sociais, Gênero, Raça e Educação.	Universidade Federal Fluminense Pública / Federal	Analisa as experiências vividas pelos alunos ingressantes nos Vestibulares 2003 e 2004 na ESDI através da implementação da modalidade de cotas raciais, determinada a partir da promulgação das leis número 3.708/01 e 4.151/03, uma vez que a presença de estudantes negros na instituição apresentava-se, até então, incipiente.

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
SOCIOLOGIA	X		A política de cotas para mulheres: análise do legislativo paranaense. – 01/10/2005	Cultura e sociabilidades.	Universidade Federal do Paraná Pública / Federal	Analisa a lei n. 9100/95 de cotas para mulheres nas disputas de cargos legislativos, buscando contextualizar esta política de cotas em relação ao sistema eleitoral brasileiro, para observar se houve alteração no lançamento de candidaturas de mulheres, a partir da comparação das candidaturas para o Legislativo no Estado do Paraná, nos anos de 1994, 1998 e 2002.
EDUCAÇÃO	X		A implantação do sistema de cotas nas Universidades Públicas Brasileiras – 01/03/2006	Políticas públicas de Educação	Universidade Cidade de São Paulo Privada / Particular	Analisa a implantação do sistema de cotas como política pública voltada à concretização das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Investiga o sistema de cotas como modalidade de ações afirmativas

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						voltadas à inclusão educacional, tendo em vista a desigualdade social e a discriminação racial que permeiam as relações humanas e os indicadores socioeconômicos no Brasil.
ANTROPOLOGIA	X		Ação Afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras. O caso do Estado do Rio de Janeiro. 01/03/2004	Antropologia da Política	Universidade Federal do Rio de Janeiro Pública / Federal	
DIREITO	X		O acesso ao serviço público por critério racial. 01/09/2003	Direito de Empresa em face dos Direitos Fundamentais	Pontifícia Universidade Católica do Paraná Privada / Particular	Examina o fundamento constitucional possível para as ações afirmativas no Direito Brasileiro, sobre os princípios de Justiça, de Igualdade (de Direito e de Fato), e da Solidariedade, que inspiraram o constituinte de 1988, a partir do reconhecimento da existência

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						de preconceito racial no país, particularmente em face da chamada discriminação de resultados.
-	X		Democracia racial: Verdade ou Mito? 01/02/2006	Direitos Humanos e Inclusão Social.	Universidade Federal do Pará Pública / Federal	Visa fazer um estudo sobre o mito da democracia racial, verificando-se as suas implicações na desigualdade social e no sistema de cotas para negros nas universidades, observando-se para tal o problema no Estado do Rio de Janeiro, através do projeto de lei 650/99.
EDUCAÇÃO	X		No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais. 01/11/2006	Movimentos sociais, política e educação popular.	Universidade Federal de Mato Grosso Pública / Federal	Mostrar que as cotas raciais não visam somente a incluir a população negra na educação superior pública.
-	X		Ação afirmativa e suas implicações no Brasil: o Sistema de Cotas das	Constitucionalismo, Democracia e Direitos Humanos	Universidade Federal do Pará Pública / Federal	Versa sobre ação afirmativa, suas implicações no Brasil e acerca do sistema de

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			Universidades. 01/09/2003			cotas nas universidades para beneficiar a população negra como grupo que se encontra à margem da sociedade brasileira devido à secularização da discriminação.
DIREITO DO TRABALHO	X		A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho através do sistema de cotas. 01/03/2006	A cidadania modelando o Estado.	Universidade Presbiteriana Mackenzie Privada / Particular	Compreender os caminhos que, historicamente, levaram a pessoa com deficiência à marginalização e os motivos que perpetuam a exclusão social.. Discorrer acerca dos documentos legais de sua proteção e inclusão social e analisar o alcance desse sistema e sua eficiência.
SERVIÇO SOCIAL	X		A Política de Cotas nas Universidade de Brasília: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais. 01/12/2006.	Questão Social, Instituições e serviços Sociais.	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Pública / Federal	Estudo da política de cotas implementado na Universidade de Brasília (UnB) em junho de 2003 a partir da percepção dos alunos cotistas

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						do programa Afroatitude, escolhidos a fim de delimitar o universo da população. Perceber a relação dos alunos cotistas do grupo em estudo com a comunidade acadêmica e a UnB, identificando seus principais anseios e sensações.
SERVIÇO SOCIAL	X		Intervenção governamental e cotas de emprego para trabalhadores com deficiência na região metropolitana de Recife: um estudo de caso na superintendência de apoio à pessoa com deficiência / CEAD. 01/03/2006.	O processo de organização e mobilização popular.	UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Analisar as ações do governo para inserção dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal. Pesquisar se há e quais são as conexões entre as políticas públicas estaduais no sentido de subsidiarem esses trabalhadores, conforme suas necessidades especiais.
HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPOR	X		Cor, pobreza e ação afirmativa: o projeto geração XXI (SP,	História da Cultura	UNIVERSIDADE DE DE SÃO PAULO	Retratar, analisar e historicizar o Projeto Geração XXI, da ONG

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
ÂNEA			1999/2006). 01/06/2006.			Geledés – Instituto da Mulher Negra.
SERVIÇO SOCIAL	X		POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA NEGROS: novas respostas para antigos problemas. 01/11/2006.	Projetos Isolados	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Analisar as formas manifestas das desigualdades entre as classes sociais e decifrar as estratégias utilizadas, pela elite, para a sua manutenção e reprodução.
-	X		Da democracia racial à ação afirmativa: o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 01/07/2005.	Serviço Social, Avaliação e Gestão de Políticas Sociais	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Avaliar o processo de implementação da política de cotas na Universidade Estadual do Norte Fluminense, bem como aprofundar o debate em torno do tema.
SERVIÇO SOCIAL	X		Da Exclusão aos Direitos. Dos Direitos às Garantias. Um estudo sobre as garantias do direito ao trabalho das pessoas com deficiência. 01/03/2006.	Movimentos Sociais e Cidadania.	UNIVERSIDADE DE DE BRASÍLIA	Conhecer os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, tendo em vista o aparato legal existente ao nível nacional e internacional, especificamente no que se refere ao mercado de trabalho, destacando a ação do Ministério

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
						Público do Trabalho e as negociações coletivas como instrumentos fundamentais de proteção e defesa desses direitos, assim como de conquista de novos direitos.
-	X		Ações afirmativas e suas implicações no Brasil: o Sistema de Cotas das Universidades. 01/09/2003	Constitucionalismo, Democracia e Direitos Humanos	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Versa sobre ação afirmativa, suas implicações no Brasil e acerca do sistema de cotas nas universidades para beneficiar a população negra como grupo que se encontra à margem da sociedade brasileira devido à secularização da discriminação.
EDUCAÇÃO ESPECIAL	X		O PENSAMENTO DOS EMPREGADORES SOBRE O DIREITO DE ACESSO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	Processos educativos e linguagem	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Problematiza a questão social do ingresso das pessoas portadoras de deficiência (PPD) no mercado formal de trabalho na ótica dos empregadores.

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			NO MERCADO DE TRABALHO. 01/12/2006.			
DIREITO	X		Direito e Ação Afirmativa: As políticas de ação Afirmativa para Afro-Brasileiros. Acesso ao Ensino Superior. 01/12/2005	Direito, Estado e Sociedade: Políticas Públicas e Democracia	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Analisa o processo de adoção da política de cotas de ingresso de afro-brasileiros na Universidade de Brasília, para tematizar o potencial emancipatório das ações afirmativa enquanto instrumentos de efetivação do direito constitucional à igualdade de minorias discriminadas por longos períodos históricos.
DIREITO	X		Ação Afirmativa como instrumento constitucional de igualdade da raça negra no ensino superior brasileiro. 01/12/2003.	Instrumentos Constitucionais de Efetivação dos Direitos Fundamentais	INSTITUTO TOLEDO DE ENSINO	Conceituar e identificar as ações afirmativas no ordenamento jurídico brasileiro especialmente com relação à situação dos estudantes negros nas universidades.
POLÍTICAS PÚBLICAS	X		Sistema Universal e sistema de cotas para negros na	Políticas públicas e gestão de educação superior	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Analisa os dados referentes ao primeiro processo

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			Universidade de Brasília: um estudo de desempenho. 01/05/2006.			seletivo com sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília, de modo a caracterizar os candidatos (inscritos e aprovados) do ponto de vista da demanda por vagas e do seu desempenho no vestibular, comparando os que optaram pelo sistema de seleção por cotas e o sistema universal.
LETRAS	X		As astúcias da função-autor no discurso jornalístico: uma análise da posição de um jornal paranaense sobre as cotas. 01/08/2006.	Estudos do texto e do discurso	UNIVERSIDADE DE ESTADUAL DE MARINGÁ	Explicitar o trabalho da função-autor jornalista, sob um olhar discursivo, em textos da mídia impressa sobre a temática das "cotas universitárias para negros".
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	X		O aluno negro e o ensino superior: trajetória histórica, percalços e conquistas (análise do perfil sócio-econômico e	Processos formativos, diferença e valores.	UNIVERSIDADE DE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO / PRESIDENTE PRUDENTE	Delinear o perfil sócio-econômico e acadêmico do aluno negro da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – campus de

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			acadêmico do discente da FCT/UNESP de Presidente Prudente). 01/03/2006.			Presidente Prudente.
DIREITO PÚBLICO	X		Os limites das políticas de cotas para negros no Brasil: o critério racial diante do direito a não-discriminação e das políticas igualitárias. 01/03/2006.	Neoconstitucionalismo: direitos fundamentais, justiça e processo constitucionais.	UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Investiga a legitimidade da política de cotas para negros no Brasil a partir da tensão entre direito individual à não-discriminação e a necessidade de se implantar programas políticos de correção das desigualdades sociais.
POLÍTICA EDUCACIONAL	X		Políticas de ação afirmativa e ensino superior: a experiência da UERJ na perspectiva dos professores da Faculdade de Direito. 01/06/2005.	Processos culturais, Instâncias de Socialização e a Educação.	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	Analisar a experiência das ações afirmativas, modalidade cotas, implementadas no ano de 2003, pela UERJ, sua gênese, características, implantação e primeiros resultados.
DIREITO DO TRABALHO	X		As pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: análise do sistema de cotas no	Direitos sociais no contexto dos direitos humanos	UNIVERSIDADE DE DE SÃO PAULO	Analisa a legislação previdenciária especificamente quanto à previsão do sistema de cotas para

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			Brasil e das peculiaridades do contrato de trabalho. 01/01/2006.			pessoas portadoras de deficiência, que deve ser observado e cumprido por empresas com mais de 100 (cem) empregados.
CIÊNCIA POLÍTICA	X		As iniciativas parlamentares no Congresso Nacional: Ações afirmativas em prol da população negra. 01/06/2006.	Teoria Democrática	UNIVERSIDADE DE DE BRASÍLIA	Apresenta um painel sucinto de como nossa sociedade incorporou a problemática das desigualdades raciais no decorrer do século XX.
ECONOMIA DOS RECURSOS HUMANOS	X		Cotas no processo de admissão de universidades: efeitos sobre a proficiência de alunos do ensino médio. 01/03/2006.	Estudos do Trabalho e Políticas Sociais	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	Avalia como os sistemas de cotas implementados por universidades públicas no Rio de Janeiro e na Bahia afetaram o desempenho dos alunos beneficiados no 3º. ano do ensino médio .
EDUCAÇÃO	X		A Universidade e as Políticas de ação afirmativa ao Ensino Superior: situando a questão do negro na Universidade Federal do	-	UNIVERSIDADE DE FEDERAL DO MARANHÃO	Apresenta as concepções ideológicas das teorias raciais do Século XIX até a década de 30 do Século XX. Descreve o desenvolvimento histórico

ÁREA DO CONHECIMENTO	M	D	TEMA/TÍTULO	LINHA DE PESQUISA	UNIVERSIDADE DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	OBSERVAÇÃO
			Maranhão – UFMA. 01/01/2004.			das ações afirmativas nos Estados Unidos e no Brasil, enfocando neste último paí

QUADRO 11 – TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A UNIVERSIDADE – 2003 a 2008

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados na CAPES. Disponível no site www.capes.gov.br. Acessado em julho de 2008.

APÊNDICE H

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

O questionário a seguir é parte integrante da dissertação de mestrado SOU COTISTA, E AGORA? Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi, de autoria de Maria Cristina Elyote Marques Santos, desenvolvido sob a orientação da Prof.ª. Drª. Nadia Hage Fialho, no Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, cujo objetivo é identificar se as universidades, pioneiras na implantação de cotas, têm viabilizado aos estudantes cotistas, ingressos no período 2003 a 2007, condições de permanência e sucesso e de que maneira o modelo multicampi destas universidades interfere nas condições para o afrodescendente optante das cotas. Assim, agradecemos sua colaboração em responder às perguntas seguintes:

1. NOME (opcional) _____

2. EMAIL _____

3. SEXO: Feminino (1) Masculino (2)

4. Qual sua idade em dezembro de 2008:

Menos de 17 anos (1)	De 17 a 21 anos (2)	De 22 a 26 anos (3)
De 27 a 31 anos (4)	De 32 a 36 anos (5)	Acima de 36 anos (6)

5. Você reside atualmente no:
Município sede da unidade universitária (1)
Município da microrregião da unidade universitária (2)
Outro Município do Estado da Bahia (3)
Outros (4)

6. Onde fez o ensino médio?

(ESCOLA/INSTITUIÇÃO): _____

7. Em que estabelecimento de ensino você cursou o ensino médio:

_____

8. Qual o curso do ensino médio que você cursou?
Técnico (Eletrônica, Química, Contabilidade, Química, etc) (1)
Colegial, antigo ou clássico (2)
Magistério (3)
Outro (4)
Supletivo (5)

9. Ano em que concluiu o ensino médio:
Depois de 2002 (1)
De 2000 a 2002 (2)
De 1997 a 1999 (3)
De 1995 a 1997 (4)
De 1993 a 1995 (5)
Antes de 1993 (6)

10. Em que período você concluiu o ensino médio:
Todo Diurno (1)
Todo Noturno (2)
Maior parte diurno (3)
Maior parte noturno (4)

11. Você foi reprovado em alguma série do Ensino

Médio?
Não (1)
Sim, uma vez (2)
Sim, duas vezes(3)
Sim, três vezes (4)
Sim, mais de três vezes (5)

12. Por que você fez cursinho pré-vestibular?
Não se aplica, não fiz cursinho (1)
O meu colégio fez convênio com o cursinho (2)
O meu colégio não prepara adequadamente para o vestibular (3)
Para atualizar os meus conhecimentos, porque parei de estudar há muito tempo (4)
Porque recebi bolsa de cursinho (5)
O cursinho ensina "macetes" para o vestibular (6)
Porque participei do programa “Universidade para Todos” (7)
Outro motivo (8)

13. Por que você não fez cursinho pré-vestibular?
Não se aplica, fiz cursinho (1)
O horário do cursinho coincidia com o trabalho (2)
O ensino do meu colégio é suficiente para o vestibular (3)
Achei que poderia estudar sozinho(a) (4)
O meu colégio ofereceu o pré-vestibular integrado ao curso (5)
Não havia cursinho nas proximidades de casa (6)
Dificuldades econômicas (7)
Outro motivo (8)

1**4. Você já fez outro vestibular anteriormente?**
Não, nunca prestei vestibular anteriormente (1)
Sim, nesta Instituição, mas não fui classificado(a) (2)
Sim, em outra Instituição, mas não fui classificado(a) (3)
Sim,, só por experiência(a), mas pretendo mudar (4)
Sim, já sou formado (a),mas pretendo fazer outro curso (5)
Sim, fui classificado(a), mas não me matriculei (6)
Outra situação (7)

15. Da relação abaixo, qual a matéria que você tem maior afinidade e gostaria de continuar estudando:
História (1)
Física (2)
Geografia (3)
Biologia (4)
Química (5)
Matemática (6)
Língua portuguesa (7)
Língua Inglesa (8)
Língua Espanhola (9)
Língua Francesa (10)

16. Por que você optou por esta Instituição?
Por oferecer o melhor curso na área de minha opção (1)
Pela credibilidade da Instituição (2)
Por oferecer ensino gratuito (3)
Pela possibilidade de acesso à Universidade nesta Instituição ser maior (4)
Por ser próxima de minha residência (5)

Pela dificuldade em estudar em outras instituições (6)
Por ter sido escolhida pela maioria dos meus amigos (7)
Por ter o sistema de cotas (8)
Outro motivo (9)

17. Semestre: 1º.(1) 2º. (2) 3º. (3) 4º. (4) 5º. (5) 6º. (6) 7º. (7) 8º. (8) 9º. (9) 10º. (10)

18. Turno: Matutino (1) Vespertino (2) Noturno (3)

19. Curso:

(1) Administração	(2) Análise de Sistemas	(3) Ciências Contábeis	(4) Comunicação Social (RP)
(5) Direito	(6) Enfermagem	(7) Engenharia de Produção	(8) Farmácia
(9) Fisioterapia	(10) Fonoaudiologia	(11) Letras com Inglês	(12) Letras com Francês
(13) Língua Espanhola e Literatura	(14) Língua Inglesa e Literatura	(15) Língua Portuguesa e Literatura	(16) Nutrição
(17) Projeto de Produto	(18) Programação Visual	(19) Pedagogia	(20) Química
(21) Sistemas de Informação	(22) Turismo / Turismo e Hotelaria	(23) Urbanismo	
Outro (24) _____			

20. Cotista? ( ) sim ( ) não
21. O que você espera obter num curso superior?
(Indique apenas uma alternativa, a que é predominante)
Aumento de conhecimento e cultura geral (1)
Nível superior para melhorar o que já desempenho (2)
Formação profissional teórica voltada para o futuro emprego (3)
Diploma de nível superior (4)
Formação teórica voltada para o ensino e a pesquisa (5)
Consciência crítica que possibilite intervir na sociedade (6)
Outro (7)

22. Excetuando os escolares, quantos livros, em média você lê por ano:
(1) Nenhum
(2) 1 a 2
(3) 3 a 5
(4) 6 a 10
(5) 11 a 20
(6) mais de 20

23. Além dos textos didáticos e informativos, o que você mais lê:
(1) Literatura-ficção (romances, contos, crônicas, poesias etc)
(2) Romances policiais e/ou de terror
(3) Ficção científica
(4) Não ficção (estudos, textos históricos e políticos, depoimentos, relatórios, etc)
(5) Nenhum

24. Participa ou participou de algum programa/projeto na sua Universidade/Faculdade?

( ) sim ( ) não

Em caso afirmativo, informar:

Nome do Programa/projeto: _____			
Tipo	Extensão ( )	Ensino ( )	Pesquisa ( )
Período	____/___/_____ a ____/____/_____		
Professor responsável:	Nome: _____		
	Email: _____		
Recebe(u) Bolsa?	Sim ( ) Não ( )		
	Valor Líquido: _____		
	Informar período (mm/aa) Início: ____/ _____ Término: _____/ _____		

Outro(s) projeto(s)/programa(s)	_____
Recebe(u) Bolsa?	Sim ( ) Não ( )
	Valor Líquido: _____
	Informar período (mm/aa): Início: _____/ _____ Término: _____/ _____
Professor responsável:	Nome: _____
	Email: _____

25. A(s) Bolsa(s) referentes ao(s) programa(s)/projeto(s) institucionais que participa atende(m) à manutenção das condições sócio-econômicas básicas à vida estudantil (transporte, alimentação, livros, cópia, recursos didáticos):

	Atende completamente	Atende em parte	Não atende
Transporte	( )	( )	( )
Alimentação	( )	( )	( )
Aquisição de Livros	( )	( )	( )
Cópia reprográfica	( )	( )	( )
Outros recursos didáticos	( )	( )	( )

26: Qual a sua participação na renda da família?
Não trabalho, recebo ajuda financeira da família.
Trabalho e contribuo parcialmente para o sustento da família

27. Quantos/quais transportes você utiliza para ir à Universidade?

(1) dois ônibus por dia (2) quatro ônibus por dia

(3) bicicleta (4) motocicleta

(5) venho de carro próprio (6) venho de carona

(7) ando a pé (8) outros

Quais? _____

27. Quanto gasta para alimentar-se dentro da Universidade, diariamente?

(1) até R$ 5 (2) de R$ 5,01 a R$ 10 (3) de R$ 10,01 a R$ 15

(4) de R$ 15,01 a R$ 20 (5) de R$ 20,01 a R$ 25 (6) mais de R$ 25

28. Informe o gasto médio/mensal com aquisição de livros:

(1) Não comprei nenhum livro para o curso (2) Até R$ 30,00

(3) de R$ 30,01 a R$ 60, 00 (4) de R$ 60,01 reais a 90,00

(5) de R$ 90,01 reais a 120,00 (6) de R$ 120,01 reais a R$ 150, 00

(7) Acima de R$ 150,00 reais. (8) Não sei, pois são meus pais que compram.

29. Adquire livros usados?

Sim (1) Não (2) Em caso afirmativo indique o motivo: _____

30. Com que freqüência vai à Biblioteca de sua Universidade?

(1) Nunca fui. (2) Vou diariamente. (3) Vou uma vez por semana.

(4) Vou duas vezes por semana. (5) Vou uma vez por mês. (6) Não tenho regularidade.

31. Informe o gasto médio/mensal com cópia reprográfica:

(1) Não tiro cópia reprográfica. (2) Até R$ 30,00 reais.

(3) de R$ 30,01 a R$ 60, 00 reais. (4) de R$ 60,01 reais a 90,00 reais.

(5) de R$ 90,01 reais a 120,00 reais. (6) de R$ 120,01 reais a R$ 150, 00 reais.

(7) Acima de R$ 150,00 reais.

32. Como você considera sua aprendizagem proveniente dos níveis anteriores de escolaridade?

(1) Não tenho dificuldades.
(2) Retiro minhas dificuldades com meus colegas de sala
(3) Tenho professor particular
(4) O professor tem sanado minhas dificuldades na sala de aula.
(5) Retiro minhas dificuldades estudando sozinho.
(6) Outro(s). Quais? _____

33. Que outras despesas você começou a ter por estar cursando uma Universidade?

(1) Ir ao cinema.
(2) Ir ao teatro.
(3) Assinatura de jornais/periódicos da área.
(4) Aquisição de material para aulas práticas.
(5) Assinatura de revistas da área.
(6) Participação em congresso/seminários/*wokshop*.

33. Sobre o uso do computador, você usa principalmente:

(1) apenas no trabalho.
(2) no trabalho e em casa.
(3) na Universidade/Faculdade.
(4) numa *lan house*.
(5) na casa de amigos.

(6) na casa de parentes.

34.Sobre acesso a *Internet* e computador, você acessa a *Internet*
(1) apenas no trabalho.
(2) no trabalho e em casa.
(3) na Universidade/Faculdade.
(4) numa lan house.
(5) na casa de amigos.
(6) na casa de parentes.

35. Se você acessa a *Internet* em casa, usa...
(1) banda larga;
(2) linha discada.

36. O que você considera como item(ns) essencial(is) para facilitar a permanência do cotista na Universidade a ser(em) disponibilizado(s) pela Instituição? Assinale em ordem decrescente de importância, considerando a nomenclatura: (1) para muito importante até (5) para pouco importante.
( ) Bolsa de estudos que sirva para manter o cotista me suas necessidades básicas;
( ) Acesso ampliado à biblioteca com a possibilidade de fazer o empréstimo de um maior número dos livros que necessita por um maior prazo.
( ) Acesso facilitado a computador que esteja ligado à Internet.
( ) Quota mensal de cópias reprográficas gratuitas.
( ) Programa institucional que vise sanar as dificuldades de aprendizagem trazidas do ensino médio.

37. Aponte fatores que você considera como dificuldades para a sua permanência na Universidade como cotista:

ANEXO A

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
EDITAL Nº 021/2009

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PROCESSO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO PÚBLICA - MAGISTÉRIO SUPERIOR - PROFESSOR SUBSTITUTO

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o caráter emergencial, torna público que estarão abertas no período de **25/03 a 06/04/2009**, as inscrições para Seleção e Admissão de Professor Substituto, cujas inscrições realizar-se-ão no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min nas Secretarias dos Departamentos indicados no Anexo I deste Edital.

A admissão do Professor Substituto será pelo prazo contratual estipulado no Quadro de Vagas, com possibilidade renovação de acordo com as necessidades do Departamento, tudo nos termos da Lei Nº 6.677/1994, Lei Nº 8.352/2002 e Decreto Estadual Nº 8.112/2002.

As inscrições são reservadas aos graduados em curso de nível superior de duração plena com, no mínimo, curso de especialização realizado em Instituição de Ensino Superior reconhecida, desde que atendam às demais exigências da Resolução 20/77 do Conselho Federal de Educação e ao requisito de formação fixado no presente Edital, em cujo currículo conste a matéria em que se dará a admissão.

A Seleção Pública dos Docentes se realizará no período de **13 a 16/04/2009**, no Departamento onde existe a necessidade do docente, devendo o candidato se informar do horário de realização das provas no referido Departamento.

A Seleção Pública constará de: **PROVA DE TÍTULOS, ENTREVISTA E PROVA DIDÁTICA** de 50 (cinqüenta) minutos; esta versará sobre assunto sorteado de uma relação de 05 (cinco) pontos da Área/Matéria/Componente Curricular.

No ato da inscrição o candidato apresentará, em fotocópias, que poderão estar autenticadas em Cartório ou serem autenticadas pelo funcionário responsável pela inscrição, mediante comparação das cópias com os respectivos originais um exemplar de cada um dos seguintes documentos:

Requerimento de Inscrição;

Diploma de Graduação de duração plena, devidamente reconhecido:

Certificado do Curso de Pós-Graduação ou a Declaração que comprove a obtenção do Título;

Históricos Escolares relativos aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação;

Carteira de Identidade, C.I.C. – Cartão de Identificação do Contribuinte, Título de Eleitor com comprovante da última eleição, Prova de Quitação com o Serviço Militar;

Curriculum Vitae devidamente comprovado;

Documento que comprove a compatibilidade de horário e inocorrência de acumulação proibida;

Recibo autenticado de pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 60,00 (sessenta reais), a ser recolhida nas Agências do Banco do Brasil através de depósito em dinheiro, identificado (CPF e nome) a crédito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – conta nº 991.145-6 – Agência 3832-6 – Salvador – Bahia.

Os Títulos acadêmicos obtidos no exterior deverão estar revalidados no Brasil na forma da Legislação em vigor (Resolução CNE/CES – nº 1/2001, Resolução CNE/CP 1/2002 e art. 48 da Lei 9.394/96).

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Não serão aceitas inscrições sem apresentação da totalidade dos documentos exigidos;

Serão canceladas, em qualquer fase da seleção, as inscrições que não atendam às exigências deste Edital ao qual o candidato adere integralmente; É vedada a inscrição de candidatos que estejam contratados atualmente pela UNEB, na condição de Professor Substituto ou Visitante em qualquer de seus Departamentos; Não será aceito recibo de caixa de auto-atendimento; Os requerentes não terão devolução da taxa de inscrição, em hipótese alguma.

ANEXO I
QUADRO DE VAGAS

CAMPUS/ DEPARTAMENTO	ÁREA/MATÉRIA/ COMPONENTE CURRICULAR/ DISCIPLINA	Nº DE VAGAS	REGIME DE TRABALHO	PERÍODO DO CONTRATO	FORMAÇÃO ACADÊMICA EXIGIDA
Departamento de Ciências da Humanas – Campus I – Salvador (71) 3117-2360	Direito do Trabalho	01	20h	01 ano	Graduação em Direito e Pós-Graduação Stricto Sensu
	Direito Processual Civil	01	20h	01 ano	Graduação em Direito e Pós-Graduação Stricto Sensu
	Estágio de Prática Jurídica	01	40h	01 ano	Graduação em Direito e Pós-Graduação Stricto Sensu
	Estagio de Língua Inglesa	01	40h	01 ano	Graduação em Letras com Língua Inglesa e Pós-Graduação
	Língua Inglesa I e II	01	20h	01 ano	Graduação em Letras com Língua Inglesa e Pós-Graduação
	Espanhol I e II/ Língua e Espanhola I e II	01	20h	01 ano	Graduação em Letras e Pós-Graduação em Língua Espanhola e áreas afins
	Introdução a Língua Latina/ Língua e Culturas Latinas	01	20h	01 ano	Graduação em Letras e Pós-Graduação em Língua Espanhola e áreas afins
	Prática de Pesquisa em Comunicação/ Comunicação Comparada	01	20h	01 ano	Graduação Comunicação e Pós-Graduação na área

CAMPUS/ DEPARTAMENTO	ÁREA/MATÉRIA/ COMPONENTE CURRICULAR/DISCIPLINA	Nº DE VAGAS	REGIME DE TRABALHO	PERÍODO DO CONTRATO	FORMAÇÃO ACADÊMICA EXIGIDA
Departamento de Ciências Humanas Campus III – Juazeiro (74) 3611-7743	Ensino da Geografia	01	20h	01 ano	Graduação em Geografia e Pós - Graduação
	Suportes Lingüísticos/ Português para Comunicação I e II	01	20h	01 ano	Graduação em Letras e Pós-Graduação em áreas afins ou Graduação em Comunicação e Pós-

					Graduação em Letras
	Comunicação, Organização e Jornalismo/ Planejamento em Comunicação e Assessoria em Jornalismo	01	20h	01 ano	Graduação em Comunicação e Pós-Graduação em áreas afins
	Comunicação e Cidadania/ Ética Geral e Comunicação Comunitária	01	20h	01 ano	Graduação em Comunicação e Pós-Graduação em áreas afins ou Graduação em Psicologia ou Pedagogia e Pós-Graduação em Comunicação Social
Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais Campus III – Juazeiro	Fotogrametria/ Construções Rurais	01	20h	01 ano	Graduação em Engenharia Agronômica e Pós-Graduação

ANEXO B

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS -GRADUAÇÃO –

GERÊNCIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

LISTA DOS MESTRES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA CRISTINA AZEVEDO MOREIRA	74000837-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	20	TITULAR
ANA CRISTINA RODRIGUES MENDES	74334740-6	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
ANA REGINA GRANER FALCÃO	74436460-5	DCV-CAMPUS I		40	AUXILIAR
ÂNGELA LOFIEGO SAMPAIO	74359305-7	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
ANGELA CRISTINA FAGUNDES GOES	74370500-2	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
CAROLINE COMINETTI RONCAT	74427340-6	DCV-CAMPUS I		40	AUXILIAR
CLÍCIA MARIA DE JESUS BENEVIDES	74282642-3	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
CLÁUDIA CÉLIA LOPES SOUZA	74377239-2	DCV-CAMPUS I	CIENCIAS DA SAUDE	40	AUXILIAR
CRISTINA CAMPOS DOS SANTOS	74425431-3	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
DÉBORA DOURADO LOPES	74002202-3	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	20	ASSISTENTE
EDILENE MARIA QUEIROZ ARAUJO	74426742-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
ELIANA AUXILIADORA MAGALHÃES COSTA	74380599-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
EMÍLIA KATIANE EMBIRUÇU DE ARAÚJO LEÃO	74380776-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	AUXILIAR
FLAVIA FIALHO CROMENBERGER	74376130-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
HAMILTON FARIAS DE LIMA	74002883-3	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	DE	TITULAR
ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA	74002137-8	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	40	AUXILIAR
JOANA ANGELICA TELES SANTANA	72000535-2	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	DE	ADJUNTO
JOÃO TEODORO DE ALMEIDA NETO	74002669-5	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	20	TITULAR
JURANDY GOMES DO ARAGÃO	74000306-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
KÁTIA ELIZABETH DE SOUZA MIRANDA	74344008-4	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
KÁTIA NOGUEIRA BORGES	74002944-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DE	TITULAR
LÍGIA REGINA RADOMILLE DE SANTANA	74002136-0	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
LUCIANA FERREIRA DA SILVA	74380861-4	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
LUCIMEIRE SANTOS CARVALHO	74371068-3	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
LUCIENE DA CRUZ FERNANDES	74425377-3	DCV-CAMPUS I	FONOAUDIOLOGIA	40	AUXILIAR
LUIZ JORGE SILVA TELES	74000764-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	TITULAR
MARIA APARECIDA ARAUJO FIGUEIREDO	74419602-8	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
MARIA AUXILIADORA FERREIRA SANTOS	74425707-8	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
MARIA CECILIA CASTELLO S PEREIRA	74425503-4	DCV-CAMPUS I	FONOAUDIOLOGIA	40	AUXILIAR
MARIA DA GLORIA CANTO DE S	74357522-9	DCV-CAMPUS I	FONOAUDIOLOGIA	40	AUXILIAR

MANOEL MARTINS NETO	74002178-4	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	DE	TITULAR
MARIA INDAYÁ SIMÕES RAMOS	74002153-0	DCV-CAMPUS I	AGRARIAS	DE	TITULAR
MARLUCE DE OLIVEIRA BRITO MEIRA	7200332-6	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	DE	ADJUNTO
MARY GOMES SILVA	74425887-0	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
MARY LÚCIA SOUTO GALVÃO	72334448-8	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
MILENA Mª SAMPAIO DE ARAÚJO	74334739-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCAIS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
MARCOS VIANA BOMFIM	74425516-5	DCV-CAMPUS I	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILAIR
NADJA BRAITE	74382384-2	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
NOEMI VIEIRA DE FREITAS RIOS	74425601-4	DCV-CAMPUS I	CIENCIAS DA SAUDE	40	AUXILAIR
PAULO EDUARDO OLIVEIRA	74002176-8	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	TITULAR
PAULO SERGIO LINS PERAZZO	74359544-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	20	AUXILIAR
RAQUEL APARECIDA SOUSA AZEVEDO S	74425594-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	AUXILAIR
RENATA D'ARC SCARPEL	74356767-4	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	AUXILIAR
RHANES OLIVEIRA DA HORA	72000123-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	DE	TITULAR
RINA TEREZA DANGELO NUNES	74433616-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	AUXILIAR
RIVAIL ALMEIDA BRANDÃO FILHO	74354722-6	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
SANDRA DULTRA CABRAL PORTELLA	74415843-6	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
SANDRA SIMONE Q. MORAES PACHECO	74002282-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
TÂNIA CHRISTIANE FERREIRA BISPO	74383488-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE
TELMA FIGUEREDO GÓES	74001096-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ADJUNTO
TEREZINHA ANDRADE DE ALMEIDA	74430518-0	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAÚDE	40	ASSISTENTE

Total: 51

EDUCAÇÃO – I

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADELAIDE ROCHA BADARÓ	74001110-3	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
ALINE VIANNA M. CERQUEIRA	74002697-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
ALVARO LUIS MULLER DA FONSECA	74357565-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILIAR
ANAILDE PEREIRA DE ALMEIDA	74382229-4	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	20	ASSISTENTE
ANGELA MARIA CAMARGO RODRIGUES	74291276-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ANA CRISTINA CASTRO DO LAGO	74283471-9	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
CLEIDE MAGALI DOS SANTOS	74359989-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
DAVID JUDSON R. LAJES	74001285-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	20	TITULAR
ELIANE QUADRO DE CASTRO	74003076-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
FERNANDO ROQUE DE LIMA	74291359-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
GINO TAPPARRELI	74002146-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
HELOISA LOPES SILVA DE ANDRADE	74335304-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JACIETE BARBOSA DOS SANTOS	74305013-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JANEIDE MEDRADO FERREIRA	74002706-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JACQUELINE MARCIO LEAL SILVA	74402921-3	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
JOCEVAL ANDRADE BITTENCOURT	74002083-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
KATHARINA DORING	74380843-6	DEDC-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
LIEGE MARIA SITJA FORNARI	74382338-9	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LILIAN DARZÉ DE ARAÚJO GOES	74290646-9	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LÚCIA MARIA C. DE OLIVEIRA	74000607-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
LUCINETE CHAVES DE OLIVEIRA	74003382-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

EDUCAÇÃO – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE

MANINEUSA MATOS DOS ANJOS	74433380-88	DEDC-CAMPUS I		40	ASSISTENTE
MARCEA ANDRADE SALES	74434395-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MARIA ALBA GUEDES M. MELLO	74001286-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	DE	ADJUNTO
MARIA AUXILIADORA RAMOS	74001799-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MARIA DE FÁTIMA VIEIRA NOLETO	71000749-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
MARIA JOSÉ GUIMARÃES SÁ	74303234-4	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
MARIA NADJA NUNES BITTENCOURT	74283263-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MARIA DO SOCORRO COSTA E ALMEIDA	74380795-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MARILÚCIA MAGALHÃES SANTOS	74000641-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
MÔNICA LEMOS BITENCOURT	74003433-9	DEDC-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	20	ASSISTENTE
PATRICIA CARLA DA HORA CORREIA	74275145-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
PATRICIA NICOLAU MAGRIS	74426911-4	DEDC-CAMPUS I	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
RILZA CERQUEIRA SANTOS	74002321-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
ROSANGELA CRUZ OLIVEIRA	74002115-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
SOLANGE Mª DO NASCIMENTO NOGUEIRA	74002703-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
TÂNIA MARIA PORTUGAL DA SILVA	74003488-4	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
TÂNIA REGINA DANTAS	74000919-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
TEREZINHA ZELIA PINTO QUEIROZ	73282130-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
VALDÉLIO SANTOS SILVA	74335534-4	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
VALERIO HILLESHEIM	74359831-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
VERA LÚCIA RAMOS DE OLIVEIRA	73280794-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
VICENTE CAROLINO FILHO	74002088-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO

Total: 43

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – I

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ABRAÃO FELIX DA PENHA	74415761-1	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ALINE PASSOS DE AZEVEDO	74379301-3	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
ALVARO LIMA MACHADO	74002108-5	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
ANA CLARA SOUZA E SILVA	74382963-6	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
ANA GABRIELA SARAIVA DE AQUINO LIMA	74379298-6	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
ANA MARIA B DE ALMEIDA	74000976-6	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ADJUNTO
ANDRÉ LUÍS CARDOSO SANTOS	74360067-6	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
ANDRÉ PEDRAL SAMPAIO DE SENA	74360066-8	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
ANTONIO FERREIRA DA SILVA NETO	74002359-0	DCET-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
ANTONIO CARLOS FONTE ATTA	74426907-5	DCET-CAMPUS I		40	AUXILIAR
ARLINDA MIGUEL DE OLIVA ARAÚJO	74384793-5	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	20	ASSISTENTE
ARMANDO LUIZ ANDRADE PEIXOTO	7200467-7	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ADJUNTO
AUTIMIO B G FILHO	74003358-7	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
CARLOS ALBERTO F SANTOS	74000802-9	DCET-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	TITULAR
CARMEM SILVIA DA SILVA SÁ	74002368-9	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
CELIA MARIA GOMES CORREIA	74001010-7	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
DANIEL DE CERQUEIRA GOES	74002154-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	ASSISTENTE
DJALMA TAVARES DOS SANTOS	74003206-0	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

DURVAL LORDELO NOGUEIRA	74282745-3	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
ERONILDES VIEIRA DE AZEVEDO	71001452-2	DCET-CAMPUS I	AGRARIAS	DE	TITULAR
FERNANDO ROCHA DE SÁ	74003321-0	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ADJUNTO
JAIME SANTANA SODRÉ PEREIRA	74001776-9	DCET-CAMPUS I	ARTES	20	ADJUNTO
JANE LYDIA DE AZEVEDO MOREIRA	74001778-5	DCET-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ADJUNTO

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
JOÃO SANTANA GOMES MELO	74275000-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JORGE GLAUCO COSTA NASCIMENTO	74001218-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
JORGE LUIZ SERIANO DOS SANTOS	74361082-5	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	20	ASSISTENTE
JORGE SAMPAIO FARIAS	71000658-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
JOSE SILVA	74000293-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	TITULAR
JOSEMAR NASCIMENTO MOURA	74380600-2	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	20	ASSISTENTE
JULIAN HERMÓGENES QUEZEDA CÉLEDON	74292217-2	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
KATIA CALMON DE AMORIM	74283265-2	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
LÚCIA MARIA DE OLIVEIRA	74002348-5	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	20	ASSISTENTE
LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA	74296161-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
LUIZ CARLOS ALMEIDA DE A FONTES	74000640-9	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	TITULAR
LUIZ FIRMINO SOARES NETO	74002344-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MANOELITO DAMASCENO	74000297-6	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
MARCO ANTONIO COSTA SIMOES	74425387-0	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	AUXILIAR
MARCELO DUARTE DANTAS D'ÁVILA	74001780-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MARIA CRISTINA ELYOTE SANTOS	74002362-1	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
MARIA INES VALDERRAMA RESTO	74380798-5	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
MURILO EDUARDO Y NASCIMENTO	74425577-5	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	AUXILIAR
NÉLIA LIMA MACHADO	74003004-2	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	DE	ASSISTENTE
NILA MARA SMITH GALVÃO	74282459-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
NILDA S DE OLIVEIRA	74002379-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	DE	ASSISTENTE
PAULO CÉSAR BURGOS	74380526-8	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	20	ASSISTENTE
REJANE CUNHA FREITAS	72279962-2	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
RITA MARIA BASTOS VIEIRA	74000782-5	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ADJUNTO

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ROSANA LEAL SIMÕES DE FEITA	74432911-8	DCET-CAMPUS I	ANALISE REGIONAL	20	AUXILIAR
TANIA REGINA D SILVA	74001623-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
TELMA DIAS SILVA DOS ANJOS	71389539-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	DE	ASSISTENTE
TRICIA SOUTO SANTOS	74425382-0	DCET-CAMPUS I		40	AUXILIAR
VALTER JOSÉ CRUZ	74002090-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	20	ASSISTENTE
WALTER DUARTE DE ARAÚJO FILHO	72000593-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE

Total: 53

CIÊNCIAS HUMANAS – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADRIANA DE BORGES GOMES	74425491-5	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
ALFREDO MARCELINO PEREIRA	74001002-6	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ADJUNTO
ALMERINDA ANDRÉA PONTES SILVA GOMES	74356761-6	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
ANA LUCIA BORGES DE CARVALHO	74002323-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ADJUNTO
ANTONIO BARROS MOREIRA FILHO	74002265-9	DCH-CAMPUS I	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
ANDRE LUIS FREITAS FONSECA	73275806-8	DCH-CAMPUS I	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ARIADNA DA SILVA BANDEIRA	74425691-7	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	AUXILIAR
CARLOS NEI PRES FRANCA	74002266-7	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
CARMEN LÚCIA CASTRO LIMA	74370343-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	20	AUXILIAR
CESAR COSTA VITORINO	74003490-7	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
CLAUDIA REGINA DANTAS ARAGÃO	74283266-0	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
CLAUDIA REGINA SOBRAL SIMÕES	74371131-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
CONSTÂNCIA MARIA BORGES DE SOUZA	74371128-1	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
CRISPINIANO CARNEIRO DE OLIVEIRA	74002270-6	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS	73275929-2	DCH-CAMPUS I		40	ASSISTENTE
EDSON MIRANDA DOS SANTOS	74000599-0	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	TITULAR
EDSON VILAR OLIVEIRA	74000407-5	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS AGRARIAS	DE	TITULAR
EDUARDO RAMOS SANTANA	74002280-3	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
EDNALDO NOGUEIRA MASCARENHAS	74001028-8	DCH-CAMPUS I	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ADJUNTO
ELINE VIANA MENESES	74415758-7	DCH-CAMPUS I		40	ASSISTENTE
EMELIA MARIA SALVADOR SILVA	74426802-9	DCH-CAMPUS I			
ERASMO SIMÕES DE ANDRADE	74002342-7	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
ERIBALDO SANTIAGO OLIVEIRA	74001195-9	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ADJUNTO

CIÊNCIAS HUMANAS – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
FLAVIO DIAS DOS SANTOS CORREIA	71001172-5	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO	74289384-4	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
IVETE ALVES DO SACRAMENTO	74000544-5	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
JESSE ANDERSON PINTO MACHADO	74003542-4	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	DE	ADJUNTO
JOÃO VARGAS LEAL JÚNIOR	74380289-6	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
JOSÉ DELFINO SÁ	74335139-0	DCH-CAMPUS I	ENGENHARIAS	DE	ASSISTENTE
JOSE ORLANDO ROCHA DE CARVALHO	73275930-7	DCH-CAMPUS I		40	ASSISTENTE
JOSE VIANA MOREIRA	74001653-5	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
JURANDIR ANTONIO SÁ BARRETO JUNIOR	74003303-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	AUXILIAR
LIDIANE SANTOS DE LIMA	74425478-7	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
LIRANDINA GOMES SOBRINHO	74379302-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LUIZ ANTONIO NEVES PAGANO	74370311-5	DCH-CAMPUS I	ENGENHARIA	40	AUXILIAR
LUIZ CARLOS TEODORO	74003401-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	AUXILIAR

MARCOS ANTONIO PITHON NASCIMENTO	74003427-4	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	AUXILIAR
MARIA APARECIDA VIVIANI FERRAZ	74002328-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	40	AUXILIAR
MARIA CONCEIÇÃO REIS TEIXEIRA	74275566-4	DCH-CAMPUS I	LETRAS, LINGUISTICA	20	ADJUNTO
MARINÓLIA BITENCOURT B. SANCHES	74000398-0	DCH-CAMPUS I	ADMINISTRAÇÃO	DE	TITULAR
MEIGLE DARLUCE RAFAEL ALVES	74371387-7	DCH-CAMPUS I	SOCIOLOGIA	40	AUXILIAR
MYRIAM SAMPAIO FREIRE DE M	74000757-8	DCH-CAMPUS I	ADMINSITRAÇÃO	DE	TITULAR
MOACYR ITAMARATY C. SANTOS	74002120-5	DCH-CAMPUS I	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
PAULO PONTES DA SILVA	74425689-4	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	20	ASSISTENTE
PAULO JOSÉ SIMÕES DE AMORIM	74002396-4	DCH-CAMPUS I	ECONOMIA	40	ADJUNTO
PEDRO LINO DE CARVALHO JUNIOR	73275867-8	DCH-CAMPUS I		20	AUXILIAR
RAIMUNDO DALVO DA COSTA SILVA	74003475-3	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

CIÊNCIAS HUMANAS – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
RAIMUNDO NONATO SANCHES	74000719-6	DCH-CAMPUS I	ADMINISTRAÇÃO	DE	TITULAR
REGINA CELI MACHADO PIRES	74002392-2	DCH-CAMPUS I	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
RITA ANGELICA DE OLIVEIRA LUZ	74002227-7	DCH-CAMPUS I	PEDAGOGIA	DE	ASSISTENTE
RITA DE CASSIA CORDEIRO NOGUEIRA	74313777-0	DCH-CAMPUS I	ARQUITETURA E URBANISMO	20	ASSISTENTE
ROBELIO GUIMARAES S CARIA FILHO	74003405-4	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA APLICADA	40	ASSISTENTE
SANDRA REGINA CORREA	74314790-3	DCH-CAMPUS I	SOCIOLOGIA	DE	ASSISTENTE
SELMA REICHE BACELAR	74331000-1	DCH-CAMPUS I	DIREITO ECONOMICO	40	ASSISTENTE
SONIA MARIA DAVICO SIMON	74432631-4	DCH-CAMPUS I	LETRAS E LINGUISTICA	40	ASSISTENTE
SUÊNIO CAMPOS DE LUCENA	74003443-6	DCH-CAMPUS I	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
SYLVIA Mª TORRES BEZERRIL	74001766-2	DCH-CAMPUS I	PSICOLOGIA	40	ASSISTENTE
TANIA REGINA F CORDEIRO	74001665-8	DCH-CAMPUS I	COMUNICAÇÃO	DE	ADJUNTO
VALDILENE ASSIS FERREIRA	74380763-4	DCH-CAMPUS I	LETRAS E LINGUISTICA	DE	ASSISTENTE
VITOR CÉSAR RIBEIRO LOPES	74002733-2	DCH-CAMPUS I	ECONOMIA	20	ASSISTENTE
WILHELM ROTERS	74002264-1	DCH-CAMPUS I	ADMINISTRAÇÃO	DE	ADJUNTO
WILSON CASTRO DE MATOS	74002269-1	DCH-CAMPUS I	CONTABILIDADE	40	ASSISTENTE

Total: 62

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – II

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANDRÉ RICARDO MAGALHÃES	74358300-2	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO	74448745-3	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
ANTONIO TEOFILO ATAIDE NASCIMENTO	74425489-2	DCET-CAMPUS II	MATEMATICA	40	ASSISTENTE
ARTUR HENRIQUE KRONBAUER	74425573-3	DCET-CAMPUS II	INFORMATICA	40	ASSISTENTE
CLÁUDIA DA SILVA LEÃO	74002406-7	DCET-CAMPUS II	GEOCIENCIAS	40	ASSISTENTE
CLAUDIA MARIA FURTADO ROCHA	74002130-2	DCET-CAMPUS II	BIOLOGIA	40	ASSISTENTE
DILSON FERREIRA	74373484-9	DCET-CAMPUS II	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
DULCIENE ANJOS ANDRADE SILVA	74282746-1	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
EDSON DE JESUS MARQUES	74002702-3	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
EMANOEL BRASILINO DE SANTANA	74359928-1	DCET-CAMPUS II		DE	ASSISTENTE
ERICA NOGUEIRA MACEDO	74449562-6	DCET-CAMPUS II	MATEMATICA	40	AUXILIAR
FABRIZIO LEANDRO F FISCINA	74288651-2	DCET-CAMPUS II	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	40	ASSISTENTE
FLAVIO DE OLIVEIRA SILVA	74426271-4	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	40	ASSISTENTE
GRACE DOREA SANTOS BAQUEIRO	74002701-5	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
IRAMAIA DE SANTANA	74371153-2	DCET-CAMPUS II	AGRARIAS	40	ASSISTENTE

JEFERSON CORREIA DA CONCEIÇÃO	74002719-6	DCET-CAMPUS II		40	AUXILIAR
JOSÉ ROBERTO ARAÚJO FONTOURA	74415717-1	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	AUXILIAR
LUIZ CARLOS SOARES QUEIRES	74002340-1	DCET-CAMPUS II		DE	ASSISTENTE
LUIZ HENRIQUE R FIGUEROA	74002333-8	DCET-CAMPUS II		DE	ASSISTENTE
Mª AUXILIADORA DE OLIVEIRA ALMEIDA	74002389-1	DCET-CAMPUS II	FISICO QUIMICA	DE	ASSISTENTE
Mª ELIANA SANTANA DA CRUZ SILVA	74003412-7	DCET-CAMPUS II	MATEMATICA	40	ASSISTENTE
Mª ROSILEIDE BEZERRA DE CARVALHO	74002345-1	DCET-CAMPUS II	NUTRIÇÃO	DE	ASSISTENTE

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – II

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
MARIA DE FATIMA COSTA LEAL	74003406-2	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	20	ASSISTENTE
MAIRA PORTOFE DE MELO	74003305-8	DCET-CAMPUS II		DE	ASSISTENTE
MARA ROJANE BARROS DE MATOS	74002127-1	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
MARCIA LIMA DE JESUS	74395865-5	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
MARCIO FREIRE PALMEIRA	74425889-6	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	40	AUXILIAR
MARCO ANTONIO SILVA TRINDADE	74425579-1	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
MARCUS TÚLIO DE FREITAS PINHEIRO	74380699-7	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	AUXILIAR
MARIDETE BRITO CUNHA FERREIRA	74003409-6	DCET-CAMPUS II	MATEMATICA	40	ASSISTENTE
NELIA BISPO GONÇALVES	74002390-6	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
NILSON GONÇALVES DE JESUS	74001804-0	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
ROBERTO LUIZ SOUZA MONTEIRO	74487797-4	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	AUXILIAR
ROSÂNGELA CRUZ OLIVEIRA	74002115-8	DCET-CAMPUS II	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
SILVIO ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA	74277697-9	DCET-CAMPUS II	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ADJUNTO
VALBER MARCIO DE ARGOLO MELO	74334639-5	DCET-CAMPUS II	GEOMETRIA DIFERENCIAL	DE	ASSISTENTE

Total: 36

EDUCAÇÃO – II

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANTONIO GREGORIO BENFICA MARINHO	74002705-7	DEDC-CAMPUSII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
AURELINA ARIADNE D ALMEIDA	74380640-0	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
CLÓVIS FREDERICO RAMAIANA M. OLIVEIRA	74291267-2	DEDC-CAMPUSII	HISTORIA	DE	ASSISTENTE
DAISY OLIVEIRA DA COSTA LIMA FONSÊCA	74002318-4	DEDC-CAMPUSII	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
DETOUTAB NDIAYE	74430947-7	DEDC-CAMPUSII		40	AUXILIAR
EDLEUSA NERY GARRIDO	74426904-1	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS DA SAUDE	40	AUXILIAR
ELISANGELA SANTANA DOS SANTOS	74425898-5	DEDC-CAMPUSII	LETRAS E LINGUISTICA	40	AUXILIAR
ERIC CHARLES BRUN	74427049-0	DEDC-CAMPUSII		40	AUXILIAR
EPAMINONDAS SILVA MACEDO	74002339-6	DEDC-CAMPUSII		20	ASSISTENTE
FRANCISCO ALFREDO MORAIS GUIMARAES	74002326-5	DEDC-CAMPUSII	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
IACIR MAIA MATA	74381679-8	DEDC-CAMPUSII		40	ASSISTENTE
IRACY GAMA SANTA LUZIA	74000602-7	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	TITULAR
IRES MAIA MULLER	74000603-5	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	40	TITULAR
ISABELA LIMA SANTOS VASCONCELOS	74416878-2	DEDC-CAMPUSII	ENSINO DE INGLÊS	40	AUXILIAR
JADER CRISTIANO M. ALBUQUERQUE	74380701-6	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS EXATAS	40	ASSISTENTE
JAILMA DOS SANTOS PEDREIRA	74372879-1	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	AUXILIAR
JOSANE DANIELA FREITAS PINTO	74003357-9	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES		
JOSE GLEDISON ROCHA PINHEIRO	74415580-2	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR

JOSE JORGE ANDRADE DAMASCENO	74280827-1	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
JOSE RICARDO MORENO PINHO	74432634-8	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
LEONICE DE LIMA MANCUR LINS	74443952-3	DEDC-CAMPUSII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
LUIZ CARLOS B DA SILVA	74002712-0	DEDC-CAMPUSII		40	ASSISTENTE
LUIZ CARLOS ROCHA	74277740-4	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

EDUCAÇÃO – II

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
MAGDALÂNIA CAUBY FRANÇA	74371949-1	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MARIA DA GLÓRIA ROCHA	74000609-3	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
MARIA ELISA LEMOS NUNES SILVA	74335141-3	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MARIA FÁTIMA BERENICE CRUZ	74283720-4	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
MARIA JOSE DE OLIVEIRA SANTOS	74279146-6	DEDC-CAMPUSII	LETRAS	40	ASSISTENTE
MARIA NAZARÉ MOTA DE LIMA	74001810-5	DEDC-CAMPUSII	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE
MARIA SOCORRO SOARES FERREIRA	74003411-9	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	40	ASSISTENTE
MARILECIA OLIVEIRA SANTOS	74003484-2	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
PÉROLA CUNHA BASTOS	74285114-3	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
RUJANE MOTA ALVES	74003441-0	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
SILVIO ROBERTO SILVA CARVALHO	74371127-3	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
SOLANGE MENESES DE SOUZA V	74002356-6	DEDC-CAMPUSII		40	ASSISTENTE
VALDECI DOS SANTOS	74281704-2	DEDC-CAMPUSII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE

Total: 36

CIÊNCIAS HUMANAS – III

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA LILIAN DOS REIS	74002302-9	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	AUXILIAR
ANDREA CRISTINA SANTOS	74426741-4	DCH-CAMPUS III		DE	AUXILIAR
ANTONIETA GALDIERI	74001709-4	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
AURILENE RODRIGUES DE LIMA	74277249-6	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
CARLA CONCEIÇÃO DA SILVA PAIVA	74277249-6	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	DE	AUXILIAR
CLÓVIS EDUARDO DE SOUZA NASCIMENTO	74001631-5	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS AGRARIAS	20	ASSISTENTE
EDMERSON DOS SANTOS REIS	74432726-3	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
IRAILDE GONÇALVES DE LIMA	74003331-7	DCH-CAMPUS III	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
JORGETE PEREIRA OLIVEIRA	74282649-9	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
JOSÉ FLÁVIO SOARES	74003300-8	DCH-CAMPUS III	ENGENHARIA	40	AUXILIAR
JOSÉ ROBERTO GOMES RODRIGUES	74003359-5	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
JOSENILTON NUNES VIEIRA	74283184-2	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LIZETE BRANDÃO RAMOS	74002353-2	DCH-CAMPUS III	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE
LUZINEIDE DOURADO CARVALHO	74382506-4	DCH-CAMPUS III	GEOGRAFIA	DE	ASSISTENTE
MARIA JOSE ETELVINA DOS SANTOS	74357636-6	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
MARIA DA CONCEIÇÃO HÉLIO SILVA	74000925-3	DCH-CAMPUS III	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ADJUNTO
MARIA RITA DO AMARAL ASSY	74002074-6	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
ODOMARIA ROSA BANDEIRA MACEDO	74001280-8	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
PAULO RIBEIRO SOARES NETO	74434371-4	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
SANDRA NOVAIS SANTOS	74414905-5	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR

Total: 20

TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – III

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA	74357517-2	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
CELSO DUARTE CARVALHO FILHO	74002336-2	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
GILTON CARLOS A ALBUQUERQUE	74416506-9	DTCS-CAMPUS III		40	ASSISTENTE
GUSTAVO LINS TOURINHO COSTA	74425709-4	DTCS-CAMPUS III		40	ASSISTENTE
HUBERTO LEOCADIO DE LIMA F	74002722-7	DTCS-CAMPUS III		DE	ASSISTENTE
ITAJAÍ HÉLIO SILVA	74001019-9	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
JOAQUIM PEREIRA NETO	74000742-1	DTCS-CAMPUS III	AGONOMIA	DE	ASSISTENTE
JOSE BENEDITO DE SOUZA	74003323-6	DTCS-CAMPUS III		40	ASSISTENTE
JOSE CARLOS FERREIRA	74380488-0	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
JULIO JOSE TORRES DOS SANTOS	74358806-0	DTCS-CAMPUS III	SOCIOLOGIA	40	ASSISTENTE
LUCIVALDO CELESTINO MACHADO	74380760-0	DTCS-CAMPUS III		40	ASSISTENTE
MANOEL ABILIO DE QUEIROZ	74001632-3	DTCS-CAMPUS III	AGRONOMIA	DE	ADJUNTO
MARGARETH DA SILVA MAGALHÃES	74380522-6	DTCS-CAMPUS III	ENGENHARIA	DE	ASSISTENTE
Mª DE FÁTIMA CORREIA PONTES	74000717-0	DTCS-CAMPUS III	FITOSSANIDADE	DE	ADJUNTO
OSVALDO GALDINO DA SILVA	74001216-7	DTCS-CAMPUS III		20	ADJUNTO
PEDRO LUIS RIBEIRO	74000718-8	DTCS-CAMPUS III		DE	ADJUNTO
RAIMUNDO JOSÉ SOUZA MORAES	74000533-0	DTCS-CAMPUS III		DE	ADJUNTO
RAIMUNDO NONATO BEZERRA DE SIQUEIRA	74000534-8	DTCS-CAMPUS III	AGROQUIMICA	DE	ADJUNTO
RAIMUNDO NONATO BEZERRA FROTA	74000535-6	DTCS-CAMPUS III		DE	ADJUNTO

TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – III

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
REGINALDO DA SILVA GOMES	74380774-9	DTCS-CAMPUS III	DIREITO	40	ASSISTENTE
ROGÉRIO DE SOUZA BISPO	74369542-7	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
WALTER RODRIGUES DA SILVA FILHO	74301697-4	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS AGRARIAS	20	ASSISTENTE

Total: 22

CIÊNCIAS HUMANAS – IV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO	74288730-6	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
ADRIANO ANTONIO LIMA MENEZES	74371216-4	DCH-CAMPUS IV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
ALAN DA SILVA SAMPAIO	74356768-2	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
ALDRIN ARMSTRONG SILVA CASTELLU	74417470-9	DCH-CAMPUS IV	HISTORIA SOCIAL	DE	ASSISTENTE
CLAUDIA ANDRADE VIEIRA	744158425	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
ELIÃ SIMÉIA MARTINS DOS SANTOS AMORIM	74291102-4	DCH-CAMPUS IV	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	40	AUXILIAR
ELIENE MARIA DA SILVA BARBOSA	74291070-1	DCH-CAMPUS IV	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
EDVALDO ILARIO DOS SANTOS	74278614-4	DCH-CAMPUS IV		40	ASSISTENTE
FABRICIO LLYRIO SANTOS	74380665-4	DCH-CAMPUS IV	HISTORIA SOCIAL	40	ASSISTENTE
ILMA MARIA FERNANDES SOARES	74307623-3	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
IONE OLIEIRA JATOBA LEAL	74360144-4	DCH-CAMPUS IV	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	DE	ASSISTENTE
JACIMARA SOUZA SANTANA	74448980-3	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
JACKSON ANDRE DA SILVA FERREIRA	74441677-9	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
JANE ADRIANA VASCONCELOS PACHECO RIOS	74371292-8	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JOAO EDSON RUFINO	74415844-4	DCH-CAMPUS IV		40	AUXILIAR
JOSE CARLOS FERREIRA	74380488-0	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE

JOSE CARLOS FELIX	74425504-2	DCH-CAMPUS IV	LETRAS	DE	ASSISTENTE
JOSELITO MANOEL DE JESUS	74416505-1	DCH-CAMPUS IV		40	AUXILIAR
LUCIVALDO CELESTINO MACHADO	74380760-0	DCH-CAMPUS IV		40	ASSISTENTE
MARIA DE FATIMA CORREIA PONTES	74000717-0	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
MARIA MAVANIER ASSIS SIQUARA	74001711-7	DCH-CAMPUS IV		DE	ADJUNTO
MARIA ZELIA MARTINS F ARAUJO	74003023-8	DCH-CAMPUS IV		40	ASSISTENTE

CIÊNCIAS HUMANAS – IV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
PAULO CESAR DAVILA FERNANDES	74288671-6	DCH-CAMPUS IV	GEOQUIMICA	DE	ASSISTENTE
RAIMUNDO DALVO DA COSTA SILVA	74003475-3	DCH-CAMPUS IV	HISTORIA	40	ASSISTENTE
RAQUEL NERY LIMA BEZERRA	74443612-7	DCH-CAMPUS IV	LETRAS E LINGUISTICA	40	AUXILIAR
RITA ANGELICA OLIVEIRA LUZ	74002227-7	DCH-CAMPUS IV	PEDAGOGIA	DE	ASSISTENTE
ROSILDA VALOIS COUTINHO	74293966-6	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
SARA OLIVEIRA FARIAS	74003549-0	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
TERCIA COSTA VALVERDE	74425962-2	DCH-CAMPUS IV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
WASHINGTON LUIS LIMA DRUMMOND	74003486-8	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
VALTER GOMES SANTOS DE OLIVEIRA	74360125-8	DCH-CAMPUS IV	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR

Total: 30

CIÊNCIAS HUMANAS – V

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ALICE GUIMARÃES VALVERDE	74003141-2	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
ANDRE LUIZ DANTAS ESTEVAM	72346112-5	DCH-CAMPUS V	GEOQUIMICA	DE	ASSISTENTE
ANGELA CRISTINA GUIMARÃES SANTOS	74371070-6	DCH-CAMPUS V	SAUDE COMINITARIA	40	AUXILIAR
ANTONIO PEDRO MOURA OLIVEIRA	74287766-0	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
CLAUDIA PEREIRA SOUSA	74359883-7	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
CLAUDIA PONS CARDOSO	74415873-7	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
CRISTIANA FERREIRA LYRIO XIMENES	74417563-2	DCH-CAMPUS V	HISTORIA SOCIAL	40	AUXILIAR
DENILSON LESSA DOS SANTOS	74425899-3	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
DEIJE MACHADO DE MOURA	72413047-6	DCH-CAMPUS V	CULTURA E MEMORIA	40	AUXILIAR
DJALMA VILLA GÓIS	74282744-5	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
EDINÉLIA Mª OLIVEIRA SOUZA	74371619-2	DCH-CAMPUS V	HISTORIA SOCIAL	DE	ASSISTENTE
EDLAMAR L EALSOUSA CAVALCANTI	74003398-2	DCH-CAMPUS V	EDUCAÇAÕ	20	ASSISTENTE

ELBA MEDEIROS PUNSKI DOS SANTOS	74443275-9	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
FÁBIO ARAÚJO OLIVEIRA	74292205-9	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
FELIPE RODRIGUES BOMFIM	74360076-5	DCH-CAMPUS V		DE	ASSISTENTE
HELIO PONCE CUNHA	74425703-6	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS		
IARA VIEIRA DE MEIRELES	74429848-0	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	40	AUXILIAR
IASMARIO ANTONIO MIRANDA	74371132-0	DCH-CAMPUS V		20	AUXILIAR
JAMES AMORIM ARAUJO	74355727-1	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JÂNIO ROQUE BARROS DE CASTRO	74358223-4	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANA	DE	AUXILIAR
JOHNY GUIMARÃES DA SILVA	74002395-6	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO	74359632-2	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
JURANDIR ANTONIO SÁ B. JUNIOR	74003303-2	DCH-CAMPUS V	DIREITO PUBLICO	40	AUXILIAR
KATHIA MARIZE BORGES S AQUINO	74281428-0	DCH-CAMPUS V		DE	ASSISTENTE

CIÊNCIAS HUMANAS – V

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
KÁTIA MARIA MENDES SILVA	74358219-5	DCH-CAMPUS V	ADMINISTRAÇÃO	40	AUXILIAR
LILIANE MARIA NERY ANDRADE	74415990-3	DCH-CAMPUS V	CONTABILIDADE	40	AUXILIAR
LUCIANA CRISTINA TEIXEIRA DE SOUZA	74380845-2	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
LUIS CLAUDIO REQUIÃO DA SILVA	74415762-6	DCH-CAMPUS V	GEOGRAFIA	20	AUXILIAR
MARIA RACHEL PINHEIRO PESSOA PINTO QUEIROZ	74357566-9	DCH-CAMPUS V	MATEMATICA	DE	AUXILIAR
MARCEA ANDRADE SALES	74370456-9	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MÁRCIA VÍRGINIA PINTO BOMFIM	74356227-6	DCH-CAMPUS V	GEOGRAFIA	DE	AUXILIAR
MARCO ANTONIO MATOS MARTINS	74003553-9	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MARIA DE FATIMA ARAUJO DI GREGORIO	74360146-0	DCH-CAMPUS V	HISTORIA	20	ASSISTENTE
MARIA DE LURDES ALMEIDA MOTTA	74001644-6	DCH-CAMPUS V		DE	ASSISTENTE
MARIA SACRAMENTO AQUINO	74001635-7	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
MIGUEL CERQUEIRA DOS SANTOS	74002194-6	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
NEIDE CORREIA SANTOS	74003417-7	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
PAULO SERGIO DANTAS VASCONCELOS	74003370-7	DCH-CAMPUS V	FILOSOFIA	40	AUXILIAR
PATRÍCIA RIBEIRO DE ANDRADE	74372654-5	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
RAIMUNDO NONATO SILVA FONSECA	74382882-6	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS SOCIAIS	DE	AUXILIAR
SALLY CHERYL INKPIN	74427122-6	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
SANDRO DOS SANTOS CORREIA	74436323-5	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

SILVAR FERREIRA RIBEIRO	74317729-1	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
SINEIA MAIA TELES SILVEIRA	74429244-2	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
SONIA MARIZE R P TOMAZONI	74274630-6	DCH-CAMPUS V		DE	ASSISTENTE
SONIA MARIA DA CONCEIÇÃO PINTO	74354721-8	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
SONIA MOREIRA COUTINHO SANTOS	74294345-3	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	AUXILIAR
VÂNIA NARA PEREIRA VASCONCELOS	74369365-3	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
VILMA BAGDEVE DE OLIVEIRA	74000840-1	DCH-CAMPUS V		20	ADJUNTO
VIRGINIA QUEIROZ BARRETO	74365916-1	DCH-CAMPUS V	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR

Total: 50

EDUCAÇÃO – VI

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ARTUR JOSE PIRES VEIGA	74385507-2	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
BARTOLOMEU DE JESUS MENDES	74277879-3	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
CLEIDE MARQUES DE SANTANA	74426903-3	DEDC-CAMPUS VII		40	ASSISTENTE
EDMILSON DE SENA MORAIS	74436521-1	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
IACY MAIA MATA	74381679-8	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
IVAN RAMIRES RIOS DA SILVA	74434370-6	DEDC-CAMPUS VII		40	ASSISTENTE
JAIRO CARVALHO DO NASCIMENTO	74433666-0	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JANA MARUSKA BUUDA DA MATTA	74382232-5	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
MANOEL ALVES DE OLIVEIRA	74417560-8	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
MARIA ELIZANGELA RAMOS JUNQUEIRA	74436000-9	DEDC-CAMPUS VII	BOTANICA	40	AUXILIAR
Mª ELVIRA BRITO CAMPOS	74382232-5	DEDC-CAMPUS VII	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
Mª ELIANE BRITO DE ANDRADE	74003422-4	DEDC-CAMPUS VII	ARQUITETURA E URBANISMO	DE	ASSISTENTE
MARIA GORETH E SILVA	74366968-8	DEDC-CAMPUS VII		40	ASSISTENTE
MARIA SIGMAR COUTINHO PASSOS	74442573-6	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
NIVALDO OSVALDO DUTRA	74277954-5	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
PAULO LARANJEIRA DE MOURA	74003439-7	DEDC-CAMPUS VII		40	ADJUNTO
PAULO HENRIQUE DUQUE SANTOS	74277248-8	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
RITA APARECIDA COELHO SANTOS	74290649-3	DEDC-CAMPUS VII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
VALDILENE DE ASSIS FERREIRA	74380763-4	DEDC-CAMPUS VII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
VALTER LUIZ DOS SANTOS MARCELO	74275502-0	DEDC-CAMPUS VII	GEOGRAFIA	40	ASSISTENTE
VILOMAR SANDES SAMPAIO	74360199-0	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ZORAIDE PORTELA DA SILVA	74279207-2	DEDC-CAMPUS VII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE

Total: 22

EDUCAÇÃO – VII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
DJALMA GOMES FERRÃO FERRAZ	74416073-4	DEDC-CAMPUS VII		40	AUXILIAR
ELIZABETE PEREIRA BARBOSA	74283264-4	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
FABÍOLA DE OLIVEIRA PEDREIRA	74378958-5	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA		

GILBERTO LIMA DOS SANTOS	74003348-0	DEDC-CAMPUS VII	PSICOLOGIA	40	AUXILIAR
GERVASIO PAULO DA SILVA	74338236-7	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
HELCIO MOREIRA PERIN	74378694-3	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
IVAN SOUZA COSTA	74340625-0	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
JOÃO OLIVEIRA DE ANDRADE	74418228-1	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS AGRARIAS	20	AUXILIAR
JOSÉ BITES DE CARVALHO	74002305-3	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	ASSISTENTE
JOSE ROBERTO CARDOSO MEIRELES	74426987-1	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILIAR
JULIANA CORTES DE FREITAS	74467158-1	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILIAR
MARCO ANTONIO ARAUJO SILVANY	74434090-2	DEDC-CAMPUS VII	PATOLOGIA HUNANA	40	ASSISTENTE
Mª CELESTE DE SOUZA CASTRO	74292965-3	DEDC-CAMPUS VII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
Mª ELISA DA SILVA SANTOS	74305510-6	DEDC-CAMPUS VII	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	40	ASSISTENTE
Mª GLÓRIA DA PAZ	74279519-3	DEDC-CAMPUS VII	EDUCAÇÃO E PESQUISA	DE	AUXILIAR
OSELITO SOUZA CRUZ	74356762-4	DEDC-CAMPUS VII		40	ASSISTENTE
RITA CÁSSIA BRAZ CONCEIÇÃO MELO	74296006-5	DEDC-CAMPUS VII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
RITA CASSIA OLIVEIRA CARNEIRO	74416685-3	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ROSANA DA SILVA PEIXOTO	74359303-1	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
SIMONE FERREIRA SOUZA WANDERLEY	74287340-4	DEDC-CAMPUS VII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
SUZZANA ALICE LIMA ALMEIDA	74371172-8	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
VALDIRA DE JESUS SANTOS	74380663-8	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
ZÓZINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA	74330053-5	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

Total: 23

EDUCAÇÃO – VIII

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ALDREY MACEDO DE CARVALHO	74344009-2	DEDC-CAMPUS VIII		40	ASSISTENTE
CARLOS ALBERTO BATISTA SANTOS	74356960-0	DEDC-CAMPUS VIII	ZOOLOGIA	40	AUXILIAR
CARLOS ALBERTO DE LIMA BOTELHO	74003287-4	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ADJUNTO
EMANOEL BRASILINO DE SANTANA	74359928-1	DEDC-CAMPUS VIII		DE	ASSISTENTE
ÉRIKA DOS SANTOS NUNES	74380632-9	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
FÁTIMA LÚCIA DE BRITO DOS SANTOS	74380866-4	DEDC-CAMPUS VIII	OCEANOGRAFIA	40	ASSISTENTE
GEOVANE DUARTE BORGES	74358812-5	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	ASSISTENTE
IEDA RODRIGUES DA SILVA BALOGH	74382385-0	DEDC-CAMPUS VIII	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE
JOSÉ AUGUSTO PEREIRA ANGEIRAS	74356763-2	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
JOSILDA BATISTA LIMA	74357005-9	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILIAR
JURACY MARQUES DOS SANTOS	74380664-6	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
LUCEMARIO XAVIER BATISTA	74380254-5	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
LUIZ LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR	74358502-0	DEDC-CAMPUS VIII	MATEMATICA	40	ASSISTENTE
PEDRO NOBERTO DE OLIVEIRA	74385307-5	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
RITA DE CASSIA MATOS SANTOS ARAUJO	74445924-8	DEDC-CAMPUS VIII	BOTANICA	40	AUXILIAR
RUY ALBUQUERQUE TENORIO	74380662-0	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
SERGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO	74284148-1	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

SUZANA MENEZES LUZ DE SOUZA	74436519-8	DEDC-CAMPUS VIII	RECURSOS PESQUEIROS	40	AUXILIAR
SILLAS FRANCISCO FELIX	74382388-4	DEDC-CAMPUS VIII		40	ASSISTENTE
WBANEIDE MARTINS DE ANDRADE	74358500-4	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE

Total: 20

CIÊNCIAS HUMANAS – IX

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANATALIA DEJANE SILVA O M	74380973-3	DCH-CAMPUS IX	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
ANA MARIA PORTO NASCIMENTO	74002306-1	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
BENEVENUTA FATIMA LIMA GUEDES	74000977-4	DCH-CAMPUS IX	EDUCAÇÃO	DE	TITULAR
GEORGE NATHAN SOUZA BRITO	74417215-5	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS AGRARIAS	40	ASSISTENTE
GIANETE DUTRA MEIRA	71001624-6	DCH-CAMPUS IX	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
JOSE CARLOS DE CARVALHO	74380633-7	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
JUSCILANDIA OLIVEIRA ALVES CAMPOS	74446153-8	DCH-CAMPUS IX	LITERATURA	40	AUXILIAR
MARCO ANTONIO VANDERLEI S	74366740-8	DCH-CAMPUS IX		40	ASSISTENTE
MARILDE QUEIROZ GUEDES	74297756-7	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
NELMA ARONIA SANTOS	74277252-7	DCH-CAMPUS IX	LINGUISTICA, LETRAS	DE	AUXILIAR
NILVO LUIZ CASSOL	74357634-8	DCH-CAMPUS IX	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
PEDRO AUGUSTO B CEQUEIRA	74425378-1	DCH-CAMPUS IX	ADMINISTRAÇÃO	40	AUXILIAR
RICARDO TUPINIQUIM RAMOS	74337277-8	DCH-CAMPUS IV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
REGINALDO CONCEIÇÃO CERQUEIRA	74380700-8	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
RENATO RIBEIRO DALTRO	74003483-4	DCH-CAMPUS IX		DE	ASSISTENTE
SANDRA REGINA MAGALHÃES ARAUJO	74371212-2	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
SORAIA OLIVEIRA DA CUNHA SILVA	74416217-6	DCH-CAMPUS IX	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
SUZY MAIARA NETTA CAPRA	74358231-1	DCH-CAMPUS IX		DE	ASSISTENTE
WALQUIRIA THEREZINHA S AMORIM	74000981-3	DCH-CAMPUS IX	EDUCAÇÃO	DE	TITULAR

Total: 19

EDUCAÇÃO – X

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA ODALIA VIEIRA SENA	74417805-4	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
CELIA BARROS NUNES	74382977-5	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	40	AUXILIAR
DECIO BESSA DA COSTA	74373536-5	DEDC-CAMPUS X	LINGUISTICA	DE	AUXILIAR
ELTAMARA SOUZA DA CONCEIÇÃO	74380758-7	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
ENELITA DE SOUZA FREITAS	74002332-0	DEDC-CAMPUS X		DE	ASSISTENTE
ELZICLEIA TAVARES DOS SANTOS	74416113-8	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
HELANIA THOMAZINE PORTO VERONEZ	74274652-6	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
ISAÚ HORMINO DE MATOS	74000934-2	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
JOANA FARIAS DOS SANTOS	74360148-6	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
JORGE LUIZ FORTUNA	74436529-5	DEDC-CAMPUS X	MEDICINA VETERINARIA	40	AUXILIAR
JUZENILDA GOMES FIGUEREDO	74416579-2	DEDC-CAMPUS X	GEOLOGIA	DE	ASSISTENTE
LENICE AMELIA DE MARTINS	74000932-6	DEDC-CAMPUS X		DE	ADJUNTO
MARIA JUCILENE LIMA FERREIRA	74297929-2	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
MARIA MANAVIER ASSIS SIQUARA	74337277-8	DEDC-CAMPUS X		DE	ADJUNTO

MARCELO SILVA MADUREIRA	74426842-7	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
MARCELINO SERRETTI LEONEL	74356569-0	DEDC-CAMPUS X	ECONOMIA EMPRESARIAL	40	AUXILIAR
MARIA GEOVANDA BATISTA	74003354-5	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
MARINEZ JOSE DE SOUZA	74003314-7	DEDC-CAMPUS X		DE	ASSISTENTE
MARLI NERI DA SILVA	74003437-1	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS HUMANAS	20	ASSISTENTE
MINERVINA JOSELI ESPINDOLA REIS	74003294-7	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
NELCIDA MARIA CEARON	74001094-5	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
RONALDO CRISPIM SENA BARROS	74366741-6	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
WANDER AUGUSTO POLICARIO	74274857-8	DEDC-CAMPUS X	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	DE	AUXILIAR
VALDIR NUNES DOS SANTOS	74378901-4	DEDC-CAMPUS X	TEATRO	40	AUXILIAR
VALCI VIEIRA DOS SANTOS	74368729-6	DEDC-CAMPUS X		40	ASSISTENTE
VALDETE DAMASCENA PARDINHO	74282750-0	DEDC-CAMPUS X		40	AUXILIAR

Total: 26

EDUCAÇÃO – XI

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA LUCIA CARVALHO SANTOS	74382241-4	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
AGRIPINO SOUZA COELHO NETO	74425658-5	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
CARLOS EDUARDO C OLIVEIRA	74425699-1	DEDC-CAMPUS XI		20	AUXILIAR
CLAUDENE FERREIRA MENDES RIOS	74275141-6	DEDC-CAMPUS XI	FILOSOFIA	40	ASSISTENTE
CLEBER DE SOUZA COUTO	74454814-4	DEDC-CAMPUS XI	CIÊNCIAS AGRARIAS	40	AUXILIAR
DANIELA MARIA BARRETO MARTINS	74425391-9	DEDC-CAMPUS XI	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
DILZETE DA SILVA MOTA RAMOS	74003436-3	DEDC-CAMPUS XI		40	ASSISTENTE
ELIVANIA REIS DE ANDRADE A	74371157-4	DEDC-CAMPUS XI	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
GELCIVANIA MOTA SILVA	74003310-5	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	20	ASSISTENTE
IRACEMA RAIMUNDA B. N. ARAGÃO	74454842-9	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	20	AUXILIAR
ISAURA SANTANA FONTES	74003147-0	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
IVAN DOS REIS CARDOSO	74384213-9	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JANDAIRA BATISTA GOMES	74002408-3	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
JOÃO PEREIRA OLIVEIRA JUNIOR	74451121-0	DEDC-CAMPUS XI	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
JOSE RENATO SENA OLIVEIRA	74425559-7	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	20	AUXILIAR
JUCELI MARIA OLIVEIRA C CARDOSO	74286781-9	DEDC-CAMPUS XI		40	ASSISTENTE
JUSSARA FRAGA PORTUGAL	74441670-3	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
LICIA MARIA DE LIMA BARBOSA	74416248-5	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LUZMAR DA SILVA CARDOSO	74002334-6	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MARIA LENY SOUZA OLIVEIRA	74372117-1	DEDC-CAMPUS XI	ADMINISTRAÇÃO	40	AUXILIAR
MONICA MOREIRA OLIVEIRA TORRES	74003435-5	DEDC-CAMPUS XI	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE
ROGERIO PEREIRA	74416112-0	DEDC-CAMPUS XI	ECONOMIA	40	ASSISTENTE
SANDRA MARIA CERQUEIRA S. MATTOS	74454548-9	DEDC-CAMPUS XI	CULTURA E MEMORIA	20	AUXILIAR
SAULO JOSE DOS SANTOS ROCHA	74425896-9	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	40	ASSISTENTE
WILSON NASCIMENTO SANTOS	74425963-0	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	20	AUXILIAR

Total: 25

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANTONIO NEI SANTANA GONDIM	74438844-7	DEDC-CAMPUS XII	PRODUTOS NATURAIS E SINTETICOS E BIOATIVOS	20	AUXILIAR
EDILMA COTRIM DA SILVA GUEDES	74274645-3	DEDC-CAMPUS XII		40	ASSISTENTE
JOSE ANTONIO CARNEIRO LEÃO	74418087-3	DEDC-CAMPUS XII	CIENCIAS DA SAUDE	DE	AUXILIAR
KATIA MONTALVÃO	74278303-1	DEDC-CAMPUS XII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

MARCIUS DE ALMEIDA GOMES	74380661-2	DEDC-CAMPUS XII	CIENCIAS DA SAUDE	DE	AUXILIAR
MARIA CLAUDIA SILVA DO CARMO	74290645-1	DEDC-CAMPUS XII	CIENCIAS HUMANAS	20	ASSISTENTE
MARIA ELVIRA NOGUEIRA L SCOLARO	74000796-8	DEDC-CAMPUS XII	EDUCAÇÃO	40	ADJUNTO
NEUBER LEITE COSTA	74443833-1	DEDC-CAMPUS XII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
VALDIVIA ARAUJO	74417564-0	DEDC-CAMPUS XII	CIÊNCIAS SOCIAIS	40	AUXILIAR

EDUCAÇÃO – XII

Total: 9

EDUCAÇÃO – XIII

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADAILTON SILVA SANTOS	74334738-3	DEDC-CAMPUS XIII	ENGENHARIA	40	ASSISTENTE
ANA PAULA SILVA DA CONCEIÇÃO	74429873-1	DEDC-CAMPUS XIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
ARIOSALDO NOAES SANTIAGO	74003375-7	DEDC-CAMPUS XIII		20	ASSISTENTE
CLIMERIO MANOEL MACEDO MORAES	74002683-1	DEDC-CAMPUS XIII	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
EDNALMA ROSA OLIEIRA D	74425706-0	DEDC-CAMPUS XIII			
IZABEL DANTAS DE MENEZES	74382881-8	DEDC-CAMPUS XIII	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE
LUCIANA SACRAMENTO MORENO	74430435-4	DEDC-CAMPUS XIII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
LUCIMERE RODRIGUES DE SOUZA	74425660-8	DEDC-CAMPUS XIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MAEVE MASCARENHAS DE CERQUEIRA	74003374-9	DEDC-CAMPUS XIII	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
MARLENE DE ALENCAR DUTRA	74415871-1	DEDC-CAMPUS XIII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
MARIA ANORIA DE JESUS OLIVEIRA	74371150-8	DEDC-CAMPUS XIII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO MOURA	74003561-0	DEDC-CAMPUS XIII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
MARIA DAS GRAÇAS RABELO	74380598-3	DEDC-CAMPUS XIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI	74003339-1	DEDC-CAMPUS XIII	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
SANDRA NIVIA SOARES OLIVEIRA	74361070-2	DEDC-CAMPUS XIII	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
VIRGINIA MOTA LAJES GOMES	74371071-4	DEDC-CAMPUS XIII		DE	AUXILIAR

Total: 16

EDUCAÇÃO – XIV

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
AMELIA TEREZA SANTA R MARAUX	74282340-9	DEDC-CAMPUS XIV	HISTORIA	DE	ASSISTENTE
ANTONILMA SANTOS A CASTRO	74295030-3	DEDC-CAMPUS XIV	EDUCAÇÃO ESPECIAL	20	ASSISTENTE
EDUARDO JOSE SANTOS BORGES	74441678-7	DEDC-CAMPUS XIV	HISTORIA	40	ASSISTENTE
EMANOEL DO ROSARIO SANTOS NONATO	74425484-2	DEDC-CAMPUS XIV		20	AUXILIAR
EUGENIA MATEUS DE SOUZA	74416342-3	DEDC-CAMPUS XIV	LITERATURA	40	AUXILIAR
EVILA DE OLIVEIRA REIS SANTANA	74003347-2	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	20	ASSISTENTE
FLAVIA ANINGER DE BARROS ROCHA	74382398-1	DEDC-CAMPUS XIV	LITERATURA	40	ASSISTENTE
GENESIO SEIXAS SOUZA	74003558-9	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
ILZIMAR GLORIA FERREIRA OLIVEIRA	74371948-3	DEDC-CAMPUS XIV	CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE
IRENILZA OLIVEIRA E OLIVEIRA	74003432-1	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
ITANA NOGUEIRA NUNES	74003318-9	DEDC-CAMPUS XIV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
IVANA LIBERTADOIRA BORGES CARNEIRO	74378899-5	DEDC-CAMPUS XIV	FILOSOFIA E HISTORIA	40	ASSISTENTE
LETICIA TELES DA CRUZ	74415585-2	DEDC-CAMPUS XIV		40	AUXILIAR
LUIZ ANTONIO CARVALHO VALVERDE	74361738-0	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	ASSISTENTE
MARLUCE DE LIMA MACEDO	74426901-7	DEDC-CAMPUS XIV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILAIR
OBDALIA SANTANA FERRAZ SILVA	74415581-0	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
ROGERIO SOUZA SILVA	74437803-6	DEDC-CAMPUS XIV	HISTORIA	40	ASSISTENTE
SAYONARA AMARAL DE OLIVEIRA	74382233-3	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE
ZULEIDE PAIVA DA SILVA	74425708-6	DEDC-CAMPUS XIV	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE

Total: 19

EDUCAÇÃO – XV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANDREA FERREIRA LAGO	74425945-2	DEDC-CAMPUS XV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ANTONIO PEREIRA SANTOS	74386323-2	DEDC-CAMPUS XV		40	AUXILIAR
CORINTA MACEDO DE OLIVEIRA	74002749-7	DEDC-CAMPUS XV	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
DIDIMA MARIA DE MELLO ANDRADE	74371152-4	DEDC-CAMPUS XV	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
FABIO JOSUÉ SOUZA DOS SANTOS	74433105-0	DEDC-CAMPUS XV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
GRAÇA DOS SANTOS COSTA	74288652-0	DEDC-CAMPUS XV	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
KARINA DE OLIVEIRA S CORDEIRO	74443891-7	DEDC-CAMPUS XV	EDUCACÃO	40	AUXILIAR
MARIA JOSE MARIANO	74001634-9	DEDC-CAMPUS XV	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
MARIA JOSE ETELVINA DOS SANTOS	74357635-6	DEDC-CAMPUS XV	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
NICOLETA MENDES DE MATTOS	74002135-2	DEDC-CAMPUS XV	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
SERGIO AUGUSTO HERRERA ATAHUICHI	74003327-8	DEDC-CAMPUS XV	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
SILVIA LUCIA LOPES BENEVIDES	74319019-2	DEDC-CAMPUS XV	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
SILVANA SILVA FARIAS ARAÚJO	74442792-4	DEDC-CAMPUS XV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
VANIA RITA MENEZES VALENTE	74384389-2	DEDC-CAMPUS XV	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR

Total: 14

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA – XVI

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CLAUDIO EDUARDO FELIX DOS SANTOS	74425885-4	DCHT-CAMPUS XVI	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
CLAUDIO ROBERTO MEIRA OLIVEIRA	74382424-6	DCHT-CAMPUS XVI	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
DEIJAIR FERREIRA DA SILVA	74441674-5	DCHT-CAMPUS XVI	LETRAS E LINGUISTICA	40	ASSISTENTE
LUCIA ALVARES PEDREIRA	74337070-0	DCHT-CAMPUS XVI	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
MARIELSON CARVALHO BISPO SILVA	74440777-0	DCHT-CAMPUS XVI	LETRAS	40	AUXILIAR
MARIA DORATH SODRE	74380491-1	DCHT-CAMPUS XVI	CIENCIAS HUAMANAS	DE	AUXILIAR
ROSANA MARA CHAVES	74416682-	DCHT-CAMPUS	CIENCIAS	40	AUXILIAR

RODRIGUES	9	XVI	HUMANAS		
VALNICE SOUSA PAIVA	74425690-9	DCHT-CAMPUS XVI	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE

Total: 8

EDUCAÇÃO – XVII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CRISTIANE SANTOS SOUZA	74444752-6	DCHT-CAMPUS XVI	CIÊNCIAS SOCIAIS	40	ASSISTENTE
JULICE OLIVEIRA DIAS SANTOS	74410785-9	DCHT-CAMPUS XVI	FILOSOFIA	40	ASSISTENTE
NUBIA DOS SANTOS RAMOS	74426744-7	DCHT-CAMPUS XVI		40	ASSISTENTE
SUELI BARROS DA RESSURREIÇÃO	74360077-3	DCHT-CAMPUS XVI	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE

Total: 4

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA - XVIII

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANDRE HELOY AVILA	74380835-5	DCHT-CAMPUS XVIII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
CARLOS ALBERTO CAETANO	74441716-5	DCHT-CAMPUS XVIII	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
DAISE FERREIRA DINIZ	74433003-8	DCHT-CAMPUS XVIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
ELINE ALCANTARA DOS SANTOS	74278770-0	DCHT-CAMPUS XVIII	LINGUISTICA	DE	ASSISTENTE
IRLENA MOREIRA LOPES DE SOUZA	74371149-3	DCHT-CAMPUS XVIII	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
JAQUELINE DE ANDRADE PEREIRA	74426313-4	DCHT-CAMPUS XVIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
MAURO ROQUE DE SOUZA JUNIOR	74371244-8	DCHT-CAMPUS XVIII		40	AUXILIAR
PEDRO DANIEL DOS SANTOS SOUZA	74417078-9	DCHT-CAMPUS XVIII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
VANIA RITA DONADIO ARAUJO	74003296-3	DEDC-CAMPUS XVIII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

Total: 9

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA – XIX

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA PAULA SANTANA NASCIMENTO	74358950-3	DCHT-CAMPUS XIX	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	ASSISTENTE

CLAUDIA PARANHOS JESUS P	74371661-3	DCHT-CAMPUS XIX	CIENCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
EDELVINO DA SILVA GOES FILHO	74415607-8	DCHT-CAMPUS XIX	ECONOMIA	20	ASSISTENTE
EDMILSON PATROCINIODE SOUSA	74371126-5	DCHT-CAMPUS XIX	CONTABILIDADE	40	AUXILIAR
EMILIO MALTEZ ALVES FILHO	74424526-7	DCHT-CAMPUS XIX	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
GILSON BARBOSA DOURADO	74425570-9	DCHT-CAMPUS XIX	ESTATISTICA	40	ASSISTENTE
JOSETE BISPO RIBEIRO OLIVEIRA	74437352-3	DCHT-CAMPUS XIX	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	40	ASSISTENTE
KARINA MIZUKI DIAS DOS SANTOS	74425385-4	DCHT-CAMPUS XIX	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	40	ASSISTENTE
LIVIA SILVIA MODESTO RODRIGUES	74426314-2	DCHT-CAMPUS XIX		40	ASSISTENTE
LUZIA VIANA DA FONSECA	74366686-5	DCHT-CAMPUS XIX	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
MARCIA SANTOS CERQUEIRA	74002686-5	DCHT-CAMPUS XIX	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE
MARCIA FIGUEIREDO DE SOUZA	74444550-8	DCHT-CAMPUS XIX		40	AUXILIAR
RUBEM CASTRO NEVES	74002966-9	DCHT-CAMPUS XIX	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
SUELY ALDIR MESSEDER	74359680-1	DCHT-CAMPUS XIX	CIENCIAS HUMANAS	DE	AUXILIAR
SERGIO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO	74436938-8	DCHT-CAMPUS XIX	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	AUXILIAR

Total: 15

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA – XX

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CLAUDIA ROCHA DA SILVA	74295956-9	DCHT-CAMPUS XX	EDUCAÇÃO	DE	AUXILIAR
CRISTIANO AUGUSTO SILVA JUTGLA	74426910-6	DCHT-CAMPUS XX	LETRAS	DE	ASSISTENTE
VIVIAN MEIRA DE OLIVEIRA	74425874-9	DCHT-CAMPUS XX	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR

Total: 3

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA – XXI

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
EDUARDO ALFREDO M GUIMARÃES	74002113-2	DCHT-CAMPUS XXI		DE	ASSISTENTE
GREDSON DOS SANTOS	74441671-1	DCHT-CAMPUS XXI	LETRAS E LINGUISTICA	40	AUXILIAR
JOSE HUMBERTO DA SILVA	74382798-	DCHT-CAMPUS	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR

	5	XXI			
LILIAN ALMEIDA OLIVEIRA LIMA	74464516-6	DCHT-CAMPUS XXI	GESTÃO INTEGRADA	40	AUXILIAR
MARCIA DO COUTO AUAD	74384332-1	DCHT-CAMPUS XXI	MEMORIA SOCIAL	40	ASSISTENTE
MARIA CONCEIÇÃO ALVES F. SACRAMENTO	74417549-6	DCHT-CAMPUS XXI	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
MARIA IZABEL FREITAS SANTOS M	74425898-5	DCHT-CAMPUS XXI		40	ASSISTENTE
TARCISIO FERNANDES CORDEIRO	74417575-5	DCHT-CAMPUS XXI	CULTURA E MEMORIA	40	AUXILIAR

Total: 8

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA - XXII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADRIANO EYSEN REGO	74439844-2	DCHT-CAMPUS XXII	LITERATURA	40	AUXILIAR
ANDREA NASCIMENTO MASCARENHAS SILVA	74360201-8	DCHT-CAMPUS XXII	LITERATURA	DE	AUXILIAR
JONATAS CONCEIÇÃO DA SILVA	74426895-6	DCHT-CAMPUS XXII	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
LEA COSTA SANTANA DIAS	74429393-5	DCHT-CAMPUS XXII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILIAR
LUIZ PAULO ALMEIDA NEIVA	74382234-1	ADM. CENTRAL	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	20	ASSISTENTE
PATRICIA LESSA SANTOS	74426746-3	DCHT-CAMPUS XXII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
SUANI DE ALMEIDA VASCONCELOS	74425870-7	DCHT-CAMPUS XXII	LINGUISTICA, LETRAS	40	AUXILIAR

Total: 7

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA – XXIII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS	74425659-3	DCHT-CAMPUS XXIII	CIÊNCIAS SOCIAIS	DE	ASSISTENTE
GILDECI DE OLIVEIRA LEITE	74414916-0	DCHT-CAMPUS XXIII	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	DE	AUXILIAR
MARIA EUNICE ROSA JESUS SILVA	74428416-4	DCHT-CAMPUS XXIII	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR
MARIA LUIZA TAPIOCA SILVA	74425946-0	DCHT-CAMPUS XXIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
NEILA MARIA OLIVEIRA SANTANA	74425567-8	DCHT-CAMPUS XXIII	LETRAS	DE	AUXILIAR

Total: 5

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA - XXIV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
JOÃO EVANGELISTA DO NASCIMENTO NETO	74428724-3	DCHT-CAMPUS XXIV	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	AUXILAIR
JOSE HENRIQUE FREITAS SANTOS	74425687-8	DCHT-CAMPUS XXIV	CIENCIAS SOCIAIS APLICADA	40	ASSISTENTE
JANINE FONTES DE SOUZA	74442564-7	DCHT-CAMPUS XXIV	EDUCAÇÃO	40	AUXILIAR

Total: 3

ATÉ O MÊS 03/2008

TOTAL GERAL - 658

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS -GRADUAÇÃO –
RÊNCIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Lista dos Doutores

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ALCIONE BRSILEIRO OLIVEIRA CUNHA	74426798-4	DCV-CAMPUS I	SAÚDE PÚBLICA	40	ASSISTENTE
ALINE SILVA LARA DE ALVARENGA	74426740-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	AUXILIAR
ANA PAULA C. M. PEREIRA	74416918-6	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ASSISTENTE
ATSON CARLOS DE SOUZA FERNANDES	74355642-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ADJUNTO
CARLA MARCONDES CESAR A PADOVANI	74334737-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ADJUNTO
DENISE CARNEIRO LEMAIRE	74340780-8	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	TITULAR
FERNANDO LUIZ QUEIROZ C.	74355644-5	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ADJUNTO
HILDA SILVA FERREIRA	74335744-3	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
HORTÊNSIA POUSADA BAUTISTA	74002086-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	20	PLENO
KIYOKO ABE SANDES	72000222-3	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	TITULAR
LÍDIA CRISTINA VILLELA RIBEIRO	74359125-9	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	ADJUNTO
LUCIANA LYRA CASAIS E SILVA	74432940-1	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ASSISTENTE
MARIA EDESINA AGUIAR	71335203-8	DCV-CAMPUS	CIÊNCIAS EXATAS	DE	TITULAR

		I			
MARIA DE FÁTIMA BRAZIL DOS SANTOS	74002124-7	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
MIRIAN ROCHA VAZQUEZ	74003118-7	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ADJUNTO
MARIANGELA VIEIRA LOPES	74002663-7	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	ADJUNTO
SANDRA SIMONE QUEIROZ M PACHECO	74002282-9'	DCV-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

Total: 17 **10/4/2008**

Lista dos Doutores

EDUCAÇÃO – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ALFREDO EURICO RODRIGUES MATA	74425774-3	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
ANA CÉLIA DA SILVA	74003402-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
ANTÔNIO AMORIM	74001192-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
ARNOUD SOARES DE LIMA JÚNIOR	74003555-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
AVELAR LUIZ BASTOS MUTIM	74436404-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
CELSO ANTONIO FAVERO	740023299	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
CRISTINA MARIA D'AVILA TEIXEIRA	74002087-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
DELCELE MASCARENHAS QUEIROZ	74275149-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
DJALMA FRANCISCO DOS SANTOS	74000405-9	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
EDUARDO JOSÉ FERNANDES NUNES	74003360-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOCIAIS	40	ADJUNTO
EDIVA SOUSA MARTINS	74278791-2	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
ELIZABETE CONCEIÇÃO SANTANA	74002700-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO

ELIZEU CLEMENTINO DE SOUZA	74282650-4	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
GIANI BOSCOLI	74002099-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
ISA MARIA FARIAS TRIGO	74000412-2	DEDC-CAMPUS I	ARTES CENICAS	DE	TITULAR
ISNAIA JUNQUILHO FREIRE	74002409-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
IVAN LUIZ NOVAES	74425886-2	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
IZOLDA REBOUÇAS FALCÃO	74003037-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
JACI MARIA FERRAZ DE MENEZES	74001288-2	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
JORGE LUIZ ZEGARRA T	74425888-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
KATIA MARIA SANTOS MOTA	74425790-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
LIVIA ALESSANDRA FIALHO COSTA	74426745-5	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO

EDUCAÇÃO – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
LUCIANO COSTA SANTOS	74002699-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LUCIANO SÉRGIO VENTIM BONFIM	74003304-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
LUCIENE MARIA DA SILVA	74282748-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
LYNN ROSALINA GAMA ALVES	74380796-9	DEDC-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
MARIA ANTONIA RAMOS COUTINHO	74002213-8	DEDC-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ASSISTENTE
MARIA JOSE O. PALMEIRA	74001791-3	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
MARIA DE LURDES SOARES O FARIAS	74003379-9	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
MARIA INES CORREA MARQUES	74003403-8	DEDC-	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO

		CAMPUS I			
MARIA OLÍVIA MATOS OLIVEIRA	74000750-2	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
MARCOS LUCIANO LOPES MESSEDER	74003379-9	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
MAURICIO MOGILKA	74425380-4	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
NÁDIA HAGE FIALHO	74002107-7	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
NARCIMARIA CORREIA PLUZ	74002193-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
RAPHAEL RODRIGUES VIEIRA FILHO	74278454-0	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
RONALDA BARRETO SILVA	74002367-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
SANDRA REGINA SOARES	71305804-3	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
SEBASTIÃO HEBER VIEIRA COSTA	74414778-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
SUELY RIBEIRO MOTA SOUZA	74380963-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
TANIA MARIA HETKOWSKI	74414778-6	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
VERA DANTAS DE SOUZA MOTA	74003361-8	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
WALDEMAR NOBRE FIGUEIREDO	74003498-1	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
YARA DULCE BANDEIRA A JACOME	74000292-2	DEDC-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR

Total: 44 **10/4/2008**

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANTÔNIO LUIZ DE ALMEIDA	74335520-5	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
ARNOUD VICTOR DOS SANTOS	74382199-7	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
BÁRBARA CRISTINA TAVARES MOREIRA	74296115-0	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	TITULAR
CLAUDIO ALVES DE AMORIM	74360068-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

CESARIO FRANCISCO DAS VIRGENS	72294407-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
DÉBORA DE LIMA NUNES SALES	74335521-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	20	ADJUNTO
EDUARDO PARENTE PRADO	74440026-5	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	20	AUXILIAR
FABIANO VARGAS PEREIRA	74438718-2	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
GILMAR FERREIRA ALVES	72000571-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
GOSULA NARAYANA REDDY	74360069-2	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	ADJUNTO
IDALIA HELENA SANTOS ESTEVAM	74002399-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
JOSEMAR RODRIGUES DE SOUZA	74380702-4	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	ADJUNTO
JUAN PEDRO MORENO DELGADO	74439909-0	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	AUXILIAR
LAZARO NONATO V. ANDRADE	74002364-7	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
LILIANE FERREIRA MARIANO DA SILVA	74336819-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	ADJUNTO
MADSON DE GODOI PEREIRA	74425568-6	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	DE	ADJUNTO
MARLUCE OLIVEIRA DA GUARDA SOUZA	74282741-1	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	TITULAR
MARLY FERNANDES DE A CARVALHO	74002311-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	TITULAR
MARTA VALÉRIA A S. DE ANDRADE	74002325-7	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
MAURO KORN	74002110-8	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	TITULAR
NAYDE BAPTISTA COSTA	74003252-3	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
PAULO FERNANDO ALMEIDA SOUZA	74283860-8	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	40	ASSISTENTE
PAULO JAMES DE OLIVEIRA	74002371-0	DCET-CAMPUS I	ENGENHARIAS	DE	ADJUNTO
RUIVALDO REGIS SOBRAL	74397358-2	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
SUZI MARIA CARVALHO MARIÑO	74002307-9	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	ASSISTENTE
TEREZA CRISTINA FARIAS GUIMARÃES	74002720-1	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	DE	TITULAR
WALTER NEI LOPES DOS SANTOS	74448916-2	DCET-CAMPUS I	CIÊNCIAS EXATAS	40	ADJUNTO

Total: 27 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADELAIDE AUGUSTA PEREIRA OLIVEIRA	74380697-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ANA MARIA FERREIRA MENEZES	71000528-7	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	DE	TITULAR
ANTÔNIO DIAS NASCIMENTO	74335575-0	DCH-	CIÊNCIAS	DE	ADJUNTO

		CAMPUS I	HUMANAS		
CARLA DA PENHA BERNARDO	74427925-8	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
CARLOS ALEX CANTAURIO CYPRIANO	74379028-5	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	20	ADJUNTO
CARLOS AUGUSTO MAGALHÃES	74002684-9	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
CHARLES D'ALMEIDA SANTANA	74001793-9	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
CRISTIANECARVALHO DA NOVA	74380863-0	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
DÉCIO TORRES CRUZ	74001179-7	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	20	ADJUNTO
DENISE MARIA OLIVEIRA ZOGHB	74002711-2	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA,	40	ADJUNTO
DILCELIA ALMEIDA SAMPAIO	74425492-3	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
DIVANI QUEIROZ ALVES	73276637-3	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	TITULAR
EGNALDO BARBOSA PELLEGRINO	74425487-6	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
EVANGIVALDO ALMEIDA LIMA	74002355-8	DCH-CAMPUS I	ENGENHARIAS	DE	ASSISTENTE
GILBERTO NAZARENO P. SOBRAL	74433216-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
FRANCISCA DE PAULA SANTOS DA SILVA	74380775-7	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
IRACI SIMÕES DA ROCHA	74000674-2	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	TITULAR
JAIRO ROBERTO FREITAS RAMOS	47357632-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	DE	ADJUNTO
JACIARA ORNELIA N OLIVEIRA	74001808-2	DCH-CAMPUSI	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
JANAINA WEISSHEIMER	74426840-1	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
JOÃO ANTONIO DE SANTANA NETO	74003333-3	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	TITULAR
JÚLIO CESAR LOBO	74003400-4	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
LAERTON DE ANDRADE LIMA	74380581-0	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	ASSISTENTE
LICIA SOARES DE SOUZA	74001106-4	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	PLENO
LIGIA PELLON DE LIMA BULHÕES	74002102-7	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA	DE	ADJUNTO
LUIS CARLOS DOS SANTOS	74000756-0	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	TITULAR
MARCIA RIOS DA SILVA	74002360-5	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO

CIÊNCIAS HUMANAS – I

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
MARIA DO CARMO ARAUJO	74002119-0	DCH-CAMPUS	SOCIOLOGIA	DE	ADJUNTO

		I			
MARIA SOCORRO SILVA CARVALHO	74002716-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
MARIA IRENE FRANCISCO CANOVAS	74002394-8	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
MARIA NOEMIA CORTES DOS ANJOS	74009913-0	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA	DE	TITULAR
MARLENE DA ROCHA TUNES	74002388-3	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA	DE	ASSISTENTE
MILTON JULIO DE CARVALHO FILHO	74293617-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	AUXILIAR
MIRIAM NOHEMY MEDINA VELASCO	74334751-1	DCH-CAMPUS I	CIENCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
NORMA DA SILVA LOPES	74282646-5	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
RITA DE CÁSSIA ARAGÃO MATOS	74429872-3	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
RITA DE CÁSSIA MASKELL RAPOLD	74001641-2	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
SIMONE UDERMAN	74002312-6	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
ROQUE PEREIRA DA SILVA	74360976-9	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	ADJUNTO
ROSA BORGES SANTOS CARVALHO	74002298-4	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
ROSA HELENA BLANCO MACHADO	74002297-6	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA	DE	TITULAR
ROSALI BRAGA FERNANDES	74378900-6	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
ROXANA CARDOSO BRASILEIRO BORGES	74444674-0	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
RUY AGUIAR DIAS	74002717-0	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA	74001633-1	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
STELLA RODRIGUES DOS SANTOS	74002129-7	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
TATIANA BRITO DE ARAÚJO	74002708-1	DCH-CAMPUS I	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO

VERBENA MARIA ROCHA CORDEIRO	74001756-5	DCH-CAMPUS I	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR

Total: 48 **10/4/2008**

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – II

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CLAUDIO BEZERRA DE CARVALHO	74003332-5	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS EXATAS	40	ADJUNTO
EVANDRO JOSÉ LIMA REGO	74002374-4	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	TITULAR
JOSE MARCOS DE CASTRO NUNES	74002322-3	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	ADJUNTO
LUCIENE CRISTINA LIMA E LIMA	74002391-4	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
LOURIVAL MANOEL DA SILVA FILHO	74002404-1	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO
MARIA DOLORES RIBEIRO ORGE	74288204-7	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	ADJUNTO
MARCELO RAMOS DA FONSECA	74334731-1	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	20	ADJUNTO
SILVIO ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA	74277697-9	DCET-CAMPUS II	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
VERA LUCIA COSTA VALE	74314789-8	DCET-CAMPUS II	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ARIVALDO DE LIMA ALVES	74425501-8	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
AUGUSTO CÉSAR RIOS LEIRO	74002358-2	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
CARLOS MAGNO SANTOS GOMES	74425578-3	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA	40	ASSISTENTE
CARLOS ZACARIAS F. SENA JUNIOR	74003415-1	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
CELESTE MARIA PACHECO ANDRADE	74001810-6	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
DANIEL FRANCISCO DOS SANTOS	74001291-3	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	PLENO
EDIL SILVA COSTA	74002319-2	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA	DE	ADJUNTO
EDVALDO CONCEIÇÃO SANTOS	74002159-8	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
ELIANA CORREIA B GONÇALVES	74407084-0	DEDC-CAMPUSII	LETRAS E LINGUISTICA	40	ASSISTENTE
ELIZIÁRIO SOUZA ANDRADE	74002007-1	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
FRANCISO JOSÉ GONDIM PITANGA	74002132-8	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS DA SAUDE	40	ADJUNTO
LUCIANO RODRIGUES LIMA	74002308-7	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS	40	TITULAR
MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE LEAL	74284306-9	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
OLGA BELOV MOREIRA	74001622-6	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
OSMAR MOREIRA DOS SANTOS	74002370-2	DEDC-CAMPUSII	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
OSVALDO FRANCISCO RIBAS L. FERNANDEZ	74380580-2	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS SOCIAIS	DE	ASSISTENTE
PAULO SANTOS SILVA	74002372-8	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
RAIMUNDO NONATO P. MOREIRA	74274046-1	DEDC-CAMPUSII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO

Total: 9 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – II

Total: 18 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS – III

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
COSME BATISTA DOS SANTOS	74003548-2	DCH-CAMPUS III	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
EDONILCE DA ROCHA BARROS	74003293-3	DCH-CAMPUS III	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
GIOVANNA DE MARCO	74001281-6	DCH-CAMPUS III	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
JOSEMAR DA SILVA MARTINS	74003546-6	DCH-CAMPUS III	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE

Total: 4 **10/4/2008**

TECNOLOGIA CIÊNCIAS SOCIAIS – III

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE

ANNA CHRISTINA PASSOA MENEZES	74274856-0	DTCS-CAMPUS III	HORTICULTURA	DE	ASSISTENTE
ANA ROSA PEIXOTO NASCIMENTO	74282926-9	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS DA SAUDE	DE	ADJUNTO
CLAUDIO MISTURA	74425486-8	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
CLARISMAR DE OILVEIRA CAMPO	74003363-4	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS AGRARIAS	40	ASSISTENTE
CARLOS ALBERTO ARAGÃO	74378695-1	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
CRISTIANE DOMINGOS DA PAZ	74283415-5	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
DINANI GOMES AMORIM	74002729-3	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILIAR
EMANOEL ERNERSTO F. SANTOS	74339082-3	DTCS-CAMPUS III	AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
FERNANDO ANTONIO C MENDONÇA	74425692-5	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
GRÉCIA CAVALCANTE DA SILVA	74002116-6	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	PLENO
JAIRTON FRAGA ARAUJO	74292400-1	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
JOSE FERNANDO BABIANO MELO	74427785-8	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
JOSÉ OSMÃ TELES MOREIRA	74000716-2	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	PLENO
JOSELITA CARDOSO DE SOUZA	74002721-9	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
JOSTON SIMÃO DE ASSIS	74000529-1	DTCS-CAMPUS III	AGRARIAS	20	TITULAR
LINDETE MIRIA VIEIRA MARTINS	74425481-8	DTCS-CAMPUS III	AGRARIAS	DE	ADJUNTO
KATIA MARIA MEDEIROS SIQUEIRA	74002335-4	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS AGRARIAS	20	ASSISTENTE
MARIA AUXILIADORA S GIFFONI	74002316-8	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MARIA HERBENIA LIMA CRUZ SANTOS	74356772-1	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
PAULO AUGUSTO DA COSTA PINTO	74000532-2	DTCS-CAMPUS III	AGRARIAS	DE	TITULAR
PEDRO HUMBERTO FÉLIX DE SOUZA	74002330-4	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
RUY DE CARVALHO ROCHA	74283706-8	DTCS-CAMPUS III	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ASSISTENTE
SÉRGIO OLIVEIRA PINTO DE QUEIROZ	74380844-4	DTCS-CAMPUS III	AGRARIAS	DE	ADJUNTO
VALTEMIR GONÇALVES RIBEIRO	74425476-1	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
WALNEY SOUZA MORAES SARMENTO	74301696-6	DTCS-CAMPUS III	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR

Total: 25 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS – IV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA LUCIA GOMES DA SILVA	74367305-1	DCH-CAMPUS IV	EDUCAÇÃO	40	ASSISTENTE

ANTENOR RITA GOMES	74357561-9	DCH-CAMPUS IV	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
BENEDITA PEREIRA DE ANDRADE	74277698-7	DCH-CAMPUS IV	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
CARMELIA APARECIDA SILVA MIRANDA	74802181-2	DCH-CAMPUS IV	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
JERONIMO JORGE C. SILVA	74001292-1	DCH-CAMPUS IV	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
JOSE CARLOS DE ARAÚJO SILVA	74002685-7	DCH-CAMPUS IV	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
PAULO CÉSAR S. GARCIA	74003316-3	DCH-CAMPUS IV	LETRAS, LINGUISTICA	DE	ASSISTENTE

Total: 7 **4/10/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS – V

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA MARIA CARVALHO S. OLIVEIRA	74003299-7	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
EDIVALDA ALVES ARAUJO	74001643-8	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA	40	ASSISTTENTE
ELY SOUZA ESTRELA	74283262-8	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
MARIA LÚCIA SOUZA CASTRO	74284309-3	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
NANCY RITA SENTO SE ASSIS	74002112-4	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
PAULO ASSIS ALMEIDA GUERREIRO	74002723-5	DCH-CAMPUS V	LINGUISTICA	DE	ADJUNTO
ROCIO JOSEFINA A. C. KUSTNER	74429650-1	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
WILSON ROBERTO DE MATTOS	74003419-3	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
WALTER DA SILVA FRAGA FILHO	74002377-8	DCH-CAMPUS V	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO

Total: 9 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – VI

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
MARIA DE FATIMA NOVAES PIRES	74003439-8	DEDC-CAMPUS VI	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
MARILEIDE DIAS SABA	74439251-9	DEDC-CAMPUS VI	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	AUXILIAR

Total: 2 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO - VII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANDREA CRISTINA MARIANO	74425383-8	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO

ARTUR GOMES DIAS LIMA	74425390-1	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ADJUNTO
CRISTIANA DE CERQUEIRA SILVA SANTANA	74359306-5	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
FRANCISCO HILDER M. SILVA	74436523-7	DEDC-CAMPUS VII	CIENCIAS BIOLOGICAS	DE	ASSISTENTE
PAULO BATISTA MACHADO	74001290-5	DEDC-CAMPUS VII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
RICARDO JOSE ROCHA AMORIM	74291069-6	DEDC-CAMPUS VII	CIÊNCIAS EXATAS	40	ASSISTENTE

Total: 6 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – VIII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADILVA DE SOUZA CONCEIÇÃO	74380597-5	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
ADRIANA COSTA FERREIRA	74426739-0	DEDC-CAMPUS VIII	CIÊNCIAS EXATAS	40	ASSISTENTE
ADRIANA MARIA CUNHA DA SILVA	74334741-4	DEDC-CAMPUS VIII	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
ELIANE MARIA DE SOUZA NOGUEIRA	74416216-8	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
ILKA MARIA FERNANDES SOARES	74336417-3	DEDC-CAMPUS VIII	CIENCIAS BIOLOGICAS	40	ASSISTENTE
MARISTELA CASE COSTA CUNHA	74425569-4	DEDC-CAMPUS VIII	OCEANOGRAFIA	40	AUXILIAR
MARIA CLEONICE DE SOUZA	74430853-6	DEDC-CAMPUS VIII	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
PAULO GUILHERME VASCONCELOS OLIVEIRA	74393986-3	DEDC-CAMPUS VIII	OCEANOGRAFIA	DE	ASSISTENTE
SILVIA HELENA LIMA S	74380761-8	DEDC-CAMPUS VIII	CIÊNCIAS EXATAS	40	ASSISTENTE
TAMARA DE ALMEIDA E SILVA	74380772-3	DEDC-CAMPUS VIII	CIÊNCIAS EXATAS	DE	ADJUNTO

Total: 10 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS – IX

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ADALBERTO SILVA SANTOS	74369341-7	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS EXATAS	DE	ASSISTENTE
AIRTON PEREIRA PINTO	74003480-0	DCH-CAMPUS IX	CIÊNCIAS SOC. APLICADAS	40	ADJUNTO
DANILO GUSMÃO QUADROS	74380540-4	DCH-CAMPUS IX	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DE	ADJUNTO
FABIO DELMONTE COCOZZA	74425479-5	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
JOAQUIM PEDRO SOARES NETO	74002341-9	DCH-CAMPUS IX	ENGENHARIAS	DE	ADJUNTO
JOÃO BOSCO PAVÃO	74001185-2	DCH-CAMPUS IX	LINGUISTICA	40	TITULAR
JOÃO LUIZ COIMBRA	74427121-8	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
SERGIO BATISTA ASSIS VIANA	74380631-1	DCH-CAMPUS IX	CIENCIAS AGRARIAS	DE	ADJUNTO
TADEU CAVALCANTE REIS	74416255-8	DCH-CAMPUS IX	AGRARIAS	DE	ASSISTENTE

Total: 09 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – X

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CELIA ROSANGELA DANTAS D	74003507-6	DEDC-CAMPUS X	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
FERNANDO CESAR COELHO DA COSTA	74425789-0	DEDC-CAMPUS X	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LIANA GONÇALVES PONTES SODRE	74335140-5	DEDC-CAMPUS X	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	TITULAR
MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAUJO	74003346-4	DEDC-CAMPUS X	EDUCAÇÃO	DE	ASSISTENTE

Total: 4 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – XI

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
DARLUCE DA SILVA OLIVEIRA	74275456-1	DEDC-CAMPUS XI	CIENCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
EDNUSIA MOREIRA CARNEIRO SANTOS	74438723-9	DEDC-CAMPUS XI	CIÊNCIAS HUMANAS	40	AUXILIAR
GILDENOR CARNEIRO DOS SANTOS	74002681-5	DEDC-CAMPUS XI	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ASSISTENTE
MIGUEL ALMIR L. ARAUJO	74002334-6	DEDC-CAMPUS XI	CIÊNCIAS HUMANAS	20	ADJUNTO
ZORAIA MARIA DE OLIVEIRA MARQUES	74282397-0	DEDC-CAMPUS XI	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

Total: 5 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – XII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
DEBORA ALVES FEITOSA	74277951-1	DEDC-CAMPUS XII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
HELDINA PEREIRA PINTO	74003205-2	DEDC-CAMPUS XII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

PATRICIA MARIA MITSUIKA	74357572-4	DEDC-CAMPUS XII	ECOLOGIA	40	AUXILIAR

TOTAL: 3 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – XIII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANTONIO VITAL MENEZES DE SOUZA	74382360-6	DEDC-CAMPUS XIII	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
CARLA PATRICIA BISPO DE SANTANA	74425704-4	DEDC-CAMPUS XIII	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
LELIANA DE SOUZA GAUTHIER	74294273-2	DEDC-CAMPUS XIII	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO
GUSTAVO ROQUE DE ALMEIDA	74002879-4	DEDC-CAMPUS XIII	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO
SILVIA MARIA LEITE DE ALMEIDA	74003378-1	DEDC-CAMPUS XIII	CIENCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE

Total: 5 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – XIV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ALDO JOSÉ MORAIS SILVA	74440841-1	DEDC-CAMPUS XIV	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO	74284319-0	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA	DE	ADJUNTO
CELINA MARCIA DE SOUZA ABBAD	74003319-7	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
IRANEIDE SANTOS COSTA	74355796-2	DEDC-CAMPUS XIV	LETRAS	40	AUXILIAR
LUCIA MARIA DE JESUS PACERO	74274858-6	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ASSISTENTE
ROSANA SANTOS DOREA	74339086-5	DEDC-CAMPUS XIV	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
SUZANA MARIA SOUZA SANTOS SEVERS	74429889-6	DEDC-CAMPUS XIV	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO

Total: 7 **10/4/2008**

EDUCAÇÃO – XV

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
RICARDO OTTONI VAZ JAPIASSU	74276895-0	DEDC-CAMPUS XV	CIÊNCIAS HUMANAS	DE	ADJUNTO

Total: 1 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – XVIII

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANA PAULA CRUZ FEITOSA	74002864-7	DCHT-CAMPUSXVIII	LINGUISTICA, LETRAS	DE	ADJUNTO
RAIMUNDO ENEDINO DOS SANTOS	74384845-2	DCHT-CAMPUSXVIII	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE

Total: 2 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – XIX

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
ANTONIO RAIMUNDO DOS ANJOS	74002069-9	DCHT-CAMPUS XIX	CIÊNCIAS HUMANAS	40	TITULAR
JOSE CLAUDIO ROCHA	74380942-4	DCHT-CAMPUS XIX	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ASSISTENTE
LUCIA TAVARES LEIRO	74357633-0	DCHT-CAMPUS XIX	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO
VILSON CAETANO DE SOUZA J	74361071-0	DCHT-CAMPUS XIX	CIÊNCIAS HUMANAS	40	ADJUNTO

Total: 4 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA – XX

NOME	**CADASTRO**	**CAMPUS**	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
JOSE MANOEL T CASTRILLON	74427293-9	DCHT-CAMPUS XX	LETRAS, LINGUISTICA	40	ASSISTENTE

Total: 1 **10/4/2008**

CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – XXI

NOME	CADASTRO	CAMPUS	ARÉA DE CONHECIMENTO	CH	CLASSE
CLAUDIA TEREZA SOBRINHO SILVA	74425664-0	DCHT-CAMPUS XXI	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
MURILO DA COSTA FERREIRA	74425480-0	DCHT-CAMPUS XXI	LINGUISTICA, LETRAS	40	ASSISTENTE
VITOR HUGO FERNANDES MARTINS	74426909-1	DCHT-CAMPUS XXI	LINGUISTICA, LETRAS	40	ADJUNTO

TOTAL: 3 **10/4/2008**

TOTAL GERAL – 270